# DIARIO OFFICIAL

## ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL — ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXXVIII - 11º DA REPUBLICA—N. 233 CAPITAL FEDERAL SEGUNDA-FEIRA 28 DE AGOSTO DE 1899

## SUMMARIO

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Expediente de 24 do corrente, das Directorias do Interior e de Saude Publica — Expediente de 25 do corrente, das Directorias da Justiça e da Contabilidade—Policia do Districto Federal.

Ministerio da Marinha— Expediente de 23 e 24 do corrente.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Expediente de 24 e 26 do corrente, da Directoria Geral da Industria — Expediente de 25 do corrente, da Directoria Geral de Obras e Viação — Directoria Geral dos Correios.

Ministerio das Relações Exteriores — Relatorio do Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil em Glasgow.

NOTICIARIO.

EDITAES E AVISOS.

# SECRETARIAS DE ESTADO

## Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

### Expediente de 24 de agosto de 1899

DIRECTORIA DO INTERIOR

Accusou-se recebida e agradeceu-se a communicação que fez o contra-almirante José Pinto da Luz, em aviso de 21 de agosto corrente, de ter assumido, a 19 do dito mez, o exercicio do cargo de Ministro de Estado da Marinha, para o qual foi nomeado por decreto da mesma data.

—Foi prorogada por tres mezes, com o vencimento na fórma da lei, a licença em cujo goso se acha o assistente da cadeira de clinica dermatologica e syphiligraphica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Fernando Terra, para tratar de sua saude.

—Restituiram-se ao prefeito do Districto Federal os papeis referentes á pretenção da professora publica Francisca Dias de Alvarenga Cunha e que acompanharam o officio n. 231, de 31 de dezembro de 1898.

—Declarou-se ao commissario fiscal de exames preparatorios junto ao Instituto Benjamin Constant, em Pernambuco, que o pagamento da taxa estabelecida no § 3º do art. 3º das Instrucções dadas pelo decreto n. 2.173, de 21 de novembro de 1895, deve ser exigido aos candidatos á matricula nos cursos de instrucção superior, admittidos a exames de preparatorios nos institutos estaduaes de ensino secundario, de accordo com o determinado nos arts. 1º e 3º das referidas instrucções, mas não aos alumnos matriculados que prestam nos mesmos institutos os exames normaes.

---

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores —Directoria do Interior—2ª secção— Capital Federal, 24 de agosto de 1899.

Sr. Presidente do Estado de Minas Geraes — Em resposta á consulta constante do vosso officio n. 60, de 18 do corrente mez, cabe-me informar-vos que, durando ainda o prazo marcado pela lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, para a realização de exames parciaes de preparatorios, devem ser acceitas pelo Gymnasio Mineiro as inscripções requeridas por alumnos estranhos ao estabelecimento, na conformidade das instrucções annexas ao decreto n. 2.173, de 21 de novembro de 1895, observando-se a restricção da lei supra citada que prohibe taes exames a quem não tenha attestado de approvação pelo menos em uma materia.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

---

### Expediente de 25 de agosto de 1899

DIRECTORIA DA JUSTIÇA

Autorizou-se o commandante superior interino da guarda nacional no Estado de Santa Catharina a conceder guia de mudança para a capital do Estado de S. Paulo, onde pretende fixar residencia, ao tenente-coronel Septimio Augusto Werner, commandante do 34º batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca do Tubarão, no primeiro dos referidos Estados.

—Declarou-se:

Ao Ministerio da Guerra, que o da Justiça, attendendo ao pedido feito pelo mesmo Ministerio, em aviso de 4 deste mez, n. 50, resolveu tornar extensiva aos operarios da Fabrica de Cartuchos do Realengo, emquanto exercerem os respectivos empregos, a dispensa do serviço activo da guarda nacional, concedida aos do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho, por aviso n. 187, de 8 de março de 1893, e que nesse sentido são expedidas as necessarias ordens ao respectivo commandante superior.—Dirigiu-se aviso ao commandante superior interino da guarda nacional desta Capital.

Ao general commandante superior da guarda nacional no Estado de Matto Grosso, que, além de ser facultativo ao Governo, pelo art. 52 da lei n. 602, de 19 de setembro de 1850, arbitrar ou não gratificações aos commandantes superiores, quando officiaes do exercito, o que não constitue um direito destes, o orçamento do Ministerio da Justiça não consigna verba para occorrer á despeza, pelo que não é possivel attender ao pedido feito pelo mesmo commandante no sentido de lhe ser abonada uma gratificação.

— Remetteram-se:

Ao commandante superior interino da guarda nacional no Estado da Bahia, a patente, devidamente apostillada, do coronel Pompilio Nunes de Oliveira, da guarda nacional da comarca de Conquista;

Ao general commandante superior da guarda nacional no Estado do Paraná, as patentes dos capitães Paulo Haner e José Haner Junior;

Ao collector da comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes, 61 patentes de officiaes da guarda nacional da mesma comarca.

---

DIRECTORIA DE CONTABILIDADE

Solicitaram-se ao Ministerio da Fazenda os seguintes pagamentos:

De 421$500, de publicações e trabalhos feitos na Imprensa Nacional para o Externato do Gymnasio;

De 3:955$760, de fornecimentos ao Museu Nacional;

De 750$, de taxas de esgoto de diversos proprios nacionaes, relativas ao primeiro semestre;

De 28:238$132, de material adquirido para o serviço do corpo de bombeiros;

De 660$918, de fornecimentos ao Instituto Nacional de Musica;

De 127$500, de fornecimentos para a 1ª, 7ª, 19ª e 20ª circumscripções policiaes urbanas;

De 1:787$, de fornecimento de um motor para a Escola Polytechnica;

De 200$, de diarias ao assistente da Secção de Botanica do Museu Nacional, Ernesto Ule.

---

### Expediente de 24 de agosto de 1899

DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

Remetteram-se:

Ao director da Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro o laudo do exame de validez a que foi submettido o Dr. João da Gama Castro;

Ao director da Estrada de Ferro Central do Brazil, laudos de identicos exames de Leolino José de Souza e Hermes Barbosa de Castilhos.

— Communicou-se:

Ao chefe do districto telegraphico em Nitheroy, para os devidos fins, que o Sr. Durval Luiz Machado, designado para servir no Lazareto da Ilha Grande, tem comparecido diamente a esta Directoria Geral, desde 18 do corrente;

Ao Sr. Ministro da Marinha, que á autoridade sanitaria federal nos portos da Republica assiste competencia legal para visitar os navios que entrarem, inclusive os da armada nacional e que aos commandantes cumpre prestar as informações que pelas ditas autoridades lhes forem solicitadas.

— Accusou-se;

Ao chefe de policia do Districto Federal, o recebimento de seu officio sob n. 6.720, de 22 do corrente;

Ao director da Estrada de Ferro Central do Brazil, idem n. 1.602, de hontem.

---

*Requerimento despachado*

C. J. Cazaly.—Não será admittido.

---

POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

Por portarias de 27 do corrente:

Foram exonerados dos cargos de inspectores seccionaes da 4ª circumscripção urbana os cidadãos Simpliciano de Almeida, José Luiz dos Santos, José Antonio Bernardes e Manoel Matheus Nunes;

Foram transferidos da 7ª circumscripção urbana para aquella circumscripção os cidadãos inspectores Pedro Chrysologo Alves da Silva e Abilio Maia;

Foram nomeados inspectores seccionaes da dita 4ª circumscripção urbana os cidadãos Zoroastro Amador de Vasconcellos e Carlos Antonio Monteiro.

---

## Ministerio da Marinha

*Expediente de 23 de agosto de 1899*

Ao Quartel-General, declarando que a commissão de que ficam incumbidos os navios da armada que vão fazer o serviço quarentenario nos diversos portos, consiste em:

*a*) manterem a ordem nos ancoradouros;

*b*) não consentirem a communicação com a terra das embarcações impedidas,

ditions de cette dernière catégorie de transports sont réglées de gré à gré entre les Administrations intéressées.

En outre, partout où le transit, tant territorial que maritime, est actuellement gratuit ou soumis à des conditions plus avantageuses, ce régime est maintenu.

5.— Il est toutefois entendu :

1°, que les frais de transit territorial seront réduits, savoir:

de 5 °/₀, pendant les deux premières années d'application de la présente Convention;
de 10 °/₀, pendant les deux années suivantes;
de 15 °/₀, au delà de quatre ans;

2°, que les pays dont les recettes et les dépenses en matière de transit territorial ne dépassent pas ensemble la somme de 5.000 francs par an et dont les dépenses excèdent les recettes pour ce transit sont exonérés de tout payement de ce chef;

3°, que le prix de transit maritime de 15 francs par kilogramme de lettres et cartes postales prévu à la lettre *c* du paragraphe 3 précédent sera réduit, savoir:

à 14 francs, pendant les deux premières années d'application de la présente Convention;

à 12 francs, pendant les deux années suivantes;

à 10 francs, au delà de quatre ans.

6.—Les frais de transit sont à la charge de l'Administration du pays d'origine.

7.— Le décompte général de ces frais a lieu dans les conditions à déterminer par le Règlement d'exécution prévu à l'article 20 ci-après.

8.—Sont exempts de tous frais de transit territorial ou maritime, la correspondance officielle mentionnée au paragraphe 2 de l'article 11 ci-après; les cartes postales-réponse renvoyées au pays d'origine; les objets réexpédiés ou mal dirigés; les rébuts; les avis de reception; les mandats de poste et tous autres documents relatifs au service postal.

### Article 5

1.—Les taxes pour le transport des envois postaux dans toute l'étendue de l'Union, y compris leur remise au domicile des destinataires, dans les pays de l'Union où le service de distribution est ou sera organisé, sont fixées comme suit :

1°, pour les lettres, à 25 centimes en cas d'affranchissement, et au double dans le cas contraire, par chaque lettre et par chaque poids de 15 grammes ou fraction de 15 grammes ;

2°, pour les cartes postales, en cas d'affranchissement, à 10 centimes pour la carte simple ou pour chacune des deux parties de la carte avec réponse payée; et au double dans le cas contraire.

3°, pour les imprimés de toute nature, les papiers d'affaires et les échantillons de marchandises, à 5 centimes par chaque objet ou paquet portant une adresse particulière et par chaque poids de 50 grammes ou fraction de 50 grammes, pourvu que cet objet ou paquet ne contienne aucune lettre ou note manuscrite ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle, et soit conditionné de manière à pouvoir être facilement vérifié.

La taxe des papiers d'affaires ne peut être inférieure à 25 centimes par envoi, et la taxe des échantillons ne peut être inférieure à 10 centimes par envoi.

2.—Il peut être perçu, en sus des taxes fixées par le paragraphe précédent :

1°, pour tout envoi soumis à des frais de transit maritime de 15 francs par kilogramme de lettres ou cartes postales et de 1 franc par kilogramme d'autres objets et dans toutes les relations auxquelles ces frais de transit sont applicables, une surtaxe uniforme qui ne peut pas dépasser 25 centimes par port simple pour les lettres, 5 centimes par carte postale et 5 centimes par 50 grammes ou fraction de 50 grammes pour les autres objets ;

2°, pour tout objet transporté par des services dépendant d'Administrations étrangères à l'Union, ou par des services extraordinaires dans l'Union donnant lieu à des frais spéciaux, une surtaxe en rapport avec ces frais.

Lorsque le tarif d'affranchissement de la carte postale simple comprend l'une ou l'autre des surtaxes autorisées par les deux alinéas précédents, ce même tarif est applicable à chacune des parties de la carte postale avec réponse payée.

3.— En cas d'insuffisance d'affranchissement, les objets de correspondance de toute nature sont passibles, à la charge des destinataires, d'une taxe double du montant de l'insuffisance, sans que cette taxe puisse dépasser celle qui est perçue dans le pays de destination sur les correspondances non affranchies de même nature, poids et origine.

4.— Les objets autres que les lettres et les cartes postales doivent être affranchis au moins partiellement.

5 — Les paquets d'échantillons de marchandises ne peuvent renfermer aucun objet ayant une valeur marchande; ils ne doivent pas dépasser le poids de 350 grammes, ni présenter des dimensions supérieures à 30 centimètres en longueur, 20 centimètres en largeur et 10 centimètres en épaisseur ou, s'ils ont la forme de rouleau, à 30 centimètres de longueur et 15 centimètres de diamètre.

6.— Les paquets de papiers d'affaires et d'imprimés ne peuvent pas dépasser le poids de 2 kilogrammes, ni présenter, sur aucun de leurs côtés, une dimension supérieure à 45 centimètres. On peut, toutefois, admettre au transport par la poste les paquets en forme de rouleau dont le diamètre ne dépasse pas 10 centimètres et dont la longueur n'excède pas 75 centimètres.

### Article 6

1.— Les objets désignés dans l'article 5 peuvent être expédiés sous recommandation.

2.— Tout envoi recommandé est passible, à la charge de l'envoyeur :

1°, du prix d'affranchissement ordinaire de l'envoi, selon sa nature ;

2°, d'un droit fixe de recommandation de 25 centimes au maximum, y compris la délivrance d'un bulletin de dépôt à l'expéditeur.

3.—L'expéditeur d'un objet recommandé peut obtenir un avis de réception de cet objet, en payant, au moment du dépôt, un droit fixe de 25 centimes au maximum. Le même droit peut être appliqué aux demandes de renseignements sur le sort d'objets recommandés qui se produisent postérieurement au dépôt, si l'expéditeur n'a pas déjà acquitté la taxe spéciale pour obtenir un avis de réception.

### Article 7

1.—Les correspondences recommandées peuvent être expédiées grevées de remboursement dans les relations entre les pays dont les Administrations conviennent d'assurer ce service.

Les objets contre remboursement sont soumis aux formalités et aux taxes des envois recommandés.

Le maximum du remboursement est fixé, par envoi, à 1.000 francs ou à l'équivalent de cette somme en la monnaie du pays de destination. Chaque Administration a toutefois la faculté d'abaisser ce maximum à 500 francs par envoi ou à l'équivalent de cette somme dans son système monétaire.

2.—A moins d'arrangement contraire entre les Administrations des pays intéressés, le montant encaissé du destinataire doit être transmis à l'envoyeur au moyen d'un mandat de poste, après déduction de la taxe des mandats ordinaires et d'un droit d'encaissement de 10 centimes.

Le montant d'un mandat de remboursement tombé en rebut reste à la disposition de l'Administration du pays d'origine de l'envoi grevé de remboursement.

3.—La perte d'une correspondance recommandée grevée de remboursement engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par l'article 8 ci-après pour les envois recommandés non suivis de remboursement. Après la livraison de l'objet, l'Administration du pays de destination est responsable du montant du remboursement et doit, en cas de réclamation, justifier de l'envoi à l'expéditeur de la somme encaissée, sauf prélèvement de taxe et droit prévus au § 2.

### Article 8

1.—En cas de perte d'un envoi recommandé et sauf le cas de force majeure, l'expéditeur ou, sur sa demande, le destinataire, a droit à une indemnité de 50 francs.

2.—Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure sont autorisés à percevoir de ce chef sur l'expéditeur une surtaxe de 25 centimes au maximum pour chaque envoi recommandé.

3.—L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette Administration le recours contre l'Administration responsable c'est-à-dire contre l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte a eu lieu.

En cas de perte, dans des circonstances de force majeure, sur le territoire ou dans le service d'un pays se chargeant des risques mentionnés au paragraphe précédent, d'un objet recommandé provenant d'un autre pays le pays où la perte a eu lieu en est responsable devant l'Office expéditeur, si ce dernier se charge, de son côté, des risques en cas de force majeure à l'égard de ses expéditeurs.

4.—Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, ne peut établir, ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante. Pour les envois adressés poste restante, la responsabilité cesse par la délivrance à une personne qui a justifié, suivant les règles en vigueur dans le pays de destination, que ses nom et qualité sont conformes aux indications de l'adresse.

a 5.—Le payement de l'indemnité par l'Office expéditeur doit voir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an à partir du jour de la réclamation. L'Office responsable est tenu de rembourser sans retard, à l'Office expéditeur, le montant de l'indemnité payée par celui-ci.

L'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé une année s'écouler sans donner suite à l'affaire. En outre, dans le cas où une Office dont la responsabilité est dûment établie, a tout d'abord décliné le payement de l'indemnité, il doit prendre à sa charge, en plus de l'indemnité, les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au payement.

6.—Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an à partir du dépôt à la poste de l'envoi recommandé ; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

7.—Si la perte a eu lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, les Administrations en cause supportent le dommage par parts égales.

8.—Les Administrations cessent d'être responsables des envois recommandés dont les ayants droit ont donné reçu et pris livraison.

### Article 9

1.—L'expéditeur d'un objet de correspondance peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse, tant que cet objet n'a pas été livré au destinataire.

2.—La demande à formuler à cet effet est transmise par voie postale ou par voie télégraphique aux frais de l'expéditeur, qui doit payer, savoir :

1°, pour toute demande par voie postale, la taxe applicable à une lettre simple recommandée ;

2°, pour toute demande par voie télégraphique, la taxe du télégramme d'après le tarif ordinaire.

3.—Les dispositions du présent article ne sont pas obligatoires pour les pays dont la législation ne permet pas à l'expéditeur de disposer d'un envoi en cours de transport.

### Article 10

Ceux des pays de l'Union qui n'ont pas le franc pour unité monétaire fixent leurs taxes à l'équivalent, dans leur monnaie respective, des taux déterminés par les divers articles de la présente Convention. Ces pays ont la faculté d'arrondir les fractions conformément au tableau inséré au Règlement d'exécution mentionné à l'article 20 de la présente Convention.

### Article 11

1.—L'affranchissement de tout envoi quelconque ne peut être opéré qu'au moyen de timbres-poste valables dans le pays d'origine pour la correspondance des particuliers. Toutefois, il n'est pas permis de faire usage, dans le service international, de timbres-poste créés dans un but spécial et particulier au pays d'émission, tels que les timbres-poste dits commémoratifs, d'une validité transitoire.

Sont considérés comme dûment affranchis les cartes-réponse portant des timbres-poste du pays d'émission de ces cartes et les journaux ou paquets de journaux non munis de timbres-poste, mais dont la suscription porte la mention «Abonnementes poste» et qui sont expédiés en vertu de l'Arrangement particulier sur les abonnements aux journaux, prévu à l'article 19 de la présente Convention.

2.—Les correspondances officielles relatives au service postal, échangées entre les administrations postales, entre ces administrations et le Bureau international et entre les bureaux de poste des pays de l'Union, sont exemptées de l'affranchissement en timbres-poste ordinaires et sont seules admises à la franchise.

3.—Les correspondances déposées en pleine mer à la boîte d'un paquebot ou entre les mains des commandants de navires peuvent être affranchies au moyen des timbres-poste et d'après le tarif du pays auquel appartient ou dont dépend ledit paquebot. Si le dépôt à bord a lieu pendant le stationnement aux deux points extrêmes du parcours ou dans l'une des escales intermédiaires, l'affranchissement n'est valable qu'autant qu'il est effectué au moyen de timbres-poste et d'après le tarif du pays dans les eaux duquel se trouve le paquebot.

### Article 12

1.—Chaque administration garde en entier les sommes qu'elle a perçues en exécution des articles 5, 6, 7, 10 et 11 précédents, sauf la bonification due pour les mandats prévus au paragraphe 2 de l'article 7.

2.—En conséquence, il n'y a pas lieu, de ce chef, à un décompte entre les diverses administrations de l'Union, sous réserve de la bonification prévue au paragraphe 1 du présent article.

3.—Les lettres et autres envois postaux ne peuvent, dans le pays d'origine, comme dans celui de destination, être frappés, à la charge des expéditeurs ou des destinataires, d'aucune taxe ni d'aucun droit postal autres que ceux prévus par les articles susmentionnés.

### Article 13

1.—Les objets de correspondance de toute nature sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, dans les pays de l'Union qui consentent à se charger de ce service dans leurs relations réciproques.

2.—Ces envois, qui sont qualifiés «exprès», sont soumis à une taxe spéciale de remise à domicile; cette taxe est fixée à 30 centimes et doit être acquittée complètement et à l'avance, par l'expéditeur, en sus du port ordinaire. Elle est acquise à l'Administration du pays d'origine.

3.—Lorsque l'objet est destiné à une localité où il n'existe pas de bureau de poste, l'Administration des postes destinataire peut percevoir une taxe complémentaire, jusqu'à concurrence du prix fixe pour remise par exprès dans son service interne, déduction faite de la taxe fixe payée par l'expéditeur, ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui perçoit ce complément.

4.—Les objets exprès non complètement affranchis pour le montant total des taxes payables à l'avance sont distribués par les moyens ordinaires.

### Article 14

1.—Il n'est perçu aucun supplément de taxe pour le réexpédition d'envois postaux dans l'intérieur de l'Union.

2.—Les correspondances tombées en rebut ne donnent pas lieu à restitution des droits de transit revenant aux Administrations intermédiaires, pour le transport antérieur des dites correspondances.

3.—Les lettres et les cartes postales non affranchies et les correspondances de toute nature insuffisamment affranchies, qui font retour au pays d'origine par suite de réexpédition ou de mise en rebut, sont passibles, à la charge des destinataires ou des expéditeurs, des mêmes taxes que les objets similaires directement adressés du pays de la première destination au pays d'origine.

### Article 15

1.—Des dépêches closes peuvent être échangées entre les bureaux de poste de l'un des pays contractants et les commandants de divisions navales ou bâtiments de guerre de ce même pays en station à l'étranger, par l'intermédiaire des services territoriaux ou maritimes dépendant d'autres pays.

2.—Les correspondances de toute nature comprises dans ces dépêches doivent être exclusivement à l'adresse ou en provenance des états-majors et des équipages des bâtiments destinataires ou expéditeurs des dépêches; les tarifs et conditions d'envoi qui leur sont applicables sont déterminés, d'après ses règlements intérieurs, par l'Administration des postes du pays auquel appartiennent les bâtiments.

3.—Sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés, l'Office postal expéditeur ou destinataire des dépêches dont il s'agit est redevable, envers les Offices intermédiaires, de frais de transit calculés conformément aux dispositions de l'article 4.

### Article 16

1.—Il n'est pas donné cours aux papiers d'affaires, échantillons et imprimés qui ne remplissent pas les conditions requises, pour ces catégories d'envois, par l'article 5 de la présente Convention et par le Règlement d'exécution prévu à l'article 20.

2.—Le cas échéant, ces objets sont renvoyés au timbre d'origine et remis, s'il est possible, à l'expéditeur.

3.—Il est interdit:

1°, d'expédier par la poste:

*a*) des échantillons et autres objets qui, par leur nature, peuvent présenter du danger pour les agents postaux, salir ou détériorer les correspondances ;

*b*) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses; des animaux et insectes, vivants ou morts, sauf les exceptions prévues au Règlement de détail ;

2°, d'insérer dans les correspondances ordinaires ou recommandées consignées à la poste :

*a*) des pièces de monnaie ayant cours;

*b*) des objets passibles de droits de douane ;

*c*) des matières d'or et d'argent, des pierres [illegible], des bijoux et autres objets précieux, mais seulement dans les cas où leur insertion ou expédition serait défendue d'après la législation des pays intéressés.

4.—Les envois tombant sous les prohibitions du paragraphe 3 qui précède et qui auraient été à tort admis à l'expédition doivent être renvoyés au timbre d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation ou par ses règlements intérieurs, à en disposer autrement.

Toutefois, les matières explosibles, inflammables ou dangereuses ne sont pas renvoyées au timbre d'origine ; elles sont détruites sur place par les soins de l'Administration qui en constate la présence.

5.—Est d'ailleurs réservé le droit du Gouvernement de tout pays de l'Union de ne pas effectuer, sur son territoire, le transport ou la distribution, tant des objets jouissant de la modération de taxe à l'égard desquels il n'a pas été satisfait aux lois, ordonnances ou décrets qui règlent les conditions de leur publication ou de leur circulation dans ce pays, que des correspondances de toute nature qui portent ostensiblement des inscriptions, dessins, etc., interdits par les dispositions légales ou réglementaires en vigueur dans le même pays.

### Article 17

1.—Les Offices de l'Union qui ont des relations avec des pays situés en dehors de l'Union doivent prêter leur concours à tous les autres Offices de l'Union pour la transmission à découvert, par leur intermédiaire, de correspondances à destination ou provenant des dits pays.

2.—A l'égard des frais de transit des envois de toute nature et de la responsabilité en matière d'objets recommandés, les correspondances dont il s'agit sont traitées :

pour le transport dans le ressort de l'Union, d'après les stipulations de la présente Convention;

pour le transport en dehors des limites de l'Union, d'après les conditions notifiées par l'Office de l'Union qui sert d'intermédiaire.

Toutefois, les frais du transport maritime total, dans l'Union et hors l'Union, ne peuvent pas excéder 20 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 1 franc par kilogramme d'autres objets ; le cas échéant, ces frais sont répartis, au prorata des distances, entre les Offices intervenant dans le transport maritime.

Les frais de transit, territorial ou maritime, en dehors des limites de l'Union comme dans le ressort de l'Union, des correspondances auxquelles s'applique le présent article, sont constatés dans la même forme que les frais de transit afférents aux correspondances échangées entre pays de l'Union.

3.—Les frais de transit des correspondances à destination des pays en dehors de l'Union postale sont à la charge de l'Office du pays d'origine, qui fixe des taxes d'affranchissement dans son service des dites correspondances, sans que ces taxes puissent être inférieures au tarif normal de l'Union.

4.—Les frais de transit des correspondances originaires des pays en dehors de l'Union ne sont pas à la charge de l'Office du pays de destination. Cet Office distribue sans taxe des correspondances qui lui sont livrées comme complètement affranchies ; il taxe les correspondances non affranchies au double du tarif d'affranchissement applicable dans son propre service aux envois similaires à destination du pays d'où proviennent les dites correspondances, et les correspondances insuffisamment affranchies au double de l'insuffisance, sans que la taxe puisse dépasser celle qui est perçue sur les correspondances non affranchies de même nature, poids et origine.

5.—Les correspondances expédiées d'un pays de l'Union dans un pays en dehors de l'Union et vice-versa, par l'intermédiaire d'un Office de l'Union, peuvent être transmises, de part et d'autre, en dépêches closes, si ce mode de transmission est admis d'un commun accord par les Offices d'origine et de destination des dépêches, avec l'agrément de l'Office intermédiaire.

### Article 18

Les hautes parties contractantes s'engagent à prendre ou à proposer à leurs législatures respectives les mesures nécessaires pour punir l'emploi frauduleux, pour l'affranchissement de correspondances, de timbres-poste contrefaits ou ayant déjà servi. Elles s'engagent également à prendre, ou à proposer à leurs législatures respectives, les mesures nécessaires pour interdire et réprimer les opérations frauduleuses de fabrication, vente de colportage ou distribution de vignettes et timbres en usage dans le service des postes, contrefaits ou imités de telle manière qu'ils pourraient être confondus avec les vignettes et timbres émis par l'Administration d'un des pays adhérents.

### Article 19

Le service des lettres et boîtes avec valeur déclarée, et ceux des mandats de postes, des colis postaux, des valeurs à recouvrer, des livrets d'identité, des abonnements aux journaux, etc., font l'objet d'arrangements particuliers entre les divers pays ou groupes de pays de l'Union.

### Article 20

1.—Les Administrations postales des divers pays qui composent l'Union sont compétentes pour arrêter d'un commun accord, dans un Règlement d'exécution, toutes les mesures d'ordre et de détail qui sont jugées nécessaires.

2.—Les différentes Administrations peuvent, en outre, prendre entre elles les arrangements nécessaires au sujet des questions qui ne concernent pas l'ensemble de l'Union, pourvu que ces arrangements ne dérogent pas à la présente Convention.

3.—Il est toutefois permis aux Administrations intéressées de s'entendre mutuellement pour l'adoption de taxes réduites dans un rayon de 30 kilomètres.

### Article 21

1. — La présente Convention ne porte point altération à la législation de chaque pays dans tout ce qui n'est pas prévu par les stipulations contenues dans cette Convention.

2. — Elle ne restreint pas le droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des traités ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration des relations postales.

### Article 22

1. — Est maintenue l'institution, sous le nom de Bureau International de l'Union Postale Universelle, d'un Office central qui fonctionne sous la haute surveillance de l'Administration des postes suisses, et dont les frais sont supportés par toutes les Administrations de l'Union.

2. — Ce Bureau demeure chargé de réunir, de coordonner, de publier et de distribuer les renseignements de toute nature qui intéressent le service international des postes ; d'émettre, à la demande des parties en cause, un avis sur les questions litigieuses ; d'instruire les demandes en modification des Actes du Congrès ; de notifier les changements adoptés, et, en général, de procéder aux études et aux travaux dont il serait saisi dans l'intérêt de l'Union postale.

### Article 23

1. —En cas de dissentiment entre deux ou plusieurs membres de l'Union, relativement à l'interprétation de la présente Convention ou à la responsabilité d'une Administration en cas de perte d'un envoi recommandé, la question en litige est réglée par jugement arbitral. A cet effet, chacune des Administrations en cause choisit un autre membre de l'Union qui n'est pas directement intéressé dans l'affaire.

2. — La décision des arbitres est donnée à la majorité absolue des voix.

3. — En cas de partage des voix, les arbitres choisissent, pour trancher le différend, une autre Administration également désintéressée dans le litige.

4. — Les dispositions du présent article s'appliquent également à tous les Arrangements conclus en vertu de l'article 19 précédent.

### Article 24

1. — Les pays qui n'ont point pris part à la présente Convention sont admis à y adhérer sur leur demande.

2. — Cette adhésion est notifiée, par la voie diplomatique, au Gouvernement de la Confédération Suisse et, par ce Gouvernement, à tous les pays de l'Union.

3. — Elle emporte, de plein droit, accession à toutes les clauses et admission à tous les avantages stipulés par la présente Convention.

4 —Il appartient au Gouvernement de la Confédération Suisse de déterminer, d'un commun accord avec le Gouvernement du pays intéressé, la part contributive de l'Administration de ce dernier pays dans les frais du Bureau international, et, s'il y a lieu, les taxes à percevoir par cette Administration en conformité de l'article 10 précédent.

### Article 25

1. — Des Congrès de plénipotentiaires des pays contractants ou de simples Conférences administratives, selon l'importance des questions à résoudre, sont réunis lorsque la demande en est faite ou approuvée par les deux tiers, au moins, des Gouvernements ou Administrations, suivant le cas.

2. — Toutefois, un Congrès doit avoir lieu au moins tous les cinq ans.

3. — Chaque pays peut se faire représenter, soit par un ou plusieurs délégués, soit par la délégation d'un autre pays. Mais il est entendu que le délégué ou les délégués d'un pays ne peuvent être chargés que de la représentation de deux pays, y compris celui qu'ils représentent.

4. — Dans les délibérations, chaque pays dispose d'une seule voix.

5.—Chaque Congrès fixe le lieu de la réunion du prochain Congrès.

6.—Pour les Conférences, les Administrations fixent les lieux de réunion sur la proposition du Bureau International.

ARTICLE 26

1.—Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, toute Administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau International, des propositions concernant le régime de l'Union.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par au moins deux Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau International ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2.—Toute proposition est soumise au procédé suivant :

Un délai de six mois est laissé aux Administrations de l'Union pour examiner les propositions et pour faire parvenir au Bureau International, le cas échéant, leurs observations. Les amendements ne sont pas admis. Les réponses sont réunies par les soins du Bureau International et communiquées aux Administrations avec l'invitation de se prononcer pour ou contre. Celles qui n'ont point fait parvenir leur voto dans un délai de six mois, à compter de la date de la seconde circulaire du Bureau International leur notifiant les observations apportées, sont considérées comme s'abstenant.

3.—Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1°, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 18, 27, 28, et 29 ;

2°, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de la Convention autres que celles des articles 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 18, 26, 27, 28 et 29 ;

3°, la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de la Convention, hors le cas de litige prévu à l'article 23 précédent.

4.—Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, que le Gouvernement de la Confédération Suisse est chargé d'établir et de transmettre à tous les Gouvernements des pays contractants, et, dans le troisième cas, par une simple notification du Bureau International à toutes les Administrations de l'Union.

5.—Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 27

Sont considérés comme formant, pour l'application des articles 22, 25 et 26 précédents, un seul pays ou une seule Administration, suivant les cas :

1°, L'ensemble des colonies allemandes ;
2°, L'Empire de l'Inde britannique ;
3°, Le Dominion du Canadá ;
4°, L'ensemble des colonies britanniques de l'Australasie ;
5°, L'ensemble de toutes les autres colonies britanniques ;
6°, L'ensemble des colonies danoises ;
7°, L'ensemble des colonies espagnoles ;
8°, Les colonies et protectorats français de l'Indo-Chine ;
9°, L'ensemble des autres colonies françaises ;
10°, L'ensemble des colonies néerlandaises ;
11°, L'ensemble des colonies portugaises.

ARTICLE 28

La présente Convention sera mise à exécution de 1er janvier 1899 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé ; mais chaque partie contractante a le droit de se retirer de l'Union, moyennant un avertissement donné une année à l'avance par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération Suisse.

ARTICLE 29

1.—Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution de la présente Convention, toutes les dispositions des Traités, Conventions, Arrangements ou autres Actes conclus antérieurement entre les divers pays ou Administrations, pour autant que ces dispositions ne seraient pas conciliables avec les termes de la présente Convention, et sans préjudice des droits réservés par l'article 21 ci-dessus.

2.—La présente Convention sera ratifiée aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Washington.

3.—En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé la présente Convention à Washington, le quinze juin mil huit cent quatre-vingt-dix-sept.

Pour l'Allemagne et les Protectorats Allemands:

FRISTCH.
NEUMANN.

Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale:

N. BOLET PERAZA.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

GEORGE S. BATCHELLER.
EDWARD ROSEWATER.
JAS. N. TYNER.
A. D. BROOKS.
N. M. HAZEN.

Pour la République Argentine:

M. GARCIA MÉROU.

Pour l'Autriche:

DR. NEUBAUER.
HABBERGER
STIBRAL.

Pour la Belgique:

LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pour la Bolivie:

T. ALEJANDRO SANTOS.

Pour le Danemark et les colonies danoises :

C. SVENDSEN.

Pour la République Dominicaine :

Pour l'Egypte :

Y. SABA.

Pour l'Equateur :

L. F. CARBO.

Pour l'Espagne et les colonies espagnoles:

ADOLFO ROZABAL.
CARLOS FLOREZ.

Pour la France :

ANSAULT.

Pour les colonies françaises :

ED. DALMAS.

Pour la Grande-Bretagne et diverses colonies britanniques:

S. WALPOLE.
H. BUXTON FORMAN.
C. A. KING.

Pour l'Inde britannique :

H. M. KISCH.

Pour les colonies britanniques de l'Australasie :

JOHN GAVAN DUFFY.

Pour le Canada :

WM. WHITE.

Pour la Bosnie-Herzégovine:

DR. KAMLER.

Pour le Brésil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pour la Bulgarie:

IV. STOYANOVITCH.

Pour le Chili:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pour l'Empire de Chine:

Pour la République de Colombie:

CLIMACO CALDERON.

Pour l'Etat Indépendant du Congo:

LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pour le Royaume de Corée:

CHIM POM YE.

Pour le COLONEL HO SANG MIN:

JOHN W. HOYT.
JOHN W. HOYT.

Pour la République de Costa-Rica:

J. B. CALVOS.

Pour la Grèce :

ED. HÖHN.

Pour le Guatemala :

J. NOVELLA.

Pour la République d'Haïti :

J. N. LEGER.

Pour la République d'Hawai:

Pour la Hongrie :

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pour l'Italie :

E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI.

Pour le Japon :

KENJIRO KOMATSU.
KWANKICHI YUKAWA.

Pour la République de Libéria :

CHAS. HALL ADAMS.

Pour le Luxembourg :

POUR MR. HAVELAAR :

VAN DER VEEM.

Pour le Mexique :

A. M. CHAVES.
I. GARFIAS.
M. ZAPATA-VERA.

Pour le Monténégro :

DR. NEUBAUER.

Pour les colonies britanniques de l'Afrique du Sud :

S. R. FRENCH.
SENCER TODD.

Pour l'Etat libre d'Orange:

Pour le Paraguay:

JOHN STEWART.

Pour les Pays-Bas:
POUR MR. HAVELAAR:

VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.

Pour les colonies néerlandaises :

JOHS. J. PERK.

Pour le Pérou:

ALBERTO FALCON.

Pour la Perse:

MIRZA ALINAGHI KHAN.
MUSTECHARUL-VEZAREH.

Pour le Portugal et les colonies portugaises:

SANTO-THYRSO.

Pour la Roumanie:

C. CHIRU.
R. PREDA.

Pour la Russie:

SÉVASTIANOF.

HABBERGER.
STIBRAL.

Por la Norvége :

THB. HEYERDAHL.

Pour la Serbie:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pour le Royaume de Siam.

ISAAC TOWNSEND SMITH.

Pour la République Sud-Africaine:

ISAAC VAN ALPHEN.

Pour la Suède:

F. H. SCHLYTERN.

Pour la Suisse:

J. B. PIODA.
A. STAGER.
C. DELESSERT.

Pour la Régence de Tunis:

THIÉBAUT.

Pour la Turquie:

MOUSTAPHA.
A. FAHRI.

Pour l'Uruguay:

PRUDENCIO DE MURGUIONDO.

Pour les Etats-Unis de Venezuela :

JOSÉ ANDRADE.
ALEZANDRO YBARRA.

II

PROTOCOLE FINAL

Au moment de procéder à la signature des conventions arrêtées par le Congrès Postal Universel de Washington, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit :

I

Il est pris acte de la déclaration faite par la délégation britannique au nom de son Gouvernement et portant qu'il a cédé aux colonies et protectorats britanniques de l'Afrique du Sud la voix que l'article 27, 5e de la Convention, attribue a «l'ensembles de toutes les autres colonies britanniques».

II

En dérogation à la disposition de l'article 6 de la Convention, qui fixe à 25 centimes au *maximum* le droit de recommendation, il est convenu que les Etats hors d'Europe sont autorisés à maintenir ce *maximum* à 50 centimes, y compris la delivrance d'un bulletin de dépôt à l'expéditeur.

III

En dérogation aux dispositions de l'article 8 de la Convention, il est convenu que, par mesure de transition, les Administrations des pays hors d'Europe dont la législation est actuellement contraire au principe de la responsabilité, conservent la faculté d'ajourner l'application de ce principe jusqu'au jour où elles auront pu obtenir du Pouvoir Législatif l'autorisation de l'introduire. Jusqu'à ce moment, les autres Administrations de l'Union ne sont pas astreintes à payer une indemnité pour la perte, dans leurs services respectifs, d'envois recommandés à destination ou provenant desdits pays.

IV

La République Dominicaine, qui fait partie de l'Union Postale, ne s'étant pas fait représenter au Congrès, le protocolle lui reste ouvert pour adhérer aux conventions qui y ont été conclues, ou seulement à l'une ou à l'autre d'entre elles.

Le protocolle reste également ouvert en faveur de l'Empire de Chine, dont les délégués au Congrès ont déclaré l'intention de ce pays d'entrer dans l'Union Postale Universelle à partir d'une date à fixer ultérieurement.

Il demeure aussi ouvert à l'Etat Libre d'Orange, dont le représentant a manifesté l'intention de ce pays d'adhérer à l'Union Postale Universelle.

V

Le protocolle demeure ouvert en faveur des pays dont les représentants n'ont signé aujourd'hui que la Convention principale, ou un certain nombre seulement des conventions arrêtées par le Congrès, à l'effet de leur permettre d'adhérer aux autres conventions signées ce jour, ou à l'une ou l'autre d'entre elles.

VI

Les adhésions prévues à l'article IV ci-dessus devront être notifiées au Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique, par les Gouvernements respectifs, en la forme diplomatique. Le délai qui leur est accordé pour cette notification expirera le premier octobre 1898.

VII

Dans le cas où une ou plusieurs des parties contractantes aux conventions postales signées aujourd'hui à Washington ne ratifieraient pas l'une ou l'autre de ces conventions, cette convention n'en sera pas moins valable pour les Etats qui l'auront ratifiée.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessus ont dressé le présent protocolle final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même des conventions auxquelles il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement des Etats Unis d'Amérique et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Washington, le 15 juin de 1897.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands:

FRITSCH.

NEUMANN.

Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale.

N. BOLET PERAZA.

Pour les Etats Unis d'Amérique:

GEORGE S. BATCHELLER.
EDWARD ROSEWATER.

JAS. N. TYNER.
N. M. BROOKS.
A. DE HAZEN.

Pour la République Argentine:

M. GARCIA MÉROU.

Pour l'Autriche:

DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.

Pour la Belgique:

LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pour la Bolivie:

T. ALEJANDRO SANTOS.

Pour la Bosnie-Herzegovine:

DR. KAMLER.

Pour le Brésil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pour l'Espagne et les colonies espagnoles :

ADOLFO ROZABAL.

Pour la Bulgarie:

IV. STOYANOVITH.

Pour le Chili:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pour l'Empire de Chine:

Pour la République de Colombie:

CLIMACO CALDERON.

Pour l'Etat Indépendant du Congo:

LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pour le Royaume de Corée:

CHIN POM YE.

Pour le COLONEL HO SANG MIN:

JOHN W. HOYT.
JOHN W. HOYT.

Pour la République de Costa-Rica:

J. B. CALVO.

Pour le Danemark et les colonies danoises:

C. SVENDSEN.

Pour la République Dominicaine:

Pour l'Egypte:

Y. SABA.

Pour l'Equateur:

L. F. CARBO.

Pour l'Italie :

E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.

CARLOS FLOREZ.

Pour la France :

ANSAULT.

Pour les colonies françaises:

ED. DALMAS.

Pour la Grande-Bretagne et diverses colonies britanniques:

S. WALPOLE.

H. BUXTON FORMAN.

C. A. KING.

Pour l'Inde britannique :

H. M. KISCH.

Pour les colonies britanniques de l'Australasie :

JOHN GAVAN DUFFY.

Pour le Canada :

WM. WAITE.

Pour les colonies britannique de l'Afrique du Sud:

S. R. FRENCH.

SPENCER TODD.

Pour la Grèce :

ED. HOHN.

Pour le Guatemala :

J. NOVELLA.

Pour la République d'Haïti :

J. N. LEGER.

Pour la République d'Hawaï:

Pour la Hongrie :

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pour la Perse:

MIRZA ALINAGHI KHAN.

MUSTECHARUL-VERZAREH.

Pour le Portugal et les colonies portugaises:

SANTO-THYRSO.

Pour la Roumanie:

C. CHIRU.

R. PREDA.

Pour la Russie:

SEVASTIANOF.

Pour la Serbie:

PIERRE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pour le Royaume de Siam:

ISAAC TOWNSEND SMITH.

Pour la République Sud-Africaine:

ISAAC VAN ALPHEN.

E. DELMAIA.

Pour le Japon :

KENHIRO KOMATSU.

KWANKICHI YUKAVA.

Pour la République de Libéria :

CHAS. HALL ADAMS.

Pour le Luxembourg ;

POUR MR. HAVELAAR:

VAN DER VEEN:

Pour le Mexique :

A. M. CHAVES.

I. GARFIAS.

M. ZAPATA-VERA.

Pour le Monténégro :

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.

STIBRAL.

Pour la Norvège :

THB. HEYERDAHL.

Pour l'Etat libre d'Orange :

Pour le Paraguay :

JOHN STEWART.

Pour les Pays-Bas :

POUR MR. HAVELAAR.

VAN DER VEEN.

VAN DER VEEN.

Pour les colonies néerlandaises :

JOBS J. PERK.

Pour le Pérou :

ALBERTO FALCON.

Pour la Suède:

F. H. SCHLYTERN.

Pour la Suisse:

J. B. PIODA.
A. STAGER.

C. DELESSERT.

Pour la Régence de Tunis:

THIÉBAUT.

Pour la Turquie:

MOUSTAPHA.

A. FAHRI.

Pour l'Uruguay:

PRUDENCIO DE MURGUIONDO:

Pour les Etats-Unis de Venezuela:

JOSÉ ANDRADE.

ALEJANDRO YBARRA.-

III

REGLÈMENT DE DÉTAIL ET D'ORDRE

*Pour l'exécution de la Convention conclue entre l'Allemagne et les Protectorats Allemands, la République Mexicaine, l'Amérique Centrale, les Etats Unis d'Amérique, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bolivie, la Bosnie-Herzégovine, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, l'Empire de Chine, la République de Colombie, l'Etat Indépendant du Congo, le Royaume de Corée, la République de Costa-Rica, le Danemark et les Colonies Danoises, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espagne et les Colonies Espagnoles, la France, les Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et diverses Colonies Britanniques, l'Inde Britannique, les Colonies Britanniques d'Australasie, le Canada, les Colonies Britanniques de l'Afrique du Sud, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République d'Hawaï, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, le Mexique, le Monténégro, la Norvège, l'Etat Libre d'Orange, le Paraguay, les Pays-Bas, les Colonies Néerlandaises, le Pérou, la Perse, le Portugal et les Colonies Portugaises, la Roumanie, la Russie, la Serbie, le Royaume de Siam, la République Sud-Africaine, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie, l'Uruguay et les Etats-Unis de Vénézuela*

Les soussignés, vu l'article 20 de la Convention postale universelle conclue à Washington le 15 juin 1897, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté d'un commun accord les mesures suivantes, pour assurer l'exécution de la dite Convention.

I

DIRECTION DES CORRESPONDANCES

1.—Chaque Administration est obligée d'expédier, par les voies les plus rapides dont elle peut disposer pour ses propres envois, les dépêches closes et les correspondances à découvert qui lui sont livrées par une autre Administration.

2.—Les Administrations qui usent de la faculté de percevoir des taxes supplémentaires, en représentation des frais extraordinaires afférents à certaines voies, sont libres de ne pas diriger par ces voies, lorsqu'il existe d'autres moyens de communication, celles des correspondances insuffisamment affranchies pour lesquelles l'emploi des dites voies n'a pas été réclamé expressément par les envoyeurs.

II

ÉCHANGE EN DÉPÊCHES CLOSES

1.—L'échange des correspondances en dépêches closes, entre les Administrations de l'Union, est réglé d'un commun accord et selon les nécessités du service entre les Administrations en cause.

2.—S'il s'agit d'un échange à faire par l'entremise d'un ou de plusieurs pays tiers, les Administrations de ces pays doivent en être prévenues en temps opportun.

3.—Il est, d'ailleurs, obligatoire, dans ce dernier cas, de former des dépêches closes toutes les fois que le nombre des correspondances est de nature à entraver les opérations d'une Administration intermédiaire, d'après la déclaration de cette Administration.

4.—En cas de changement dans un service d'échange en dépêches closes établi entre deux Administrations par l'entremise d'un ou de plusieurs pays tiers, l'Administration qui a provoqué le changement en donne connaissance aux Administrations des pays par l'entremise desquels cet échange s'effectue.

III

SERVICES EXTRAORDINAIRES

Les services extraordinaires de l'Union, donnant lieu à des frais spéciaux dont la fixation est réservée, par l'article 4 de la Convention, à des arrangements entre les Administrations intéressées, sont exclusivement :

1°, ceux qui sont entretenus pour le transport territorial accéléré de la Malle dite des Indes ;

2°, celui que l'Administration des postes des Etats-Unis d'Amérique entretient sur son territoire pour le transport des dépêches closes entre l'Océan Atlantique et l'Océan Pacifique ;

3°, celui qui est établi pour le transport des dépêches par chemin de fer entre Colon et Panama.

IV

FIXATION DES TAXES

1.—En exécution de l'article 10 de la Convention, les Administrations des pays de l'Union, qui n'ont pas le franc pour unité monétaire, perçoivent leurs taxes d'après les équivalents ci-dessous :

| PAYS DE L'UNION | 25 centimes | 10 centimes | 5 centimes |
|---|---|---|---|
| Allemagne | 20 pfennig | 10 pfennig | 5 pfennig. |
| Protectorats allemands: | | | |
| Territoire de Cameroun, Compagnie de la Nouvelle-Guinée, Territoire de Togo, Territoire de l'Afrique du Sud-Ouest, Territoire de l'Afrique orientale, Territoire des Iles Marshall | 20 pfennig | 10 pfennig | 5 pfennig. |
| Argentine (République) | 8 centavos. | 4 centavos. | 2 centavos. |
| Autriche-Hongrie | 10 kreuzer | 5 kreuzer | 3 kreuzer. |
| Bolivie | 10 centavos | 4 centavos | 2 centavos. |
| Bosnie-Herzégovine | 10 kreuzer | 5 kreuzer | 3 kreuzer. |
| Brésil | 100 réis | 50 réis | 25 réis. |
| Canada | 5 cents | 2 cents | 1 cent. |
| Chili | 5 centavos. | 2 centavos. | 1 centavo. |
| Colombie | 5 centavos. | 2 centavos. | 1 centavo. |
| Corée | 25 poon | 10 poon | 5 poon. |
| Costa-Rica | 5 centavos. | 2 centavos. | 1 centavo. |
| Danemark | 20 öre. | 10 öre. | 5 öre. |
| Colonies danoises: | | | |
| Groenland | 20 öre. | 10 öre. | 5 öre. |
| Antilles danoises | 5 cents | 2 cents | 1 cent. |
| Dominicaine (République) | 5 centavos. | 2 centavos. | 1 centavo. |
| Egypte | 1 piastre | 5 millièmes de livre | 2 millièmes de livre. |
| Equateur | 5 centavos. | 2 centavos. | 1 centavo. |
| Colonies espagnoles: | | | |
| Cuba, Porto-Rico, Iles Philippines et dépendances, et établissements du golfe de Guinée | 5 centavos | 2 centavos. | 1 centavo. |
| Etats-Unis d'Amérique | 5 cents | 2 cents | 1 cent. |
| Grande-Bretagne | 2 ½ pence. | 1 penny. | ½ penny. |
| Colonies britanniques: | | | |
| Antigua, Bahamas (iles), Barbades, Bermudes, Côte-d'Or, Dominique, Falkland (iles), Gambie, Grenade, Jamaïque, Lagos, Malte, Montserrat, Natal, Nevis, St-Christophe, Ste-Lucie, St-Vincent, Sierra-Leone, Tabago, Trinité, Turques (iles) et Viegers (iles) | 2 ½ pence. | 2 penny. | ½ penny. |
| Guyane anglaise, Honduras britannique et Terre-Neuve | 5 cents | 2 cents | 1 cent. |

| PAYS DE L'UNION | 25 centimes | 10 centimes | 5 centimes |
|---|---|---|---|
| Hong-Kong, British North Borneo et Labuan | 10 cent de dollar | 4 cents de dollar. | 2 cents de dollar. |
| Sarawak (*) et Straits Settlements | 8 cents de dollar. | 3 cents de dollar. | 1 cent de dollar. |
| Maurice (île) et dépendances | 18 cents de roupie. | 8 cents de roupie. | 4 cents de roupie. |
| Chypre | 2 piastres ou 80 paras | 1 piastre ou 40 paras | ½ piastre ou 20 paras. |
| Ceylan | 15 cents de roupie. | 6 cents de roupie. | 3 cents de roupie. |
| Cap de Bonne-Espérance | 2 ½ pence | 1 penny. | ½ penny. |
| Zanzibar et Afrique orientale | 2 ½ annas. | 1 anna | ½ anna. |
| Ascension et Ste-Hélène | 2 ½ pence. | 1 penny. | ½ penny. |
| Australasie | 2 ½ pence. | 1 penny. | ½ penny. |
| Guatemala | 5 centavos. | 2 centavos. | 1 centavo. |
| Haiti | 5 centavos de piastre. | 2 centavos de piastre | 1 centavo de piastre. |
| Hawaï | 5 cents | 2 cents | 1 cent. |
| Inde Britannique | 2 ½ annas. | 1 anna | ½ anna. |
| Japon | 5 sen. | 2 sen. | 1 sen. |
| Libéria | 5 cents | 2 cents | 1 cent. |
| Mexique | 5 centavos | 2 centavos. | 1 centavo. |
| Monténégro | 10 soldi | 5 soldi | 3 soldi. |
| Norvége | 20 öre. | 10 öre. | 5 öre. |
| Paraguay | 5 centavo de peso | 2 centavos de peso | 1 centavo de peso |
| Pays-Bas et colonies néerlandaises | 12 ½ cents | 5 cents | 2 ½ cents. |
| Pérou | 10 centavos. | 4 centavos. | 2 centavos. |
| Perse | 12 shahis. | 5 shahis. | 3 shahis. |
| Portugal et colonies portugaises, sauf l'Inde portugaise et Macao | 50 réis | 20 réis | 10 réis. |
| Inde portugaise | 2 tangas. | 10 réis | 5 réis. |
| Macáo | . . . . . | . . . . . | . . . . . |
| République Majeure de l'Amérique centrale | 5 centavos | 2 centavos. | 1 centavo. |
| Russie | 10 kopeks | 4 kopeks | 2 kopeks. |
| Siam | 10 atts | 4 atts | 2 atts. |
| Sud-Africaine (République) | 2 ½ pence. | 1 penny. | ½ penny. |
| Suède | 20 öre. | 10 öre. | 5 öre. |
| Turquie | 40 paras. | 20 paras. | 10 paras. |
| Uruguay | 5 centavos de piastre. | 2 centavos de piastre. | 1 centavo de piastre. |

(*) Dans le texte signé, on a omis, par erreur, de faire figurer *Sarawak* au tableau des équivalents.

2.—En cas de changement du système monétaire dans l'un des pays susmentionnés ou de modification importante dans la valeur de sa monnaie, l'Administration de ce pays doit s'entendre avec l'Administration des postes suisses pour modifier les équivalents ci-dessus, il appartient à cette dernière Administration de faire notifier la modification à tous les autres Offices de l'Union par l'intermédiaire du Bureau International.

3.—Les fractions monétaires résultant, soit du complément de taxe applicable aux correspondances insuffisamment affranchies, soit de la fixation des taxes des correspondances échangées avec les pays étrangers à l'Union, ou de la combinaison des taxes de l'Union avec les surtaxes prévues par l'article 5 de la Convention, peuvent être arrondies par les Administrations qui en effectuent la perception. Mais la somme à ajouter de ce chef ne peut, dans aucun cas, excéder la valeur d'un vingtième de franc (cinq centimes).

V

EXCEPTIONS EN MATIERE DE POIDS

Il est admis, par mesure d'exception, que les Etats qui, à cause de leur régime intérieur, ne peuvent adopter le type de poids décimal métrique, ont la faculté d'y substituer l'once avoirdupois (28,35 grammes) en assimilant une demi-once à 15 grammes et deux onces à 50 grammes, et d'élever, au besoin, la limite du port simple des journaux à quatre onces, mais sous la condition expresse que, dans ce dernier cas, le port des journaux ne soit pas inférieur à 10 centimes et qu'il soit perçu un port entier par numéro de journal, alors même que plusieurs journaux se trouveraient groupés dans un même envoi.

VI

TIMBRES-POSTE

1.—Les timbres-poste, représentant les taxes-types de l'Union ou leur équivalent dans la monnaie de chaque pays, sont confectionnés autant que possible dans les couleurs suivantes:

Les timbres de 25 centimes en bleu foncé;
» » » 10 » en rouge;
» » » 5 » en vert.

2.—Les timbres-poste doivent porter sur leur face l'inscription de la valeur qu'ils représentent effectivement pour l'affranchissement des correspondances d'après le tableau des équivalents inséré à l'article IV précédent.

VII

CORRESPONDANCE AVEC LES PAYS ÉTRANGERS A L'UNION

Les Offices de l'Union, qui ont des relations avec des pays étrangers à l'Union, fournissent aux autres Offices de l'Union la liste de ces pays avec les indications suivantes:

1°, frais de transit maritime ou territorial applicable au transport en dehors des limites de l'Union;
2°, désignation des correspondances admises;
3°, affranchissement obligatoire ou facultatif;
4°, limite, pour chaque catégorie de correspondance, de la validité de l'affranchissement perçu (jusqu'à destination, jusque au port de débarquement, etc.);
5°, étendue de la responsabilité pécuniaire en matière d'envois recommandés;
6°, possibilité d'admettre les avis de réception, et
7°, autant que possible, tarif d'affranchissement en vigueur dans le pays en dehors de l'Union par rapport au pays de l'Union.

VIII

APPLICATION DES TIMBRES

1.—Les correspondances originaires des pays de l'Union sont frappées d'un timbre, indiquant le lieu d'origine et la date du dépôt à la poste.

2.—A l'arrivée, le bureau de destination applique son timbre à date au verso des lettres et au recto des cartes postales.

3.—Le timbrage des correspondances déposées sur les paquebots dans les boîtes mobiles ou entre les mains des commandants incombe, dans les cas prévus par le paragraphe 3 de l'article 11 de la Convention, à l'agent des postes embarqué ou, s'il n'y en a pas, au bureau de poste auquel ces correspondances sont livrées. Le cas échéant, celui-ci les frappe de son timbre à date ordinaire et y apposé la mention «Paquebot», soit à la main, soit au moyen d'une griffe ou d'un timbre.

4.—Les correspondances originaires des pays étrangers à l'Union sont frappées, par l'Office de l'Union qui les a recueillies, d'un timbre indiquant le point et la date d'entrée dans le service de cette Office.

5.—Les correspondances non affranchies ou insuffisamment affranchies sont, en outre, frappées du timbre T (taxe à payer), dont l'application incombe à l'Office du pays d'origine s'il s'agit des correspondances originaires de l'Union, et à l'Office du pays d'entrée s'il s'agit de correspondances originaires de pays étrangers à Union.

6.—Les envois à remettre par exprès sont frappés d'un timbre portant en gros caractères le mot «Exprès». Les Administrations sont toutefois autorisées à remplacer ce timbre par une étiquette imprimée ou par une inscription manuscripte et soulignée en crayon de couleur.

7.—Tout objet de correspondance, ne portant pas le timbre T, est considéré comme affranchi et traité, en conséquence, sauf erreur évidente.

8.—Les timbres-poste non oblitérés, ensuite d'erreur ou d'omission dans le service d'origine, doivent l'être de la manière usuelle par le bureau qui constate l'irrégularité.

IX

INDICATION DU NOMBRE DE PORTS

Lorsqu'une lettre ou tout autre objet de correspondance non affranchi ou insuffisamment affranchi est passible, en raison de son poids, de plus d'un port simple, l'Office d'origine ou d'entrée dans l'Union, suivant le cas, indique, à l'angle gauche supérieur de la suscription, en chiffres ordinaires, le nombre des ports de l'objet.

X

AFFRANCHISSEMENT INSUFFISANT

1.—Lorsqu'un objet est insuffisamment affranchi au moyen de timbres-poste, l'Office expéditeur indique en chiffres, noirs, apposés à côté des timbres-poste, le montant de l'insuffisance en l'exprimant en francs et centimes.

2.—D'après cette indication, le bureau d'échange du pays de destination taxe l'objet au double de l'insuffisance constatée.

3.—Dans le cas où il a été fait usage de timbres-poste non valables pour l'affranchissement, il n'en est tenu aucun compte. Cette circonstance est indiquée par le chiffre zéro (0) placé à côté des timbres-poste.

XI

CONDITIONNEMENT DES OBJETS RECOMMANDÉS

1.—Les objets de correspondance adressés sous des initiales et ceux qui portent une adresse écrite au crayon ne sont pas admis à la recommandation.

2.—Aucune condition spéciale de forme ou de fermeture n'est exigée pour les objets recommandés. Chaque office a la faculté d'appliquer à ces envois les règles établies dans son service intérieur.

3.—Les objets recommandés doivent porter une étiquette conforme ou analogue au modèle A annexé au présent Règlement, avec l'indication du nom du bureau d'origine et du numéro d'ordre sous lequel l'envoi est inscrit dans le registre de ce bureau.

Toutefois, il est permis aux Administrations dont le régime intérieur s'oppose actuellement à l'emploi des étiquettes, d'ajourner la mise à exécution de cette mesure et de continuer à employer des timbres pour la désignation des objets recommandés.

Il est cependant de rigueur de désigner chaque envoi recommandé par un numéro d'ordre. Si les règlements internes d'un Office réexpéditeur comportent la désignation des envois recommandés par un nouveau numéro d'ordre, cet Office est tenu de biffer le numéro original, tout en ayant soin de le laisser lisible.

4.—Les envois recommandés non affranchis ou insuffisamment affranchis sont transmis aux destinataires sans taxe, mais le bureau qui reçoit un envoi dans ces conditions est tenu de signaler le cas par bulletin de vérification à l'Administration dont relève le bureau d'origine. Le bulletin doit relater très exactement l'origine, la date du dépôt et le numéro de l'envoi.

Cette prescription ne s'applique pas aux envoies recommandés qui, par suite de réexpédition, deviennent passibles d'une taxe supérieure.

Ces derniers envois sont traités en conformité des dispositions du § 2 de l'article XXV du présent Règlement.

XII

INDEMNITÉ POUR LA PERTE D'UN ENVOI RECOMMANDÉ

Lorsque l'indemnité dûe pour la perte d'un envoi recommandé a été payée par une Administration pour le compte d'une autre Administration, rendue responsable, celle-ci est tenue d'en rembourser le montant dans le délai de trois mois après avis du payement. Ce remboursement s'effectue, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur. Lorsque le remboursement de l'indemnité comporte des frais, ils sont toujours à la charge de l'Office débiteur.

## XIII

### AVIS DE RÉCEPTION DES OBJETS RECOMMANDÉS

1.—Les envois dont l'expéditeur demande un avis de réception doivent porter l'annotation très apparente « Avis de réception » ou l'empreinte d'un timbre portant : A. R.

2.—Ils sont accompagnés d'une formule conforme ou analogue au modèle B ci-annexé ; cette formule est établie par le bureau d'origine ou par tout autre bureau à désigner par l'Office expéditeur et réunie, au moyen d'un croisé de ficelle, à l'objet auquel elle se rapporte. Si elle ne parvient pas au bureau de destination, celui-ci dresse d'office un nouvel avis de réception.

Les avis de réception doivent être formulés en français ou porter une traduction sublinéaire en cette langue.

3—Le bureau de destination, après avoir dûment rempli la formule B, la renvoie sous enveloppe et avec recommandation d'office au bureau d'origine.

4.—Lorsque l'expéditeur demande un avis de réception d'un objet recommandé postérieurement au dépôt de cet objet, le bureau d'origine reproduit sur une formule B, préalablement revêtue d'un timbre-poste représentant la taxe d'avis de réception, la description très exacte de l'objet recommandé (nature de l'objet, bureau d'origine, date de dépôt, numéro, suscription). Cette formule est transmise d'Administration a Administration avec indication de la dépêche dans laquelle l'objet recommandé à rechercher a été livré au service d'échange de l'Office correspondant. Le bureau de destination remplit la formule et la renvoie au bureau d'origine de la manière prescrite par le § 3 précédent.

5.—Si un avis de réception régulièrement demandé par l'expéditeur au moment du dépôt, n'est pas parvenu dans les délais voulus au bureau d'origine, on procède, pour réclamer l'avis manquant, conformément aux règles tracées au § 4 précédent. Toutefois, dans ce dernier cas, au lieu de revêtir la formule B d'un timbre-poste, le bureau d'origine inscrit en tête la mention «Reclamation de l'avis de reception, etc».

## XIV

### ENVOIS RECOMMANDÉS GREVÉS DE REMBOURSEMENT

1.—Les envois recommandés grevés de remboursement doivent être revêtus de l'empreinte d'un timbre ou d'une tèiquette portant le mot «Remboursement».

2 —Le montant du remboursement doit être énoncé dans la monnaie du pays de destination sur le recto de l'envoi en caractères latins en toutes lettres et en chiffres, sans rature ni surcharge. L'expéditeur doit indiquer, au-dessous, son nom et son adresse, également en caractères latins.

3.—Si le destinataire ne paye pas le montant du remboursement dans un délai de Lespt jours dans les relations entre pays d'Europe et dans un délai de 15 jours dans les relations des pays d'Europe avec les pays hors d'Europe et de ces derniers pays entre eux, à partir du jour qui suit celui de l'arrivée au bureau destinataire, l'envoi est réexpédié au bureau d'origine.

4.— Sauf autre arrangement, la somme recouvrée, déduction faite du droit d'encaissement prévu à l'article 7, § 2, de la Convention et de la taxe ordinaire des mandats de poste, est convertie en un mandat de poste portant en tête du recto la mention « Remb.» et établi pour le surplus en conformité du Règlement d'exécution de l'Arrangement concernant le service des mandats de poste. Il doit être fait mention, sur le coupon, du mandat, du nom et de l'adresse du destinataire de l'envoi contre remboursement, ainsi que du lieu et de la date du dépot de cet envoi.

5.— Sauf arrangement contraire, les envois grevés de remboursement peuvent être réexpédiés d'un des pays participant à ce service sur un autre de ces pays. En cas de réexpédition, l'envoi conserve intacte la demande de remboursement originale telle que l'expéditeur lui même la formulée. L'Office de la destination définitive doit seul procéder à la conversion dans sa monnaie du montant du remboursement, d'après le taux en vigueur pour les mandats de poste, dans le cas où il n'aurait pas le même système monétaire que celui dans lequel le remboursement est exprimé; il lui appartient aussi de transformer le remboursement en un mandat sur le pays d'origine.

## XV

### CARTES POSTALES

1.— Les cartes postales doivent être expédiées à decouvert et porter, en tête du recto, le titre « Carte postale » exprimé d'une manière apparente en langue française ou avec traduction subinéaire en cette langue. Ce titre est suivi, autant que possible, des mentions «Union Postale Universelle» « (Côté réservé à l'adresse) ». Le reste du recto est réservé aux timbres d'affranchissement, aux indications relatives au service postal (recommandé, avis de réception, etc.) et à l'adresse du destinataire, laquelle peut être écrite à la main ou figurer sur une étiquete collée n'excedant pas deux centimètres sur cinq.

Lorsque l'expéditeur utilise pour l'étranger une carte postale du service intérieur, on donne cours à cette carte pourvu qu'elle porte soit le titre, imprimé ou écrit, «Carte postale», soit l'équivalent de ce titre dans la langue du pays d'origine.

En outre, l'expéditeur a la faculté d'indiquer au recto son nom et son adresse, soit par écrit, soit au moyen d'un timbre, d'une griffe ou de tout autre procédé typographique.

Des vignettes ou réclames peuvent être imprimées sur le recto. Toutefois elles ne doivent nuire en rien à l'indication claire de l'adresse, ainsi qu'à l'apposition des timbres et notices du service postal.

A l'exception des timbres d'affranchissement et des étiquettes mentionnées au premier alinéa et au paragraphe 4 du présent article, il est interdit de joindre ou d'attacher aux cartes postales des objets quelconques.

2. — Les cartes postales ne peuvent excéder les dimensions suivantes : longueur 14 centimètres, largeur 9 centimètres.

3. — Les cartes postales avec réponse payée doivent présenter, au recto, comme titre sur la premiere partie : « Carte postale-réponse». Les deux parties doivent d'ailleurs remplir, chacune, les autres conditions imposées à la carte postale simple ; elles sont repliées l'une sur l'autre et ne peuvent être fermées d'une manière quelconque.

4. — Il est loisible à l'expéditeur d'une carte postale avec réponse payée d'indiquer son nom et son adresse au recto de la partie «Réponse», soit par écrit, soit en collant une étiquette.

5. — L'affranchissement de la partie «Réponse» au moyen du timbre-poste du pays qui a émis la carte n'est valable que si les deux parties de la carte postale avec réponse payée sont parvenues adhérentes du pays d'origine et si la partie «Réponse» est expédiée à destination de ce pays. Dans les autres cas, elle est traitée comme carte postale non affranchie.

6.—Les cartes postales simples et celles avec réponse payée, émanant de l'industrie privée, sont admises à la circulation internationale pourvu que la législation du pays d'origine le permette et qu'elles remplissent les conditions déterminées dans le présent article pour l'admission au tarif réduit, dans les échanges de pays à pays, des cartes postales émises par les administrations des postes et qu'elles soient conformes, en ce qui concerne le format et la consistance du papier, aux cartes émises par l'office d'Origine.

7.—Les cartes postales ne remplissant pas, quant aux indications prescrites, aux dimensions, à la forme extérieures, etc., les conditions imposées par le présent article à cette catégorie d'envois, sont traitées comme lettres.

Cependant, les cartes postales adressées originairement à l'intérieur du pays d'origine et réexpédiées sur un autre pays sont admises à bénéficier du tarif réduit si elles remplissent les conditions prescriptes pour la circulation des cartes postales à l'intérieur du pays d'origine et ne dépassent pas les dimensions fixées au § 2 précédent,

## XVI

### PAPIERS D'AFFAIRES

1.—Sont considérés comme papiers d'affaires, et admis comme tels à la modération de port consacré par l'article 5 de la Convention, toutes les pièces et tous les documents écrits ou dessinés en tout ou partie à la main, qui non pas le caractère d'une correspondance actuelle et personnelle, tels que les pièces de procédure, les actes de tout genre dressés par les officiers ministériels, les lettres de voiture ou connaissements, les factures, les différents documents de service des compagnies d'assurance, les copies ou extraits d'actes sous seing privé écrits sur papier timbré ou non timbré, les partitions ou feuilles de musique manuscrites, les manuscrits d'ouvrages ou de journaux expédiés isolément, les devoirs corrigés d'élèves à l'exclusion de toute appréciation sur le travail, etc.

2.—Les papiers d'affaires son soumis, en ce qui concerne la forme et le conditionnement, aux dispositions prescriptes pour les imprimés (article XVIII ci après),

## XVII

### ÉCHANTILLONS

1.—Les échantillons de marchandises ne sont admis à bénéficier de la modération de port qui leur est attribuée par l'article 5 de la Convention que sous les conditions suivantes :

2.—Ils doivent être placés dans des sacs, des boites ou des enveloppes mobiles de manière à permettre une facile vérification.

3.—Ils ne peuvent avoir aucune valeur marchande, ni porter aucune écriture à la main que le nom ou la raison sociale de l'envoyeur l'adresse du destinataire, une marque de fabrique ou de marchand, des numéros d'ordre, des prix et des indications relatives au poids, au métrage et à la dimension, ainsi qu'à la quantité disponible, ou celles qui sont nécessaires pour préciser la provenance et la nature de la marchandise.

4.—Les objects en verre, les envois de liquides, huiles, corps gras, poudres sèches, colorantes ou non, ainsi que les envois

d'abeilles vivantes sont admis au transport comme échantillons de marchandises, pourvu qu'ils soient conditionnés de la manière suivante:

1.° Les objts en verre doivent être emballés solidement (boîtes en métal, en bois, en cuir ou en carton) de manière à prevenir tout danger pour les correspondances et les agents.

2.° Les liquides, huilles et corps facilement liquéfiables doivent être insérés dans des flacons en verre hermétiquement bouchés. Chaque flacon doit être placé dans une boîte en bois garnie de sciure de bois, de coton ou de matière spongieuse en quantité suffisante pour absorber le liquide en cas de bris du flacon. Enfin, la boite elle-même doit être enfermée dans un étui en métal, en bois avec courvecle vissé ou en cuir fort et épais.

Lorsqu'on emploie des blocs perforés ayant au moins 2 1/2 millimètres dans la partie la plus faible, suffisemment garnis à l'intérieur de matières absorbantes et munis d'une courvecle, il n'est pas necessaire que ces blocs soient enfermés dans un second étui.

3.° Les corps gras difficilement liquéfiables, tels que les onguents, le savon mou, les résines, etc., dont le transport offre moins d'inconvénients, doivent être enfermés sous une première enveloppe (boîte, sac en toile, parchemin, etc.), placée elle-même dans une seconde boîte en bois, en métal ou en cuir fort et épais.

4.° Les poudres sèches, colorantes ou non, doivent être placées dans des boîtes en carton, lesquelles elles-mêmes sont enfermées dans un sac en toile ou en parchemin.

5.° Les abeilles vivantes doivent être renfermées dans des boites disposées de façon à éviter tout danger et permettre la vérification du conteu.

5.—Sont également admis au tarif des échantillons, les objets d'histoire naturelle, animaux et plantes séchés ou conservés, spécimens géologiques, etc., dont l'envoi n'a pas lieu dans un but commercial et dont l'emballage est conforme aux prescriptions générales concernant les échantillons de marchandises.

## XVIII

### IMPRIMÉS DE TOUTE NATURE

1.—Sont considérés comme imprimés, et admis commes tels à la modération de port consacrée par l'article 5 de la Convention, les journaux et ouvrages périodiques, les livres brochés ou reliés, les brochures, les papiers de musique, les cartes de visite, les cartes-adresses, les épreuves d'imprimerie avec ou sans les manuscrits s'y rapportant, les papiers revêtus de points en relief à l'usage des aveugles, les gravures, les photographies et les albuns contenant des photographies, les images, les dessins, plans, cartes géographiques, catalogues, prospectus, annonces et avis divers, imprimés, gravés, lithographiés ou autographiés, et, en général, toutes les impressions ou reproductions obtenues sur papier, sur parchemin ou sur carton, au moyen de la typographie, de la gravure, de la lithographie et de l'autographie, ou de tout autre procédé mécanique facile à reconnaître, hormis le décalque et la machine à écrire.

Sont assimilées aux imprimés, les reproductions d'une copie-type faite à la plume ou à la machine à écrire lorsqu'elles sont obtenues par un procédé mécanique de polygraphie (chromographie, etc.); mais pour jouir de la moderation de port, ces reproductions doivent être déposées aux guichets des bureaux de poste et au nombre minimum de vingt exemplaires parfaitement identiques.

2.—Sont exclus de la modération de port les timbres ou formules d'affranchissement, oblitérés ou non, ainsi que tous imprimés constituant le signe représentatif d'une valeur.

3.—Ne peuvent être expédiés à la taxe réduite les imprimés dont le texte a été modifié après tirage, soit à la main, soit à l'aide d'un procédé mécanique, ou a été revêtu de signes quelconques susceptibles de constituer un langage conventionnel.

4.—Comme exception à la règle déterminée par le paragraphe 3 précédent, il est permis:

*a*) d'indiquer à l'extérieur de l'envoi le nom, la raison de commerce et le domicile de l'expéditeur;

*b*) d'ajouter à la main, sur les cartes de visite imprimées, l'adresse de l'expéditeur, son titre, ainsi que des souhaits, félicitations, remerciements, compliments de condoléance ou autres formules de politesse exprimés en cinq mots au maximum ou au moyen d'initiales conventionnelles (p. f., etc.);

*c*) d'indiquer ou de modifier sur l'imprimé même, à la main ou par un procédé mécanique, la date de l'expédition, la signature ou la raison de commerce et la profession, ainsi que le domicile de l'expéditeur;

*d*) d'ajouter aux épreuves corrigées le manuscrit et de faire à ces épreuves les changements et additions qui se rapportent à la correction, à la forme et à l'impression. En cas de manque de place, ces additions peuvent être faites sur des feuilles spéciales;

*e*) de corriger les fautes d'impression aussi sur les imprimés autres que les épreuves;

*f*) de biffer certaines parties d'un texte imprimé pour les rendre illisibles;

*g*) de faire ressortir au moyen de traits et de souligner les mots ou les passages du texte sur lesquels on désire attirer l'attention;

*h*) de porter ou de corriger à la plume ou par un procédé mécanique les chiffres sur les listes de prix courants, les offres d'annonces, les cotes de bourse, les circulaires de commerce et les prospectus, de même que le nom du voyageur, la date et le nom de la localité par laquelle il compte passer, sur les avis de passage;

*i*) d'indiquer à la main, sur les avis concernant les départs de navires, la date de ces départs;

*k*) d'indiquer sur les cartes d'invitation et de convocation le nom de l'invité, la date, le but et le lieu de la réunion;

*l*) d'ajouter une dédicace sur les livres, papiers de musique, journaux, photographies et gravures, cartes de noël et de nouvel an, ainsi que d'y joindre la facture se rapportant à l'objet lui-même;

*m*) dans les bulletins de commande ou de souscription relatifs à des ouvrages de librairie, livres, journaux, gravures, morceaux de musique, d'indiquer à la main les ouvrages demandés ou offerts, et de biffer ou de souligner tout ou partie des communications imprimées;

*n*) de peindre les images de mode, les cartes géographiques, etc.;

*o*) d'ajouter à la main ou par un procédé mécanique aux passages découpés des journaux et publications périodiques le titre, la date, le numéro et l'adresse de la publication dont l'article est extrait.

5.—Sauf les exceptions explicitement autorisées par le présent article, sont interdites les additions faites à la plume ou au moyen d'un procédé mécanique qui enlèveraient à l'imprimé son caractère de généralité et lui donnerait celui d'une correspondance individuelle.

6.— Les imprimés doivent être, soit placés sous bande, sur rouleau, entre des cartons, dans un étui ouvert des deux côtés ou aux deux extrémités, ou dans une enveloppe non fermée, soit simplement pliés de manière à ne pas dissimuler la nature de l'envoi, soit enfin entourés d'une ficelle facile à dénouer.

7.—Les cartes adresses et tous imprimés présentant la forme et la consistance d'une carte non pliée peuvent être expédiés sans bande, enveloppe, lien ou pli. Le recto est réservé aux timbres d'affranchissement, aux indications relatives au service postal et à l'adresse du destinataire. L'expéditeur a la faculté d'y indiquer son nom, sa profession et son adresse au moyen d'un timbre, d'une griffe ou de tout autre procédé typographique. Les bulletins de librairie peuvent, en outre, porter l'indication imprimée « Bulletin de librairie » ou « Commande de librairie».

8.—Les cartes portant le titre «carte postale» ne sont pas admises au tarif des imprimés.

## XIX

### OBJETS GROUPÉS

Il est permis de réunir dans un même envoi des échantillons de marchandises, des imprimés et des papiers d'affaires, mais sous réserve:

1°, que chaque object pris isolément ne dépasse pas les limites qui lui sont applicables quant au poids et quant à la dimension;

2°, que le poids total ne dépasse pas deux kilogrammes par envoi;

3°, que la taxe soit au minimum de 25 centimes si l'envoi contient des papiers d'affaires, et de 10 centimes s'il se compose d'imprimés et d'échantillons.

## XX

### FEUILLES D'AVIS

1.—Les feuilles d'avis accompagnant les dépêches échangées entre deux Administrations de l'Union sont conformes au modèle C joint au présent Règlement. Elles sont placées sous des enveloppes de couleur portant distinctement l'indication: «Feuille d'avis».

2.—On indique, le cas échéant, à l'angle droit supérieur le nombre des sacs ou paquets détachés composant l'envoi auquel la feuille d'avis se rapporte.

Sauf arrangement contraire, dans les relations par mer qui, bien que périodiques et régulières, ne comportent pas d'échange quotidien ou à jour fixe, les bureaux expéditeurs doivent numéroter les feuilles d'avis à l'angle gauche supérieur, d'après une série annuelle par chaque bureau d'origine et pour chaque bureau de destination, en mentionnant autant que possible, au-dessus du numéro, le nom du paquebot ou du bâtiment qui emporte la dépêche.

3.—On doit mentionner, en tête de la feuille d'avis, le nombre total des objets recommandés, des paquets ou sacs renfermant lesdits objets, des objets recommandés en dehors, des envois à faire remettre par exprès en distinguant parmi ces derniers, s'il y a lieu, les objets recommandés.

4.—Les objets recommandés sont inscrits individuellement au tableau n. 1 de la feuille d'avis, avec les détails suivants: le

nom du bureau d'origine et le numéro d'inscription de l'objet à ce bureau, ou : le nom du bureau d'origine, le nom du destinataire et le lieu de destination.

Dans la colonne «Observations» la mention A. R. est ajoutée en regard de l'inscription des envois qui font l'objet de demandes d'avis de réception. Dans la même colonne, la mention «Remb.», suivie de l'indication en chiffres du montant du remboursement, est ajoutée en regard de l'inscription des envois recommandés grevés de remboursement.

Les avis de réception en retour sont inscrits au tableau précité soit individuellement, soit en bloc, suivant que ces avis sont plus ou moins nombreux.

5.—Lorsque le nombre des objets recommandés expédiés habituellement d'un bureau d'échange à un autre le comporte, il doit être fait usage d'une ou de plusieurs listes spéciales et détachées pour remplacer le tableau n. I de la feuille d'avis.

Le nombre des objets recommandés inscrits sur ces listes, le nombre des listes et le nombre des paquets ou des sacs qui renferment ces objets doivent être portés sur la feuille d'avis.

6.—Au tableau n. II on inscrit, avec les détails que ce tableau comporte, les dépêches closes insérées dans l'envoi direct auquel la feuille d'avis se rapporte.

7.—Sous la rubrique «Recommendations d'office» on mentionne les lettres de service, ouvertes, les communications ou recommandations divers s du bureau expéditeur ayant trait au service d'échange, ainsi que le nombre des sacs vides en retour.

8.—Lorsqu'il est jugé nécessaire, pour certaines relations, de créer d'autres tableaux ou rubriques sur la feuille d'avis, la mesure peut être réalisée d'un commun accord entre les Administrations intéressées.

9.—Lorsqu'un bureau d'échange n'a aucun objet à livrer à un bureau correspondant, il n'en doit pas moins envoyer, dans la forme ordinaire, une dépêche qui se compose uniquement d'une feuille d'avis négative.

10.—Quand des dépêches closes sont confiées par une Administration à une autre, pour être transmises au moyen de bâtiments de commerce, le nombre ou le poids des lettres et autres objets doit être indiqué à la feuille d'avis et sur l'adresse de ces dépêches lorsque l'Office chargé d'assurer l'embarquement des dites dépêches le demande.

## XXI

### TRANSMISSION DES OBJETS RECOMMANDÉS

1.—Les objets recommandés, les avis de réception, les envois exprés, et s'il y a lieu, les listes spéciales prévues au § 5 de l'article XX, sont réunis en un ou plusieurs paquets ou sacs distincts, qui doivent être convenablement enveloppés ou fermés et cachetés de manière à en préserver le contenu.

Les objets recommandés sont classés dans chaque paquet d'après leur ordre d'inscription. Quand on emploie plusieurs listes détachées, chacune d'elles est insérée dans le paquet renfermant les objets recommandés auxquels elle se rapporte.

2.—Au paquet d'objets recommandés est attachée extérieurement, par un croisé de ficelle, l'enveloppe spéciale contenant la feuille d'vis. Le paquet est ensuite placé au centre de la dépêche.

3.— La présence, dan la dépêche, d'un paquet d'objets recommandés dont la description est faite sur la liste spéciale mentionnée au paragraphe 1 ci-dessus, doit être annoncée par l'application, en tête de la feuille d'avis, soit d'une annotation spéciale, soit de l'étiquette ou du timbre de recommandation en usage dans le pays d'origine.

4.—Il est entendu que le mode d'emballage et de transmission des objets recommandés, prescrit par les paragraphes 1 et 2 ci-dessus, s'applique seulement aux relations ordinaires. Pour les relations importantes, il appartient aux Administrations intéressées de prescrire, d'un commun accord, des dispositions particulières, sous réserve, dans l'un comme dans l'autre cas, des mesures exceptionnelles à prendre par les chefs des bureaux d'échange lorsqu'ils ont à assurer la transmission objets recommandés qui, par leur nature, leur forme ou leur volume, ne seraient pas susceptibles d'être insérés dans la dépêche.

Toutefois, les bureaux d'échange expéditeur indiquent en tête de la feuille d'avis, le cas échéant, le nombre des objets recommandés qui se trouvent dans la dépêche en dehors du paquet ou sac spécial, parmi les correspondances ordinaires, et font figurer sur les listes, dans la colonne « Observations », la mention « en dehors » en regard de l'inscription de chacun de ces objets.

Ceux-ci sont autant que possible réunis en paquets ficelés munis d'une étiquette portant, en caractères apparents, les mots « Recommandés en dehors » précédés d'un chiffre indiquant le nombre d'objets qui contient chaque paquet.

## XII

### CONFECTION DES DÉPÊCHES

1.—En règle générale, les objets qui composent les dépêches doivent ête classés et enliassés par nature de correspondances, en séparant les objets affranchis des objets non ou insuffisamment affranchis.

Les lettres portant des traces d'ouverture ou d'avarie doivent ête munis d'une mention du fait et frappées du timbre à date du bureau qui a constaté ce fait.

2.— Toute dépêche, après avoir été ficelée, est enveloppée de papier fort en quantité suffisante pour éviter toute détérioration du contenu, puis ficelée extérieurement et cachetée à la cire ou au moyen d'un cachet en papier gommé, avec l'empreinte du cachet du bureau. Elle est munie d'une suscription imprimée portant, en petits caractères le nom du bureau expéditeur et en caractères forts le nom du bureau destinataire: « du..... pour.....».

3. — Si le volume de la dépêche le comporte, elle est renfermée dans un sac convenablement fermé, cacheté ou plombé et étiqueté.

4. — Les paquets ou sacs renfermant des envois à remettre par exprés doivent porter extérieurement une désignation signalant ces objets à l'attention des agents postaux.

5. — Lorsqu'il est fait usage d'étiquetes en papier, elles doivent être collées sur des planchettes.

6. — Le poids de chaque sac ne doit pas dépasser 40 kilogrammes.

7. — Les sacs doivent être renvoyés vides au bureau expéditeur par le prochain courrier, sauf autre arrangement entre les Offices correspondants.

## XXIII

### VÉRIFICATION DES DÉPÊCHES

1. — Le bureau d'échange, qui reçoit une dépêche, constate si les inscriptions sur la feuille d'avi et, s'il y a lieu, sur la liste des objets recommandés, sont exactes.

Les dépêches doivent être livrées en bon état. Cependant, la réception d'une dépêche ne peut pas être refusée à cause de son mauvais état. S'il s'agit d'une dépêche pour autre bureau que celui qui en a pris livraison, elle doit être emballée de nouveau, tout en conservant, autant que possible, l'emballage original. Le remballage est précédé de la vérification du contenu, s'il est à présumer que celui-ci n'est pas resté intact.

2. — Lorsque le bureau d'échange reconnaît des erreurs ou des omissions, il opère immédiatement les rectifications nécessaires sur les feuilles ou listes, en ayant soin de biffer, d'un trait de plume, les indications erronées de manière à laisser reconnaître les inscriptions primitives.

3. — Ces rectifications s'effectuent par le concours de deux agents. A moins d'une erreur évidente, elles prévalent sur la déclaration originale.

4.—Un bulletin de vérification, conforme au modèle D annexé au présent Règlement, est dressé par le bureau destinataire et envoyé sans délai, sous recommandation d'Officie, au bureau expéditeur. En même temps, un duplicata du bulletin de vérification est envoyé par le bureau destinataire à l'Administration dont relève le bureau expéditeur.

Dans le cas prévu au paragraphe 1 du présent article, une copie du bulletin de vérification est insérée dans la dépêche remballée.

6.—Le bureau expéditeur, après examen, renvoie le bulletin, avec ses observations, s'il y a lieu.

6.—En cas de manque d'une dépêche, d'un objet recommandé, de la feuille d'avis ou de la liste spéciale, le fait est constaté immédiatement dans la forme voulue par deux agents du bureau d'échange destinataire, et porté à la connaissance du bureau d'échange expéditeur au moyen du bulletin de vérification. Si le cas le comporte, ce dernier bureau peut en outre être avisé par télégramme aux frais de l'Office expéditeur du télégramme. En même temps, un bulletin de vérification est envoyé par le bureau destinataire à l'Administration dont relève le bureau expéditeur.

Dès la rentrée d'une dépêche dont l'absence avait été signalée au bureau d'origine ou à un bureau intermédiaire, il y a lieu d'adresser au même bureau un second bulletin de vérification, annonçant la réception de cette dépêche.

7.—En cas de perte d'une dépêche close, les Offices intermédiaires sont rendus responsables des objets recommandés que renfermait la dépêche, dans les limites de l'article 8 de la Convention, à condition que la non-réception de cette dépêche leur ait été signalée aussitôt que possible.

8.—Lorsque le bureau destinataire n'a pas fait parvenir au bureau expéditeur, par le premier courrier après la vérification un bulletin constatant des erreurs ou des irrégularités quelconques, l'absence de ce document vaut comme accusé de réception de la dépêche et de son contenu, jusqu'à preuve du contraire.

## XXIV

### DÉPÊCHES ÉCHANGÉES AVEC DES BATIMENTS DE GUERRE

1. —L'établissement d'une échange, en dépêches closes, entre un Office postal de l'Union et des divisions navales ou bâtiments de guerre de même nationalité, doit être notifié, autant que possible à l'avance, aux Offices intermédiaires.

2. — La suscription de ces dépêches est rédigée comme suit:

Du bureau de...

Pour { la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à... / le bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à...

De la division navale (nationalité) de (designation de la division) à...

Du bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à...

Pour de bureau de...

(Pays)

3. — Les dépêches à destination ou provenant de divisions navales ou de bâtiments de guerre sont acheminées, sauf indication d'une voie spéciale sur l'adresse, par les voies les plus rapides et dans les mêmes conditions que les dépêches échangées entre bureaux de poste.

Quand les dépêches à destination d'une division navale ou d'un bâtiment de guerre sont expédiées en dehors, le capitaine du paquebot postal qui les transporte, les tient a la disposition du commandant de la division ou du bâtiment destinataire pour le cas ou celui-ci viendrait demander au paquebot en route la livraison de ces dépêches.

4. — Si les bâtiments ne se trouvent pas au lieu de destination quand les dépêches à leur adresse y arrivent, ces dépêches sont conservées au bureau de poste, en attendant leur retrait par le destinataire ou leur réexpédition sur un autre point. La réexpédition peut être demandée, soit par l'Office postal d'origine, soit par le commandant de la division navale ou du bâtiment destinataire, soit enfin par un Consul de même nationalité.

5. — Celles des dépêches dont il s'agit qui portent la mention «Aux soins du Consul de...» sont consignées au Consulat du pays d'origine. Elles peuvent être ultérieurement, à la demande du Consul, réintégrées dans le service postal et réexpédiées sur le lieu d'origine ou sur une autre destination.

6.—Les dépêches à destination d'un bâtiment de guerre sont considérées comme étant en transit jusqu'à leur remise au commandant de ce bâtiment de guerre, alors même qu'elles auraient été primitivement adressées aux soins d'un bureau de poste ou à un Consul chargé de servir d'agent de transport intermédiaire; elles ne sont donc pas considérées comme étant parvenues à leur adresse, tant qu'elles n'auront pas été délivrées au bâtiment de guerre respectif.

## XXV

### CORRESPONDANCES RÉEXPEDIÉES

1.—En exécution de l'article 14 de la Convention, et sauf les exceptions prévues au paragraphe 2 suivant, les correspondances de toute nature adressées, dans l'Union, à des destinataires ayant changé de résidence, sont traitées par l'Office distributeur comme si elles avaient été adressées directement du lieu d'origine au lieu de la nouvelle destination.

2.—A l'égard, soit des envois du service interne de l'un des pays de l'Union qui entrent par suite de réexpedition dans le service d'un autre pays de l'Union, soit des envois échangés entre deux pays de l'Union qui ont adopté dans leurs relations réciproques une taxe inférieure à la taxe ordinaire de l'Union, mais entrant, par suite de réexpédition, dans le service d'un troisième pays de l'Union vis-à-vis duquel la taxe est la taxe ordinaire de l'Union, soit, enfin, des envois échangés pour leur premier parcours entre localités de deux services limitrophes pour lesquels il existe une taxe réduite, mais réexpédiés sur d'autres localités de ces pays de l'Union ou sur une autre pays de l'Union, on observe les règles suivantes:

1.—Les envois non affranchis ou insuffisamment affranchis pour leur premier parcours sont frappés, par l'Office distributeur, de la taxe applicable aux envois de même nature directement adressés du point d'origine au lieu de la destination nouvelle.

2.—Les envois régulièrement affranchis pour le premier parcours et dont le complément de taxe afférent au parcours ultérieur n'a pas été acquitté avant leur réexpédition, sont frappés, suivant la nature, par l'Office distributeur, d'une taxe égale à la différence entre le prix d'affranchissement déjà acquitté et celui qui aurait été perçu si les envois avaient été expediés primitivement sur la nouvelle destination. Le montant de cette différence doit être exprimé en francs et centimes, à côté des timbres-poste, par l'Office réexpéditeur.

Dans l'un et l'autre cas, les taxes prévues ci-dessus restent exigibles du destinataire alors même que, par suite de réexpeditions successives, les envois reviennent dans le pays d'origine.

3.—Lorsque des objets primitivement adressés à l'interieur d'un pays de l'Union et affranchis en numéraire sont réexpédiés à un autre pays, l'Office réexpéditeur doit indiquer, sur l'objet, le montant de la taxe perçue en numéraire.

4.—Les objets de toute nature mal dirigés sont, sans aucun délai, réexpédiés par la voie la plus prompte sur leur destination.

5.—Les correspondances de toute nature, ordinaires ou recommandées, qui, portant une adresse incomplète ou erronée, sont renvoyés aux expéditeurs pour qu'ils la complètent ou rectifient, ne sont pas, quand elles sont remises dans le service avec une suscription complète ou rectifiée, considerées comme des correspondances réexpédiées, mais bien comme des nouveaux envois, et deviednent, par suite, passibles d'une nouvelle taxe.

## XXVI

### CORRESPONDANCES TOMBÉES EN REBUT

1.—Les correspondances de toute nature qui sont tombées en rebut, pour quelque cause que ce soit, doivent être renvoyées, aussitôt après les délais de conservation voulus par les règlements du pays destinataire, et au plus tard dans un délai de six mois dans les relations avec les pays d'outre-mer et de deux mois pour les autres relations, par l'intermédiaire des bureaux d'échange respectifs et en une liasse spéciale étiquetée: «Rebuts» et portant l'indication du pays d'origine des correspondances. Les termes de deux mois et de six mois comptent à partir deau fin du mois dans lequel les correspondances sont parvenues la bureau de destination.

2.—Toutefois, les correspondances recommandées tombées en rebut sont renvoyées au bureau d'échange du pays d'origine comme s'il s'agissait de correspondances recommandées à distinatination de ce pays, sauf qu'en regard de l'inscription nominative au tableau n. 1 de la feuille d'avis ou sur la liste détachée la mention «Rebuts» est consignée dans la colonne «Observations» par le bureau réexpéditeur.

3.—Par exception, deux Offices correspondants peuvent, d'un commun accord, adopter un autre mode de renvoi de rebuts, ainsi que se dispenser de se renvoyer réciproquement certains imprimés considérés comme dénués de valeur.

4.—Avant de renvoyer à l'Office d'origine les correspondances non distribuées pour un motif quelconque, l'Office destinataire doit indiquer d'une manière claire et concise, en langue française, au verso de ces objets, la cause de la non-remise sous la forme suivante: inconnu, refusé, parti, non réclamé, décédé, etc. Cette indication est fournie par l'application d'un timbre ou l'apposition d'une étiquette. Chaque Office a la faculté d'ajouter la traduction, dans sa propre langue, de la cause de non-remisse et les autres indications qui lui conviennent.

5.—Si des correspondances mises à la poste dans un pays de l'Union et adressées à l'intérieur de ce même pays ont pour expéditeurs des personnes habitant un autre pays et doivent, par suite de non-distribution et de mise en rebut, être renvoyées à l'étranger pour être rendues à leurs auteurs, elles deviennent des envois de l'échange international. En pareil cas, l'Office réexpéditeur et l'Office distributeur font application aux dites correspondances des dispositions des §§ 2 et 3 de l'article XXV précédent.

6.—Les correspondances pour les marins et autres personnes adressées aux soins d'un Consul et rendues par celui-ci au bureau de poste local comme non réclamées doivent être traitées de la manière prescrite par le § 1 pour les rebuts en général. Le montant des taxes perçues à la charge du Consul sur ces correspondances doit en même temps lui être rendu par le bureau de poste local.

## XXVII

### RÉCLAMATION D'OBJETS ORDINAIRES NON PARVENUS

1.—Toute réclamation relative à un objet de correspondance ordinaire non parvenu à destination donne lieu au procédé suivant:

1° Il est remis au réclamant une formule conforme au modèle E ci-annexé, avec prière d'en remplir, aussi exactement que possible, la partie qui le concerne.

2° Le bureau où la réclamation s'est produite transmet la formule directement au bureau correspondant. La transmission s'effectue d'office et sans aucun écrit.

3° Le bureau correspondant fait présenter la formule au destinataire ou à l'expéditeur, selon le cas, avec prière de fournir des renseignements à ce sujet.

4° Munie de ces renseignements, la formule est renvoyée d'office au bureau qui l'a dressée.

5° Dans le cas où la réclamation est reconnue fondée, elle est transmise à l'Administration centrale pour servir de base aux investigations ultérieures.

6° A moins d'entente contraire, la formule est rédigée en français ou porte une traduction française.

2.—Toute Administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau International, que les réclamations qui concernent son service soient transmises à son Administration centrale ou à un bureau spécialement désigné par elle.

## XXVIII

### RÉCLAMATION D'OBJETS RECOMMANDÉS

1.—Pour les réclamations d'objets recommandés, il est fait usage d'une formule conforme au modèle F annexé au présent Règlement. L'Office du pays d'origine, après avoir établi les dates de transmission des envois en question au service suivant, transmet cette formule directement à l'Office de destination.

2.—Lorsque l'Office destinataire est en état de fournir les renseignements sur le sort définitif de l'envoi réclamé, il renvoie cette formule, revêtue des renseignements que le cas comporte, à l'Office d'origine.

3.—Lorsque le sort d'un envoi qui a passé à découvert par plusieurs services ne peut être immédiatement constaté dans le service du pays de destination, l'Office destinataire transmet la formule au premier Office intermédiaire, qui, après avoir établi les données de la transmission de l'objet au service suivant, transmet la réclamation à l'Office suivant et ainsi de suite, jusqu'à ce que le sort définitif de l'objet réclamé soit établi. L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir, ni la remise, ni la transmission régulière à une autre Administration, constate le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

4.—Les formules F sont rédigées en français ou portent une traduction sublinéaire en cette langue. Elles sont transmises sans lettre d'envoi sous enveloppe fermée, et soumises à la formalité de la recommandation. Chaque Administration est libre de demander, par une notification adressée au Bureau International, que les réclamations qui concernent son service soient transmises, soit à son Administration centrale, soit à un bureau spécialement désigné, soit enfin directement au bureau de destination ou, si elle est seulement intéressée à titre d'intermédiaire, au bureau d'échange auquel l'envoi a été expédié.

5.—Les dispositions que précèdent ne s'appliquent pas aux cas de spoliation de dépêche, manque de dépêche, etc., qui comportent une correspondance plus étendue entre les Administrations.

## XXIX

### RETRAIT DE CORRESPONDANCES ET RECTIFICATION D'ADRESSES

1.—Pour les demandes de renvoi ou de réexpédition de correspondances, ainsi que pour les demandes de rectification d'adresses, l'expéditeur doit faire usage d'une formule conforme au modèle G, annexé au présent Rglement. En remettant cette réclamation au bureau de poste, l'expéditeur doit y justifier de son identité et produire, s'il y a lieu, le bulletin du dépôt. Après la justification, dont l'Administration du pays d'origine assume la responsabilité, il est procédé de la manière suivante:

1° Si la demande est destinée à être transmise par voie postale, la formule, accompagnée d'un fac-similé parfait de l'enveloppe ou suscription de l'envoi, est expédiée directement, sous pli recommandé, au bureau de poste destinataire.

2° Si la demande doit être faite par voie télégraphique, la formule est déposée au service télégraphique chargé d'en transmettre les termes au bureau de poste destinataire.

2.—A la réception de la formule G ou du télégramme en tenant lieu, le bureau de poste destinataire recherche la correspondance signalée et donne à la demande la suite nécessaire.

Toutefois, s'il s'agit d'un changement d'adresse demandé par voie télégraphique le bureau destinataire se borne à retenir la lettre et attend, pour faire droit à la demande, l'arrivée du fac-similé nécessaire.

Si la recherche est infructueuse, si l'objet a déjà été remis au destinataire, ou si la demande par voie télégraphique n'est pas assez explicite pour permettre de reconnaître sûrement l'objet de correspondance indiqué, le fait est signalé immédiatement au bureau d'origine, qui en prévient le réclamant.

3.—A moins d'entente contraire, la formule G est rédigée en français ou porte une traduction sublinéaire en cette langue, et dans le cas d'emploi de la voie télégraphique, le télégramme est formulé en langue française.

4.—Une simple correction d'adresse (sans modification du nom ou de la qualité du destinataire) peut aussi être demandée directement au bureau destinataire, c'est-à-dire sans l'accomplissement des formalités prescrites pour le changement d'adresse proprement dit.

5.—Toute administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau International que l'échange des réclamations, en ce qui la concerne, soit effectué par l'entremise de son administration centrale ou d'un bureau spécialement désigné.

Dans le cas où l'échange des réclamations s'effectue par l'entremise des administrations centrales il doit être tenu compte des demandes expédiées directement par les bureaux d'origine aux bureaux de destination, dans ce sens que les correspondances y relatives sont exclues de la distribution jusqu'à l'arrivée de la réclamation de l'Administration centrale.

Les Administrations qui usent de la faculté prévue par le premier alinéa du présent paragraphe prennent à leur charge les frais que peut entraîner la transmission, dans leur service intérieur, par voie postale ou télégraphique, des communications à échanger avec le bureau destinataire.

Le recours à la voie télégraphique est obligatoire lorsque l'expéditeur a lui-même fait usage de cette voie et que le bureau destinataire ne peut pas être prévenu en temps utile par la voie postale.

## XXX

### EMPLOI DE TIMBRES-POSTE PRÉSUMÉS FRAUDULEUX

Sous réserve des dispositions que comporte la législation de chaque pays, même dans les cas où cette réserve n'est pas expressément stipulée dans les dispositions du présent article, le procédé ci-après est suivi pour la constatation de l'emploi, pour l'affranchissement, de timbres-poste frauduleux:

*a*) Lorsque la présence, sur un envoi quelconque, d'un timbre-poste frauduleux (contrefait ou ayant déjà servi) est constatée au départ, par un Office dont la législation particulière n'exige pas la saisie immédiate de l'envoi, la figurine n'est altérée d'aucune façon, et l'envoi, inséré dans une enveloppe à l'adresse du bureau destinataire, est acheminé sous recommandation d'office.

*b*) Cett formalité est notifiée, sans délai, aux Administrations des pays d'origine et de destination, au moyen d'un avis conforme au modèle H annexé au présent Règlement. Un exemplaire de cet avis est, en outre, transmis au bureau de destination dans l'enveloppe qui renferme l'objet revêtu du timbre-poste réputé frauduleux,

*c*) Le destinataire est convoqué pour constater la contravention.

La remise de l'envoi n'a lieu que dans le cas où le destinataire ou son fondé de pouvoirs consent à faire connaître le nom et l'adresse de l'expéditeur, et à mettre à la disposition de la poste, après avoir pris connaissance du contenu, l'objet entier s'il est inséparable du corps du délit ou bien la partie de l'objet (enveloppe, bande, portion de lettre, etc.) qui contient la suscription et le timbre signalé comme frauduleux.

*d*) Le resultat de la convocation est constaté par un procès-verbal conforme au modèle I annexé au présent Règlement et où il est fait mention des incidents survenus, tels que non-comparution, refus de recevoir l'envoi, de l'ouvrir ou d'en faire connaître l'expéditeur, etc. Ce document est signé par l'agent des postes et par le destinataire de l'envoi ou son fondé de pouvoirs; si ce dernier refuse de signer, le refus est constaté aux lieu et place de la signature.

Le procès-verbal est transmis, avec pièces à l'appui et par l'intermédiaire de l'Administration du pays de destination, à l'Administration des postes du pays d'origine, qui, à l'aide de ces documents, fait poursuivre, s'il y a lieu, la répression de l'infraction d'après sa législation intérieure.

## XXXI

### FRAIS DE TRANSIT

1.—La statistique effectuée au mois de mai 1896 pour le décompte de frais de transit sortira ses effets jusqu'à l'expiration de la Convention du 15 juin 1897 et du présent Règlement, sous réserve des dispositions prévues aux paragraphes 2 et 3 suivants.

2.—Dans le cas d'accession à l'Union d'un pays ayant des relations importantes, les pays de l'Union dont la situation pourrait, par suite de cette circonstance, se trouver modifiée sous le rapport du payement des frais de transit, ont la faculté de réclamer une statistique spéciale se rapportant exclusivement au pays nouvellement entré.

3.—Lorsqu'il se produit une modification importante dans le mouvement des correspondances et pour autant que cette modification affecte une période de six mois, au moins, les Offices intéressés s'entendent pour régler entre eux, au besoin par la voie d'une nouvelle statistique, le partage des frais de transit proportionnellement à la part d'intervention des dits Offices dans le transport des correspondances auxquelles ces frais se rapportent.

4.—Le simple entrepôt, dans un port, de dépêches closes apportées par un paquebot et destinées à être reprises par un autre paquebot, ne donne pas lieu au payement de frais de transit territorial au profit de l'Office des postes du lieu d'entrepôt.

## XXXII

### DÉCOMPTE DES FRAIS DE TRANSIT

1.—En vue de l'exécution des dispositions des chiffres 1° et 2° du § 5 de l'article 4 de la Convention, ou procédera comme suit:

*a*) Chaque Administration de l'Union transmet au Bureau International, sur une formule *ad hoc* que ce dernier lui aura fait parvenir, un relevé des sommes à payer ou à recevoir, sur la base de la statistique de 1896, par chacune des Administrations correspondantes, du chef du transit territorial, à l'exclusion des frais de transit extraordinaires prévus au § 4 de l'article 4 de la Convention et sans tenir compte des reductions prévues au § 5, chiffre 1°, du même article 4;

*b*) En cas de différences entre les indications correspondantes de deux Administrations, le Bureau International les invite à se mettre d'accord et à lui communiquer les sommes définitivement fixées ;

*c*) Dans les cas où l'une des Administrations correspondantes n'a pas fourni l'indication dans le délai déterminé par le Bureau International, les indications de l'autre Administration font foi ;

*d*) Aucune réclamation n'est admise de la part des Administrations qui n'ont pas fourni dans le délai déterminé par le Bureau International les indications prévues ci-dessus ;

*e*) Le Bureau International désigne, sur la base de la statistique de 1896, les pays à exonérer de tout payement du chef du transit territorial, jusqu'à l'expiration de la Convention de Washington et du présent Règlement, relève le total des sommes que ces pays auraient à payer et en opère la déduction proportionnelle sur le total des créances brutes des autres pays afférentes à ce transit. Il effectue en second lieu la réduction déterminée par le § 5, chiffre 1°, de l'article 4 de la Convention et transmet le résultat définitif à toutes les Administrations, avec indication, pour chacune delles, du montant de sa dette ou de son avoir vis-à-vis de chacune des autres Administrations intéressées.

2.—Le soin d'établir les comptes des frais de transit maritime, sur la base des articles 4 et 17 de la Convention principale et avec les réductions prévues au chiffre 3° du § 5 du premier de ces articles, incombe à l'Office créditeur, qui les transmet à l'Office débiteur. Celui-ci les renvoie, acceptés ou avec ses observations, dans le plus bref délai possible. Lorsqu'il ne les aura pas renvoyés dans le délai de six mois, les décomptes seront faits d'après les comptes établis par l'Office créditeur.

## XXXIII

### LIQUIDATION DES FRAIS DE TRANSIT

1.—Le solde annuel résultant de la balance des comptes réciproques entre deux Offices est payé par l'Office débiteur à l'Office créditeur, en francs effectifs et au moyen de traites tirées sur une place du pays créditeur au gré de l'Office débiteur. Les frais du payement, y compris les frais d'escompte, restant, le cas échéant, à la charge de l'Office débiteur.

2.—Le payement des comptes des frais afférents à un exercice doit être effectué dans le plus bref délai possible, et, au plus tard, avant l'expiration du premier semestre de l'exercice suivant. En tout cas, si l'Office qui a envoyé le compte n'a reçu dans cet intervalle aucune observation rectificative, ce compte est considéré comme admis de plein droit. Cette disposition s'applique également aux observations non contestées faites par un Office sur les comptes présentés par un autre Office. Passé ce délai de six mois, les sommes dues par un Office à un autre Office sont productives d'intérêts à raison de 5 pour cent l'an et à dater du jour d'expiration dudit délai.

8.—Est réservée, toutefois, aux Offices intéressés la faculté de prendre d'un commun accord d'autres dispositions que celles qui sont formulées dans le présent article.

## XXXIV

### RÉPARTITION DES FRAIS DU BUREAU INTERNATIONAL

1. — Les frais communs du Bureau International ne doivent pas dépasser, par année, la somme de 125,000 francs, non compris les frais spéciaux auxquels donne lieu la réunion d'un Congrès ou d'une Conférence.

2. — L'Administration des postes suisses surveille les dépenses du Bureau International, fait les avances nécessaires et établit le compte annuel, qui est communiqué à toutes les autres Administrations.

3. — Pour la répartition des frais, les pays de l'Union sont divisés en sept classes, contribuant chacune dans la proportion d'un certain nombre d'unités, savoir:

| | | |
|---|---|---|
| 1re classe | 25 | unités |
| 2e » | 20 | » |
| 3e » | 15 | » |
| 4e » | 10 | » |
| 5e » | 5 | » |
| 6e » | 3 | » |
| 7e » | 1 | unité |

4. — Ces coefficients son multipliés par le nombre de pays de chaque classe, et la somme des produits ainsi obtenus fournit le nombre d'unités par lequel la dépense totale doit être divisée. Le quotient donne le montant de l'unité de dépense.

5. — Les pays de l'Union sont classés ainsi qu'il suit, en vue de la répartition des frais:

1re classe: Allemagne, Autriche-Hongrie, États-Unis d'Amérique, France, Grande-Bretagne, Inde-britannique, colonies britanniques de l'Australasie, ensemble des autres colonies et protectorats britanniques, moins le Canada, Italie, Russie, Turquie ;

2e classe: Espagne ;

3e classe: Belgique, Brésil, Canada, Égypte, Japon, Pays-Bas, Roumanie, Suède, colonies ou provinces espagnoles d'outre-mer, colonies et protectorats français de l'Indo-Chine et ensemble des autres colonies françaises, Indes néerlandaises ;

4e classe : Danemark, Norvége, Portugal, Suisse, colonies portugaises :

5e classe : Argentine (République), Bosnie-Herzégovine, Bulgarie, Chili, Colombie, Grèce, Mexique, Pérou, Serbie, Tunisie ;

6e classe : République Majeure de l'Amérique centrale, Bolivie, Costa-Rica, République Dominicaine, Equateur, Guatemala, Haïti, Luxembourg, Paraguay, Perse, Royaume de Siam, Sud-Africaine (République), Uruguay, Venezuela, protectorats allemands, colonies danoises, colonie de Curaçao (ou Antilles néerlandaises), colonie de Surinam (ou Guyane néerlandaise) ;

7e classe : Etat indépendant du Congo, Corée, Hawai, Libéria, Monténégro.

## XXXV

### COMMUNICATIONS À ADRESSER AU BUREAU INTERNATIONAL

1. — Le Bureau International sert d'intermédiaire aux notifications régulières et générales qui intéressent les relations internationales.

2. — Les Administrations faisant partie de l'Union doivent se communiquer, notamment, par l'intermédiaire du Bureau International :

1°, l'indication des surtaxes qu'elles perçoivent par application de l'article 5 de la Convention, en plus de la taxe de l'Union, soit pour port maritime, soit pour frais de transport extraordinaire, ainsi que la nomenclature des pays par rapport auxquels ces surtaxes son perçues, et, s'il y a lieu, désignation des voies qui en motivent la perception ;

2°, la collection en cinq exemplaires de leurs timbre-poste, avec indication, le cas échéant, de la date à partir de laquelle les timbres-poste des émissions antérieures cesseraient d'avoir cours ;

3°, l'avis si elles entendent user de la faculté qui est laissée aux Administrations d'appliquer ou de ne pas appliquer certaines dispositions générales de la Convention et du présent Règlement ;

4°, les taxes modérées qu'elles ont adoptées, soit en vertu d'arrangements particuliers conclus par application de l'article 21 de la Convention, soit en exécution de l'article 20 de la Convention, et l'indication des rélations dans lesquelles ces taxes modérées son applicables.

3.—Toute modification apportée ultérieurement, à l'égard de l'un ou l'autre des quatre points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée sans retard de la même manière.

4.—Le Bureau International reçoit également de toutes les Administrations de l'Union deux exemplaires de tous les documents qu'elles publient, tant sur le service intérieur que sur le service international.

## XXXVI

### STATISTIQUE GÉNÉRALE

1.—Chaque Administration fait parvenir, à la fin du mois de juillet de chaque année, au Bureau International, une série aussi complète que possible de renseignements statistiques se rapportant à l'année précédente, sous forme de tableaux conforme ou analogues aux modéles ci-annexés K e L.

2.—Les operations de service qui donnent lieu à enregistrement font l'objet de relevés périodiques, d'après les écritures effectuées.

3.—Pour toutes les autres opérations il est procédé à un dénombrement, pendant une semaine ou moins pour les échanges quotidiens, et pendant quatre semaines pour les échanges non quotidiens, avec faculté pour chaque Administration de faire un dénombrement séparé pour chaque catégorie de correspondances.

4.—Est réservé à chaque Administration le droit de procéder à ce dénombrement aux époques qui se rapprochent le plus de la moyenne de son trafic postal.

5.—Le Bureau International est chargé de faire imprimer et de distribuer les formules de statistique à remplir par chaque Administration. Il est chargé, en outre, de fournir aux Administrations qui en feront la demande toutes les indications nécessaires sur les règles à suivre pour assurer, autant que possible, l'uniformité des opérations de statistique.

## XXXVII

### ATTRIBUTIONS DU BUREAU INTERNATIONAL

1.—Le Bureau International dresse une statistique générale pour chaque année.

2.—Il rédige, à l'aide des documents qui sont mis à sa disposition, un journal spécial en langues allemande, anglaise et française.

3.—Le Bureau International publie, d'après les informations fournies en vertu des prescriptions de l'article XXXV precedent, un recueil officiel de tous les renseignements d'intérêt général concernant l'exécution de la Convention et du présent Règlement dans chaque pays de l'Union. Les modifications ultérieures sont publiées par suppléments semestriels. Toutefois, dans les cas d'urgence, lorsqu'une Administration demande expressément la publication immédiate d'un changement qui s'est produit dans son service, le Bureau International en fait l'objet d'une circulaire spéciale.

Des recueils analogues concernant l'exécution des Arrangements spéciaux de l'Union peuvent être publiés par le Bureau International sur la demande des Administrations participant à ces Arrangements.

4.—Tous les documents publiés par le Bureau International sont distribués aux Administrations de l'Union dans la proportion du nombre d'unités contributives assignées à chacune d'elles par l'article XXXIV précédent.

5.—Les exemplaires et documents supplémentaires qui seraient réclamés par ces Administrations sont payés à part, d'après leur prix de revient.

6.—Le Bureau international doit, d'ailleurs, se tenir en tout temps à la disposition des membres de l'Union, pour leur fournir, sur les questions relatives au service international des postes, les renseignements spéciaux dont ils pourraient avoir besoin.

7.—Le Bureau International instruit les demandes de modification ou d'interprétation des dispositions qui régissent l'Union. Il notifie les résultats de chaque instruction, et toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

8.—Le Bureau International opère la balance et la liquidation des décomptes de toute nature entre les Administrations de l'Union qui déclarent vouloir emprunter l'intermédiaire de ce Bureau dans les conditions déterminées par l'article XXXVIII ci-après.

9.—Le Bureau International prépare les travaux des Congrès ou Conférences. Il pourvoit aux copies et impressions nécessaires à la rédaction et à la distribution des amendements, procès verbaux et autres renseignements.

10.—Le directeur de ce Bureau assiste au séances des Congrès ou Conférences et prend part aux discussions sans voix délibérative.

11.—Il fait sur sa gestion un rapport annuel qui est communiqué à toutes les Administrations de l'Union.

12.—La langue officielle du Bureau International est la langue française.

13.—Le Bureau international est chargé de publier un dictionnaire alphabétique de tous les bureaux de poste du monde, avec une mention spéciale pour ceux de ces bureaux chargés de services qui ne sont pas encore généralisés. Ce dictionnaire est tenu au courant au moyen de suppléments ou de toute autre manière que le Bureau International jugera convenable.

Le dictionnaire mentionné au présent paragraphe est livré au prix de revient aux Administrations qui en font la demande.

## XXXVIII

### OFFICE CENTRAL DE COMPTABILITÉ ET DE LIQUIDATION DES COMPTES ENTRE LES ADMINISTRATIONS DE L'UNION

1.—Le Bureau International de l'Union Postale Universelle est chargé d'opérer la balance e la liquidation des décomptes de toute nature relatifs au service international des postes entre les Administrations des pays de l'Union qui ont le franc pour unité monétaire ou qui se sont mises d'accord sur le taux de conversion de leur monnaie en francs et centimes métalliques.

Les Administrations qui ont l'intention de réclamer, pour ce service de liquidation, le concours du Bureau International, se concertent, à cet effet, entre elles et avec ce Bureau.

Malgré son adhésion, chaque Administration conserve le droit d'établir à son choix des décomptes spéciaux pour diverses branches du service et d'en opérer à sa convenance le règlement avec ses correspondants, sans employer l'intermédiaire du Bureau International, auquel, à teneur de l'alinéa qui précède, elle se borne à indiquer pour quelles branches de service et pour quels pays elle réclame ses offices.

Sur la demande des Administrations intéressées, les décomptes télégraphiques peuvent aussi être indiqués au Bureau International pour entrer dans la compensation des soldes.

Les Administrations qui auront emprunté l'intermédiaire du Bureau International pour la balance et la liquidation des décomptes peuvent cesser d'user de cet intermédiaire trois mois après qu'elles en auront averti le dit Bureau.

2.—Après que les comptes particuliers ont été débattus et arrêtés d'un commun accord, les Administrations débitrices transmettent aux Administrations créditrices, pour chaque nature d'opérations, une reconnaissance, établie en francs et centimes, du montant de la balance des deux comptes particuliers, avec l'indication de l'objet de la créance et de la période à laquelle elle se rapporte.

Toutefois, en ce qui concerne l'échange des mandats, la reconnaissance doit être transmise par l'Office débiteur dès l'établissements de son propre compte particulier et la réception du compte particulier de l'Office correspondant, sans attendre qu'il ait été procédé à la vérification de détail. Les differences ultérieurement constatées sont reprises dans le premier compte à intervenir.

Sauf entente contraire, l'Administration qui désirerait, pour sa comptabilité interieure, avoir des comptes généraux, aurait à les établir elle-même et à les soumettre à l'acceptation de l'Administration correspondante.

Les Administrations peuvent s'entendre pour pratiquer un autre système dans leurs relations.

3.—Chaque Administration adresse mensuellement au Bureau International un tableau indiquant son Avoir du chef des décomptes particuliers, ainsi que le total des sommes dont elle est créditrice envers chacune des Administrations contractantes; chaque créance figurant dans ce tableau doit être justifiée par une reconnaissance de l'Office débiteur.

Ce tableau doit parvenir au Bureau Internacional le 19 de chaque mois au plus tard, sous peine de n'être compris que dans la liquidation du mois suivant.

4.—Le Bureau international constate, en rapprochant les reconnaissances, si les tableaux sont exacts. Toute rectification nécessaire est notifiée aux Offices interessés.

Le Doit de chaque Administration envers une autre est reporté dans un tableau récapitulatif; afin d'établir le total dont chaque Administration est débitrice, il suffit d'additionner les diverses colonnes de ce tableau récapitulatif.

5.—Le Bureau International réunit les tableaux et les récapitulations en une balance générale indiquant:

*a)* le total du Doit et de l'Avoir de chaque Administration;

*b)* le solde débiteur ou le solde créditeur de chaque Administration, représentant la différence entre le total du Doit et le total de l'Avoir;

*c)* les sommes à payer par une partie des membres de l'Union à une Administration, ou réciproquement les sommes à payer par cette dernière à l'autre partie.

Les totaux des deux catégories de soldes sous *a* et *b* doivent nécessairement être égaux.

On pourvoira autant que possible à ce que chaque Administration n'ait à effectuer, pour se libérer, qu'un ou deux payements distincts.

Toutefois, l'Administration qui se trouve habituellement à découvert vis-à vis d'une autre Administration pour une somme supérieure à 50.000 francs a le droit de reclamer des acomptes.

Ces acomptes sont inscrits, tant par l'Administration créditrice que par l'Administration débitrice, au bas des tableaux à adresser au Bureau International (voir § 3°).

6—Les reconnaissances (voir § 3) transmises au Bureau International avec les tableaux sont classées par Administration.

Elles servent de base pour l'établissement de la liquidation de chacune des Administrations intéresseés. Dans cette liquidation doivent figurer:

*a)* les sommes afférentes aux décomptes speciaux portant sur les divers échanges;

*b)* le total des sommes résultant de tous les décomptes spéciaux par rapport à chacune des Administrations intéressées;

*c)* les totaux des sommes dues à toutes les Administrations créditrices pour chaque branche du service, ainsi que leur total général.

Ce total doit être égal au total du Doit qui figure dans la récapitulation.

Au bas de la liquidation, la balance est établie entre le total du Doit et le total de l'Avoir résultant des tableaux adressés par les Administrations au Bureau International (voir § 3) Le montant net du Doit ou de l'Avoir doit être égal au solde débiteur ou au solde créditeur porté dans la balance générale. En outre, la liquidation statue sur le mode de liquidation, c'est-à-dire qu'elle indique les Administrations en faveur desquelles le payement doit être effectué par l'Administration débitrice.

Les liquidations doivent être transmises aux Administrations interessées, par le Bureau International, au plus tard le 22 de chaque mois.

7—Le payement des sommes dues, en vertu d'une liquidation, par une Administration à une autre Administration, doit être effectué aussitôt que possible et au plus tard quinze jours après réception de la liquidation par l'Administration débitrice.

Les soldes débiteurs ou créditeurs n'excédant pas 500 francs peuvent être reportés à la liquidation du mois suivant, à la condition toutefois que les Administrations intéressées soient en rapport mensuel avec le Bureau International. Il est fait mention de ce rapport dans les récapitulations et dans les liquidations pour les Administrations créditrices et débitrices. L'Administration débitrice fait parvenir, les cas échéant, à l'Administration créditrice, une reconnaissance de la somme due, pour être portée au prochain tableau.

## XXXIX

### LANGUE

1.—Les feuilles d'avis, tableaux, relevés et autres formules à l'usage des Administrations de l'Union pour leurs relations réciproques doivent, en règle générale, être rédigés en langue française, à moins que les Administrations intéressées n'en disposent autrement par une entente directe.

2.—En ce qui concerne la correspondance de service, l'état des choses actuel est maintenu, sauf autre arrangement à intervenir ultérieurement et d'un commun accord entre les Administrations intéressées.

## XL

### RESSORT DE L'UNION

1.— Sont considérés comme appartenant à l'Union postale universelle:

1°, les bureaux de poste allemands établis à Apia (iles Samoa) à Shang-Hai, à Tien-Tsin et à Chefoo (Chine), comme relevant de l'Administration des postes d'Allemagne;

2°, la principauté de Liechtenstein, comme relevant de l'Administration des postes d'Autriche;

3°, l'Islande et les iles Féroë, comme faisant partie du Danemark;

4°, les possessions espagnoles de la côte septentrionale d'Afrique, comme faisant partie de l'Espagne; la République du Val-d'Andorre, les établissements de poste de l'Espagne sur la côte occidentale du Maroc, comme relevant de l'Administration des postes espagnoles;

5°, l'Algérie, comme faisant partie de la France; la principauté de Monaco et les bureaux de poste français établis au Maroc, à Shang-Hai et à Tien-Tsin (Chine); et à Zanzibar, comme relevant de l'Administration des postes de France;

6°, les agences postales que l'Administration des postes de Gibraltar entretien à Tanger, Larache, Rabat, Casablanca, Saffi, Mazagant et Mogador (Maroc);

7°, les bureaux de poste que l'Administration de la colonie anglaise de Hong-Kong entretient à Hoihow (Kiung-Schow), Canton, Swatow, Amoy, Foo-Chow, Ningpo, Shan-Hai e Hankow (Chine);

8°, les établissements de poste indiens d'Aden, de Mascate, du golfe Persique et de Guadur, comme relevant de l'Administration des postes de l'Inde britannique;

9°, la République de Saint-Marin et le bureau italien de Tripoli de Barbarie, comme relevant de l'Administration des postes d'Italie;

10°, les bureaux de poste que l'Administration japonaise a établis à Shang-Haï, à Tientsin et à Chefoo (Chine), à Fusanpo, à Genzanshin et à Jinsen (Corée);

11°, le Grand-Duché de Finlande, comme faisant partie intégrante de l'Empire de Russie;

12°, Basutoland, comme relevant de l'Administration des postes de la colonie du Cap de Bonne-Espérance;

13°, Walfisch-Bay, comme faisant partie de la colonie du Cap de Bonne Espérance.

2. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, les Administrations des pays de l'Union qui ouvrent dans des pays étrangers à l'Union des bureaux de poste qui doivent être considérés comme appartenant à l'Union, en font communication aux Administrations de tous les autres pays de l'Union, par l'intermédiaire du Bureau International.

## XLI

### PROPOSITIONS FAITES DANS L'INTERVALLE DES RÉUNIONS

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, toute Administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau International, des propositions concernant les dispositions du présent Règlement.

2. — Toute proposition est soumise au procédé suivant:

Un délai de six mois est laissé aux Administrations pour examiner les propositions et pour faire parvenir au Bureau International, le cas échéant, leurs observations. Les amendements ne sont pas admis. Les réponses sont réunies par les soins du Bureau International et communiquées aux Administrations avec l'invitation de se prononcer pour ou contre. Les Administrations qui n'ont point fait parvenir leur vote dans un délai de six mois, à comptor de la date de la seconde circulaire du Bureau International leur notifiant les observations apportées, sont considérées comme s'abstenant.

3.—Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir;

1° l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles III, IVi, VII, XII, XXIX, XXX, XXXI, XXXIII et XLII;

2° les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions des articles I, II, V, VI, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXXII, XXXVI, XXXVIII, XXXIX et XL;

3° la simple majorité absolue, s'il s'agit, soit de la modification des dispositions autres que celles indiquées ci-dessus, soit de l'interprétation des diverses dispositions du Règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention.

4.—Les résolutions valables sont consacrées par une simple notification du Bureau International à toutes les Administrations de l'Union.

5.—Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

## XLII

### DURÉE DU RÈGLEMENT

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de la Convention du 15 juin 1897. Il aura la même durée que cette Convention, à moins qu'il ne soit renouvellé d'un commun accord entre les parties intéressées.

Fait à WASHINGTON, le 15 juin 1897.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands:
FRITSCH,
NEUMANN.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:
GEORGE S. BATCHELLER.
EDWARD ROSEWATER.
JAS N. TYNER.
N. M. BROOKS.
A. D. HAZEN.

Pour la République Argentine:
M. GARCIA MÉROU.

Pour l'Autriche:
DR NEUBAUER.
HABBERGER.
ETIBRAL.

Pour la Belgique:
LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pour la Bolivie:
T. ALEJANDRO SANTOS.

Pour la Bosnie-Herzégovine:
DR. KAMLER.

Pour le Brésil:
A. FONTOURA XAVIER.

Pour la Bulgarie:
IV. STOYANOVITCH.

Pour le Chili:
R. L. IRARRÁZAVAL.

Pour l'Empire de Chine:

Pour la République de Colombie:
CLIMACO CALDERON.

Pour l'Etat Independant du Congo:
LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pour le Canadá:
WM. WHITE.

Pour les colonies britanniques de l'Afrique du Sud:
S. R. FRENCH
SPENCER TODD.

Pour la Grèce:
ED. HÖHN.

Pour le Guatemala:
J. NOVELLA.

Pour la République d'Haïti:
J. N. LEGER.

Pour la République d'Hawai:

Pour la Hongrie:
PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pour l'Italie:
E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI.

Pour le Japon:
KENJIRO KOMATSU.
KWANKICHI YUKAWA.

Pour la Republique de Liberia:
CHAS. HALL ADAMS.

Pour le Luxembourg:
Pour Mr. Havelaar:
VAN DER VEEN.

Pour le Mexique:
A. M. CHAVEZ.
I. GARFIAS.
M. ZAPATA-VERA.

Pour la République Sud-Africaine:
ISAAC VAN ALPHEN.

Pour lá Suède:
F. B. SCHLYTERN.

Pour la Suisse:
J. B. PIODA.
A. STAGER.
C. DELESSERT.

Pour la Régence de Tunis:
THIÉBAUT.

Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale:
N. BOLET PERAZA.

Pour le Rayaume de Corée:
CHIN POM YE.

POUR LE COLONEL HO SANG MIN:
JOHN W. HOYT.
JOHN W. HOYT.

Pour la République de Costa Rica:
J. B. CALVO.

Pour le Danemark et les colonies danoises:
SVENDSEN.

Pour la République Dominicaine:

Pour l'Egypte:
Y. SABA.

Pour l'Equateur:
L. F. CARBO.

Pour l'Espagne et les colonies espagnoles:
ADOLFO ROZABAL.
CARLOS FLOREZ.

Pour la France:
ANSAULT.

Pour les colonies françaises:
ED. DALMAS.

Pour la Grande-Bretagne et diverses colonies britanniques:
S. WARPOLE.
H. BUXTON FORMAN.
C. A. KING.

Pour l'Inde britannique:
H. M. KIECH.

Pour les colonies britanniques de l'Australasie:
JOHN GAVAN DUFFY.

Pour le Monténégro:
Dr. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.

Pour la Norwège:
THB. HEYERDAHL.

Pour l'Etat libre d'Orange:

Pour le Paraguay:
JOHN STEWART.

Pour les Pays-Bas:
Pour Mr. Havelaar:
VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.

Pour les colonies néerlandaises:
JOHS. J. PERK.

Pour le Perou:
ALBERTO FALCON.

Pour la Perse:
MIRZA ALINAGHI KHAN.
MUSTECHARUL-VEZAREH.

Pour le Portugal et les colonies portugaises:
SANTO-THYRSO.

Pour la Roumanie:
C. CHIRU.
R. PREDA.

Pour la Russie:
SÉVASTIANOF.

Pour la Serbie:
PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pour le Royaume de Siam:
ISAAC TOWNSEND SMITH.

Pour la Turquie:
MOUSTAPHA.
A. FAHRI.

Pour l'Uruguay:
PRUDENCIO DE MURGUIONDO.

Pour les Etats-Unis de Venezuela:
JOSÉ ANDRADE.
ALEJANDRO YDARRA.

# ANNEXES

A

R LAUSANNE
N. 1460.

B

ADMINISTRATION DE.....

## AVIS DE RÉCEPTION

{ d'une lettre avec valeur declarée de..... / d'un objet recommandé (.....) [1] } enregistré au bureau

de.....le.....sous le n° ..... [2]

et adressé à M ..... à.....

e soussigné declare { qu'une lettre avec valeur déclarée / qu'un objet recommandé } à l'adresse sus-mentionnée

Timbre du bureau distributeur

et provenant de..... a été dûment

livré.....le.....189.....

Signature [3]

*du destinataire* *du chef du bureau distributeur :*

..... .....

[1]) Nature de l'objet (lettre, échantillon, imprimé, etc.)
[2]) Bureau d'origine ; date de dépôt à ce bureau ; n.° d'enregistrement au même bureau.
[3]) *Nota.* Cet avis doit être signé par le destinataire ou, si les réglements du pays de destination le comportent, par le chef du bureau distributeur, puis être mis sous enveloppe et envoyé, sous recommandation, par le premier courrier, au bureau d'origine de l'objet qu'il concerne.

ADMINISTRATION DES POSTES

C (RECTO)

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

.....

## FEUILLE D'AVIS

d.....

Numéro d'ordre de la dépêche.....

Dépêche (.....e envoi) du bureau d'échange d..... pour le bureau d'échange d.....

Nombre des sacs ou paquets composant l'envoi.....

xpédiée par le paquebot .....

Départ du.....189....., à.....h.....m. du.....

Arrivée le.....189....., à.....h.....m. du.....

.....objets recommandés { inscrits au tableau ci-dessous. / inscrits sur.....listes distinctes.

Timbre du bureau expéditeur.

.....paquets ou sacs d'objets recommandés

Timbre du bureau destinataire.

.....objets recommandés en dehors des paquets.

.....envoi à remettre par exprès.

.....paquets de valeurs déclarées pesant { .....grammes. / .....grammes.

## I. LISTE DES ENVOIS RECOMMANDÉS

| Numéros d'ordre 1 | Timbre d'origine 2 | Noms des destinataires 3 | Lieux de destination 4 | Observations 5 |
|---|---|---|---|---|
| 1 | | | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| 4 | | | | |
| 5 | | | | |
| 6 | | | | |
| 7 | | | | |
| 8 | | | | |
| 9 | | | | |
| 10 | | | | |
| 11 | | | | |
| 12 | | | | |
| 13 | | | | |
| 14 | | | | |
| 15 | | | | |
| 16 | | | | |
| 17 | | | | |
| 18 | | | | |

C (VERSO)

## II. LISTE DES DÉPÊCHES CLOSES

insérées dans la présente dépêche

| Bureau d'origine. | Bureaux de destination. | Nombre des dépêches closes. | Observations. |
|---|---|---|---|
| | | | |

Recommandations d'office

*L'employé du bureau d'échange expéditeur,*

*L'employé du bureau d'échange destinataire,*

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

d.....

# D

## BULLETIN DE VÉRIFICATION

Timbre du bureau expéditeur

Timbre du bureau destinataire

pour la rectification et la constatation des erreurs et irrégularités de toute nature reconnues dans la dépêche du bureau d'échange d.....
pour le bureau d'échange d.....

.....e expédition du.....189....., à....h.....du.....

### ERREURS OU IRRÉGULARITÉS DIVERSES

( Manque de la dépêche, manque d'objets recommandés ou de la feuille d'avis, dépêche spoliée, lacerée ou en mauvais état, etc.)

À....., le.....189.....

*Les employés du bureau d'échange destinataire,*

.....

À....., le.....189.....

Vu et accepté :

*Le chef du bureau d'échange expéditeur,*

.....

ADMINISTRATION DES POSTES

Timbre du bureau expéditeur

D .....

E (RECTO)

BUREAU D .....

## RENSEIGNEMENTS À FOURNIR EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN OBJET DE CORRESPONDANCE ORDINAIRE NON PARVENU

### I. PAR LE RÉCLAMANT (EXPÉDITEUR OU DESTINATAIRE)

| DEMANDES | RÉPONSES |
|---|---|
| *a)* Nature de l'envoi (lettre, carte postale, journal ou autre imprimé, échantillon ou paquet de papiers d'affaires).<br>*b)* Quelle était l'adresse de l'envoi ?<br>*c)* Quelle est l'adresse exacte du destinataire ?<br>*d)* L'envoi était-il volumineux ?<br>*e)* Que renfermait-il ? (Signalement aussi exact et complet que possible).<br>*f)* Date précise ou approximative du dépôt à la poste.<br>*g)* Nom et domicile de l'expéditeur.<br>*h)* En cas de recherches fructueuses, à qui, de l'envoyeur ou du destinataire, doit-on faire parvenir l'envoi réclamé ? | |

### II. PAR L'EXPÉDITEUR

| | |
|---|---|
| *i)* Était-il affranchi et dans l'affirmative, quelle était la valeur des timbres-poste apposés ?<br>*j)* Date et heure du dépôt à la poste.<br>*k)* Le dépôt a-t-il eu lieu au guichet ou à la boîte ? Dans ce dernier cas à quelle boîte ?<br>*l)* Le dépôt a-t-il été effectué par l'envoyeur lui-même ou par un tiers ? Dans ce dernier cas, par quelle personne ? | |
| *m)* Renseignements particuliers du bureau d'origne.<br>*n)* Renseignements du 1er bureau intermédiaire.<br>*o)* Renseignements du 2e bureau intermédiaire. | |

La présente formule doit être renvoyée à.....

ADMINISTRATION DES POSTES

Timbre du bureau destinataire

D _____

E (VERSO).

BUREAU D _____

### III. RENSEIGNEMENTS À FOURNIR PAR LE DESTINATAIRE EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN OBJET DE CORRESPONDANCE ORDINAIRE NON PARVENU

| DEMANDES | RÉPONSES |
|---|---|
| *p)* L'envoi est-il parvenu au destinataire ? | |
| *q)* Les correspondances sont-elles d'ordinaire retirées au bureau de poste ou distribuées à domicile ? | |
| *r)* A' qui sont-elles confiées dans le premier cas ? | |
| *s)* Dans le second cas, sont-elles remises directement au destinataire ou à une personne attachée à son service ; ou bien déposées dans une boîte particulière ? Le cas échéant, cette boîte est-elle bien fermée et régulièrement levée ? | |
| *t)* La perte des correspondances s'est-elle déjà produit souvent ? Dans le cas affirmatif, indiquer d'où provenaient les correspondances perdues. | |
| *u)* Renseignements particuliers du bureau de destination. | |

La présente formule doit être renvoyée à _____

ADMINISTRATION DE .....

BUREAU DE ..... F (RECTO).

Timbre du bureau d'origine

# RÉCLAMATION

À remplir dans le service d'origine

d'un objet recommandé ( ..... ) (a)

ou d'un envoi de valeur déclarée de ..... ( ..... ) (b)

contenant ( ..... ) (c)

déposé par M ..... le .....

sous le N° ..... au bureau de ..... à l'adresse

suivante :

.....

.....

..... (d)

et faisant l'objet d'une demande d'avis de réception ..... (e)

L'envoi désigné ci-dessus a été expédié dans la dépêche du bureau d'échange de ..... du ..... 18 ..... ( ..... ° envoi ) pour le bureau d'échange de .....

Il a été inscrit sous le N° ..... du tableau I de la feuille d'avis. / de la feuille d'envoi N° .....

À remplir dans le service de destination

en cas de distribution

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné a été dûment livré à l'ayant droit le .....

Timbre du bureau distributeur

*Le chef du bureau distributeur,*

en cas de non-distribution.

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné .....

est encore en instance au bureau de .....

a été renvoyé au bureau d'origine le .....

a été réexpédié le ..... à .....

n'est pas parvenu au bureau de destination.

Timbre du bureau de destination

*Le chef du bureau de destination,*

(a) Lettre, échantillon, imprimé, etc.
(b) Lettre ou boîte.
(c) Description du contenu autant que possible.
(d) Cadre à remplir par l'expéditeur ou, à défaut, par le bureau d'origine.
(e) Biffer, le cas échéant.

F (VERSO)

À remplir dans les services intermédiaires

L'envoi désigné d'autre part a été insere dans la dépêche du bureau d'échange de ..... du ..... 18 ..... ( ..... ° envoi ) pour le bureau d'échange de .....

Il a été inscrit sous le N. ..... du tableau I de la feuille d'avis. / de la feuille d'envoi.

Timbre à date.

*Signature*

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans le dépêche du bureau d'échange de ..... du ..... 18 ..... ( ..... ° envoi) pour le bureau d'échange de .....

Il a été inscrit sous le N. ..... du tableau I de la feuille d'avis. / de la feuille d'envoi.

Timbre à date.

*Signature*

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de ..... du ..... 18 ..... ( ..... ° envoi) pour le bureau d'échange de .....

Il a été inscrit sous le N. ..... du tableau I de la feuille d'avis. / de la feuille d'envoi

Timbre à date.

*Signature*

## REPONSE DÉFINITIVE

de l'Office de destination ou, le cas échéant, de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé à l'Office suivant.

G (RECTO)

ADMINISTRATION DES POSTES DE .....

# DEMANDE DE RETRAIT ou DE RECTIFICATION D'ADRESSE *

## RÉCLAMATION PAR VOIE POSTALE

*(Note à transmettre sous pli recommandé et aux frais du réclamant)*

### I. DEMANDE DE RETRAIT

Prière de renvoyer au bureau de ..... *(d'origine)* pour être remis à l'expéditeur, l ..... *(nature de l'objet)* adressé ..... à votre bureau le ..... 189 ..... et dont la suscription est conforme au fac-similé ci-joint.

A ....., le ..... 189 ..... .

**Timbre du bureau :**

Le ..... des postes,

.....

### II. DEMANDE DE RECTIFICATION D'ADRESSE

Prière de substituer ..... *(telle indication)* à ..... *(telle autre indication)* sur la suscription de l ..... *(nature de l'objet)* adressé à votre bureau le ..... 189 ..... du bureau de ..... et dont la suscription est conforme au fac-similé ci-joint.

A ....., le ..... 189 ..... .

**Timbre du bureau :**

Le ..... des postes,

.....

* Biffer le recto ou le verso, suivant le cas.

G (VERSO)

## RÉCLAMATION PAR VOIE TÉLÉGRAPHIQUE

*(Télégramme aux frais du réclamant)*

### I. DEMANDE DE RETRAIT.

Renvoyer à origine ..... *(tel objet)* adressé ..... ..... *(ce jour ou le ..... )* à M ..... *(Adresse exacte du destinataire)*

Griffe: ..... *(Situation et description)*

Cachet: ..... *(Description)*

Suscription: ..... *(Format et couleur de l'envoi)*

Particularité: ..... *(Annotations et signes de toute nature).*

**Timbre du bureau:**

*(Signature)*

.....

Receveur des postes.

### II. DEMANDE DE RECTIFICATION D'ADRESSE (*)

Substituer ..... *(telle indication)* à ..... ..... *(telle autre indication)* sur l'adresse de l ..... *(nature de l'objet)* expédié ..... *(ce jour ou le ..... )* à votre bureau pour M ..... *(Adresse exacte du destinataire)*

Griffe: ..... *(Situation et description)*

Cachet: ..... *(Description)*

Suscription: ..... *(Format et couleur de l'envoi)*

Particularités: ..... *(Annotations et signes de toute nature).*

**Timbre du bureau:**

*(Signature)*

.....

Receveur des postes.

(*) N. B. Il ne peut être satisfait à cette demande qu'après réception du fac-similé par la poste.

Timbre à date du bureau de destination

# I

ADMINISTRATION DES POSTES DE.....

## PROCÈS-VERBAL

dressé à ..... par application de l'article 18 de la Convention de l'Union postale universelle et de l'article XXX du Règlement de détail et d'ordre pour l'exécution de cette Convention.

### EMPLOI D'UN TIMBRE-POSTE FRADULEUX

L'an mil huit cent quatre-vingt ..... le .....

Nous soussigné ..... des postes à ....., agissant en vertu de l'article 18 de la Convention de l'Union postale universelle et de l'article XXX du Règlement de détail et d'ordre pour l'exécution de cette Convention, et assistant à la vérification d'.....[1], expédié le ..... de ..... à l'adresse de Mr. ..... à ....., pesant ..... et affranchi à raison de....., avons constaté que cet envoi était revêtu d'un timbre-poste présumé frauduleux, ce qui constitue la contravention prévue par l'article 18 de la Convention précitée.

Le destinataire nous a déclaré [2] { qu'il refusait de faire connaître l'expéditeur / que l'expéditeur lui est inconnu / que l'expéditeur est Mr[3] }

..... En conséquence,

.....

nous lui avons remis.....

.....

nous avons saisi.....

.....

à l'effet de les transmettre à l'Administration des Postes de .....

De quoi nous avons dressé le présent procès-verbal en simple expédition pour qu'il y soit donné suite conformément à l'article 18 de la Convention et à l'article XXX du Règlement susmentionnés.

*Signature du destinataire ou du fondé de pouvoirs.* *Signature d..... des postes.*

[1] Nature de l'envoi (lettre, échantillon, imprimé, papiers d'affaires, etc.)

[2] Biffer, suivant le cas, l'une ou l'autre de ces indications.

[3] Nom et adresse du contrevenant (s'il habite une grande ville, indiquer la rue et le numéro de la maison).

ADMINISTRATI N

DES

POSTES

d.....

BUREAU

d.....

DÉPARTEMENT ou PROVINCE

d.....

# II

## AVIS DE L'ENVOI,

SOUS RECOMMANDATION D'OFFICE, DE L'OBJET DE CORRESPONDANCE DÉCRIT CI-APRÈS PARAISSANT REVÊTU D'UN TIMBRE-POSTE FRAUDULEUX

| Nature de l'objet | Bureau d'origine et date d'expédition | Copie textuelle de l'adresse | Indication du timbre-poste présumé frauduleux (valeur) | Observation |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | | | |

Timbre du bureau expéditeur

.....des postes.

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

K

# TABLEAU STATISTIQUE

## DU SERVICE POSTAL EN.....

ANNÉE 18.....

### II — ORGANISATION DES POSTES

| ANNÉE | I | | NOMBRE DES BUREAUX DE POSTE | | | | | | | NOMBRE DES BOITES | | AUX LETTRES A L'USAGE DU PUBLIC | | | | PERSONNEL | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | A L'INTÉRIEUR | | | | | | | | | MOBILES, ADAPTÉES AUX VOITURES CIRCULANT SUR DES ROUTES, ETC. | | | | NOMBRE DES FONCTIONNAIRES ET DES EMPLOYÉS | | | | NOMBRE DES FACTEURS ET AUTRES AGENTS SUBALTERNES | | | | | | | |
| | SUPERFICIE en kilomètres carrés | NOMBRE des habitants (d'après le recensement de...) | Bureaux chargés de la réception et de la distribution des envois de poste de toute nature | Bureaux dont les attributions de réception et de distribution d'envois de poste sont restreintes | Autres bureaux établis pour l'expédition de malles | Bureaux ambulants, comptés d'après le nombre des convois de chaque route accompagnés de bureaux de poste | à l'étranger | Total des bureaux de poste | Nombre des administrations des postes régionales | établies aux bureaux de poste, dans les villes et localités pourvues d'un bureau de poste | établies dans les communes rurales | pavées, macadamisées et ordinaires | ferrées | maritimes, fluviales et des lacs | Total des boîtes aux lettres | Service de l'administration centrale | Service des administrations régionales | Service des bureaux de poste | Total | Service de l'administration centrale | Service des administrations régionales | Service des bureaux de poste | Total | Nombre des maîtres de poste (à l'exclusion de ceux qui sont en même temps préposés de bureaux) | Nombre des postillons | Nombre des entrepreneurs du transport des malles | Total du personnel |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 |

### II — ORGANISATION DES POSTES

| ANNÉE | RELAIS DE LA POSTE AUX CHEVAUX | | | CHEVAUX DE TRAIT, ETC. | | | | VOITURES ET TRAINEAUX | | | | ÉTENDUE DES ROUTES POSTALES EXPLOITÉES A L'INTÉRIEUR | | | | NOMBRE DES KILOMÈTRES PARCOURUS ANNUELLEMENT A L'INTÉRIEUR | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | PRIVÉS | | | | PRIVÉS | | | | | | | | | | |
| | de l'État | privés | Total | de l'État | Services gratuits | Services subventionnés | Total | de l'État | Services gratuits | Services subventionnés | Total | sur voies ferrées | sur voies pavées, macadamisées et ordinaires | sur voies maritimes, fluviales et des lacs | Total | sur les voies ferrées | sur les voies pavées, macadamisées et ordinaires | sur les voies maritimes, fluviales et des lacs | Total |
| | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Kilomètres | Kilomètres | Kilomètres | Kilomètres | Kilomètres | Kilomètres | Kilomètres | Kilomètres |
| | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 |

### III — SERVICE POSTAL

| ANNÉE | | ENVOIS SOUMIS A LA TAXE | | | | | | | ENVOIS ADMIS À LA FRANCHISE DE PORT | | Totaux des envois inscrits aux colonnes 49 — 57 | Envois recommandés trouvés parmi les correspondances inscrites aux colonnes 49 — 57 | Dans le nombre des correspondances inscrits à la colonne 58 étaient à remettre par exprès | Dans le nombre des correspondances inscrits à la colonne 59 donnaient lieu à avis de réception | Colis ordinaires | LETTRES ET BOITES AVEC DÉCLARATION DE VALEUR | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | LETTRES | | CARTES POSTALES | | | | | | | | | | | | | |
| | | affranchies | non affranchies | simples | avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons de marchandises | Lettres | Autres objets | | | | | | Nombre | Valeur |
| | | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | | Francs |
| | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 |
| | Service intérieur . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Service international: | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | a) Réception. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | b) Expédition. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | c) Transit. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | |

## III. SERVICE POSTAL

| Année | | Colis avec déclaration de valeur | | Remboursements | | | | | Dans le nombre des envois inscrits aux colonnes 62, 63, 66, 68 et 69 étaient | | Mandats de poste | | Recouvrements | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Nombre | Valeur | Objets de correspondances | Colis | Montant total des remboursements | Remboursements refusés | | accompagnés d'avis de réception | à remettre par exprès | Nombre | Valeur | Nombre | Valeur à encaisser | Non encaissés | |
| | | | | | | | Nombre | Montant | | | | | | | Nombre | Valeur |
| | | | Francs | Nombre | Nombre | Francs | | Francs | Nombre | Nombre | | Francs | | Francs | | Francs |
| | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 |
| | Service intérieur | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Service international: | | | | | | | | | | | | | | | |
| | a) Réception | | | | | | | | | | | | | | | |
| | b) Expédition | | | | | | | | | | | | | — | — | — |
| | c) Transit | | | | | | | | | | — | — | — | — | — | — |

## III. SERVICE POSTAL

| Année | | Dans le nombre des envois inscrits à la colonne 75 étaient | | Journaux et autres ouvrages périodiques servis par abonnement | | Produit de la vente des timbres-poste et autres formules d'affranchissement | | Nombre des estafettes expédiées | Nombre des voyageurs transportés | Nombre des dépêches closes en transit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | accompagnés d'avis de payement | à remettre par exprès | Nombre des exemplaires | Nombre des numéros | Nombre | Valeur | | | |
| | | Nombre | Nombre | | | | Francs. | | | |
| | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 80 |
| | Service intérieur | | | | | | | | | |
| | Service international: | | | | | | | | | |
| | a) Réception | | | | | — | — | — | — | — |
| | b) Expédition | | | | | — | — | — | — | — |
| | c) Transit | — | — | — | — | — | — | — | — | — |

## IV. CORRESPONDANCES-REBUT

### Service intérieur

| Correspondances tombées en rebut | | | | | Correspondances en rebut qui ont pu être remises en distribution ou renvoyées aux expéditeurs | | | | | Correspondances restées en souffrance | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons | Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons | Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons |
| 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 | 101 | 102 | 103 | 104 | 105 |

### Service international

| Correspondances de l'intérieur pour l'étranger qui sont rentrées au bureau des rebuts | | | | | Correspondances en rebut renvoyées de l'étranger et qui ont pu être placées | | | | | Correspondances renvoyées de l'étranger qui sont restées en souffrance | | | | | Correspondances de l'étranger tombées en rebut et renvoyées aux pays d'origine | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons | Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons | Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons | Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons |
| 106 | 107 | 108 | 109 | 110 | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 | 117 | 118 | 119 | 120 | 121 | 122 | 123 | 124 | 125 |

# V  ..SULTAT FINANCIER

| RECETTES | POUR L'EXERCICE 18..... | |
|---|---|---|
| | Francs | Cts. |
| 1. Produit de la vente des timbres-poste et des formules d'affranchissement..... | ..... | ..... |
| 2. Recettes effectuées en numéraire..... | ..... | ..... |
| 3. Taxes perçues pour le transport des voyageurs et pour surpoids de bagages..... | ..... | ..... |
| 4. Bonifications reçues des A. ..inistrations étrangères..... | ..... | ..... |
| 5. Autres recettes diverses.. ..... | ..... | ..... |
| Total des Recettes..... | ..... | ..... |

| DÉPENSES | POUR L'EXERCICE 18..... | |
|---|---|---|
| | Francs | Cts. |
| 1. Traitements et émoluments : | | |
| *a*) des fonctionnaires et employés..... | ..... | ..... |
| *b*) des facteurs et autres agents subalternes..... | ..... | ..... |
| 2. Achat et entretien des bâtiments et du matériel des postes, frais de location, de chauffage et d'éclairage, fournitures de bureau et autres menus frais..... | ..... | ..... |
| 3. Frais de transport par les voies ferriées, pavées, macadamisées, maritimes et fluviales (y compris les frais de construction et d'entretien des voitures de poste..... | ..... | ..... |
| 4. Indemnités pour pertes ou avaries d'envois de poste..... | ..... | ..... |
| 5. Subventions aux entrepreneurs de relais de poste..... | ..... | ..... |
| 6. Subventions aux compagnies de navigation..... | ..... | ..... |
| 7. Bonifications payées aux Administrations étrangères..... | ..... | ..... |
| 8. Autres dépenses diverses..... | ..... | ..... |
| Total des Dépenses..... | ..... | ..... |

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

# L

# TABLEAU STATISTIQUE
## DU SERVICE INTERNATIONAL (EXPÉDITION)
### POUR L'ANNÉE 18.....

| PAYS | ENVOIS SOUMIS À LA TAXE | | | | | | | Envois admis à la franchise de port | Totaux des envis aux colonnes 2—9 | Envois recommandés trouvés parmi les correspondances inscrites aux colonnes 2—9 | Dans le nombre des correspondances inscrite à la colonne 10 étaient à remettre par exprès | Dans le nombre des correspondances inscrites à la colonne 11 donnaient lieu à avis de réception | Colis ordinaires | Lettres et boîtes(*) avec déclaration de valeur | | Colis avec déclaration de valeur | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LETTRES | | CARTES POSTALES | | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons de marchandises | | | | | | | | | | |
| | affranchies | non affranchies | simples | avec réponse payée | | | | | | | | | | Nombre | Valeur | Nombre | Valeur |
| | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | | Francs | | Francs |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| **EUROPE** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Allemagne . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Autriche-Hongrie. | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Belgique. . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **AMERIQUE** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Argentine, Républ. | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Brésil. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Canada . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Chili . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **AFRIQUE** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Égypte . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Libérie . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **ASIE** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Inde britannique . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Japon. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Totaux . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |

(*) Les mots *et boîtes* ont été omis, par erreur, dans la formule L annexée au Règlement signé.

| PAYS | REMBOURSEMENTS | | | | | DANS LE NOMBRE DES ENVOIS INSCRITS AUX COLONNES 14, 15, 17, 19 ET 20. | | MANDATS DE POSTE | | Recouvrements | DANS LE NOMBRE DES ENVOIS INSCRITS À LA COLONNE 26. | | Journaux, etc. servis par abonnement |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Objets de correspondance | Colis | Montant total des remboursements | REMBOURSEMENTS REFUSÉS | | | | | | | | | |
| | Nombre | Nombre | Francs | Nombre | Montant Francs | donnaient lieu à avis de réception Nombre | étaient à remettre par exprès Nombre | Nombre | Valeur Francs | Nombre | donnaient lieu à avis de payement Nombre | étaient à remettre par exprès Nombre | Nombre |
| | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 |
| **EUROPE** | | | | | | | | | | | | | |
| Allemagne. . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| Autriche-Hongrie . . | | | | | | | | | | | | | |
| Belgique . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| **AMÉRIQUE** | | | | | | | | | | | | | |
| Argentine (Républ.) . | | | | | | | | | | | | | |
| Brésil . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| Canadá. . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| Chili . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| **AFRIQUE** | | | | | | | | | | | | | |
| Égypte. . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| Libéria. . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| **ASIE** | | | | | | | | | | | | | |
| Inde britannique. . . | | | | | | | | | | | | | |
| Japon . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAUX . . . . | | | | | | | | | | | | | |

## IV

### Arrangement concernant l'échange des lettres et des boîtes avec valeur déclarée

*Conclu entre l'Allemagne et les Protectorats Allemands, la République Majeure de l'Amérique Centrale, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bosnie-Herzégovine, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, le Danemark et les Colonies Danoises, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Espagne, la France, les Colonies Françaises, l'Italie, le Luxembourg, la Norvége, les Pays-Bas, le Portugal et les Colonies Portugaises, la Roumanie, la Russie, la Serbie, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis et la Turquie.*

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus énumérés, vu l'article 19 de la Convention principale, ont, d'un commum accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

#### Article 1

1.—Il peut être expédié, de l'un des pays mentionnés ci-dessus pour un autre de ces pays, des lettres contenant des valeurs-papier déclarées et des boîtes contenant des bijoux et objets précieux déclarés avec assurance du montant de la déclaration.

La participation au service des boîtes avec valeur déclarée est limitée aux échanges entre ceux des pays adhérents dont les Administrations sont convenues d'établir ce service dans leurs relations réciproques.

2.—Le poids maximum des boîtes est fixé à un kilogramme par envoi.

3.—Les divers Offices, pour leurs rapports respectifs, ont la faculté de déterminer un maximum de déclaration de valeur qui, dans aucun cas, ne peut être inférieur à 10.000 francs par envoi, et il est entendu que les diverses Administrations intervenant dans le transport ne sont engagées que jusqu'à concurrence du maximum qu'elles ont respectivement adopté.

#### Article 2

1.—Les lettres et boîtes avec valeur déclarée peuvent être grevées de remboursement, aux conditions admises par les §§ 1 et 2 de l'article 7 de la Convention principale. Ces objets sont soumis aux formalités et aux taxes des envois de valeur déclarée de la catégorie à laquelle ils appartiennent.

2.—La perte, l'avarie ou la spoliation d'un envoi de valeur déclarée, grevé de remboursement, engage la responsabilité du service postal, dans les conditions déterminées par l'article 12 du présent Arrangement. Après la livraison de l'objet, l'Administration du pays de destination est responsable du montant du remboursement et doit pouvoir justifier de l'envoi à l'expéditeur de la somme encaissée, sauf prélèvement des droits et taxe autorisés.

#### Article 3

1.—La liberté du transit est garantie sur le territoire de chacun des pays adhérents, et la responsabilité des Offices qui participent à ce transport est engagée dans les limites déterminées par l'article 12 ci-après.

Il en est de même à l'égard du transport maritime effectué ou assuré par les Offices des pays adhérents, pourvu toutefois que ces Offices soient en mesure d'accepter la responsabilité des valeurs à bord des paquebots ou bâtiments dont ils font emploi.

2.—A moins d'arrangement contraire entre les Offices d'origine et de destination, la transmission des valeurs déclarées échangées entre pays non limitrophes s'opère à découvert et par les voies utilisées pour l'acheminement des correspondances ordinaires.

3.—L'échange de lettres et de boîtes contenant des valeurs déclarées entre deux pays qui correspondent, pour les relations ordinaires, par l'intermédiaire d'un ou de plusieurs pays non participant au présent Arrangement, ou au moyen de services maritimes dégagés de responsabilité, est subordonné à l'adoption de mesures spéciales à concerter entre les Administrations des pays d'origine et de destination, telles que l'emploi d'une voie détournée, l'expédition en dépêches closes, etc.

#### Article 4

1.—Les frais de transit prévus par l'article 4 de la Convention principale sont payables par l'Office d'origine aux Offices qui participent au transport intermédiaire, à découvert ou en dépêches closes, des lettres contenant des valeurs déclarées.

2.—Un port de 50 centimes par envoi est payable par l'Office d'origine des boîtes de valeur déclarés à l'Administration du pays de destination et, s'il y a lieu, à chacune des Administrations participant au transport territorial intermédiaire. L'Office d'origine doit payer, en outre, le cas échéant, un port de un franc à chacune des Administrations participant au transport maritime intermédiaire.

3.—Indépendamment de ces frais et port, l'Administration du pays d'origine est redevable, à titre de droit d'assurance, envers l'Administration du pays de destination et, s'il y a lieu, envers chacune des Administrations participant au transit territorial avec garantie de responsabilité, d'un droit proportionnel de 5 centimes par chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs déclarée.

4.— En outre, s'il y a transport par mer avec la même garantie, l'Administration d'origine est redevable, envers chacun des Offices participant à ce transport, d'un droit d'assurance maritime de 10 centimes par chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs déclarée.

#### Article 5

1.— La taxe des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées doit être acquittée à l'avance et se compose:

1° pour les lettres, du port et du droit fixe applicables à une lettre recommandée du même poids et pour la même destination, —port et droit acquis en entier à l'Office expéditeur;—pour les boîtes d'un port de 50 centimes par pays participant au transport territorial et, le cas échéant, d'un port de un franc par pays participant au transport maritime;

2° pour les lettres et les boîtes, d'un droit proportionnel d'assurance calculé, par 300 francs ou fraction de 300 francs déclarée, à raison de 10 centimes pour les pays limitrophes ou reliés entre eux par un service maritime direct, et à raison de 25 centimes pour les autres pays, avec addition, s'il y a lieu, dans l'un et l'autre cas, du droit d'assurance maritime prévu au dernier alinéa de l'article 4 précédent.

Toutefois, comme mesure de transition, est réservée à chacun des parties contractantes, pour tenir compte de ses convenances monétaires ou autres, la faculté de percevoir un droit autre que celui indiqué ci-dessus, moyenant que ce droit ne dépasse pas 1/2 pour cent de la somme déclarée.

2.—L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées reçoit, sans frais, au moment du dépôt, un récépissé sommaire de son envoi.

3.—Il est formellement convenu que, sauf dans le cas de réexpédition prévu au paragraphe 2 de l'article 10 ci-après, les lettres et les boîtes renfermant des valeurs déclarées ne peuvent être frappées, à la charge des destinataires, d'aucun droit postal autre que celui de remise à domicile, s'il y a lieu.

4.—Ceux des pays adhérents qui n'ont pas le franc pour unité monétaire fixent leurs taxes à l'équivalent, dans leur monnaie respective, des taux déterminés par le paragraphe 1 qui précède. Ces pays ont la faculté d'arrondir les fractions conformément au tableau inséré au Réglement d'exécution de la Convention principale.

#### Article 6

Les lettres de valeur déclarée échangées soit par les Administrations postales entre elles, soit entre ces Administrations et le Bureau international, sont admises à la franchise de port et de droit d'assurance dans les conditions déterminées par l'article 11, § 2, de la Convention principale.

#### Article 7

1.—L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées peut, aux conditions déterminées par le § 3 de l'article 6 de la Convention principale en ce qui concerne les objets recommandés, obtenir qu'il lui soit donné avis de la remise de cet objet au destinataire ou demander des renseignements sur le sort de son envoi, postérieurement au dépôt.

2.—Le produit du droit applicable aux avis de réception est acquis en entier à l'Office du pays d'origine.

#### Article 8

1.—L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée peut le retirer du service ou en faire modifier l'adresse pour réexpédier cet envoi, soit à l'intérieur du pays de destination primitif, soit sur l'un quelconque des pays contractants, aussi longtemps qu'il n'a pas été livré au destinataire, aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances ordinaires et recommandées, par l'article 9 de la Convention principale. Ce droit est limité, en ce qui concerne la modification des adresses, aux envois dont la déclaration ne dépasse pas 10.000 francs.

2.—Il peut de même demander la remise à domicile par porteur spécial, aussitôt après l'arrivée, aux conditions et sous les réserves fixées par l'article 13 de ladite Convention.

Est toutefois réservée à l'Office du lieu de destination la faculté de faire remettre par exprès un avis d'arrivée de l'envoi au lieu de l'envoi lui-même, lorsque ses réglements intérieurs le comportent.

#### Article 9

1.—Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réellement insérée dans une lettre ou dans une boîte est interdicte.

En cas de déclaration frauduleuse de cette nature, l'expéditeur perd tout droit à l'indemnité, sans préjudice des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

2.—Il est interdit d'insérer dans les lettres de valeur :

a) des espèces monnayées.

b) des objets passibles de droits de douane, à l'exception des valeurs papier ;

c) des matières d'or et d'argent, des pierreries, des bijoux et autres objets précieux.

Il est également interdit d'insérer dans les boîtes avec valeur déclarée des lettres ou notes pouvant tenir lieu de correspondance, des monnaies ayant cours, des billets de banque ou valeurs quelconque au porteur; des titres ou des objets rentrant dans la catégorie des papiers d'affaires.

Il n'est pas donné cours aux objets tombant sous le coup de cette interdiction.

ARTICLE 10

1.—Une lettre ou boîte de valeur déclarée réexpédiée, par suite du changement de résidence du destinataire, à l'intérieur du pays de destination, n'est passible d'aucune taxe supplémentaire.

2.—En cas de réexpédition sur un des pays contractants autre que le pays de destination, les droits d'assurance fixés par les paragraphes 3 et 4 de l'article 4 du présent Arrangement sont perçus sur le destinataire, du chef de la réexpédition, au profit de chacun des offices intervenant dans le nouveau transport. Quant il s'agit d'une boîte avec valeur déclarée, il est perçu, en outre, le port fixé au § 2 de l'article 4 susvisé.

3.—La réexpédition par suite de fausse direction ou de mise en rebut ne donne lieu à aucune perception postale supplémentaire à la charge du public.

ARTICLE 11

1.—Les boîtes avec valeur declarée sont soumises à la législation du pays d'origine ou de destination, en ce qui concerne à l'exportation, la restitution des droits de garantie, et, à l'importation, l'exercice du contrôle de la garantie et de la douane.

2.—Les droits fiscaux et frais d'essayage exigibles à l'importation, sont perçus sur les destinataires lors de la distribution. Si, par suite de changement de résidence du destinataire, de refus ou pour toute autre pays participant à l'échange ou renvoyés au pays d'origine, ceux des frais dont il s'agit qui ne sont pas remboursables à la réexportation, sont répétés d'Office à Office pour être recouvrés sur le destinataire ou sur l'expéditeur.

ARTICLE 12

1.—Sauf le cas de force majeure, lorsqu'une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées a été perdue, spoliée ou avariée, l'expéditeur ou, sur sa demande, le destinataire, a droit à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie, à moins que le dommage n'ait été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur, ou ne provienne de la nature de l'objet, et sans que l'indemnité puisse dépasser en aucun cas la somme déclarée.

En cas de perte, l'expéditeur a, en outre, droit à la restitution des frais d'expédition. Toutefois, le droit d'assurance reste acquis aux Administrations postales.

2.—Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure sont autorisés à percevoir de ce chef une surtaxe dans les limites tracées par le dernier alinéa du § 1 de l'article 5 du présent Arrangement.

3.—L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Administration dont relève le Bureau expéditeur. Est réservé à cette Administration le recours contre l'Administration responsable, c'est-à-dire contre l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte ou la spoliation a eu lieu.

En cas de perte, de spoliation ou d'avarie dans des circonstances de force majeure, sur le territoire ou dans le service d'un pays se chargeant des risques mentionnés au § 2 ci-dessus, d'une lettre ou d une boite de valeur déclarée, le pays où la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en est responsable devant l'Office expéditeur, si ce dernier se charge, de son côté, des risques en cas de force majeure à l'égard de ses expéditeurs, quant aux envois de valeur déclarée.

4.—Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, ne peut établir, ni la délivrance au destinataire ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante.

5.—Le payement de l'indemnité par l'Office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an à partir du jour de la réclamation. L'Office responsable est tenu de rembourser, sans retard et au moyen d'une traite ou d'un mandat de poste, à l'Office expéditeur, le montant de l'indemnité payée par celui-ci.

L'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé une année s'écouler sans donner suite à l'affaire. En outre, dans les cas où un Office dont la responsabilité est dûment établie a tout d'abord décliné le payement de l'indemnité, il doit prendre à sa charge, en plus de l'indemnité, les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au payement.

6.— Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an à partir du dépôt à la poste de la lettre portant déclaration ; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

7.— L'Administration, pour le compte de laquelle est opéré le remboursement du montant des valeurs déclarées non parvenues à destination, est subrogée dans tous les droits du propriétaire.

8.—Si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en cours de transport entre les bureaux d'échange de deux pays limitrophes, sans qu'il soit possible d'établir sur lequel des deux territoires le fait s'est accompli, les deux Administrations en cause supportent le dommage par moitié.

Il en est de même en cas d'echange en dépêches closes, si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu sur le territoire ou dans le service d'un Office intermédiaire non responsable.

9.— Les Administrations cessent d'être responsables des valeurs déclarées contenues dans les envois dont les ayants droit ont donné reçu et pris livraison.

ARTICLE 13

1.— Est réservé le droit de chaque pays d'appliquer, aux envois contenant des valeurs déclarées à destination ou provenant d'autres pays, ses lois ou réglements intérieurs, en tant qu'il n'y est pas dérogé par le présent Arrangement.

2—Les stipulations du présent Arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des arrangements spéciaux, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue de l'amélioration du service des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées.

3.—Dans les relations entre Offices qui se sont mis d'accord à cet égard, les expéditeurs de boîtes avec valeur déclarée peuvent prendre à leur charge les droits non postaux dont l'envoi serait passible dans le pays de destination, moyennant déclaration préalable au bureau de dépôt et obligation de payer, sur la demande du bureau de destination, les sommes indiquées par ce dernier.

ARTICLE 14

Chacune des Administrations des pays contractants peut, dans des circonstances extraordinaires de nature à justifier la mesure suspendre temporairement le service des valeurs déclarées, tant à l'expédition qu'à la réception et d'une manière générale ou partielle, sous la condition d'en donner immédiatemente avis, au besoin par le télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

ARTICLE 15

Les pays de l'Union qui n'ont point pris part au présent Arrangement sont admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 24 de la Convention principale, en ce qui concerne les adhésions à l'Union Postale Universelle.

ARTICLE 16

Les Administrations des postes des pays contractants règlent la forme et le mode de transmission des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées et arrêtent toutes les autres mesures de détail ou d'ordre nécessaires pour assurer l'exécution du présent Arrangement.

ARTICLE 17

1.—Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau International, des propositions concernant le service des lettres et des boîtes avec valeur déclarée.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par au moins deux Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau International ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la propositon reste sans aucune suite.

2. — Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 26 de la Convention principale.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1° l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12 et 18 ;

2° les deux tiers de suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent Arrangement autre que celles des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 17 et 18 ;

3° la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4. — Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique et, dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 26 de la Convention principale.

5. — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 18

1. — Le présent Arrangement entrera en vigueur le 1er janvier 1899 et il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit, réservé à chaque pays, de se retirer de cet Arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération Suisse.

2. — Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent Arrangement, toutes les dispositions convenues antérieurement entre les divers pays contractants ou entre leurs Administrations, pour autant qu'elles ne sont pas conciliables avec les termes du présent Arrangement, et sans préjudice des dispositions de l'article 13 précédent.

3. — Le présent Arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Washington.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement à Washington le 15 juin 1897.

Pour l'Allemagne et les Protectorats Allemands:

FRITSCH.

NEUMANN.

Pour la République Majeure de l'Amerique Centrale:

N. BOLET PERAZA.

Pour la République Argentine:

M. GARCIA MÉROU.

Pour l'Autriche:

DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.

Pour la Belgique:

LICHTERVELDE.
STERPIN.

A. LAMBIN.

Pour la Bosnie-Herzégovine:

DR. KAMLER.

Pour le Brésil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pour la Bulgarie:

IV. STOYANOVITCH.

Pour le Chili:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pour la Norvége:

THB. HEYERDAHL.

Pour les Pays-Bas:
Pour MR. HAVELAAR.

VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.

Pour le Portugal et les Colonies Portugaises:

SANTO THIRSO.

Pourla Roumanie:

C. CHIRU.
R. PREDA.

Pour la Russie:

SÉVASTIANOF.

Pour le Danemark et les Colonies Danoises:

C. SVENDSEN.

Pour la Republique Dominicaine:

Pour l'Égypte:

Y. SABA.

Pour l'Espagne:

ADOLFO ROZABAL.

CARLOS FLOREZ.

Pour la France:

ANSAULT.

Pour les Colonies Françaises:

ED. DALMAS.

Pour la Hongrie:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pour l'Italie:

E. CHIARADIA.

G. C. VINCI.
E. DELMATI.

Pour le Luxembourg:

Pour MR. HAVELAAR:

VAN DER VEEN.

Pour la Serbie:

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pour la Suède:

F. H. SCHLYTERN.

Pour la Suisse:

J. B. PIODA.
A. STAGER.

C. DELESSERT.

Por la Régence de Tunis:

THIÉBAUT.

Pour la Turquie:

MOUSTAPHA.

A. FAHRI.

V

Protocole final

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant l'échange des lettres et des boîtes avec valeur déclarée, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

ARTICLE UNIQUE

En dérogation à la disposition du paragraphe 3 de l'article premier de l'Arrangement, qui fixe à 10.000 francs la limite au-dessous de laquelle le maximum de déclaration de valeur ne peut en aucun cas être fixé, il est convenu que si un pays a adopté dans son service intérieur un maximum inférieur à 10.000 francs, il a la faculté de le fixer également pour ses echanges internationaux de lettres et de boîtes avec valeur déclarée.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même de l'Arrangement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement des Etats-Unis d'Amerique et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Washington, le quinze juin mil huit cent quatre-vingt-dixsept.

Pour l'Allemagne et les Protectorats Allemands:

FRITSCH.

NEUMANN.

Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale:

N. BOLET PERAZA.

Pour la République Argentine:

M. GARCIA MÉROU.

Pour le Brésil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pour la Bulgarie:

IV. STOYANOVITCH.

Pour le Chili:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pour le Danemark et les Colonies Danoises:

C. SVENDSEN.

Pour la République Dominicaine:

Pour l'Egypte:

Y. SABA.

Pour l'Espagne:

ADOLFO ROZABAL.
CARLOS FLOREZ.

Pour la France:

ANSAULT.

Pour les Colonies Françaises:

ED. DALMAS.

Pour la Hongrie:

PIERRE DE SZALAY.

G. DE PENNYEY.

Pour l'Italie:

E. CHIARADIA.

G. C. VINCI.

E. DELMATI.

Pour le Luxembourg:

Pour MR. HAVELAAR.
VAN DER VEEN.

Pour l'Autriche:

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.

STIBRAL.

Pour la Belgique:
LICHTERVELDE.

STERPIN.
A. LAMBIN.

Pour la Bosnie-Herzegovine:

DR. KAMLER.

Pour la Norvége:

THB. HEYERDAHL.

Pour les Pays-Bas:

Pour MR. HAVELAAR.

VAN DER VEEN.

VAN DER VEEN.

Pour le Portugal et les Colonies Portugaises:

SANTO-THYRSO.

Pour la Roumanie:
C. CHIRU.

R. PREDA.

Pour la Russie:

SÉVASTIANOF.

Pour la Serbie:

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNEYEY.

Pour la Suède:

F. H. SCHLYTERN.

Pour la Suisse:

J. B. PIODA.

A. STAGER.

C. DELESSERT.

Pour la Régence de Tunis:

THIÉBAUT.

Pour la Turquie:

MOUSTAPHA.
A. FAHRI.

## VI

RÈGLEMENT DE DÉTAIL ET D'ORDRE POUR L'EXÉCUTION DE L'ARRANGEMENT CONCERNANT L'ÉCHANGE DES LETTRES ET DES BOITES AVEC VALEUR DÉCLARÉE.

*Conclu entre l'Allemagne et les Protectorats Allemands, la République Majeure de l'Amérique Centrale, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bosnie-Herzégovine, le Brésil, la Burgarie, le Chile, le Danemark et les Colonies Danoises, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Espagne, la France, les Colonies Françaises, l'Italie, es Luxembourg, la Norvège, les Pays-Bas, le Portugal et lle Colonies Portugaises, la Roumanie, la Russie, la Serbie, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis et la Turquie.*

Les soussignés, vu l'article 19 de la Convention principale es l'article 16 de l'Arrangement concernant l'échange des lettres es des boîtes avec valeur déclarée, ont, au nom de leurt Administrations respectives, arrêté d'un commun accord let mesures suivantes pour assurer l'exécution dudit Arrangement.

### I

1.—Les Administrations postales des pays adhérents qui entretiennent des services maritimes réguliers utilises pour le transport des correspondances ordinaires, dans le ressort de l'Union, désignent aux Offices des autres pays adhérents ceux de ces services qui peuvent être affectés au transport des lettres et boîtes contenant des valeurs déclarées, avec garantie de responsabilité.

2.—Les Administrations des pays contractants se notifient mutuellement, au moyen de tableaux conformes au modèle A ci-annexé, savoir:

1°, la nomenclature des pays par rapport auxquels elles peuvent respectivement servir d'intermédiaires pour le transport des lettres et des boîtes de valeur déclarée;

2°, les voies ouvertes à l'acheminement desdits envois à partir de leur entrée sur leurs territoires ou dans leurs services.

3°, le montant, pour chaque destination, des sommes à leur bonifier, à titre de frais de transport, par l'Office qui leur transmet des boîtes;

4°, le montant des droits d'assurance qui doivent leur être également bonifiés pour chaque destination, par l'Office qui leur livre des lettres ou des boîtes à découvert.

3.—Les Administrations des pays hors d'Europe et l'Office ottoman ont la faculté de restreindre à certains bureaux le service des envois avec valeur déclarée. Les Administrations qui usent de cette faculté doivent notifier aux autres Offices participants la liste de ceux de leurs bureaux à destination desquels il peut être admis des envois avec valeur déclarée.

4.—Au moyen des tableaux A reçus de ses correspondants, chaque Administration détermine les voies à employer pour la transmission de ses valeurs déclarées et les droits à percevoir sur les expéditeurs, d'après les conditions dans lesquelles s'effectue le transport intermédiaire.

5.—Chaque Administration doit faire connaître directement, au premier Office intermédiaire, quels sont les pays pour lesquels elle se propose de lui livrer à découvert des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées.

### II

1.—Les lettres contenant des valeurs déclarées ne peuvent être admises que sous une enveloppe formée au moyen de cachets en cire fine, espacés, reproduisant un signe particulier, et appliqués en nombre suffisant pour retenir tous les plis de l'enveloppe. Il est interdit d'employer des enveloppes à bord coloriés.

2.—Chaque lettre doit, d'ailleurs, être conditionnée de manière qu'il ne puisse être porté atteinte à son contenu sans endommager extérieurement et visiblement l'enveloppe ou les cachets.

3.—Les timbres-poste employés à l'affranchissement doivent être espacés, afin qu'ils ne puissent servir à cacher les lésions de l'enveloppe. Ils ne doivent pas non plus être repliés sur les deux faces de l'enveloppe de manière à couvrir la bordure.

4.—Les bijoux et objets précieux doivent être renfermés dans des boîtes suffisamment résistantes, en bois ou en métal, n'excédant pas 30 centimètres en longueur, 10 centimètres en largeur et 10 centimètres en hauteur, les parties des boîtes doivent avoir au moins 8 millimètres d'épaisseur.

5.—Les boîtes de valeur déclarée doivent être entourées d'un croisé de ficelle solide, sans nœuds, et dont les deux bouts sont réunis sous un cachet en cire fine portant une empreinte particulière. Les boîtes doivent, en outre, être scellées, sur les quatre faces latérales, de cachets identiques. Les faces supérieure et inférieure doivent être recouvertes de papier blanc, pour recevoir l'adresse du destinataire, la déclaration de la valeur et l'empreinte des timbres de service.

6.—Les lettres et boîtes contenant des valeurs déclarées adressées sous des initiales, ou dont l'adresse est indiquée au crayon, ne sont pas admises.

### III

1.—La déclaration des valeurs doit être exprimée en francs et centimes ou dans la monnaie du pays d'origine et être inscrite par l'expéditeur sur l'adresse de l'envoi en toutes lettres et en chiffres, sans rature ni surcharge, même approuvées.

2.—Lorsque la déclaration est formulée en une monnaie autre que la monnaie de franc, l'Office du pays d'origine est tenu d'en opérer la réduction en cette dernière monnaie en indiquant, par de nouveaux chiffres, placés à côté ou au-dessous des chiffres représentatifs du montant de la déclaration, l'équivalent de celle-ci en francs et centimes. Cette disposition n'est pas applicable aux relations directes entre pays ayant une monnaie commune.

3.—Les boîtes de valeur déclarée doivent être accompagnées de déclarations en douane conformes ou analogues au modèle B ci-joint, dans les relations qui comportent l'emploi de semblables déclarations. Il appartient aux Administrations intéressées d'adresser une notification à ce sujet aux Offices correspondants, et de leur indiquer le nombre des déclarations en douane à joindre aux envois.

### IV

Les dispositions de l'article 13 de la Convention principale, ainsi que des articles XIII et XXIX de son Réglement de détail et d'ordre sont respectivement applicables en cas de demande, soit de remise par exprès, soit de réception, de retrait ou de changement d'adresse d'une lettre ou boîte avec valeur déclarée.

Les dispositions de l'article XIV du Réglement de détail et et d'ordre de la Convention principale sont applicables aux lettres ou boîtes de valeur déclarée grevées de remboursement.

### V

Lorsque des circonstances quelconques où les réclamations des intéressés viennent à révéler l'existence d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle insérée dans une lettre ou boîte, avis en est donné à l'Administration du pays d'origine, dans le plus bref délai possible, et, le cas échéant, avec les piéces de l'enquête à l'appui.

### VI

1.—Le poid exact, en grammes, de chaque lettre ou boîte contenant des valeures déclarées doit être inscrit sur l'envoi, par l'Office d'origine, à l'angle gauche supérieur de la suscription.

2.—L'envoi est, en outre, frappé par le bureau d'origine, du côté de la suscription, du timbre indiquant le lieu et la date du dépôt et, le cas échéant, de timbre spécial en usage dans le pays d'origine pour les lettres ou boîtes contenant des valeurs déclarées.

3.—Le bureau destinataire applique, au verso, son propre timbre à la date de la réception.

### VII

1.—La transmission des envois contenant des valeurs déclarées entre pays limitrophes ou reliés entre eux au moyen d'un service maritime direct, est effectuée par ceux des bureaux d'echange que les deux Offices correspondants designent d'un commun accord à cet effet.

2.—Dans les rapports entre pays séparés par un ou plusieurs services intermédiaires, les lettres et boîtes de valeur déclarée doivent toujours suivre la voie la plus directe et être livrées à decouvert au premier Office intermédiaire, si cet Office est à même d'assurer la transmission dans les conditions déterminées par l'article I du présent Reglement.

3.—Toutéfois, est réservée aux Offices correspondants la faculté de s'entendre, soit pour échanger des valeurs declarées en depêches closes au moyen des services d'un ou de plusieurs pays intermédiaires et participant ou non à l'Arrangement, soit pour

assurer la transmission à découvert par des voies détournées, au cas où ce mode de transmission ne comporte pas, par la voie directe, la garantie de responsabilité sur tout le parcours.

VIII

1.— Les lettres et les boîtes contenant des valeurs déclarées sont inscriptes par le bureau d'échange expéditeur sur des feuilles d'envoi spécial, conformes au modèle C, annexé au présent Règlement, avec tous les détails que ces formules comportent.

En regard de l'inscription des envois qui font l'objet de demande d'avis de réception ou qui sont grevés de remboursement, on doit faire respectivement figurer dans la colonne «Observations» soit la mention A. R., soit la mention «Remb», suivie de l'indication en monnaie du pays de destination du montant du remboursement.

Les envois à faire remettre par exprès doivent être mentionnés au tableau I de la feuille d'avis.

2.—Les lettres et boîtes avec valeur déclarée forment, avec cette feuille, un ou deux paquets spéciaux, qui sont ficelés et enveloppés de papier solide, puis ficelés extérieurement et cachetés à la cire fine sur tous les plis, au moyen du cachet du bureau d'échange expéditeur. Ces paquets portent pour suscription les mots «valeurs déclarées» ou lettres de «valeur déclarée» et « boîtes de valeurs déclarées» avec indication au dessous, du poids brut en grammes. Il doivent être insérés au centre de la dépêche.

3.—La présence ou l'absence de tels paquets dans une dépêche susceptible de contenir des envois avec valeur déclarée est constatée, en regard de la rubrique *ad hoc* qui figure au recto de la feuille d'avis, soit par l'indication du nombre et du poids des paquets, soit par la mention «Néant.»

4.—Le paquet ou les paquets de valeur déclarée sont réunis par un croise de ficelle au paquet des objets recommandés; à ces paquets réunis est attachée extérieurement l'enveloppe spéciale renfermant la feuille d'avis.

5.—Toutes les fois qu'un des deux Offices correspondants réclame la séparation, les boîtes de valeur déclarée doivent être décrites sur des formules C distinctes et être emballées séparément. En pareil cas, les paquets ou sacs renfermant les deux catégories d'envois de valeur déclarée sont réunis au paquet ou sac des objets recommandés.

6.—Les avis de réception des envois de valeur déclarée sont traités conformément aux dispositions des articles XIII, XX et XXI du Règlement de détail et d'ordre pour l'exécution de la Convention principale.

7.—Les dispositions du présent article peuvent être modifiées d'un commun accord entre deux Offices correspondants, dans les relations où ces dispositions seraient incompatibles avec le régime particulier de l'un d'eux.

IX

1.—A la réception d'un paquet de valeur déclarée, le bureau d'échange destinataire commence par rechercher si ce paquet ne présente aucune irrégularité, soit dans son état ou sa confection extérieure, soit dans l'accomplissement des formalités auxquelles la transmission est soumise par l'article précédent. Il vérifie également le poids brut du paquet.

2.—Ce bureau procède ensuite à la vérification particulière des envois contenant des valeurs déclarées et, s'il y a lieu, à la constatation des manquants ou autres irrégularités, ainsi qu'à la rectification des feuilles d'envoi, en se conformant aux règles tracées pour les objets recommandés par l'article XXIII du Règlement de détail et d'ordre de la Convention principale.

3.—La constatation soit d'un manquant, soit d'une altération ou irrégularité de nature à engager la responsabilité des Administrations respectives, est opérée au moyen d'un procès verbal qui est transmis, accompagné des enveloppes, ficelles et cachets du paquet, à l'Administration centrale du pays auquel appartient le bureau d'échange destinataire. Un double de ce document est en même temps adressé, sous recommandation d'office, à l'Administration centrale à laquelle ressortit le bureau d'échange expéditeur, indépendamment du bulletin de vérification à transmettre immédiatement à ce bureau.

4.—Sans préjudice de l'application des dispositions du § 3, le bureau d'échange qui reçoit d'un bureau correspondant un envoi insuffisamment emballé ou avarié doit y donner cours après l'avoir emballé de nouveau, s'il y a lieu, en conservant autant que possible l'emballage primitif. En pareil cas, le poids de l'envoi doit être constaté avant et après le nouvel emballage.

X

1.—Les lettres et les boîtes de valeur déclarée réexpédiées par suite de fausse direction sont acheminées sur leur destination par la voie la plus rapide dont peut disposer l'Office réexpéditeur.

Lorsque la réexpédition entraîne restitution des envois de l'espèce à l'Office expéditeur, les bonifications inscrites à la feuille d'envoi de cet Office sont annulées et le bureau d'échange réexpéditeur livre ces envois pour mémoire à son correspondant, après avoir signalé l'erreur par un bulletin de vérification.

Dans le cas contraire, et si les droits bonifiés à l'Office réexpéditeur sont insuffisants pour couvrir sa part de ces droits et les frais de réexpédition qui lui incombent, il se crédite de la différence en forçant la somme inscrite à son avoir sur la feuille d'envoi du bureau d'échange expéditeur. Le motif de cette rectification est notifié audit bureau au moyen d'un bulletin de vérification.

2.—Les lettres et boîtes de valeur déclarée réexpédiées, par suite du changement de résidence des destinataires, sur un des pays contractants, sont frappées du timbre par l'Office réexpéditeur et grevées à charge du destinataire, par l'Office distributeur, d'une taxe représentant le droit revenant à ce dernier Office et, s'il y a lieu, à chacun des Offices intermédiaires.

Dans ce dernier cas, le premier Office intermédiaire qui reçoit une valeur déclarée réexpédiée se crédite du montant de son droit vis-à-vis de l'Office auquel il livre cet envoi, et ce dernier, à son tour, s'il n'est lui même qu'un intermédiaire, répète sur l'Office suivant son propre droit cumulé avec celui dont il a tenu compte à l'Office précédent. La même opération se poursuit dans les rapports entre les différents Offices participant au transport jusqu'à ce que l'envoi parvienne à l'Office distributeur.

Toutefois, si les droits exigibles pour le parcours ultérieur d'un envoi réexpédié sont acquittés au moment de la réexpédition, cet envoi est traité comme s'il était adressé directement du pays réexpéditeur dans le pays de destination, et remis sans taxe au destinataire.

3. — Toute lettre ou boîte de valeur déclarée dont le destinataire est parti pour un pays non participant au présent Arrangement est renvoyée immédiatement en rebut au pays d'origine, pour être rendue à l'expéditeur, à moins que l'Office de la première destination ne soit en mesure de la faire parvenir.

4. — Les envois de valeur déclarée qui sont tombés en rebut, pour quelque cause que ce soit, doivent être réciproquement renvoyés, par l'intermédiaire des bureaux d'échange respectifs, aussitôt que possible et, au plus tard, dans les délais fixés par le Règlement d'exécution de la Convention principale. Ces envois sont inscrits pour mémoire sur la feuille spéciale C avec la mention «Rebuts» dans la colonne d'observations et compris dans le paquet intitulé « Valeurs déclarées ».

5. — Si des boîtes de valeur déclarée réexpédiées sur un autre pays par suite de changement de résidence du destinataire, ou tombées en rebut, sont grevées de frais accessoires de vérification non remboursables lors de la réexpédition, le montant en est porté au débit de l'Office correspondant, dans la colonne 9 de la feuille d'envoi, avec indication sommaire en regard, dans la colonne 10, de la nature des frais de l'espèce à recouvrer sur le destinataire ou sur l'expéditeur (droit de timbre, frais d'essayage, etc.).

XI

Jusqu'à preuve du contraire, l'Administration que a transmis une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées à une Administration est déchargée de toute responsabilité par rapport à ces valeurs, si le bureau d'échange auquel la lettre ou la boîte a été livrée n'a pas fait prévenir, par le premier courrier, à l'Administration expéditrice, un procès-verbal constatant l'absence ou l'altération soit du paquet entier des valeurs déclarées, soit de la lettre ou de la boîte elle-même.

XII

En ce qui concerne les réclamations de lettres et boîtes de valeur déclarée non parvenues à destination, les Administrations se conforment aux dispositions de l'article XXVIII du Règlement d'exécution de la Convention principale concernant la réclamation des objects recommandés.

XIII

Les prix dus à chaque Office participant, conformément au premier paragraphe de l'article 4 de l'Arrangement, pour le transit territorial ou maritime des lettres avec valeur déclarée,

sont calculés dans les conditions fixées par les articles XXXI et XXXII du Règlement de détail et d'ordre de la Convention principale.

XIV

1.—Chaque Administration fait établir mensuellement, par chacun de ses bureaux d'échange et pour tous les envois reçus des bureaux d'échange d'un seul et même Office, un état, conforme au modèle D annexé au présent Règlement, des sommes inscrites sur chaque feuille d'envoi, soit à son crédit pour sa part et celle de chacune des Administrations intéressées, s'il y a lieu, dans les taxes de transport (boîte seulement) et dans les droits d'assurance perçus par l'Office expéditeur ; soit à son débit, pour la part revenant aux Offices intermédiaires, en cas de réexpédition ou de mise en rebut, dans les droits postaux et les frais de vérification à recouvrer sur les destinaires ou sur les expéditeurs.

2.—Les états D sont ensuite récapitulés par les soins de la même Administration dans un compte conforme au modèle E, également annexé au présent Règlement.

3.— Ce compte, accompagné des états partiels, des feuilles d'envoi et, s'il y a lieu, des bulletins de vérification y afférents, est soumis à l'examen de l'Office correspondant dans le courant du mois qui suit celui auquel il se rapporte.

Le résultat de cet examen est communiqué à l'Office qui a établi le compte mensuel, dans le délai d'un mois au plus tard à partir de la date de réception dudit compte.

4.—Les comptes mensuels, après avoir étés vérifiés et accepté de part et d'autre, sont résumés dans un compte général annuel par les soins de l'Administration créditrice, sauf autre arrangement à prendre par les Offices intéressés.

Le compte annuel doit être établi et transmis à l'Office correspondant au plus tard dans le courant de la première moitié du troisième mois de l'année qui suit celle en cause, et ce dernier Office doit renvoyer le compte, accepté ou avec observations, dans un délai d'un mois au plus après la réception.

5.—Sauf autre arrangement entre les Offices intéressées, le payment du solde résultant du compte annuel doit être effectué sans frais pour l'Administration créditrice, au plus tard un mois après que ledit compte a été contradictoirement arrêté.

XV

1.—Les Administrations se communiquent réciproquement, par l'intermédiaire du Bureau International et trois mois au moins avant la mise à exécution de l'Arrangement, savoir :

1°, le tarif des droits d'assurance applicable dans leur service aux lettres et aux boites de valeur déclarée pour chacun des pays contractants, en conformité de l'article 5 de l'Arrangement et de larticle I du présent Règlement ;

2°, le cas échéant, l'empreinte du timbre spécial en usage dans leur service par les valeurs déclarées ;

3°, le maximum jusqu'à concurrence duquel elle admettent les valeurs déclarées, par application de l'article premier de l'Arrangement.

2.—Toute modification apportée ultérieurement à l'égard de l'un ou l'autre des trois points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée, sans retard, de la même manière.

XVI

1.—Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions pour la modification ou l'interprétation du présent Règlement.

2.—Toute proposition est soumise au procédé déterminé par l'article XLI du Règlement de détail et d'ordre de la Convention principale.

3.—Pour devenir exécutoires, les propositons doivent réunir savoir :

1°, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'additions de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article ou de l'article XVII ;

2°, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des articles II, III, VI, VII, VIII, IX, XI et XIII ;

3° la simples majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles ou de l'interprétation des diverses dispositions du présent Règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4.—Les résolutions valables sont consacrées par une simple notification du Bureau International à toutes les Administrations participantes.

5.—Toute modification ou résolution adopté n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

XVII

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'Arrangement. Il aura la même durée que cet Arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les parties intéressées.

Fait à Washington, le 15 juin 1897.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands :

FRITSCH.
NEUMANN.

Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale :

N. BOLET PERAZA.

Pour la République Argentine :

M. GARCIA MÉROU.

Pour l'Autriche :

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.

STIBRAL.

Pour la Belgique :

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pour la Bosnie-Herzégovine:

DR. KAMLER.

Pour le Brésil :

A. FONTOURA XAVIER.

Pour la Bulgarie :

IV. STOYANOVITCH.

Pour le Chili :

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pour la Norvège:

THB. HEYERDAHL.

Pour les Pays-Bas:

Pour MR. HAVELAAR:

VAN DAR VEEN.

VAN DER VEEN.

Pour le Portugal et les colonies portugaises:

SANTO-THYRSO.

Pour la Roumanie:

C. CHIRU.

R. PREDA.

Pour la Russie:

SÉVASTIANOF.

Pour le Danemark et les colonies danoises :

C. SVENDSEN.

Pour la République Dominicaine :

Pour l'Egypte :

Y. SABA.

Pour l'Espagne :

ADOLFO ROZABAL.

CARLOS FLOREZ.

Por la France :

ANSAULT.

Pour les colonies françaises :

ED. DALMAS.

Pour la Hongrie :

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pour l'Italie :

E. CHIARADIA.

G. C. VINCI.

E. DELMATI.

Pour le Luxembourg :

Pour MR. HAVELAAR :

VAN DER VEEN.

Pour la Serbie:

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pour la Suède:

F. H. SCHLYTERN.

Pour la Suisse:

J. B. PIODA.
A. STAGER.

C. DELESSERT.

Pour la Régence de Tunis:

THIÉBAUT.

Pour la Turquie:

MOUSTAPHA.

A. FAHRI.

# ANNEXES

OFFICE EXPÉDITEUR DU PRÉSENT TABLEAU: .....

OFFICE DESTINATAIRE DU PRÉSENT TABLEAU: .....

## A

## ÉCHANGE DE LETTRES ET BOITES

AVEC VALEUR DÉCLARÉE

ENTRE PAYS NON LIMITROPHES

Tableau indiquant les conditions auxquelles peuvent être transmis à découvert à l'Office des postes d....., par l'office des postes d..... des envois contenant des valeurs déclarées à destination de ceux des pays participant à l'Arrangement par rapport auxquels le premier Office est à même de servir d'intermédiaire a second.

| PAYS de destination | VOIES de transmission | DÉSIGNATION des pays intermédiaires et des services maritimes dont l'emploi entraîne rémunération spéciale avec garantie | TOTAL des taxes de transport pour les boîtes, à bonifier à..... | TOTAL des droits d'assurance pour les lettres et pour les boîtes, à bonifier à..... | OBSERVATIONS |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| | | | | | |

## B.

## DÉCLARATION EN DOUANE

| DÉSIGNATION DU CONTENU | VALEUR DU CONTENU | POIDS | | OBSERVATIONS |
|---|---|---|---|---|
| | | BRUT DE LA BOITE | NET DU CONTENU | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | grammes | grammes | |
| | | | | Reproduire ci-dessous l'empreinte des cachets. |

A'..... le ..... 189.....

*L'expéditeur,*

ADMINISTRATION DES POSTES

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

C (RECTO).

d.....

d.....

Timbre du bureau expéditeur

Timbre du bureau destinataire

# FEUILLE D'ENVOI

## DES LETTRES ET BOITES

### AVEC VALEUR DÉCLARÉE

expédiées par le bureau d'échange d .....

au bureau d'échange d.....

Départ (e envoi) du..... 189....., à ..... h..... m. du.....

Arrivée le ..... 189....., à..... h..... m. du .....

| Numéros d'ordre | Timbre d'origine | Noms des destinataires | Lieux de destination | Poids de chaque lettre ou boite | Montant des valeurs déclarées | | Taxes de transport à bonifier, pour les boites, à l'Office destinataire de l'envoi | | Droits d'assurance à bonifier, pour les lettres et les boites, à l'Office destinataire de l'envoi | | Taxes de transport (boites) et droits d'assurance (lettres et boites) à récupérer par l'Office expéditeur de l'envoi | | Observations |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 3 | 5 | 6 | | 7 | | 8 | | 9 | | 10 |
| | | | | | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | |
| 1 | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | | | | | | | | | | | | | |
| 4 | | | | | | | | | | | | | |
| 5 | | | | | | | | | | | | | |
| 6 | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | | | | | | | | | | | | | |
| 8 | | | | | | | | | | | | | |
| 9 | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | | | | | | | |
| 11 | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | | | | | | | | | | | | | |
| 13 | | | | | | | | | | | | | |
| 14 | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | | | | | | | | | | | | | |
| 16 | | | | | | | | | | | | | |
| 17 | | | | | | | | | | | | | |
| 18 | | | | | | | | | | | | | |
| 19 | | | | | | | | | | | | | |

À reporter . . . .

C (VERSO)

| Numéros d'ordre | Timbre d'origine | Noms des destinataires | Lieux de destination | Poids de chaque lettre ou boite | Montant des valeurs declarées | | Taxes de transport à bonifier, pour les boites, à l'Office destinataire de l'envoi | | Droits d'assurance à bonifier, pour les lettres et les boites, à l'Office destinataire l'envoi. | | Taxes de transport (boites) et droits d'assurance (lettres et boites) à récupérer par l'Office expéditeur de l'envoi | | Observations |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | 7 | | 8 | | 9 | | 10 |
| | | | | | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | |
| | | | Report . . | | | | | | | | | | |
| 20 | | | | | | | | | | | | | |
| 21 | | | | | | | | | | | | | |
| 22 | | | | | | | | | | | | | |
| 23 | | | | | | | | | | | | | |
| 24 | | | | | | | | | | | | | |
| 25 | | | | | | | | | | | | | |
| 26 | | | | | | | | | | | | | |
| 27 | | | | | | | | | | | | | |
| 28 | | | | | | | | | | | | | |
| 29 | | | | | | | | | | | | | |
| 30 | | | | | | | | | | | | | |
| 31 | | | | | | | | | | | | | |
| 32 | | | | | | | | | | | | | |
| 33 | | | | | | | | | | | | | |
| 34 | | | | | | | | | | | | | |
| 35 | | | | | | | | | | | | | |
| 36 | | | | | | | | | | | | | |
| | | | Totaux. . . | | | | | | | | | | |

Les employés du bureau expéditeur,

Les employés du bureau destinataire,

ADMINISTRATION DES POSTES
d.....

CORRESPONDANC AVEC L'OFFICE
d.....

# D

## ÈTAT MENSUEL

des sommes que se doivent réciproquement l'Administration des postes d.....
et l'Administration des postes d....., à titre de droits d'assurance, pour
es lettres et boîtes avec valeur déclarée livrées par les bureaux d'échange dépendant de la première Administration au bureau d'échange.....

Mois de.....189.....

| DATES DES FEUILLES D'ENVOI | 1. Avoir de l'office destinataire (Colonnes 7 et 8 de la formule C) | | | | | | | | | | | | 2. Avoir de l'office expéditeur (Colonne 9 de la formule C) | | | | | | | | | | | | OBSERVATIONS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | |
| | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | |
| 1. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 14. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 15. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 16. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 17. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 18. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 19. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 20. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 21. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 22. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 23. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 24. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 25. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 26. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 27. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 28. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 29. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 30. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 31. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Totaux par bureaux correspondants | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total général de chaque Avoir | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Différence au profit de l'Office destinataire | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Timbre du bureau d'échange destinataire

*Le Chef du bureau d'échange destinataire*

ADMINISTRATION DES POSTES
d.....

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE
d.....

# E (RECTO)

## COMPTE

récapitulatif des états mensuels de feuilles d'envoi des valeurs declarées adressées pur les bureaux d'échange..... aux bureaux d'échange.....

Mois d.....189.....

| Numéros d'ordre | DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires | MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire | | Numéros d'ordre | DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires | MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | | | | | Report | | |
| 2 | | | | 21 | | | |
| 3 | | | | 22 | | | |
| 4 | | | | 23 | | | |
| 5 | | | | | | | |
| 6 | | | | | | | |
| 7 | | | | | | | |
| 8 | | | | | | | |
| 9 | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | |
| 11 | | | | | | | |
| 12 | | | | | | | |
| 13 | | | | | | | |
| 14 | | | | | | | |
| 15 | | | | | | | |
| 16 | | | | | | | |
| 17 | | | | | | | |
| 18 | | | | | | | |
| 19 | | | | | | | |
| 20 | | | | | | | |
| | Total à reporter.. | | | | Total à reporter,. | | |

E (VERSO)

| Numéros d'ordre | DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires | MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire | Numéros d'ordre | DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires | MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire |
|---|---|---|---|---|---|
| | Report | | | Report | |
| | Total à reporter.. | | | Total général... | |

VII

ARRANGEMENT CONCERNANT LE SERVICE DES MANDATS DE POSTE

*Conclu entre l'Allemagne et les Protectorats Allemands, la République majeure de l'Amérique Centrale, la République Argentine, l'Autriche-Hungrie, la Belgique, la Bosnie-Herzégovine, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, le Danemark, et les Colonies Danoises, la République Dominicaine, l'Egypte, la France, la Grèce, la Guatemala, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, la Norvége, les Pays-Bas, les Colonies Néerlandaises, le Portugal, et les Colonies Portugaises, la Roumanie, la Serbie, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie et l'Uruguay.*

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus dénommés,

Vu l'article 19 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

ARTICLE I

L'échange des envois de fonds par la voie de la poste et au moyen de mandats, entre ceux des pays contractants dont les Administrations conviennent d'établir ce service, est régi par les dispositions du présent Arrangement.

ARTICLE 2

1.—En principe, le montant des mandats doit être versé par les déposants et payé aux bénéficiaires en numéraire; mais chaque Administration a la faculté de recevoir et d'employer elle-même, à cet effet, tout papier-monnaie ayant cours légal dans son pays, sous réserve de tenir compte, le cas échéant, de la différence de cours.

2.—Aucun mandat ne peut excéder la somme de 1000 francs effectifs ou une somme approximative dans la monnaie respective de chaque pays.

Toutefois, les Administrations qui ne peuvent admettre actuellement 1000 francs comme maximum ont la faculté de fixer celui-ci à 500 francs, ou à une somme approximative dans la monnaie de chaque pays.

3.—Sauf arrangement contraire entre les Administrations interessées, le montant de chaque mandat est exprimé dans la monnaie métallique du pays où le payement doit avoir lieu. A cet effet, l'Administration du pays d'origine détermine elle-même, s'il y a lieu, le taux de conversion de sa monnaie en monnaie métallique du pays de destination.

L'Administration du pays d'origine détermine également, s'il y a lieu, le cours à payer par l'expéditeur, lorsque ce pays et le pays de destination possèdent le même système monétaire.

4.—Est réservé à chacun des pays contractants le droit de déclarer transmissible par voie d'endossement, sur son territoire, la propriété des mandats de poste provenant d'un autre de ces pays.

ARTICLE 3

1.—La taxe générale à payer par l'expéditeur pour chaque envoi de fonds effectué en vertu de l'article précédent est fixée, valeur metallique, pour les cent premiers francs, à 25 centimes par 25 francs ou fraction de 25 francs et, au delà des cent premiers francs, à 25 centimes par 50 francs ou fraction de 50 francs, ou à l'équivalent dans la monnaie respective des pays contractants, avec faculté d'arrondir le cas échéant, les fractions.

Sont exempts de toute taxe les mandats d'office relatifs au service des postes et échangés entre les Administrations postales ou entre les bureaux relevant de ces Administrations.

2.—L'Administration qui a délivré des mandats tient compte à l'Administration qui les a acquittés, d'un droit de 1/2 pour cent sur les premiers cent francs et de 1/4 pour cent sur les sommes en sus, abstraction faite des mandats officiels.

3.—Les mandats échangés, par l'intermédiaire d'un des pays participant à l'Arrangement, entre un autre de ces pays non participant, peuvent être soumis, au profit de l'Office intermédiaire, à un droit supplémentaire, prélevé sur le montant du titre et representant la quote-part du pays non participant.

4.— Les mandats de poste et les acquits donnés sur ces mandats, de même que les récépissés délivrés aux déposants, ne peuvent être soumis, à la charge des expéditeurs ou des destinataires des fonds, à un droit ou à une taxe quelconque en sus de la taxe perçue en vertu du paragraphe 1 du présent article, sauf, toutefois, le droit de factage par le payement à domicile, s'il y a lieu, et le droit supplémentaire prévu par le § 3 ci-dessus.

5.— L'expediteur d'un mandat peut obtenir un avis de payement de ce mandat, en acquittant d'avance, au profit exclusif de l'Administration du pays d'origine, un droit fixe égal à celui qui est perçu dans ce pays pour les avis de réception des correspondances recommandées.

6.— L'expediteur d'un mandat de poste peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances ordinaires par l'article 9 de la Convention principale, tant que le beneficiaire n'a pas pris livraison, soit du titre lui-même, soit du montant de ce titre.

7.—L'expéditeur peut demander également la remise des fonds à domicile, par porteur spécial, aussitôt après l'arrivée du mandat, aux conditions fixées par l'article 13 de la dite Convention.

8.— Est toutefois réservée à l'Office du pays de destination la faculté de faire remettre par exprès, au lieu des fonds, un avis d'arrivée du mandat ou le titre lui-même, lorsque ses réglements intérieurs le comportent.

ARTICLE 4

1.— Les mandats de poste peuvent être transmis par le télégraphe, dans les rélations entre les Offices dont les pays sont reliés par un télégraphe d'Etat ou qui consentent à employer à cet effet la télégraphie privée; ils sont qualifiés, en ce cas, de mandats télégraphiques.

2.— Les mandats télégraphiques peuvent, comme les télégrammes ordinaires, et aux mêmes conditions que ces derniers, être soumis aux formalités de l'urgence, de la réponse payée, du collationnement, et de l'accusé de réception, ainsi qu'aux formalites de transmission par la poste ou de la remise par exprès, s'ils sont à destination d'une localité non desservie par les télégraphes internationaux. Ils peuvent, en outre, donner lieu à des demandes d'avis de payement à délivrer et à expédier par la poste.

Les expéditeurs des mandats télégraphiques peuvent ajouter à la formule réglementaire du mandat des communications pour le destinataire, pourvu qu'ils en payent le montant d'après le tarif.

3.—L'expéditeur d'un mandat télégraphique doit payer:

*a*) la taxe ordinaire des mandats de poste et, si un avis de payement est demandé, le droit fixe de cet avis;

*b*) la taxe du télégramme.

4.—Les mandats télégraphiques ne sont grevés d'aucuns frais autres que ceux prévus au présent article, ou que ceux qui peuvent être perçus en conformité des réglements télégraphiques internationaux.

ARTICLE 5

1.—Par suite du changement de résidence du bénéficiaires, les mandats ordinaires peuvent être réexpédiés d'un des pays participant à l'Arrangement sur un autre de ces pays. Lorsque le pays de la nouvelle destination a un autre système monétaire que le pays de la destination primitive, la conversion du montant du mandat en monnaie du premier de ces pays est opérée par le bureau réexpéditeur, d'après le taux convenu pour les mandats à destination de ce pays et émanant du pays de la destination primitive. Il n'est perçu aucun supplement de taxe pour la réexpédition, mais le pays de la nouvelle destination touche en tout cas à son profit la quote-part de taxe qui lui serait dévolut si le mandat lui avait été primitivement adressé, même dans le cas où, par suite d'un arrangement spécial conclu entre le pays d'origine et le pays de la destination primitive, la taxe effectivement perçue serait inférieure à la taxe prévue par l'article 3 du présent Arrangement.

2.—Les mandats télégraphiques peuvent être réexpediés sur une nouvelle destination aux mêmes conditions que les mandats ordinaires. Sauf entente contraire entre les Administrations intéressées, la réexpédition des mandats télégraphiques est toujours effectuée par la voie postale.

ARTICLE 6

1.—Les Administrations des postes des pays contractants dressent, aux époques fixées par le Réglement ci-après, les comptes sur lesquels sont récapitulées toutes les sommes payées par leurs bureaux respectifs; et ces comptes, après avoir été débattus et arrêtés contradictoirement, sont soldés, sauf arrangement contraire, en monnaie d'or du pays créancier, par l'Administration qui est reconnue redevable envers une autre, dans le délai fixé par le même Réglement.

2.—A cet effet et, sauf autre arrangement, lorsque les mandats ont été payés dans des monnaies différentes, la créance la plus faible est convertie en même monnaie que la créance la plus forte, au pair des monnaies d'or des deux pays.

3.—En cas de non-payement du solde d'un compte dans les délais fixés, le montant de ce solde est productif d'intérêts, à dater du jour de l'expiration des dits délais jusqu'au jour où le payement a lieu. Ces intérêts sont calculés à raison de 5 % l'an et sont portés au débit de l'Administration retardataire sur le compte suivant.

ARTICLE 7

1.—Les sommes converties en mandats de poste sont garanties aux déposants jusqu'au moment où elles ont été régulièrement payées aux destinataires ou au mandataires de ceux-ci.

2.—Les sommes encaissées par chaque Administration, en échange de mandats de poste dont le montant n'a pas été réclamé par les ayants droit dans les délais fixés par les lois ou règlements du pays d'origine, sont définitivement acquises à l'Administration qui a délivré ces mandats.

3.—Il est toutefois entendu que la réclamation concernant le payement d'un mandat à une personne non autorisée n'est admise que dans le délai d'un an à partir du jour de l'expiration de la validité normale du mandat; passé ce terme, les Administrations cessent d'être responsables des payements sur faux acquits.

ARTICLE 8

Les estipulations du présent Arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des arrangements spéciaux, ainsi que maintenir et d'établir des unions plus restreintes en vue de l'amélioration du service des mandats de poste internationaux.

ARTICLE 9

Chaque Administration peut, dans des circonstances extraordinaires qui sont de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des mandats internationaux, d'une manière générale ou partielle, sous la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'Administration ou aux Adinistrations intéressées.

ARTICLE 10

Les pays de l'Union qui n'ont point pris part au présent Arrangement sont admis à y adhérer sur leur demande, et dans la forme prescripte par l'article 24 de la Convention principale en ce qui concerne les adhésions à l'Union Postale Universelle.

ARTICLE 11

Les Administrations des postes des pays contractants désignent, chacune pour ce qui la concerne, les bureaux qui doivent délivrer et payer les mandats à émettre en vertu des articles précédents. Elles réglent la forme et le mode de transmission des mandats, la forme des comptes designés à l'article 6 et toute autre mesure de détail ou d'ordre nécessaire pour assurer l'exécution du présent Arrangement.

ARTICLE 12

1.—Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau International, des propositions concernant le service des mandats de poste.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyé par au moins deux Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau International ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2.—Toute proposition est sumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 26 de la Convention principale.

3.—Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1°, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 6 et 13;

2°, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions autres que celles des articles précités ;

3° la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement, sauf le cas de litige prévu par l'article 23 de la Convention principale.

4.—Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et, dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 26 de la Convention principale.

5.—Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 13

1.—Le présent Arrangement entrera en vigueur le 1e janvier 1899.

2.—Il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit réservé à chaque pays de se retirer de cet Arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération Suisse.

3.—Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent Arrangement, toutes les dispositions convenues antérieurement entre les divers Gouvernements ou Administrations des parties contractantes, pour autant qu'elles ne seraient pas conciliables avec les termes du présent Arrangement, le tout sans préjudice des droits réservés par l'article 8.

4.—Le présent Arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Washington.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement à Washington, le quinze juin mil huit cent quatre-vingt-dix sept.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands:
FRITSCH.
NEUMANN.

Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale:
N. BOLET PERAZA.

Pour la République Argentine :
M. GARCIA MÉROU.

Pour l'Autriche:
DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.

Pour la Belgique :
LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pour la Bosnie-Herzégovine:
DR. KAMER.

Pour le Brésil :
A. FONTOURA XAVIER.

Pour la Bulgarie:
IV. STOYANOVITCH.

Pour le Chili:
R. L. IRARRÁZAVAL.

Pour le Luxembourg:
Pour MR. HAVELAAR:
VAN DER VEEN

Pour la Norvège:
THB. HEYERDHAL.

Pour les Pays Bas:
Pour MR HAVELAAR.
VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.

Pour les Colonies Néerlandaises:
JOHS. J. PERK.

Pour le Portugal et les Colonies Portugaisse:
SANTO-THYRSO.

Pour la Roumanie:
C. CHIRU.
R. PREDA.

Pour le Danemark et les colonies Danoises:
C. SVENDSEN.

Pour la République Dominicaine:

Pour l'Egypte:
Y. SABA.

Pour la France:
ANSAULT.

Pour la Grèce:
ED. HOHN.

Pour le Guatemala:
J. NOVELLA.

Pour la Hongrie :
PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENYEY.

Pour l'Italie:
E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI.

Pour le Japon:
KENJIRO KOMATSU.
KWANKICHI YUKAWA.

Pour la République de Libéria:
CHAS. HALL ADAMS.

Pour la Serbie:
PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pour le Royaume de Siam:
ISAAC TOWNSEND SMITH.

Pour la Suède:
F. H. SCHLYTERN.

Pour la Suisse:
J. B. PIDA.
A. STAGER.
C. DELESERT.

Pour la Régence de Tunis:
THIÉBAUT.

Turquie:
MOUTAPHA.
A. FAARI

Pour l'Uruguay:
PRUDENCIO DE MURGUIONDO.

VIII

RÈGLEMENT DE DÉTAIL ET D'ORDRE POUR L'EXÉCUTION DE L'ARRANGEMENT CONCERNANT LE SERVICE DES MANDATS DE POSTE

*Conclu entre l'Allemagne et les Protectorats Allemands, la République Majeure de l'Amérique Centrale, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bosnie-Herzégovine, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, le Danemark et le colonies Danoises, la République Dominicaine, l'Egypte, la France, la Grèce, le Guatemala, l'Italie, le Japon, la Republique de Libéria, le Luxembourg, la Norvége, les Pays-Bas, les Colonies Néerlandaises, le Portugal et les Colonies Portugaises, la Roumanie, la Serbie, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie et l'Uruguay*

Les soussignés, vu l'article 19 de la Convention principale et l'article 11 de l'Arrangement concernant l'échange des mandats de poste, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté d'un commun accord les mesures suivantes pour assurer l'exécution du dit Arrangement.

I

Un récépissé, bulletin de dépôt ou déclaration de versement des sommes en échange desquelles un mandat de poste international est émis, doit être délivré sans frais au déposant, dans la forme adoptée par chaque Administration.

1.—Les mandats de poste internationaux sont établis sur une formule conforme ou analogue au modèle A annexé au présent Réglement.

2.—Les formules de mandats qui ne sont pas imprimées en langue française doivent porter une traduction sublinéaire dans cette langue et les inscriptions que leur texte comporte doivent être formulées en chiffres arabes et en caractères latins, suivant le cas, sans rature ni surcharge, même approuvées.

3.—Il est interdit de consigner sur les mandats d'autres annotations que celles que comporte la contexture des formules. Par contre, l'expéditeur a le droit d'ajouter, sur le coupon, des communications quelconques destinées au bénéficiaire du mandat.

4.—Les mandats d'office doivent porter en tête le mot « officiel » et le coupon latéral mentionner le motif de l'envoi des titres.

III

1.—Les mandats télégraphiques sont rédigés par le bureau de poste qui a reçu le dépôt des fonds, et adressés au bureau de poste qui doit en opérer le payement.

2.—Les mandats télégraphiques sont rédigés comme suit:

Indications éventuelles (en toutes lettres ou d'après les abréviations autorisées dans le service télégraphique).

Mandat. (N.° postal d'émission.)

Postes. (Nom du bureau de poste de destination.)

(Avis de payement, s'il y a lieu.)

(Nom de l'envoyeur)—paye—(montant de la somme transmise exprimé en chiffres et en toutes dans lettres dans la monnaie du pays de destination.)

Pour: (désignation exacte du ou de la destinataire, de sa résidence et, s'il est possible, de son domicile.)

Les indications qui précèdent doivent toujours figurer dans les formules de mandats télégraphiques dans l'ordre ci-dessus.

Lorsque les mandats télégraphiques sont émis par des bureaux de poste de localités non dotées d'un service télégraphique, le lieu d'émission de ces mandats doit être indiqué dans les télégrammes immédiatement après le numéro postal d'émission, de la manière suivante:

« Mandat..... de ..... »

De même, les mandats télégraphiques originaires de localités pourvues de plusieurs bureaux de poste doivent porter la désignation précise du bureau de poste d'origine, lorsque ce bureau n'est pas chargé du service télégraphique.

3.—Les divers offices, pour leurs services respectifs, ont la faculté d'autoriser les bureaux télégraphiques de localités pourvues d'un ou de plusieurs bureaux de poste à recevoir de l'envoyeur et à payer au lieu de destination le montant des mandats télégraphiques.

4.—La répétition partielle est obligatoire (répétition de bureau à bureau des noms propres et des nombres).

5.—Le bureau de poste expéditeur adresse sous enveloppe, à titre confirmatif et par le plus prochain courrier postal, au bureau de poste destinataire, une copie ou avis d'émission du mandat télégraphique, conforme ou analogue au modèle B annexé au présent Réglement. Cette copie est rattachée, par ce dernier bureau, à l'original acquitté par le bénéficiaire.

IV

1.—Les mandats sont transmis à découvert.

2.—Les mandats à comprendre dans chaque dépêche sont réunis en un seul paquet, après subdivision, s'il y a lieu, en autant de liasses qu'il y a de pays destinataires, et insérés, par les bureaux d'échange, dans l'enveloppe contenant la feuille d'avis qui accompagne la dépêche.

V

1.—Lorsqu'un mandat ordinaire est soumis à la réexpédition dont il est fait mention à l'article 5 de l'Arrangement et que le pays de la destination primitive et le pays de la nouvelle destination ont des systèmes monétaires différents; le bureau réexpéditeur biffe d'un trait de plume les indications du montant du mandat y compris l'indication supérieure de la rubrique «Bon pour», de manière, toutefois, à laisser reconnaître les inscriptions primitives. Après avoir réduit d'émission en monnaie du pays de la nouvelle destination, le dit bureau inscrit le montant résultant de la conversion en toutes lettres et à un endroit convenable de la formule du mandat, mais autant que possible immédiatement au-dessus de l'indication primitive de ce montant en toutes lettres. La nouvelle inscription portée sur le mandat est signée par l'agent de service. Ce même procédé doit être suivi en cas de réexpédition ultérieures.

2.—Les mandats télégraphiques peuvent être réexpédiés sur une nouvelle destination aux mêmes conditions que les mandats ordinaires (art. 5, § 2 de l'Arrangement). Dans ce cas ils doivent être accompagnés du titre confirmatif.

3. — Les demandes de réexpédition ou de renvoi sont enregistrées, pour mémoire, par le premier bureau de destination, et, les cas échéant, par les bureaux destinataires ultérieurs. Le bureau qui opère la réexpédition d'un mandat dans les conditions prévues ci-dessus en donne avis au bureau d'émission.

VI

Les dispositions de l'article 13 de la Convention principale et de l'article XXIX du Règlement de détail et d'ordre de cette Convention sont respectivement applicables, en cas de demande, soit de remise par exprès, soit de retrait ou de changement d'adresse d'un mandat de poste.

Toutefois, la reproduction exacte des notes écrites sur le coupon n'est pas requise pour le fac-simil du mandat.

VII

1. — Les mandats de poste dont le payement n'a pu être effectué pour l'une des causes suivantes :

1°, indication inexacte, insuffisante ou douteuse du nom ou domicile des bénéficiaires ;

2°, différences ou omissions de noms ou de sommes ;

3°, ratures ou surcharges dans les inscriptions ;

4°, omissions de timbres, de signatures ou d'autres indications de service ;

5°, indication du montant à payer dans une monnaie autre que celle du pays de destination ou, le cas échéant, que la monnaie admise à cet effet par les Administrations correspondantes ;

6°, emploi de formules non réglementaires ;

sont régularisés par les soins de l'Administration qui les a émis ;

2. — A cet effet, ces mandats sont renvoyés sous recommandation d'office, le plus tôt possible, au bureau d'origine par le bureau de destination, sauf application, s'il y a lieu, des dispositions du paragraphe 4 ci-après. Les deux Administrations postales en cause doivent être avisées de ce renvoi et de la suite donnée, en tant qui les irrégularités dont il s'agit son imputables au service postal.

3.—Les mandats télégraphiques, dont le payement ne peut être effectué pour cause d'adresse insuffisante ou inexacte, donnent lieu à l'envoi au bureau d'origine d'un avis de service indiquant la cause du non-payement. Le bureau d'origine vérifie l'exactitude de l'adresse. Si cette adresse a été d'inexacte, il la rectifie sur-le-champ par avis de service. Dans le cas contraire, il prévient l'expéditeur, qui est admis à rectifier ou à compléter l'adresse par un avis de service taxé.

Lorsque le payement est suspendu pour une autre cause, notamment par suite de l'omission de l'une ou de plusieurs formalités prévues par l'article III précédent, et si le destinataire ne profite pas des facilités qui lui sont offertes par les dispositions des §§ 4 et 6 du présent article, la régularisation du mandat est opérée dans la forme prescrite pour les mandats de poste ordinaires. Il est procédé de la même manière à l'égard des mandats télégraphiques dont l'adresse, insuffisante ou inexacte, n'a pas été rectifiée dans un délai normal au moyen d'un avis de service.

4.—Si le destinataire d'un mandat irrégulier, ordinaire ou télégraphique, le désire et offre de payer tous les frais, les irrégularités qui s'opposent au payement de ce mandat peuvent être régularisées par la voie télégraphique, au moyen d'un avis de service taxé. Le mandat est, dans ce cas, conservé par le bureau de destination, lequel en opère la régularisation à la réception du télégramme rectificatif émanant du bureau d'origine, et joint ce télégramme au mandat régularisé.

5.—Les mandats télégraphiques dont le titre confirmatif seul est parvenu, mais dont le télégramme fait défaut, ne doivent pas être payés au simple vu de la première de ces pièces. Avant tout, il y a lieu de réclamer le télégramme.

6.—Dans le cas où les télégrammes rectificatifs mentionnés au paragraphe 4 ci-dessus ont été motivés par une erreur imputable au service, la taxe de ces télégrammes doit être remboursée à qui de droit.

7 —Les mandats (ordinaires ou télégraphiques) refusés, de même que ceux dont les bénéficiaires sont inconnus ou partis sans laisser d'adresse, sont renvoyés immédiatement, sous recommandation d'office, par le bureau de destination, au bureau d'origine, après avoir été frappés du timbre ou revêtus de l'étiquette dont l'usage est prescrit par l'article XXVI, § 4, au Règlement d'exécution de la Convention principale.

Les télégrammes-mandats renvoyés pour une cause quelconque doivent être accompagnés des avis d'émission y relatifs.

VIII

1.—Les mandats sont valables jusqu'à l'expiration du deuxième mois qui suit celui de leur émission. Ce délai est majoré de quatre mois dans les relations avec les pays hors d'Europe ou de ces pays entre eux, sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés.

2.—Passé ce terme, ils ne peuvent plus être payés que sur un visa pour date donné par l'Administration qui les a émis et à la requête de l'Administration dont dépend le bureau destinataire.

3.—Le visa pour date doit être inscrit sur le titre même, et donne au mandat une nouvelle durée de validité égale à celle prevue au § 1 du présent article.

4.—Les mandats dont le payement n'a pas été réclamé en temps utile sont renvoyés, aussitôt après l'expiration du délai de validité ordinaire, par l'Administration qui en est dépositaire à l'Administration du pays d'origine.

IX

1.—Les mandats non payés aux destinataires sont remboursés aux envoyeurs aussitôt que l'Administration du pays d'origine est rentrée en possession de ces mandats.

S'il s'agit de mandats télégraphiques, l'Administration du pays d'origine doit être en possession tant du mandat que de l'avis d'émission.

2.—Les mandats égarés, perdus ou détruits peuvent être remplacés, sur la demande de l'envoyeur ou du destinataire, par des autorisations de payement que délivre l'Administration du pays d'origine, après avoir constaté, d'accord avec l'Administration du pays de destination, que le mandat n'a été ni payé, ni remboursé.

Aucune nouvelle taxe n'est exigée pour les autorisations de payement.

3.— Lorsque le remboursement d'un mandat égaré, perdu ou détruit est réclamé par l'envoyeur, celui-ci doit fournir, à l'appui de sa demande, son récépissé, bulletin de dépôt ou déclaration de versement.

L'Administration du pays d'origine accorde le remboursement après s'être assurée que l'Office de destination n'a pas payé et ne payera pas le mandat.

X

1.— Le payement des mandats est régi par les dispositions en vigueur dans le service intérieur de l'Office de destination, auquel incombe la responsabilité des payements sur faux acquits.

2.— Pour dégager sa responsabilité à l'égard de tout mandat payé par lui, cet Office doit être en mesure d'établir: 1° que ses réglements comportent toutes les garanties nécessaires pour la constatation de l'identité du destinataire; 2° que le payement a eu lieu dans les conditions prescrites par lesdits réglements.

XI

1.— Lorsque l'expéditeur d'un mandat ordinaire demande à recevoir avis du payement de ce mandat, le bureau d'origine apposé sur le titre le timbre-poste représentant le droit fixe perçu de ce chef. Il annulle ce timbre-poste par l'inscription très apparente des mots: « Avis de payement. »

2.— S'il s'agit d'un mandat télégraphique, le timbre-poste représentant la taxe due de ce chef est appliqué sur la copie ou l'avis d'émission.

3.—Le bureau payeur adresse, sous recommandation d'office, le jour même du payement, au bureau d'origine, chargé d'en faire la remise au déposant, un avis conforme ou analogue au modèle C annexé au présent Réglement.

4. - Lorsque, ultérieurement à l'émission d'un mandat, l'expéditeur demande à recevoir l'avis du payement de ce mandat, le dit avis est établi sur une formule conforme ou analogue au modèle C ci-annexé et transmis aux conditions indiquées à l'article XIII du Règlement de la Convention principale. La taxe de

25 centimes au maximum, prévue à l'article 3 de l'Arrangement, peut être appliquée et, le cas échéant, le réclamant l'acquitte en timbres-poste.

XII

1.—Chaque Administration dresse, à la fin de chaque mois, pour chacune des autres Administrations, un compte particulier, conforme au modèle D annexé au présent Règlement, et sur lequel sont récapitulés, autant que possible par ordre chronologique et par ordre alphabétique des noms des bureaux d'émission, tous les mandats payés par ses propres bureaux, pour le compte de l'Office correspondant pendant le mois précédent.

2.—Elle inscrit également sur ce compte le montant du droit qui lui revient, en vertu du § 2 de l'article 3 de l'Arrangement, sur les mandats payés par ses bureaux.

Cette bonification s'opère sur les totaux du compte des mandats payés, abstraction faite des mandats officiels.

3.—Le compte particulier, accompagné des mandats payés et quittances, est transmis le plus tôt possible, mais au plus tard à la fin du mois qui suit celui auquel le compte se rapporte, à l'Administration correspondante.

4.—A défaut de mandats payés, un compte particulier négatif est adressé à l'Administration correspondante.

XIII

1.—Quinze jours, au plus tard, après la vérification et l'acceptation des comptes réciproques, la balance est faite dans un compte général que dresse l'Administration créditrice (sauf autre arrangement entre les Offices intéressés), en se conformant, pour la conversion des monnaies, s'il y a lieu, au § 2 de l'article 6 de l'Arrangement.

2.—Le compte général doit être arrêté dans un délai de deux mois après l'expiration du mois auquel il se rapporte. Ce délai est porté à quatre mois dans les relations avec les pays situés hors d'Europe ou de ces pays entre eux.

Toutefois, les Administrations peuvent s'entendre en vue de dresser le compte général par trimestre, par semestre ou par année.

3.—Sauf arrangement contraire, la différence formant le solde du compte est payée au moyen de traites payables à vue ou à courte échéance sur le capitale ou sur une place commerciale du pays créditeur, en monnaie d'or de ce pays et sans aucune perte pour lui, les frais du payement restant à la charge de l'Office débiteur.

Ces traites peuvent être exceptionellement tirées sur un autre pays, à la condition que les frais d'escompte soient à la charge de l'Office débiteur.

4.—Le payement doit être effectué, au plus tard, quinze jours après que le compte général a été contradictoirement arrêté. Toute Administration qui se trouve à découvert, vis-à-vis d'une autre Administration, d'une somme supérieure à 50.000 francs, a le droit de réclamer, même avant la clôture du compte, un acompte ou solde provisoire jusqu'à concurrence des trois quarts du montant de sa créance. Le cas échéant, il doit être satisfait à sa demande dans le délai de huit jours.

XIV

1.—Les Administrations des pays contractants doivent se communiquer réciproquement, par l'intermédiaire du Bureau international et trois mois au moins avant la mise à exécution de l'Arrangement, savoir:

1°, le maximum qu'elles adoptent pour l'échange des mandats, en vertu de l'article 2, § 2, de l'Arrangement;

2°, le tarif et, s'il y a lieu, le taux de conversion monétaire ou le cours qu'elles appliquent en exécution de l'article 2 de l'Arrangement;

3°, la nomenclature de ceux de leurs bureaux respectifs qu'elles autorisent à émettre et à payer des mandats internationaux, ou l'avis que tous leurs bureaux participent à ce service;

4°, un exemplaire du mandat qu'elles emploient;

5°, l'orthographe des noms de nombre, de 1 à 500, ou de 1 à 1000, suivant le cas, qui peuvent être écrits en toutes lettres, dans leur langue respective, sur les mandats émis par elles;

6°, la durée des délais après lesquels leur législation respective attribue définitivement à l'Etat le montant des mandats dont le payement n'a pas été réclamé par les ayants droit;

7°, le cas échéant, l'avis de leur participation à l'échange des mandats télégraphiques;

8°, la liste des pays avec lesquels elles échangent des mandats de poste sur la base de l'Arrangement.

2.—Toute modification apportée ultérieurement, à l'égard de l'un ou d'autre des huit points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée sans retard de la même manière.

XV

1.—Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant les dispositions du présent Réglement.

2.—Toute proposition est soumise au procédé déterminé par l'article XLI du Réglement du détail et d'ordre de la Convention principale.

3.—Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir:

1°, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles II, X et XVI du présent Réglement;

2°, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions des articles, I, III, IV, V, VI, IX et XI;

3°, la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles ou de l'interprétation des diverses dispositions du présent Réglement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4.—Les résolutions valables sont consacrées par une simple notification du Bureau international à toutes les Administrations participantes.

5.—Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

XVI

1.—Le présent Réglement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'Arrangement.

2.—Il aura la même durée que cet Arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé, d'un commun accord, entre les parties intéressées.

Fait à WASHINGTON, le 15 juin 1897.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands:

FRITSCH.

NEUMANN.

Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale:

N. BOLET PERAZA.

Pour la République Argentine:

M. GARCIA MÉROU.

Pour l'Autriche:

DR. NEUBAUER.
HABBELGER.
STIBRAL.

Pour la Belgique:

LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pour la Bosnie-Herzégovine:

DR. KAMLER.

Pour le Bresil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pour l'Italie:

E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI.

Pour le Japon:

KENJIRO KOMATSU.
KWANKICHI YUKAWA.

Pour la République de Libéria:

CHAS. HALL. ADAMS.

Pour le Luxembourg:

POUR MR. HAVELAAR.
VAN DER VEEN.

Pour la Norvège:

THB. HEYERDAHL.

Pour les Pays-Bas:

POUR MR. HAVELAAR:
VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.

Pour les colonies néerlandaises:

JOHS. J. PERK.

Pour le Portugal et les colonies portugaises:

SANTO-THYRSO.

Pour la Bulgarie:

IV. STOYANOVITCH.

Pour le Chili:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pour le Danemark et les colonies danoises:

C. SVENDSEN.

Pour la République Dominicaine:

Pour l'Egypte:

Y SABA.

Pour la France:

ANSAULT.

Pour la Grèce:

ED. HÖHN.

Pour le Guatemala:

J. NOVELLA.

Pour la Hongrie:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pour la Roumanie:

C. CHIRU.
R. PREDA.

Pour la Serbie:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pour le Royaume de Siam:

ISAAC TOWNSEND SMITH.

Pour la Suède:

F. H. SCHLYTERN.

Pour la Suisse:

J. B. PIODA.
A. STAGER.
C. DELESSERT.

Pour la Régence de Tunis:

THIÉBAUT.

Pour la Turquie:

MOUSTAPHA.
A. FAHRI.

Pour l'Uruguay:

PRUDENCIO DE MURGUIONDO.

# ANNEXES

## A (RECTO)

COUPON

(Peut être détaché par le destinataire)

Montant du mandat en chiffres

Désignation de l'envoyeur

Le.....189.....

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

Cours du change:

.....

Somme payée

.....

(*)

MANDAT DE POSTE INTERNATIONAL

de la somme de .....

(en chiffres arabes)

(en toutes lettres et en caractères latins)

payable à M.....

Lieu de destination:.....

Adresse du destinataire:.....

Pays de destination:.....

Timbre du bureau d'origine

Indications de service.

Numéro d'émission:.....

Date d'émission:.....

Bureau expéditeur:.....

Signature de l'agent qui a dressé le mandat :

(*) Indications à remplir par l'Office destinataire, lorsqu'il opère lui-même la conversion ou qu'il fait usage, pour ses payements, de papier monnaie déprécié par rapport à la monnaie métallique ayant le cours l'or. de (Arrangement, article 2.)

Bon pour

Soit

(Monnaie du pays d'origine.)

## A (VERSO).

(Cadre réservé aux endossements, s'il y a lieu.)

QUITTANCE DU DESTINATAIRE.

Reçu la somme indiquée d'autre part,

Lieu : .....

Le ..... ..... .....189.....

*Signature du destinataire :*

REGISTRE D'ARRIVÉE.

N°.....

Timbre du bureau payeur.

# B

ADMINISTRATION DES POSTES

d .....

## AVIS D'ÉMISSION

Copie d'un mandat télégraphique déposé au bureau d ..... .....
le ..... ..... pour le bureau d ..... .....

(Pays)

| Nom de l'envoyeur | Numéro du mandat | Nom, prénoms, qualité et domicile du destinataire | Montant du mandat |
|---|---|---|---|
| | | | |

A ....., le ..... 189 .....

*Le* ..... ..... *des postes,*

(Signature)

Timbre du bureau d'origine

Timbre de bureau de destination

# C

ADMINISTRATION DES POSTES

D .....

N° du registre:

## AVIS DE PAYEMENT
### d'un mandat

*Le soussigné déclare que la somme de* ..... ,

*montant du mandat n°* ..... *émis par le bureau d* ....., *le* .....,

*à l'adresse de M* ..... ....., *a été dûment payée*

*le* ..... *18* .....

*Le* ..... *des postes.*

Signature :
(*)

Timbre du bureau payeur.

(*) Cet avis doit être signé par le bureau payeur, puis mis sous enveloppe et envoyé, sous recommandation, par le premier courrier, au bureau d'origine du mandat qu'il concerne.

ADMINISTRATION DES POSTES DE *SUISSE*

D

ANNÉE 1899
MOIS DE *FÉVRIER*

| Nos d'ordre des mandats payés | Numérotation des mandats au-dessus de 100 fr. | Date de l'émission | | Bureaux de poste qui ont délivré les mandats | Nos d'émission | Mandats taxés: jusqu'à 100 fr. | | Mandats taxés: au-dessus de 100 fr. | | Mandats officiels | | Montant du débit de l'Administration *belge* | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | An. | Mois. | | | F. | C. | F. | C. | F. | C. | F. | C. |
| 1 | | 1899 | Janvier | Arlon | 825 | 99 | 90 | | | | | | |
| 2 | 1 | | Février | » | 831 | | | 105 | | | | | |
| 3 | | | » | » | 869 | 46 | 50 | | | | | | |
| 4 | 2 | | Janvier | Bruges | 1203 | | | 300 | | | | | |
| 5 | | | » | » | 1512 | 83 | 40 | | | | | | |
| 6 | 3 | | Février | » | 1609 | | | 561 | | | | | |
| 7 | | | » | » | 1708 | | | | | 215 | | | |
| 8 | 4 | | » | Charleroi | 210 | | | 612 | | | | | |
| 9 | | | Janvier | Malines | 286 | 45 | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | | | | | | | |
| etc. | Mandats taxés. . . . . | | | | | 274 | 80 | 1578 | | . . . | . . | 1852 | 80 |
| Droit de ½ pour cent sur le total des mandats taxés jusqu'à 100 fr . . . . . | | | | | | . . . | . . | . . . | . . | . . . | . . | 1 | 37 |
| Droit de ½ pour cent sur les premiers cent fr. de 4 mandats au-dessus, soit sur . . . . . | | | | | | | | 400 | | . . . | . . | 2 | |
| Droit de ¼ pour cent sur le solde, soit sur . . . . . | | | | | | . . . | . . | 1178 | | | | 2 | 94 |
| Mandats officiels . . . . . | | | | | | . . . | . . | . . . | . . | 215 | | 215 | |
| Total général des sommes dues par l'Office de *Belgique* à l'Office de *Suisse*. . . . . | | | | | | | | | | | | 2071 | 11 |

Certifié le présent compte du mois d ..... 1899 conforme aux mandats des bureaux ..... y annexés.
Fait à ..... le .....

Le Chef d .....

# TRADUCÇÃO

## I

### Convenção Postal Universal

*Firmada entre a Allemanha e os protectorados allemães, Republica Maior da America Central, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Bosnia Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Chile, Imperio da China, Republica da Columbia, Estado Independente do Congo, Reino da Corêa, Republica da Costa Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Equador, França, colonias francezas, Grã-Bretanha e diversas colonias britannicas, India britannica, colonias britannicas da Australasia, Canadá, colonias britannicas da Africa do Sul, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Republica do Hawai, Hespanha e colonias hespanholas, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Estado Livre de Orange, Paraguay, Paizes Baixos, Colonias Neerlandezas, Perú, Persia, Portugal e colonias portuguezas, Roumania, Russia, Servia, Reino de Sião, Republica Sul-Africana, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia, Uruguay e Estados Unidos de Venezuela.*

Os abaixo assignados, Plenipotenciarios dos Governos dos paizes acima enumerados, tendo se reunido em Congresso em Washington, em virtude do art. 25 da Convenção Postal Universal, firmada em Vienna a 4 de julho de 1891, reviram, de commum accordo e sob reserva de ratificação, a dita Convenção, conforme as disposições seguintes :

### Convenção principal

#### Artigo 1

Os paizes entre os quaes se firma a presente Convenção, assim como os que a ella adherirem ulteriormente, formam, sob a denominação de UNIÃO POSTAL UNIVERSAL, um só territorio postal para a permutação reciproca das correspondencias entre as respectivas repartições do Correio.

#### Artigo 2

As disposições desta Convenção applicam-se ás cartas, aos bilhetes postaes, simples e com resposta paga, aos impressos de qualquer natureza aos papeis de negocio (manuscripto) e ás amostras de mercadorias procedentes de um dos paizes da União e com destino a qualquer outro desses paizes. Applicam-se igualmente á permutação postal dos objectos supramencionados entre os paizes da União e os estranhos a ella, sempre que esta permutação se faça mediante os serviços de duas das partes contractantes, pelo menos.

#### Artigo 3

1. — As Administrações dos Correios dos paizes limitrophes ou aptos para se corresponderem directamente entre si, sem se utilizarem dos serviços de uma terceira Administração, determinarão, de commum accordo, as condições do transporte de suas malas reciprocas pela fronteira ou de uma fronteira a outra.

2. — Salvo ajuste em contrario, considerar se-hão serviços de terceiro os transportes maritimos effectuados directamente entre dous paizes, por meio de paquetes ou embarcações dependentes de um delles, e esses transportes, assim como os que se fizerem entre duas repartições postaes de um só paiz, por meio de serviços maritimos ou territoriaes dependentes de outro paiz, serão regulados pelas disposições do artigo seguinte.

#### Artigo 4

1. — A liberdade de transito é garantida em todo o territorio da União.

2. — Nesta conformidade, as diversas Administrações postaes da União poderão expedir reciprocamente, por intermedio de uma ou mais dentre ellas, não só malas fechadas, como correspondencias a descoberto, conforme as necessidades do trafego e as conveniencias do serviço postal.

3. — As correspondencias permutadas, quer a descoberto, quer em malas fechadas, entre duas Administrações da União por meio dos vehiculos de uma ou varias outras Administrações da União, ficarão sujeitas, em proveito de cada um dos paizes que atravessarem, ou de cujos vehiculos se aproveitarem no transporte, ás seguintes despezas de transito:

1º, pelo transito terrestre, 2 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes e 25 centimos por kilogramma de outros objectos.

2º, pelo transito maritimo:

*a)* os preços do transito terrestre, si o percurso não exceder a 300 milhas maritimas. Todavia, o transito maritimo que não exceder a 300 milhas maritimas será gratuito, si a Administração interessada já tiver direito, pelas malas ou correspondencias que della se utilizarem, á remuneração pertencente ao transito terrestre ;

*b)* cinco francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes e 50 centimos por kilogramma de outros objectos, para as corre-

spondencias, cujo transito exceder a 300 milhas maritimas, entre paizes da Europa, entre a Europa e os portos da Africa e da Asia no Mediterraneo e no mar Negro ou de um para outro desses portos, e entre a Europa e America do Norte. Os mesmos preços serão applicaveis aos transportes effectuados em todo o territorio da União entre dous portos de um mesmo Estado, assim como entre os portos de dous Estados servidos pela mesma linha de paquetes, quando o percurso maritimo não exceder a 1.500 milhas;

c) quinze francos por kilogramma de cartas e de bilhetes postaes e um franco por kilogramma de outros objectos para todos os transportes que não figurarem nas categorias mencionadas nos paragraphos a e b supracitados. Em caso de transporte maritimo effectuado por duas ou mais Administrações, as despezas do percurso total não poderão exceder a 15 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes e a um franco por kilogramma de outros objectos; estas despezas, em tal caso, serão repartidas entre as Administrações que tomarem parte no transporte, na proporção das distancias percorridas, sem prejuizo de outros ajustes que se possam dar entre as partes interessadas.

4.—Os preços de transito especificados no presente artigo não se applicarão, nem aos transportes por meio de serviços dependentes de Administrações estranhas á União, nem aos transportes na União por meio de serviços extraordinarios especialmente creados ou mantidos por uma Administração, quer no interesse, quer a pedido de uma ou de varias outras Administrações. As condições desta ultima categoria de transportes serão reguladas amigavelmente entre as partes interessadas.

Além disso, em qualquer parte onde o transito, tanto terrestre como maritimo, for actualmente gratuito ou sujeito a condições mais vantajosas, será mantido esse regimen.

5.—Fica todavia entendido:

1°, que as despezas de transito terrestre serão reduzidas do seguinte modo:

de 5 °/₀, durante os dous primeiros annos da applicação da presente Convenção;

de 10 °/₀, durante os dous annos seguintes;

de 15 °/₀, depois de quatro annos;

2°, que os paizes cujas receitas e despezas em materia de transito terrestre não ultrapassarem, conjunctamente, o total de 5.000 francos por anno, e cujas despezas excederem ás receitas, nesse transito, serão exonerados de qualquer pagamento por esse motivo;

3°, que o preço do transito maritimo de 15 francos por kilogramma de cartas e bilhetes postaes, previsto na lettra c do § 3° precedente, será reduzido do seguinte modo:

a 14 francos, durante os dous primeiros annos da applicação da presente Convenção;

a 12 francos, durante os dous annos seguintes;

a 10 francos, depois de quatro annos.

6.—As despezas de transito ficarão a cargo da Administração do paiz de procedencia.

7.—A conta geral dessas despezas será feita nas condições determinadas pelo Regulamento de execução previsto no art. 20 da presente Convenção.

8.—Serão isentos de quaesquer despezas de transito territorial ou maritimo a correspondencia official mencionada no § 2° do art. 11 da presente Convenção, os bilhetes postaes de resposta reenviados ao paiz de procedencia, os objectos reexpedidos ou mal dirigidos, os refugos, os avisos de recebimento, os vales postaes e quaesquer outros documentos relativos ao serviço postal.

ARTIGO 5

1.—As taxas pelo transporte de objectos postaes em toda a extensão da União, comprehendida a sua entrega no domicilio dos destinatarios nos paizes da União, onde o serviço de distribuição estiver ou for organizado, são as seguintes:

1°, para as cartas, 25 centimos, em caso de franqueamento, e o dobro no caso contrario, por cada porte peso de 15 grammas ou fracção de 15 grammas;

2°, para os bilhetes postaes, em caso de franqueamento, 10 centimos por bilhete simples ou por cada uma das duas partes do bilhete com resposta paga, e o dobro no caso contrario;

3°, para os impressos de qualquer natureza, papeis de negocios (manuscriptos) e amostras de mercadorias, 5 centimos por objecto ou maço com endereço particular e por peso de 50 grammas ou fracção de 50 grammas, comtanto que o objecto ou pacote não contenha nenhuma carta ou nota manuscripta com caracter de correspondencia actual ou pessoal, e seja acondicionado de maneira que se possa verificar facilmente;

A taxa de papeis de negocio (manuscriptos) não póde ser inferior a 25 centimos por maço, e a taxa das amostras a 10 centimos por maço.

2.—Além das taxas e dos minimos fixados pelos paragraphos precedentes, poder-se-ha cobrar:

1°, por qualquer maço sujeito a despeza de transito maritimo de 15 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes e de 1 franco por kilogramma de outros objectos e, em todas as relações sujeitas a taes despezas, uma taxa adicional que não exceda a 25 centimos por porte simples para as cartas, 5 centimos por bilhete postal e 5 centimos por 50 grammas ou fracção de 50 grammas para os outros objectos;

2°, por qualquer objecto transportado por meio de serviços dependentes de Administrações estranhas á União ou de serviços extraordinarios na União, que occasionem despezas especiaes, uma taxa addicional em relação com essas despezas.

Quando o preço de franqueamento do bilhete postal simples comprehender uma ou outra das taxas addicionaes autorizadas pelos dous paragraphos precedentes, esse mesmo preço será applicavel a cada uma das partes do bilhete postal com resposta paga.

3.—Em caso de franqueamento insufficiente, os objectos de correspondencia de qualquer natureza serão sujeitos, por conta dos destinatarios, a uma taxa dupla da somma da insufficiencia sem que essa taxa exceda a que é cobrada no paiz de destino pelas correspondencias não franqueadas da mesma natureza, peso e procedencia.

4.—Os objectos que não forem cartas e bilhetes postaes devem ser franqueados pelo menos parcialmente.

5.—Os maços de amostras de mercadorias não podem conter objecto algum com valor mercantil: não devem exceder o peso de 350 grammas, nem apresentar dimensões superiores a 30 centimetros de comprimento, 20 de largura e 10 de espessura, ou, si tiverem a fórma de rolo, a 30 centimetros de comprimento e 15 de diametro.

6.—Os maços de papeis de negocios (manuscriptos) e de impressos não podem exceder o peso de dous kilogrammas, nem apresentar, sobre nenhum dos lados, dimensão superior a 45 centimetros. Podem-se admittir, comtudo, no transporte pelo correio, maços com a fórma de cylindro, cujo diametro não exceda a 10 centimetros e cujo comprimento não ultrapasse de 75 centimetros.

ARTIGO 6

1.—Os objectos designados no art. 5 poderão ser expedidos sob registro.

2.—Todo o objecto registrado está sujeito, por conta do remettente:

1°, ao preço de franqueamento ordinario, segundo a natureza da remessa;

2°, a um premio fixo de registro de 25 centimos, no maximo, inclusive a entrega de um certificado ao remettente

3.—O remettente de um objecto registrado póde ter aviso do recebimento desse objecto, pagando adeantadamente uma taxa fixa de 25 centimos no maximo.

A mesma taxa poderá ser applicada nos pedidos de informações sobre o destino dos objectos registrados, feitos posteriormente ao deposito, si o remettente já não houver pago a taxa especial para ter direito ao aviso de recebimento.

ARTIGO 7

1.—As correspondencias registradas podem ser expedidas sujeitas á cobrança nas relações entre os paizes a cujas Administrações convenha esse serviço.

Os objectos desta natureza estão sujeitos ás formalidades e ás taxas dos objectos registrados.

O maximo da cobrança será fixado, por objecto, em 1.000 francos ou no equivalente desta quantia na moeda do paiz de destino. Cada Administração terá, comtudo, a faculdade de reduzir esse maximo a 500 francos, por objecto, ou ao equivalente desta quantia no seu systema monetario.

2.—Salvo ajuste contrario entre as Administrações dos paizes interessados, a importancia cobrada do destinatario deve ser devolvida ao remettente por meio de um vale postal, depois de deduzida a taxa dos vales ordinarios e um premio de cobrança de 10 centimos.

A importancia de um vale de cobrança cahido em refugo ficará á disposição da Administração do paiz de procedencia do objecto sujeito á cobrança.

3.—A perda de uma correspondencia registrada sujeita á cobrança importa a responsabilidade do serviço postal nas condições determinadas pelo art. 8° seguinte para os objectos registrados não sujeitos á cobrança.

Depois da entrega do objecto, a Administração do paiz de destino será responsavel pela importancia da cobrança e deverá, em caso de reclamação, justificar a quantia cobrada ao remettente pelo objecto, menos a deducção da taxa e do premio previsto no § 2°.

ARTIGO 8

1.—Em caso de perda do objecto registrado e salvo o caso de força maior, o remettente ou, a seu pedido, o destinatario terá direito a uma indemnização de 50 francos.

2—Os paizes dispostos a se responsabilizarem pelos riscos que possam resultar do caso de força maior ficam autorizados a cobrar do remettente, por esse motivo, uma taxa addicional de 25 centimos no maximo, por cada objecto registrado.

3—A obrigação de pagar a indemnização competirá á Administração de que depender o correio remettente. Fica reservado a essa Administração o recurso contra a Administração responsavel, isto é, contra a Administração em cujo territorio ou serviço se tiver dado a perda.

Em caso de perda, em circumstancias de força maior, no territorio ou no serviço de um paiz que se responsabilize pelos riscos mencionados no paragrapho precedente de um objecto registrado originario de outro paiz, o paiz em que se der a perda será responsavel por esta perante o correio remettente, si este ultimo se responsabilizar, por seu turno, pelos riscos em caso de força maior com relação aos seus remettentes.

4—Até prova em contrario, a responsabilidade pertencerá á Administração que, tendo recebido o objecto sem fazer observação, não puder provar, nem a entrega ao destinatario, nem, si a tiver effectuado, a transmissão regular á Administração seguinte. Quanto aos objectos dirigidos á «posta restante», a responsabilidade cessará com a entrega a uma pessoa que, segundo as regras em vigor no paiz do destino, houver provado que seu nome e seus titulos estão de accordo com as indicações do endereço.

5—O pagamento da indemnização pela Administração expedidora deverá effectuar-se o mais cedo possivel, e, o mais tardar, no prazo de um anno, contado do dia da reclamação. A Administração responsavel será obrigada a pagar sem demora a Administração expedidora a somma da indemnização paga por esta.

A Administração de procedencia ficará autorizada a indemnizar o remettente, por conta da Administração intermediaria ou destinataria que, regularmente avisada, deixar decorrer um anno sem dar andamento a questão. Além disso, quando uma Administração, cuja responsabilidade for devidamente provada, recusar-se desde logo ao pagamento da indemnização, deverá aquella tomar a seu cargo, além da indemnização, as despezas accessorias resultantes da demora não justificada do pagamento.

6. — Fica entendido que a reclamação só será admittida no prazo de um anno contado da entrega ao correio do objecto registrado; passado este termo, o reclamante não terá direito a indemnização alguma.

7. — Si a perda se tiver dado no curso do transporte, sem que seja possivel determinar em que territorio se deu o facto, as Administrações interessadas repartirão entre si o prejuizo.

8. — As Administrações cessarão de ser responsaveis pelos objectos registrados, quando os interessados os tiverem recebido e delles passado recibo.

### Artigo 9

1. — O remettente de um objecto de correspondencia póde fazer retiral-o do correio ou modificar-lhe o endereço, uma vez que tal objecto não tenha sido entregue ao destinatario.

2. — O pedido, para este fim formulado será transmittido por via postal ou telegraphica, á custa do remettente, que pagará:

1º, por qualquer pedido por via postal, a taxa applicavel a uma carta simples registrada;

2º, por qualquer pedido, por via telegraphica, a taxa do telegramma, segundo a tarifa ordinaria.

3. — As disposições do presente artigo não são obrigatorias para os paizes, cuja legislação não permitte ao remettente dispor de um objecto em via de transporte.

### Artigo 10

Os paizes da União, que não tiverem o franco por unidade monetaria, fixarão as suas taxas em suas respectivas moedas no equivalente das taxas determinadas pelos diversos artigos da presente Convenção. Terão a faculdade de arredondar as fracções conforme o quadro inserto no Regulamento de execução, mencionado no art. 20 da presente Convenção.

### Artigo 11

1.—O franqueamento de todo e qualquer objecto só poderá ser effectuado por meio de sellos postaes validos no paiz de procedencia para a correspondencia dos particulares. Todavia, não será permittido fazer uso, no serviço internacional, de sellos creados com um fim especial e particular no paiz de emissão, taes como os denominados sellos commemorativos, de validade transitoria.

Serão considerados como devidamente franqueados os bilhetes-resposta que tiverem os sellos do respectivo paiz de emissão e os jornaes ou maços de jornaes não sellados, mas cujo endereço tiver a indicação «Assignatura Postal» e que forem expedidos em virtude do accordo particular sobre a assignatura dos jornaes, previsto no art. 19 da presente Convenção.

2.—As correspondencias officiaes relativas ao serviço dos correios, trocadas entre as Administrações postaes, entre essas Administrações e a Secretaria Internacional e entre as repartições postaes dos paizes da União, serão exceptuadas do franqueamento por meio de sellos ordinarios e as unicas isentas de taxa.

3.—As correspondencias postadas em pleno mar na caixa de um navio, ou entregues em mão dos commandantes de navio, poderão ser franqueadas por meio dos sellos e segundo a tarifa do paiz a que pertencer ou de que depender o navio. Si a entrega a bordo effectuar-se durante a estada nos dous pontos extremos da carreira, ou em uma das escalas intermediarias, o franqueamento só terá valor quando feito por meio de sellos e segundo a tarifa do paiz em cujas aguas achar-se o navio.

### Artigo 12

1.—Cada Administração reterá por inteiro para si as quantias cobradas em execução dos precedentes arts. 5, 6, 7, 10 e 11, salvo a importancia dos vales previstos no § 2º do art. 7.

2.—Conseguintemente, quanto a estas quantias, não haverá contas entre as diversas Administrações da União, excepto no tocante aos vales de que trata o § 1º do presente artigo.

3.—Pelas cartas e outros objectos postaes não póde, tanto no paiz de procedencia como no de destino, ser exigida dos remettentes ou dos destinatarios taxa alguma ou direito postal, além daquelles que são estabelecidos pelos artigos supra mencionados.

### Artigo 13

1.— Os objectos de correspondencia de qualquer natureza serão, a pedido dos remettentes, entregues no domicilio por portador especial, immediatamente depois de chegada, nos paizes da União que consentirem em encarregar-se deste serviço nas suas relações reciprocas.

2 — Esses objectos, que são qualificados «expressos», serão sujeitos a uma taxa especial pela entrega no domicilio. Esta taxa é fixada em 30 centimos e deverá ser paga completa e adeantadamente pelo remettente, além da taxa ordinaria, pertencendo á Administração do paiz de origem.

3.—Quando o objecto for destinado a uma localidade onde não exista agencia de correio, a Administração dos correios do destinatario poderá receber uma taxa complementar, até a importancia do preço fixado para entrega por expresso no seu serviço interno, deduzida a taxa fixa paga pelo remettente ou o seu equivalente na moeda do paiz que receber este complemento.

4.—Os objectos expressos incompletamente franqueados quanto ás taxas que devem pagar adeantadas serão distribuidos pelos meios ordinarios.

### Artigo 14

1.—Nenhuma taxa supplementar será cobrada pela reexpedição de objectos postaes no interior da União.

2.—As correspondencias cahidas em refugo não darão logar á restituição dos direitos de transito pertencentes ás Administrações intermediarias pelo transporte anterior das ditas correspondencias.

3.—As cartas e os bilhetes postaes não franqueados e as correspondencias de qualquer natureza insufficientemente franqueadas, que voltarem ao paiz de origem, em consequencia de reexpedição ou por terem cahido em refugo, estarão sujeitas, por conta dos destinatarios ou dos remettentes, ás mesmas taxas que os objectos similares dirigidos directamente do paiz do primeiro destino ao paiz de procedencia.

### Artigo 15

1.—Poderão ser trocadas malas fechadas entre as repartições postaes de um dos paizes contractantes e os commandantes de divisões navaes ou navios de guerra desse mesmo paiz, estacionados no estrangeiro, por intermedio dos serviços territoriaes ou maritimos dependentes de outros paizes.

2.—As correspondencias de qualquer natureza contidas em taes malas deverão ter o endereço ou ser procedentes dos estados-maiores e das equipagens dos navios destinatarios ou expedidores das malas; as tarifas e as condições de transporte que lhes são applicaveis serão determinadas, segundo os seus regulamentos internos, pelas administrações dos correios do paiz a que pertencerem os navios.

3.—Salvo ajuste em contrario entre as repartições interessadas, a repartição postal expedidora ou destinataria das malas de que se trata será devedora, para com as repartições intermediarias, das despezas de transito calculadas conforme as disposições do art. 4.

### Artigo 16

1.—Não terão curso os papeis de negocios (manuscriptos), amostras e impressos que não preencherem as condições exigidas para estas categorias de objectos pelo art. 5 da presente Convenção e pelo regulamento de execução previsto no art. 20.

2.—Em tal caso, esses objectos serão devolvidos ao correio de origem e entregues, si for possivel, ao remettente.

3—E' prohibido:

1º, expedir pelo Correio:

*a)* amostras e outros objectos que, por sua natureza, possam apresentar perigo para os empregados postaes, sujar ou deteriorar as correspondencias;

*b*) materias explosivas, inflammaveis ou perigosas, animaes e insectos, vivos ou mortos, salvo as excepções previstas no Regulamento.

2°, inserir nas correspondencias ordinarias ou registradas :

*a*) moedas com curso corrente ;

*b*) objectos sujeitos a direitos de Alfandega ;

*c*) artigos de ouro ou prata, pedrarias, joias e outros objectos preciosos, mas sómente no caso de ser a sua inserção ou expedição vedada pela legislação dos paizes interessados.

1.—Os objectos comprehendidos nas prohibições do precedente § 3, e que erradamente tiverem sido admittidos á expedição, deverão ser devolvidos ao correio de origem, salvo o caso em que a Administração do paiz do destino esteja autorizada por sua legislação ou por seus regulamentos internos a dispor delles de outro modo.

Todavia, as materias explosivas, ou inflammaveis ou que possam occasionar perigo não serão devolvidas ao correio de origem: serão destruidas pela Administração que as houver encontrado.

5.—Fica alem disso reservado o direito ao Governo de qualquer paiz da União de não effectuar, em seu territorio, o transporte ou a distribuição, quer dos objectos que gosam da reducção da taxa, a respeito dos quaes não tiverem sido cumpridas as leis, ordens ou decretos que regulem as condições de sua publicação ou de sua circulação nesse paiz, quer das correspondencias de qualquer natureza que tragam ostensivamente inscripções, desenhos, etc., prohibidos pelas disposições legaes ou regulamentares em vigor no mesmo paiz.

ARTIGO 17

1.—As Administrações da União que tiverem relações com paizes situados fóra della deverão prestar seu concurso a todas as outras Administrações para a transmissão a descoberto, por seu intermedio, de correspondencias destinadas aos ditos paizes ou delles procedentes.

2.—Quanto ás despezas de transito das correspondencias de qualquer natureza e da responsabilidade em materia de objectos registrados, taes correspondencias serão tratadas:

Relativamente ao transporte no territorio da União, segundo as estipulações da presente Convenção;

Relativamente ao transporte fóra dos limites da União, segundo as condições notificadas pela Administração da União que servir de intermediaria.

Todavia, as despezas do transporte maritimo total, na União e fóra della, não poderão exceder a 20 francos por kilogramma de cartas e bilhetes postaes e a um franco por kilogramma de outros objectos; em tal caso, essas despezas serão repartidas, na proporção das distancias, entre as Administrações que tomarem parte no transporte maritimo.

As despezas de transito, territorial ou maritimo, fóra ou dentro dos limites da União, das correspondencias a que se refere o presente artigo, serão verificadas pela mesma fórma que as despezas de transito relativas ás correspondencias trocadas entre paizes da União.

3.—As despezas de transito das correspondencias destinadas a paizes fóra da União postal correrão por conta da Administração do paiz de procedencia, que fixará em seu serviço as taxas de franqueamento, sem que essas taxas possam ser inferiores ao preço normal da União.

4—As despezas de transito das correspondencias procedentes dos paizes fóra da União não correrão por conta da Administração do paiz do destino. Essa Administração distribuirá, sem taxa, as correspondencias que lhe forem entregues como completamente franqueadas; taxará as correspondencias não franqueadas no dobro do preço do franqueamento applicavel em seu proprio serviço aos objectos similares destinados ao paiz de onde procederem as ditas correspondencias, e no dobro da insufficiencia as correspondencias insufficientemente franqueadas, sem que a taxa possa exceder a que é cobrada pelas correspondencias não franqueadas da mesma natureza, peso e procedencia.

5.—As correspondencias expedidas de um paiz da União para um paiz fóra della e vice-versa, por intermedio de uma Administração da União, poderão ser transmittidas, de uma e de outra parte, em malas fechadas, si este modo de transmissão for admittido de commum accordo pelas Administrações de procedencia e de destino das malas, com o consentimento da Administração intermediaria.

ARTIGO 18

As altas partes contractantes se obrigarão a tomar, ou a propor ás suas legislaturas respectivas, as medidas necessarias para punir o emprego fraudulento, na franquia de correspondencias, de sellos falsificados ou já servidos. Ellas se obrigam igualmente a tomar ou a propor ás suas legislaturas respectivas as medidas necessarias para impedir e reprimir as operações fraudulentas de fabrico, venda, troca (*colport ge*), ou distribuição de vinhetas e sellos em uso no serviço dos correios, falsificados ou imitados de tal maneira que possam ser confundidos com as vinhetas e sellos emittidos pela Administração de um dos paizes adherentes.

ARTIGO 19

O serviço das cartas e encommendas com valor declarado e o dos vales postaes, das encommendas, da cobrança de valores, dos livretes de identidade, das assignaturas de jornaes, etc. constituirão materia de accordos particulares entre os diversos paizes ou grupos de paizes da União.

ARTIGO 20

1.—As Administrações postaes dos diversos paizes que compõem a União serão competentes para estabelecer, de commum accordo, em um regulamento de execução, todos os pormenores que forem julgados necessarios.

2.—As differentes administrações poderão alem disso fazer entre si os accordos necessarios sobre os pontos que não interessarem a toda a União, contanto que esses accordos não deroguem a presente Convenção.

3.—E' todavia permittido ás Administrações interessadas entenderem-se mutuamente para a adopção de taxas reduzidas em um raio de 30 kilometros.

ARTIGO 21

1.—A presente Convenção não altera a legislação de cada paiz na parte que não está prevista pelas estipulações nella contidas.

2.—Não restringe o direito, que teem as partes contractantes, de manter e celebrar tratados, assim como de manter e estabelecer uniões mais intimas, tendo em vista a reducção das taxas e qualquer outro melhoramento das relações postaes,

ARTIGO 22

1.—Será mantida, sob o nome de *Secretaria Internacional da União Postal Universal*, uma repartição central, que funccionará sob a alta inspecção da Administração dos Correios Suissos e cujas despezas serão pagas por todas as Administrações da União.

2.—Esta Secretaria fica encarregada de reunir, coordenar, publicar e distribuir as informações de qualquer natureza que interessem ao serviço internacional dos correios; de dar parecer, a pedido das partes interessadas, sobre as questões litigiosas ; de informar sobre propostas de modificação dos actos dos Congressos; de communicar as concessões adoptadas, e, em geral, de proceder aos estudos e trabalhos que forem necessarios no interesse da União Postal.

ARTIGO 23

1.—Em caso de desaccordo entre dous ou mais membros da União relativamente á interpretação da presente Convenção ou a responsabilidade de uma Administração em caso de perda de um objecto registrado, a questão suscitada será resolvida por juizo arbitral. Para este fim, cada uma das Administrações litigantes escolherá outro membro da União que não seja directamente interessado no litigio.

2.—A decisão dos arbitros será dada por maioria absoluta de votos.

3.—Em caso de empate dos votos, os arbitros escolherão, para decidir, outra Administração igualmente desinteressada no litigio.

4.—As disposições do presente artigo applicar-se-hão igualmente a todos os accordos firmados em virtude do precedente art. 19.

ARTIGO 24

1.—Os paizes que não tomarem parte na presente Convenção serão admittidos a alherir-lhe, si o pedirem.

2.—Esta adhesão será communicada, por via diplomatica, ao Governo da Confederação Suissa, e por esse Governo a todos os paizes da União.

3.—Ella importará, de pleno direito, accessão a todas as clausulas e admissão a todas as vantagens estipuladas pela presente Convenção.

4.—Compete ao Governo da Confederação Suissa determinar de commum accordo com o Governo do paiz interessado a parte contributiva da Administração deste ultimo paiz, nas despezas da Secretaria Internacional e, si preciso for, as taxas que esta Administração possa cobrar em conformidade do precedente art. 10.

ARTIGO 25

1.—Reunir-se-hão Congressos de plenipotenciarios dos paizes contractantes ou simples conferencias administrativas, con-

forme a importancia das questões que se devam resolver, sempre que houver pedido feito ou approvado por dous terços, pelo menos, dos Governos ou Administrações, segundo o caso.

2.—Comtudo, dever-se-ha reunir um Congresso, pelo menos, todos os cinco annos.

3. Cada paiz poderá ser representado, quer por um ou mais delegados, quer pela delegação de outro paiz; mas fica entendido que o delegado ou os delegados de um paiz não poderão ser encarregados sinão da representação de dous paizes, comprehendido o que representarem.

4.—Nas deliberações, cada paiz disporá de um só voto.

5. — Cada Congresso fixará o logar da reunião do proximo Congresso.

6. — Para as conferencias, as Administrações fixarão os logares de reunião, sob proposta da Secretaria Internacional.

ARTIGO 26

1. — No intervallo que decorrer entre as reuniões, qualquer Administração de Correios de um paiz da União terá direito de dirigir ás outras Administrações participantes, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas relativas ao regimen da União.

Para ser posta em deliberação, cada proposição deverá ser apoiada por duas Administrações, pelo menos, sem contar a Administração que a apresentou. Quando a Secretaria Internacional não receber, ao mesmo tempo que a proposição, o numero necessario de declarações de apoio, ficará a proposta sem nenhum effeito.

2. — Toda a proposta terá o seguinte processo:

A's Administrações da União será dado um prazo de seis mezes para examinarem as propostas e fazerem chegar á Secretaria Internacional suas observações, si fôr caso para isso. Não serão permittidas as emendas. As respostas serão reunidas pela Secretaria Internacional e communicadas ás Administrações, convidando-as a se pronunciarem pró ou contra. As Administrações que não fizerem chegar seu voto no prazo de seis mezes, a contar da data da segunda circular da Secretaria Internacional, notificando-lhes as observações a respeito, serão consideradas como se tendo abstido de dar o referido voto.

3. — Para se tornarem executorias as propostas deverão reunir:

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novas disposições ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 12, 13, 15, 18, 27, 28 e 29;

2º, dous terços do votos, si se tratar da modificação das disposições da Convenção que não sejam as dos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 12, 13, 15, 18, 26, 27, 28 e 29;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições da Convenção, excepto o caso de litigio previsto no precedente art. 23.

4.—As resoluções validas serão confirmadas, nos dous primeiros casos, por uma declaração diplomatica, que o Governo da Confederação Suissa é encarregado de redigir e a transmittir a todos os Governos dos paizes adherentes; e, no terceiro caso, por uma simples notificação da Secretaria Internacional a todas as Administrações da União.

5.—Qualquer modificação ou resolução adoptada só será posta em pratica dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

ARTIGO 27

São considerados como formando, para applicação dos precedentes arts. 22, 25 e 26, um só paiz ou uma só Administração, segundo o caso:

1º, o conjuncto das colonias allemãs;

2º, o imperio da India britannica;

3º, o dominio do Canadá;

4º, o conjuncto das colonias britannicas da Australasia;

5º, o conjuncto de todas as outras colonias britannicas;

6º, o conjunto das colonias dinamarquezas;

7º, o conjuncto das colonias hespanholas;

8º, as colonias e protectorados francezes da Indo-China;

9º, o conjuncto das outras colonias francezas;

10º, o conjuncto das colonias neerlandezas;

11º, o conjuncto das colonias portuguezas.

ARTIGO 28

A presente Convenção entrará em execução em 1 de janeiro de 1899 e vigorará durante tempo indeterminado; mas cada parte contractante terá o direito de se retirar da União, mediante aviso dado um anno antes por seu Governo ao Governo da Confederação Suissa.

ARTIGO 29

1.—Serão derogadas, a partir do dia em que a presente Convenção for posta em execução, todas as disposições dos tratados, convenções, accordos ou outros actos firmados anteriormente entre os diversos paizes ou Administrações, as quaes não se conciliem com os termos da presente Convenção, sem prejuizo dos direitos reservados pelo art. 21 precedente.

2.—A presente Convenção será ratificada logo que que for possivel. Os actos de ratificação serão trocados em Washington.

3.—Em firmeza do que os plenipotenciarios dos paizes acima enumerados assignaram a presente Convenção em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha pelos protectorados allemães:

FRITSCH.

NEUMANN.

Pela Republica Maior da America Central:

N. BOLET PERAZA.

Pelos Estados Uuidos da America:

GEORGE S. BATCHELLER.

EDWARD ROSERWATER.

JAS. N. TYNER.

N. M. BROOKY.

A. HAZEN.

Pela Republica Argentina:

M. GARCIA MEROU.

Pela Austria:

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.

STIBRAL.

Pela Belgica:

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pela Bolivia:

T. ALEJANDRO SANTOS.

Pela Bosnia-Herzegovina:

DR. KAMLER.

Pelo Egypto:

Y. SABA.

Pela Equador:

L. F. CARBO.

Pela Hespanha e colonias hespanholas:

ADOLPHO ROZABAL.

CARLOS FLOEEZ.

Pela França:

ANSAULT.

Pelas colonias francezas:

ED. DALMAS.

Pela Grã-Bretanha e diversas colonias britannicas:

S. WALPORE.

H. BUXTON FORMAN.

C. A. KING.

Pelo Brazil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pela Bulgaria:

IVO STOYANOVITCH.

Pelo Chile:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pelo Imperio da China.

Pela Republica da Colombia:

CLIMACO CALDERON.

Pelo Estado Independente do Congo:

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pelo Reino da Coréa:

CHIN POM YE.

pelo coronel HO SANG-MIN.

JOHN W. HOYT.

JOHN W. HOYT.

Pela Republica da Costa Rica:

J. B. CALVO.

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas:

C. SVENDSEN.

Pela Republica Dominicana:

Pela Republica do Hawaí.

Pela Hungria:

PIERRE DE SZALAY,

G. DE HENNIEY.

Pela Italia:

E. CHIARADIA.

G. C. VINCI.

E. DELMATI.

Pelo Japão:

KENGIRO KOMATSU.

KWANKICHI YUKAWA.

Pela Republica da Liberia:

CHAS HALL ADAMS.

Pelo Luxemburgo:

Pelo Sr. Havelaar:

VAN DER VEEN.

Pela India Britannica:

H. M. Kisca.

Pelas colonias Britannicas:

Australasia.

John Gavan Duffy.

Pelo Canada:

Wm. White.

Pelas colonias britannicas da Africa do Sul

S.R. French.

Spencer Todd.

Pela Grecia:

Ed. Pöhn.

Pela Guatemala:

J. Novella.

Pela Republica do Haiti:

J. N. Leger.

Pelas colonias neerlandezas:

Johs J. Perka.

Pelo Perú:

Alberto Falcon.

Pela Persia:

Mirza Aluiachi Khan.

Mustecharul Vezareh.

Por Portugal e colonias portuguezas:

Santo-Thyrso.

Pela Roumania:

C. Chiru.

R. Preda.

Pela Russia:

Séxastianof.

Pela Servia:
Pierre de Szalay.

G. de Hennyey.

Pelo Reino de Sião:

Isaac Townsend Smith.

Pelo Mexico:

A. M. Chavez.

S. Garfias.

M. Zapata-Vera.

Pelo Montenegro:

Dr. Neubauer.

Habberger.

Stibral.

Pela Noruega:

Thb. Heyerdahl.

Pelo Estado Livre de Orange:

Pelo Paraguay:

John Stewart.

Pelos Paizes Baixos:

Pelo Sr. Havelaar:

Van der Veen.

Van der Veen.

Pela Republica Sul Africana:

Isaac van Alphen.

Pela Suecia:

F. H. Schlytfr.

Pela Suissa:

J. B. Pioda.

A. Stager.
C. Delessert.

Pela Regencia de Tunis:

Thiébaut.

Pela Turquia:

Moustapha.

A. Fahri.

Pelo Uruguay:

Prudencio de Muroui-ondo.

Pelos Estados Unidos da Venezuela:

José Andrade.

Alejandro Ybarra.

II

Protocollo final

No momento de se proceder á assignatura das convenções firmadas pelo Congresso Postal Universal de Washington, os plenipotenciarios abaixo assignados convieram no seguinte:

I

Foi tomada por termo a declaração feita pela Delegação Britannica em nome do seu Governo, pela qual estendeu este ás colonias e protectorados britannicos da Africa do Sul a designação dada pelo art. 27, 5º da Convenção ao « conjuncto de todas as outras colonias britannicas ».

II

Em revogação do disposto no art. 6º da Convenção, que fixa em 25 centimos no maximo a taxa do registro, fica justado que os Estados fóra da Europa são autorizados a manter o maximo de 50 centimos, inclusive a entrega de um certificado ao remettente.

III

Em revogação das disposições do art. 8 da Convenção, fica ajustado, como medida transitoria, que as Administrações dos paizes fóra da Europa, cuja legislação é actualmente contraria ao principio da responsabilidade, conservarão a faculdade de adiar a applicação desse principio até a data em que obtiverem do Poder Legislativo a respectiva autorização.

Até então as outras Administrações da União não serão obrigadas a pagar indemnização pela perda, em seus respectivos serviços, de objectos registrados destinados aos ditos paizes ou delles procedentes.

IV

A' Republica Dominicana, que faz parte da União Postal mas não se fez representar no Congresso, ficará aberto o protocollo afim de adherir as convenções que forem alli firmadas, ou sómente a uma dellas.

O protocollo ficará igualmente aberto em favor do Imperio da China, cujos delegados no Congresso declararam a intenção desse paiz de entrar para a União Postal, a partir de uma data que seria ulteriormente fixada.

Ficará tambem aberto ao Estado Livre de Orange, cujo representante manifestou a intenção deste paiz de adherir á União Postal Universal.

V

O protocollo fica aberto em favor dos paizes cujos representantes só assignaram hoje a Convenção principal ou um certo numero apenas das Convenções acceitas pelo Congresso, afim de que possam adherir ás demais convenções firmadas nesta data ou a qualquer dellas.

VI

As adhesões previstas no art. IV precedente deverão ser notificadas ao Governo dos Estados Unidos da America, em fórma diplomatica, pelos respectivos Governos. O prazo que lhes é concedido para essa notificação expirará em 1 de outubro de 1898.

VII

Si uma ou algumas das partes contractantes das Convenções Postaes firmadas nesta data em Washington não ratificarem qualquer dessas convenções, tal convenção não deixará por isso de vigorar para os Estados que a tiverem ratificado.

Em firmeza do que os plenipotenciarios abaixo assignados lavraram o presente protocollo final, que terá a mesma força e valor como si suas disposições estivessem inseridas no proprio texto das Convenções a que elle se refere, e o firmaram em um exemplar, que ficará depositado nos archives do Governo dos Estados Unidos da America, e do qual será remettida uma cópia a cada um dos paizes contractantes.

Feito em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e protectorados allemães:

Fritsch.

Neumann.

Pela Republica Maior da America Central:

N. Bolet Peraza.

Pelos Estados Unidos da America:

George S. Batcheller.
Edward Rosewater.

Jas. N. Tyner.

N. M. Brooks.

A. D. Hagen.

Pela Republica Argentina:

M. Garcia Mérou.

Pela Austria:

Dr. Neubauer.

Pela Bulgaria:
Iv. Stoyanovitch.

Pelo Chili:

R. L. Irarrázaval.

Pelo Imperio da China:

Pela Republica da Colombia:
Climaco Calderon.

Pelo Estado Independente do Congo:

Lichtervelde.

Sterpin.

A. Lambin.

Pelo Reino da Coréa:

Chin Pom Ye.

pelo coronel Ho Say Min.

John W. Hoyt.

HABBERGER.
STIBRAL.

Pela Belgica:

LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pela Bolivia:

F. ALEJANDRO SANTOS.

Pela Bosnia Herzegovina:

DR. KAMLER.

Pelo Brazil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pela Hespanha e colonias hespanholas:

ADOLFO ROZABAL.
CARLOS FLOREZ.

Pela França.

ANSAULT.

Pelas colonias francezas:

ED. DALMAS.

Pela Grã Bretanha e diversas colonias britannicas:

S. WALPOLE.
H. BUXTON FORMAN.
C. A. KING.

Pela India Britannica:

H. M. KISCH.

Pelas colonias britannicas da Australasia:

JOHN GAVAN DUFFY.

Pelo Canadá:

WM. WHITE.

Pelas colonias britannicas da Africa do Sul:

S. R. FRENCH.
SPENCER TODD.

Pela Grecia:

ED. HÖHN.

Pela Guatemala:

J. NOVELLA.

Pela Republica do HAITI:

J. N. LEGER.

Pela Republica do Hawai:

Pela Hungria:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pela Persia:

MIRZA ALUIAGHI KHAN.
MUSTECHARUL VEZEH.

Por Portugal e colonias portuguezas:

SANTO THYRSO.

Pela Roumania:

C. CHIRU.
R. PREDA.

Pela Russia:

SÈVASTIANOF.

Pela Servia:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pelo reino de Sião:

ISAAC TOWNSED SMITH.

Pela Republica Sul Africana:

ISAAC VAN ALPHEN.

Pela Republica da Costa Rica:

J. B. CALVO.

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas:

C. SVENDSEN.

Pela Republica Dominicana:

Pelo Egypto:

Y. SABA.

Pelo Equador:

L. F. CARBO.

Pela Italia:

E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI

Pelo Japão:

KENJIRO KOMATSU.
KWANKICHI YUKAWA.

Pela Republica de Liberia:

CHAS. HALL ADAMS.

Pelo Luxemburgo:

pelo SR. HAVELAAR.
VAN DER VEEN.

Pelo Mexico:

A. N. CHAVEZ.
S. GARFIAS.
M. ZAPATA-VERA.

Pelo Montenegro:

DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.

Pela Noruega:

THB. HEYERDAHL.

Pelo Estado Livre do Orange:

Pelo Paraguay:

JOHN STEWART.

Pelos Paizes Baixos:

pelo SR. HAVELAAR.
VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.

Pelas colonias neerlandezas:

JOHS. J. PERKD.

Pelo Perú:

ALBERTO FALCON.

Pela Suecia:

F. H. SCHLYTERU.

Pela Suissa:

J. B. Pioda.
A. STAGER.
C. DELESSERT.

Pela Regencia de Tunis:

THIÈBAUT.

Pela Turquia:

MOUSTAAPHA.
A. FAHRI.

Pelo Uruguay:

PRUDENCIO DE MURGUIONDO

Pelos Estados Unidos de Venezuela:

JOSÉ ANDRADE.
ALEJANDRO YBARRA.

III

## Regulamento de detalhe e de ordem para execução da Convenção

*Firmada entre a Allemanha e protectorados allemães, Republica Maior da America Central, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Bosnia-Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Chile, Imperio da China, Republica da Colombia, Estado Independente do Congo, Reino da Corêa, Republica de Costa Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Equador, França, Colonias Francezas, Grã-Bretanha e diversas colonias britannicas, India britannica, Colonias britannicas da Australasia, Canadá, Colonias britannicas da Africa do Sul Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Republica do Hawai, Hespanha e colonias hespanholas, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Estado Livre de Orange, Paraguay, Paizes Baixos, Colonias Neerlandezas, Perú, Persia, Portugal e colonias portuguezas, Roumania, Russia, Servia, Reino de Sião, Republica Sul-Africana, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia, Uruguay e Estados Unidos de Venezuela.*

Os abaixo assignados, em vista do art. 20 da Convenção Postal Universal, firmada em Washington a 15 de junho de 1897, approvaram de commum accordo as medidas seguintes, para assegurar a execução da dita Convenção.

I

### DIRECÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS

1. — Cada Administração é obrigada a expedir, pelas mais rapidas vias de que possa dispôr para as suas proprias remessas, as malas fechadas e as correspondencias avulsas que lhe forem entregues por outra Administração.

2. — As Administrações que usarem da faculdade de cobrar taxas supplementares, que representem despezas extraordinarias inherentes a certas vias, poderão deixar de dirigir por essas vias, quando haja outros meios de communicação, as correspondencias insufficientemente franqueadas para as quaes o emprego das ditas vias não tenha sido expressamente reclamado pelos remettentes.

II

### TROCA EM MALAS FECHADAS

1. — A troca das correspondencias em malas fechadas entre as Administrações da União será regulada de commum accordo e segundo as necessidades do serviço entre as Administrações interessadas.

2. — Si se tratar de troca que tenha de ser feita por intermedio de um ou mais paizes, as Administrações desses paizes deverão ser prevenidas em tempo opportuno.

3. — E', além disso, obrigatorio, neste ultimo caso, organizar malas fechadas, sempre que o numero das correspondencias for tal que embarace as operações de uma Administração intermediaria, segundo a declaração desta Administração.

4. — Em caso de mudança em um serviço de trocas de malas fechadas, estabelecido entre duas Administrações, por intermedio de um ou de varios outros paizes, a Administração que provocar a mudança deverá dar conhecimento ás Administrações dos paizes por cujo intermedio ella se effectuar.

III

### SERVIÇOS EXTRAORDINARIOS

Os serviços extraordinarios da União, que dão logar ás despezas especiaes, cuja fixação, pelo art. 4 da Convenção, é reservada a accordo entre as Administrações interessadas, são exclusivamente:

1.º Os que são mantidos para o transporte territorial accelerado da mala *das Indias*;

2.º O que a Administração dos Correios dos Estados Unidos da America mantem em seu territorio para o transporte das malas fechadas entre o Oceano Atlantico e o Oceano Pacifico;

3.º O que está estabelecido para o transporte das malas pela estrada de ferro entre Colon e Panamá.

IV

### FIXAÇÃO DAS TAXAS

1. Em execução do art. 10 da Convenção, as Administrações dos paizes da União que não tiverem o franco por unidade monetaria, cobrarão suas taxas conforme os seguintes equivalentes:

| PAIZES DA UNIÃO | 25 centimos | 10 centimos | 5 centimos |
|---|---|---|---|
| Allemanha | 20 pfennig | 10 pfennig | 5 pfennig |
| **Protectorados allemães** | | | |
| Territorio de Cameroun, Companhia da Nova Guiné, Territorio de Togo, Territorio da Africa do Sud-Oeste, Territorio da Africa Oriental e Territorio das Ilhas Marshall | 20 pfennig | 10 pfennig | 5 pfennig |
| Argentina (Republica) | 8 centavos | 4 centavos | 2 centavos |
| Austria-Hungria | 10 kreuzer | 5 kreuzer | 3 kreuzer |
| Bolivia | 10 centavos | 4 centavos | 2 centavos |
| Bosnia-Herzegovina | 10 kreuzer | 5 kreuzer | 3 kreuzer |
| Brazil | 100 réis | 50 réis | 25 réis |
| Canadá | 5 centavos | 2 cents | 1 cent |
| Chile | 6 cents | 2 centavos | 1 centavo |
| Colombia | 5 centavos | 2 centavos | 1 centavo |
| Coréa | 25 poon | 10 poon | 5 poon |
| Costa Rica | 5 centavos | 2 centavos | 1 centavo |
| Dinamarca | 20 öre | 10 öre | 5 öre |
| **Colonias dinamarquezas** | | | |
| Groenlandia | 20 öre | 10 öre | 5 öre |
| Antilhas dinamarquezas | 5 cents | 2 cents | 1 cent |
| Dominicana (Republica) | 5 centavos | 2 centavos | 1 centavo |
| Egypto | 1 piastra | 5 millesimos de libra | 2 millesimos de libra |
| Equador | 5 centavos | 2 centavos | 1 centavo |
| Estados Unidos da America | 5 cents | 2 cents | 1 cent |
| Grã-Bretanha | 2 ½ pence | 1 penny | ½ penny |
| **Colonias britannicas** | | | |
| Antigua, Bahamas (ilhas), Barbados, Bermudas, Costa de Ouro, Dominica, Falkland (ilhas), Gambia, Granada, Jamaica, Lagos, Malta, Montserrat, Natal, Nevis, S. Christovão, Santa Lucia, S. Vicente, Serra Leôa, Tabago, Trindade, Turcas (ilhas) e Virgens (ilhas) | 2 ½ pence | 1 penny | ½ penny |
| Guyana ingleza, Honduras britannica e Terra Nova | 5 cents | 2 cents | 1 cent |
| Hong-Kong, British North Borneo e Laboan | 10 cents de dollar | 4 cents de dollar | 2 cents de dollar |
| Sarawah e Straits Settlements | 3 cents de dollar | 3 cents de dollar | 1 cent de dollar |
| Mauricia (ilha) e dependencias | 18 cent. de rupia | 8 cent. de rupia | 4 cent. de rupia |
| Chypre | 2 piastras ou 80 paras | 10 piastras ou 40 paras | ½ piastra ou 20 paras |

| PAIZES DA UNIÃO | 25 centimos | 10 centimos | 5 centimos |
|---|---|---|---|
| **Colonias britannicas** | | | |
| Ceylão | 15 cent. de rupia | 6 cent. de rupia | 3 cent. de rupia |
| Cabo da Boa Esperança | 2 ½ pence | 1 penny | ½ penny |
| Zanzibar e Africa Oriental | 2 ½ annas | 1 anna | ½ anna |
| Ascensão e Santa Helena | 2 ½ pence | 1 penny | ½ penny |
| Australasia | 2 ½ pence | 1 penny | ½ penny |
| Guatemala | 5 centavos | 2 centavos | 1 centavo |
| Haiti | 5 centavos de piastra | 2 centavos de piastra | 1 centavo de piastra |
| Hawaï | 5 cents | 2 cents | 1 cent |
| **Colonias hespanholas** | | | |
| Cuba, Porto Rico, Ilhas Philippinas e dependencias e estabelecimentos do golpho de Guiné | 5 centavos | 2 centavos | 1 centavo |
| India britannica | 2 ½ annas | 1 anna | ¼ anna |
| Japão | 5 sen | 2 sen | 1 sen |
| Liberia | 5 cents | 2 cents | 1 cent |
| Mexico | 5 centavos | 2 centavos | 1 centavo |
| Montenegro | 10 soldi | 5 soldi | 3 soldi |
| Noruega | 20 öre | 10 öre | 5 öre |
| Paraguay | 5 centavos de peso | 2 centavos de peso | 1 centavo de peso |
| Paizes Baixos e colonias neerlandezas | 12 ½ cents | 5 cents | 2 ½ cents |
| Perú | 10 centavos | 4 centavos | 2 centavos |
| Persia | 12 shahis | 5 shahis | 3 shahis |
| Portugal e colonias portuguezas, excepto a India portugueza e Macão | 50 réis | 20 réis | 10 réis |
| India portugueza | 2 tangas | 10 réis | 5 réis |
| Macão | | | |
| Republica Maior da America Central | 5 centavos | 2 centavos | 1 centavo |
| Russia | 10 kopeks | 4 kopeks | 2 kopeks |
| Sião | 10 atts | 4 atts | 2 atts |
| Sul Africana (Republica) | 2 ½ pence | 1 penny | ½ penny |
| Suecia | 20 öre | 10 öre | 5 öre |
| Turquia | 40 paras | 20 paras | 10 paras |
| Uruguay | 5 centavos de piastra | 2 centavos de piastra | 1 centavo de piastra |

2.—Em caso de mudança de systema monetario em um dos paizes supramencionados ou de modificação importante no valor de sua moeda, a Administração desse paiz deverá entender-se com a Administração dos Correios Suissos para modificar os equivalentes. Compete a esta ultima Administração notificar a modificação a todas as outras Administrações da União por intermedio da Secretaria Internacional.

3.—As fracções monetarias resultantes não só do complemento de taxa applicavel ás correspondencias insufficientemente franqueadas, como da fixação das taxas das correspondencias trocadas com paizes estranhos á União ou das combinações das taxas da União com as taxas addicionaes previstas pelo art. 5 da Convenção, poderão ser arredondadas pelas Administrações que effectuarem a sua cobrança; mas a somma que por esse motivo se accrescentar, em nenhum caso poderá exceder ao valor de um vigesimo de franco (cinco centimos).

## V

### EXCEPÇÕES EM MATERIA DE PESO

Permitte-se, por excepção, que os Estados que, por causa do seu regimen interno, não puderem adoptar o typo de peso decimal metrico, o substituam pela onça de peso (28,3465 grammas), equiparando uma meia onça a 15 grammas e duas onças a 50 grammas, e que elevem, sendo necessario, o limite do porte simples dos jornaes a quatro onças, mas sob a condição expressa de que, neste ultimo caso, a taxa dos jornaes não seja inferior á taxa de 10 centimos, e que se cobre taxa integral por numero de jornal, ainda quando muitos jornaes se achem reunidos em uma mesma remessa.

## VI

### SELLOS

1.—Os sellos representando as taxas-typos da União ou o seu equivalente na moeda de cada paiz, serão, o quanto possivel, das seguintes cores:

os sellos de 25 centimos, azul-escuro;
os de 10 centimos, vermelha;
os de 5 centimos, verde.

2.—Os sellos deverão trazer no anverso a inscripção do valor que representam effectivamente para o franqueamento das correspondencias, segundo o quadro dos equivalentes incerto no art. IV precedente.

## VII

### CORRESPONDENCIA COM OS PAIZES ESTRANHOS Á UNIÃO

As Administrações da União que tiverem relações com paizes a ella estranhos, fornecerão ás outras Administrações da União a lista desses paizes com as indicações seguintes:

1º, despezas de transito maritimo ou territorial applicaveis ao transporte fóra dos limites da União;
2º, designação das correspondencias admittidas;
3º, franqueamento obrigatorio ou facultativo;
4º, limite para cada categoria de correspondencias, da validade do franqueamento cobrado (até o destino, porto de desembarque, etc.);
5º, extensão da responsabilidade pecuniaria em materia de objectos registrados;
6º, possibilidade de admittir os avisos do recebimento;
7º, tanto quanto possivel, o preço do franqueamento em vigor no paiz fóra da União com relação ao paiz da União.

## VIII

### APPLICAÇÃO DOS CARIMBOS

1.—As correspondencias procedentes dos paizes da União serão marcadas com um carimbo que indique o logar de procedencia e a data em que forem postadas no Correio.

2.—A' chegada das correspondencias, o Correio de destino applicará seu carimbo de data no verso das cartas e na frente dos bilhetes postaes.

3.—A applicação dos carimbos nas correspondencias postadas em paquetes nas caixas moveis ou em mãos dos commandantes incumbirá, nos casos previstos pelo § 3 do art. 11 da Convenção, ao empregado postal embarcado ou, si não o houver, á repartição do Correio a que as correspondencias forem entregues.

Em tal caso, esta applicar-lhes-ha o seu carimbo de data juntando-lhes a declaração *Paquebot*, quer á mão, quer por meio de carimbo ou sinete.

4.—As correspondencias procedentes dos paizes estranhos á União serão marcadas pelo Correio da União, que as receber, com um carimbo que indique o ponto e a data de entrada no serviço do dito Correio.

5.—As correspondencias não franqueadas ou insufficientemente franqueadas, serão além disso marcadas com o carimbo "T" (taxa a pagar), cuja applicação competirá ao Correio do paiz de procedencia, si se tratar de correspondencias procedentes da União, e ao Correio do paiz de entrada, si se tratar de correspondencias procedentes dos paizes estranhos á União.

6.—Os objectos que tiverem de ser enviados por expresso serão marcados com um carimbo, tendo em grandes lettras a palavra «*Exprès*». As Administrações são comtudo autorizadas a substituir este carimbo por um lettreiro impresso, ou por uma inscripção manuscripta e sublinhada por lapis de côr.

7.—Todo o objecto de correspondencia sem o carimbo "T" será considerado como franqueado e tratado nessa conformidade, salvo erro evidente.

8.—Aos sellos não obliterados depois de reconhecido erro ou omissão por parte do Correio de origem, deverá a repartição que verificar a irregularidade obliteral-os da maneira usual.

## IX

### INDICAÇÃO DO NUMERO DE PORTES

Quando uma carta ou qualquer outro objecto de correspondencia não franqueado ou insufficientemente franqueado estiver sujeito, em razão do seu peso, a mais de um porte simples, o Correio de procedencia ou de entrada na União, conforme o caso, indicará, no angulo esquerdo superior do sobrescripto, em algarismos ordinarios, o numero dos portes do objecto.

## X

### FRANQUEAMENTO INSUFFICIENTE

1.—Quando um objecto estiver insufficientemente franqueado por meio de sellos, o correio expedidor indicará em algarismos pretos, postos ao lado dos sellos, o importe da insufficiencia, exprimindo-o em francos e centimos.

2.—Segundo esta indicação, o correio do paiz destinatario taxará o objecto no dobro da insufficiencia verificada.

3.—Quando os sellos empregados não tiverem valor para o franqueamento, não serão tomados em consideração. Esta circumstancia será indicada pelo algarismo zero (0), posto ao lado dos sellos.

## XI

### ACONDICIONAMENTO DOS OBJECTOS REGISTRADOS

1.—Os objectos de correspondencia dirigidos sob iniciaes e os que trouxerem endereço escripto a lapis, não serão admittidos a registros.

2.—Nenhuma condição especial de fórma ou de fechamento se exige para os objectos registrados. Cada correio terá a faculdade de applicar a essas remessas as regras estabelecidas em seu serviço interno.

3.—Os objectos registrados deverão levar um rotulo conforme ou analogo ao modelo A annexo ao presente Regulamento, com indicação do nome do correio de procedencia e do numero de ordem sob o qual a remessa for escripta no registro do mesmo correio.

Todavia, é permittido ás Administrações, cujo regimen interno se oppõe actualmente ao emprego de rotulos, adiar a execução dessa medida e continuar a empregar os carimbos para a designação dos objectos registrados.

Comtudo será de rigor designar cada objecto registrado por um numero de ordem.

Si os regulamentos internos de um correio reexpedidor empregarem a designação dos objectos registrados por um novo numero de ordem deverá esse correio traçar o numero original, tendo, porem, o cuidado de deixal-o bem legivel.

4.—Os objectos registrados, não franqueados ou insufficientemente franqueados, serão remettidos sem taxa aos destinatarios, mas o correio que receber um objecto em taes condições será obrigado a assignalar o caso por um bolletim de verificação á Administração de que depender o correio de procedencia. Do dito bolletim deverá indicar com toda a exactidão a procedencia, data da entrega ao correio e numero do objecto.

Esta prescripção não se applicará aos objectos registrados que por motivo de reexpedição se tornarem sujeitos a uma taxa superior. Estes ultimos objectos serão tratados de conformidade com as disposições do § 2º do art. XXV do presente regulamento.

## XII

### INDEMNIZAÇÃO POR PERDAS E OBJECTOS REGISTRADOS

Quando a indemnização devida pela perda de um objecto registrado tiver sido paga por uma Administração, por conta de outra terceira responsavel, esta será obrigada a reembolsar a quantia, no prazo de tres mezes, depois de aviso de pagamento. Este reembolso se effectuará quer por meio de um vale postal ou de uma letra, quer em especies que tenham curso no paiz credor. Quando o reembolso da indemnização comportar despezas, estas correrão sempre por conta do correio devedor.

## XIII

### AVISOS DE RECEBIMENTO DOS OBJECTOS REGISTRADOS

1.—Os objectos cujo remettente exigir aviso de recebimento deverão conter a inscripção bem visivel « Avis de réception », ou a impressão de um carimbo contendo : A. R.

2.—Serão acompanhados de uma fórmula conforme ou analoga ao modelo B annexo, a qual será organizada pelo correio de procedencia ou por qualquer outro que *for designado* pelo correio remettente, e será junta, por meio de barbante amarrado em cruz, ao objecto a que se referir. Si a dita fórmula não chegar ao correio de destino, organizará este, *ex-officio*, um novo aviso de recebimento.

Os avisos de recebimento deverão ser formulados em francez ou trazer uma traducção sublinear nessa lingua.

3.—O correio de destino, depois de ter devidamente preenchido a fórmula B, reenvial-a-ha encapada e sob registro *ex-officio* ao correio de procedencia.

4.—Quando o remettente exigir aviso de recebimento de um objecto registrado posteriormente á entrega, ao correio, de tal objecto, a repartição de procedencia reproduzirá em fórmula B, préviamente revestida de um sello representativo da taxa de aviso de recebimento, a descripção exactissima *do objecto registrado* (natureza do objecto, correio de procedencia, data da sua entrega a este, numero, sobrescripto). Esta fórmula será transmittida de Administração a Administração com indicação da mala em que o objecto registrado que se reclama foi entregue na na Administração correspondente.

O correio de destino preencherá a fórmula e a reenviará ao correio de procedencia do modo prescripto pelo § 3 precedente.

5.—Si o aviso de recebimento regularmente exigido pelo remettente no momento de postar o objecto respectivo, não houver chegado ao correio de origem nos prazos determinados, proceder-se-ha, para reclamar o aviso em questão, conforme as regras estabelecidas no § 4 precedente. Todavia, neste ultimo caso, em logar de revestir de um sello a fórmula B, o correio de procedencia mencionará no alto : « Reclamação de aviso de recebimento, etc. »

## XIV

### OBJECTOS REGISTRADOS SUJEITOS Á COBRANÇA

1.—Os objectos registrados sujeitos á cobrança deverão levar a impressão de um carimbo ou de um rotulo com a palavra « Remboursement ».

2. — A importancia da cobrança deverá ser enunciada na moeda do paiz do destino no verso do objecto em caracteres latinos, por extenso e em algarismos, sem emendas nem rasuras. O remettente deverá indicar por baixo seu nome e endereço, igualmente em caracteres latinos.

3. — Si o destinatario não pagar a importancia da cobrança no prazo de sete dias nas relações entre paizes da Europa, e no prazo de 15 dias nas relações dos paizes da Europa com os paizes fóra della e destes ultimos paizes entre si, a partir do dia immediato ao da chegada ao correio destinatario, o objecto será reexpedido ao correio de procedencia.

4. — Salvo outro ajuste, a somma cobrada, deduzido o premio *previsto no* art. 7, § 2, da *Convenção* e a taxa *ordinaria* dos vales postaes, será convertida em um vale postal contendo no alto do verso a indicação « Remb » e organizado, no que respeita ao mais, de conformidade com o Regulamento de execução do accordo relativo o serviço dos vales postaes. Deverão ser mencionados no canhoto do vale o nome e endereço do destinatario do objecto, assim como o logar e a data em que o mesmo objecto foi entregue ao correio.

5 — Salvo ajuste em contrario, os objectos sujeitos á cobrança poderão ser reexpedidos de um dos paizes que tomarem parte nesse serviço para outro de taes paizes. Em caso de reexpedição, o objecto conservará intacto o pedido original de cobrança, tal *qual foi formulado pelo proprio remettente. A administração* do destino definitivo será a unica que deverá proceder á conversão em sua moeda da importancia da cobrança, segundo a taxa em vigor para os vales postaes, no caso em que não tiver o mesmo systema monetario que aquelle em que é expressa a cobrança ; compete lhe tambem converter a cobrança em um vale contra o paiz de procedencia.

## XV

### BILHETES POSTAES

1.—Os bilhetes postaes deverão ser expedidos a descoberto e conter, no alto do anverso, a designação «Bilhete Postal» expressa de modo visivel em lingua franceza ou com uma traducção sublinear nessa lingua. Essa designação será seguida, tanto quanto possivel, das indicações «União Postal Universal» (ado reservado ao endereço). O resto do anverso será reservado aos sellos de franqueamento, ás indicações relativas ao serviço postal (registrado, aviso de recebimento, etc.) e ao endereço do destinatario, o qual poderá ser escripto á mão ou figurar em um rotulo collado que não exceda a dous centimetros sobre cinco.

Quando o remettente servir-se para o estrangeiro de um bilhete postal do serviço interno, dar-se-ha curso ao mesmo bilhete, contanto que elle mencione em o titulo, impresso ou escripto, «Bilhete Postal», ou o equivalente desse titulo na lingua do paiz de procedencia.

Além disso, o remettente terá a faculdade de indicar no anverso o seu nome e endereço, quer por escripto, quer por meio de carimbo, chancella ou qualquer outro processo typographico.

No anverso poderão ser impressos vinhetas e annuncios (*reclames*). Todavia, taes annuncios e vinhetas não deverão de qualquer fórma prejudicar a indicação clara do endereço, nem a apposição dos *sellos e dizeres do serviço postal*.

A' excepção dos sellos de franqueamento e dos rotulos mencionados nos §§ 1 e 4 do presente artigo, será prohibido juntar ou ligar aos bilhetes postaes quaesquer objectos.

Os objectos postaes não poderão exceder as dimensões seguintes: comprimento, 14 centimetros ; largura, 9 centimetros.

3.—Os bilhetes postaes com resposta paga deverão apresentar no anverso, como titulo, na *primeira parte*: «Bilhete postal com resposta paga» ; na segunda: «Bilhete postal resposta». Cada uma das duas partes deverá, além disso, preencher as outras condições impostas ao bilhete postal simples ; serão dobradas, uma sobre a outra, e não poderão ser fechadas de uma fórma qualquer.

4.—Será permittido ao remettente de um bilhete postal com resposta paga mencionar seu *nome e endereço no anverso* da parte «Resposta», quer por escripto, quer collando nella um rotulo.

5.—O franqueamento da parte «Resposta» por meio do sello do paiz que emittiu o bilhete só será válido, si as duas partes do bilhete postal com resposta paga chegarem adhendas do paiz de procedencia e si a parte «Resposta» for expedida com destino a esse paiz. Nos outros casos ello será tratado como bilhete postal não franqueado.

6.—Os bilhetes postaes simples e os de resposta paga provenientes da industria particular serão admittidos á circulação internacional, comtanto que a legislação do paiz de procedencia o permitta, que elles preencham as condições determinadas no presente artigo para a reducção de preço, nas permutas de paiz para paiz, a que teem direito os bilhetes emittidos pelas Administrações postaes e que estejam de accordo, no que diz respeito ao formato e consistencia, com os bilhetes emittidos pela Administração de procedencia.

7.—Os bilhetes postaes que não satisfizerem, quanto ás indicações prescriptas, dimensões, fórma exterior, etc., as condições impostas pelo presente artigo a essa categoria de objectos serão tratados como cartas.

Comtudo, os bilhetes postaes dirigidos originariamente ao interior do paiz de procedencia e reexpedidos para outros paizes poderão gosar da reducção de preço, si preencherem as condições prescriptas para a circulação dos bilhetes postaes no interior do paiz de procedencia e não excederem ás dimensões fixadas no § 2 precedente.

## XVI

### PAPEIS DE NEGOCIO

(*Manuscriptos*)

1.—São considerados como papeis de negocio (manuscriptos) e como taes gosarão da moderação de taxa prescripta pelo art. 5º da Convenção, todas as peças e os documentos escriptos ou desenhados á mão no todo ou em parte, que não tiverem o caracter de *correspondencia actual e pessoal*, como: os autos judiciaes, os actos de qualquer genero lavrados por agentes ministeriaes, as guias *de carga ou conhecimentos*, as *facturas*, os *differentes* documentos de serviço das companhias de seguro, as cópias ou extractos de escripturas particulares passadas em papel sellado ou não sellado, as partituras ou folhas de musica manuscriptas, ou manuscriptos de obras ou de jornaes expedidos isoladamente, os themas corrigidos de estudantes, com exclusão de qualquer apreciação sobre o trabalho, etc.

2.—Os papeis de negocio (manuscriptos) estarão sujeitos, no que diz respeito á fórma e ao acondicionamento, ás disposições prescriptas para os impressos (art. XVIII seguinte).

## XVII

### AMOSTRAS

1.—As amostras de mercadorias só gosarão da moderação de taxa que lhes é concedida pelo art. 5º da Convenção, nas condições seguintes:

8.—Deverão ser collocadas em saccos, caixas ou envoltorios moveis, de maneira que permitta facil verificação.

3.—Não poderão ter valor mercantil, nem levar nota manuscripta que não seja o nome ou a firma social do remettente, o endereço do destinatario, uma marca de fabrica ou de negociante, numeros de ordem, preços e indicações relativas ao peso, á medida e á dimensão, assim como á quantidade disponivel, ou as que foram necessarias para precisar a proveniencia ou a natureza da mercadoria.

4.—Os objectos de vidro, os que contiverem liquidos, oleos, corpos gordurosos, pós seccos, colorantes ou não, assim como as remessas de abelhas vivas, poderão ser admittidas ao transporte como amostras de mercadorias, comtanto que sejam acondicionadas da seguinte maneira:

1.º Os objectos de vidro deverão ser acondicionados solidamente (caixa de metal, de madeira, de couro ou de papelão) de modo que evitem qualquer risco para as correspondencias e os empregados.

2.º Os liquidos, oleos e corpos de facil liquofacção deverão ser inseridos em frascos de vidro hermeticamente arrolhados. Cada frasco deverá ser collocado em uma caixa de madeira guarnecida de serradura de madeira, de algodão, ou de substancia esponjosa em quantidade sufficiente para absorver o liquido, no caso de quebrar-se o frasco. Finalmente, a propria caixa deverá ser encerrada em um estojo de metal, de madeira, com tampa de parafusos ou de couro forte e espesso.

Quando se empregarem pedaços de madeira perfurados, tendo pelo menos 2 1/2 millimetros na parte mais fragil, sufficientemente guarnecidos no interior com materias absorventes e munidas de tampa, não será necessario que essas peças de madeira sejam encerradas em um segundo estojo.

3º Os corpos gordurosos de facil liquefacção, taes como unguentos, sabão, resinas, etc., cujo transporte apresenta menores inconvenientes, deverão ser postos em um primeiro envoltorio (caixa, sacco de panno, pergaminho, etc.), o qual será collocado em uma segunda caixa de madeira, metal ou couro forte e espesso.

4º Os pós seccos, colorantes ou não, deverão ser collocados em caixas de papelão, as quaes, por sua vez, serão collocadas em um sacco de panno ou de pergaminho.

5º As abelhas vivas deverão ser encerradas em caixas dispostas de maneira que evite qualquer perigo e permitta a verificação do conteúdo.

5.— Serão igualmente admittidos á tarifa das amostras os objectos de historia natural, animaes e plantas, seccos ou conservados, specimens geologicos, etc., cuja remessa não for feita com um fim mercantil e cujo acondicionamento se achar de accordo com as prescripções geraes relativas as amostras de mercadorias.

## XVIII

### IMPRESSOS

1.— São considerados como impressos e como taes gosarão da moderação de taxa prescripta pelo art. 5º da Convenção: os jornaes e obras periodicas, os livros brochados ou encadernados, as brochuras, os papeis de musica, os cartões de visita, os cartões de endereço, as provas de imprensa, com ou sem os manuscriptos a ellas relativos, os papeis com signaes em relevo para uso dos cegos, as gravuras, as photographias e os albuns contendo photographias, as imagens, os desenhos, planos, cartas geographicas, catalogos, prospectos, annuncios e avisos diversos, impressos, gravados, lithographados ou autographados, e, em geral, quaesquer impressões ou reproducções obtidas sobre papel, pergaminho ou cartão, por meio da typographia, da gravura, da lithographia e da autographia ou de qualquer outro processo mecanico facil de reconhecer, excepto a contraprova e a machina de escrever.

Serão assumiladas aos impressos as reproducções de uma cópia-typo feita a mão ou á machina de escrever quando forem obtidas por um processo mecanico de polygraphia (chromographia, etc.); mas, para gosarem da moderação de porte, essas reproducções deverão ser postadas no numero minimo de vinte exemplares, perfeitamente identicos.

2.— São excluidos da moderação de taxa os sellos ou formulas de franquia, obliterados ou não, assim como quaesquer impressos que representem um valor.

3.—Não poderão ser expedidos com reducção de taxa os impressos cujo texto tenha sido modificado depois da tiragem, quer á mão, quer com o auxilio de um processo mecanico, ou tenha sido revestido de quaesquer signaes constitutivos de uma linguagem convencional.

4.—Como excepção á regra determinada pelo § 3, precedente, será permittido:

*a*) indicar no exterior da remessa o nome, a firma commercial e o domicilio do remettente;

*b*) accrescentar á mão, nos cartões de visita impressos, o endereço do remettente, seu titulo, bem como felicitações, comprimentos, agradecimentos, pezames ou outras formulas de cortezia, expressos em cinco palavras no maximo ou por meio de iniciaes convencionaes;

*c*) indicar ou modificar no proprio impresso, á mão ou por um processo mecanico, a data da expedição, a assignatura ou a firma commercial e a profissão, assim como o domicilio do remettente;

*d*) accrescentar nas provas corrigidas o manuscripto e fazer nessas provas as mudanças e addições relativas a correcção, á fórma e á impressão. No caso em que não haja espaço, essas addições poderão ser feitas em folhas especiaes;

*e*) corrigir erros de impressão em outros impressos que não forem provas;

*f*) riscar certos trechos de um texto impresso para tornal-os illegiveis;

*g*) fazer sobresahirem por meio de traços as passagens de um texto para as quaes se deseje chamar a attenção;

*h*) mencionar ou corrigir com a penna ou processo mecanico os algarismos das listas de preços correntes, annuncios, cotações da praça, circulares do commercio e prospectos, bem como, nos bilhetes de passagem, o nome do passageiro, a data e o nome da localidade por onde elle pretende passar;

*i*) indicar á mão, nos avisos relativos ás sahidas de navios, a data dessas sahidas;

*k*) indicar nos cartões de convite ou de convocação o nome do convidado, a data, o fim e o logar da reunião;

*l*) accrescentar uma dedicatoria nos livros, papeis de musica, jornaes, photographias, gravuras, cartões de «boas festas» e bem assim a factura relativa ao proprio objecto;

*m*) nos boletins de encommendas ou de assignaturas relativos a obras de livraria, livros, jornaes, gravuras, trechos de musica, indicar á mão as obras pedidas ou offerecidas e riscar ou sublinhar no todo ou em parte as communicações impressas.

*n*) pintar figurinos, cartas geographicas, etc;

*o*) accrescentar á mão ou por processo mecanico nos retalhos dos jornaes e publicações periodicas o titulo, data, numero e endereço da publicação da qual houver sido extrahido o artigo.

5.—Salvo as excepções explicitamente autorizadas pelo presente artigo, serão prohibidas addições feitas á penna ou por processo mecanico que tirarem ao impresso o caracter de generalidade e lhe derem o de correspondencia individual.

6.—Os impressos deverão ser, quer cintados ou enrolados e postos entre cartões, em um estojo aberto dos dous lados ou nas duas extremidades, ou em um envoltorio não fechado, quer simplesmente dobrados de modo que não seja dissimulada a natureza do objecto, ou, emfim, ligados por um barbante facil de desatar.

7.— Os cartões de endereço e quaesquer impressos que apresentem a fórma e a consistencia de um cartão não dobrado poderão ser expedidos sem cinta, envoltorio, atadura ou dobra. O anverso será reservado ao sello do franqueamento ás indicações relativas ao serviço postal e ao endereço do destinatario. O remettente terá a faculdade de indicar nessa parte seu nome, profissão e endereço por meio de carimbo, chancella ou qualquer outro processo typographico. Os boletins de livraria poderão, alem disso, conter a indicação impressa «boletins de livraria» ou «Encommenda de livraria».

8.—Os bilhetes que tiverem o titulo «bilhete postal» não serão admittidos á tarifa dos impressos.

## XIX

### OBJECTS DAGRUPADOS

E' permittido reunir em uma mesma remessa amostras de mercadorias, impressos e papeis de negocio (manuscriptos), mas sob reserva das condições seguintes:

1.º Que cada objecto tomado isoladamente não exceda os limites que lhe são applicaveis quanto ao peso e quanto á dimensão;

2.º Que o peso total não exceda a dous kilogrammas em cada remessa;

3.º Que a taxa seja no minimo de 25 centimos, si a remessa contiver papeis de negocios (manuscriptos) e de 10 centimos, si se compuzer de impressos e amostras.

## XX

### FOLHAS DE AVISO

1.—As *folhas de aviso* que acompanharem as malas trocadas entre duas Administrações da União serão iguaes ao modelo C junto ao presente Regulamento. Serão incluidas em sobrecartas de côr contendo distinctamente a indicação *Feuille d'avis*.

2.—Indicar-se-ha, em tal caso, no angulo direito superior o numero dos saccos ou dos pacotes separados de que se compuzer a expedição a que se refere a folha de aviso. Salvo ajuste em contrario, nas relações por mar que, embora periodicas e regulares, não admitirem troca quotidiana ou em dia fixo, os correios expedidores deverão numerar as folhas de aviso no angulo esquerdo superior, em uma serie annual de cada correio de procedencia e para cada correio de destino, mencionado, tanto quanto possivel, abaixo do numero, o nome do paquete ou do navio que levar a mala.

3.—Dever-se-ha mencionar no alto da folha de aviso o numero total dos objectos registrados, pacotes ou saccos, que contiverem os ditos objectos, objectos registrados *por fóra*; objectos que tenham de ser remettidos por expressos, distinguindo-se entre estes ultimos, si fôr caso para isso, os objectos registrados.

4.—Os objectos registrados serão inscriptos individualmente no quadro n. 1 da folha de aviso, com os seguintes pormenores; nome do correio de procedencia e numero de lançamento do objecto nesse correio, ou: nome do correio de procedencia, nome do destinatario e logar do destino.

Na columna « Observações » a indicação A. R. será accrescentada em frente do lançamento dos objectos de que houver pedido de aviso de recebimento. Na mesma columna, a indicação « Remb », seguida da indicação em algarismos da importancia da cobrança, será accrescentada em frente do lançamento dos objectos registrados sujeitos á cobrança.

Os avisos de recebimento de volta serão lançados no quadro citado quer individualmente quer em globo, conforme esses avisos sejam mais ou menos numerosos.

5.—Quando o total dos objectos registrados expedidos habitualmente de um para outro correio o permittir, dever-se-ha fazer uso de uma ou de varias listas especiaes e avulsas para substituir o quadro n. 1 da folha de aviso.

O total dos objectos registrados mencionados nessas listas, o total das listas e o dos pacotes ou saccos que contenham taes objectos deverão ser mencionados na folha de aviso.

6.—No quadro n. II mencionar-se hão, com os pormenores que esse quadro permittir, as malas fechadas incluidas na remessa directa a que a folha de aviso se referir.

7.—Sob a rubrica « Recommandations d'office », serão mencionadas as cartas de serviço abertas, as communicações ou recommendações diversas do correio expedidor relativamente ao serviço de permuta, bem como o total dos saccos vasios devolvidos.

8.—Quando se julgar necessario, para certas relações, crear outros quadros ou rubricas na folha do aviso, esta medida poderá ser realizada de commum accordo entre as Administrações interessadas.

9.—Quando algum correio não tiver objecto a remetter para outro correspondente, não deixará por isso de enviar-lhe, na fórma ordinaria, mala que se componha unicamente de uma folha de aviso negativa.

10.—Em caso de malas fechadas confiadas por uma Administração á outra, para serem transmittidas por meio de navios mercantes, o total ou o peso das cartas e outros objectos deverá ser indicado na folha de aviso e no endereço dessas malas quando a Administração encarregada de effectuar o embarque das ditas malas o pedir.

## XXI

### TRANSMISSÃO DOS OBJECTOS REGISTRADOS

1.—Os objectos registrados, os avisos de recebimento, os objectos impressos e, dado o caso, as listas especiaes previstas no § 5 do artigo XX, serão reunidos em um ou varios pacotes ou saccos distinctos, que deverão ser convenientemente envolvidos ou fechados e lacrados de modo que preserve o seu conteúdo.

Os objectos registrados serão collocados em cada pacote pela sua ordem de lançamento. Quando houver diversas listas avulsas, cada uma dellas será inserida no pacote que contiver os objectos registrados respectivos.

2.—Ao pacote de objectos registrados será ligada exteriormente, por meio de barbante em cruz, a sobrecarta especial contendo a folha de aviso. Em seguida o pacote será collocado no centro da mala.

3.—A existencia na mala, de um pacote de objectos registrados cuja descripção fôr feita na lista especial, mencionada no precedente § 1, deverá ser annunciada pela applicação, no alto da folha de aviso, ou de uma nota especial, ou do lettreiro ou do carimbo de registro em uso no paiz de procedencia.

4.—Fica entendido que o modo de empacotar e transmittir objectos registrados, prescripto pelos precedentes §§ 1 e 2, sómente se applica ás relações ordinarias.

Para as relações importantes, cumpre ás Administrações interessadas prescrever, de commum accordo, disposições particulares, sob reserva, em um como em outro caso, das medidas excepcionaes que devam ser tomadas pelos chefes dos correios de troca, quando tenham de assegurar a transmissão de objectos registrados que, por sua natureza, fórma ou volume, não possam ser incluidos na mala.

Todavia os correios expedicionarios indicarão, no alto da *folha de aviso*, o *numero de objectos registrados* que *se remetterem* na mala por fóra do pacote ou sacco especial, mesmo quando com a correspondencia ordinaria, e farão figurar nas *listas supplementares*, na columna das *observações* as palavras—*En dehors*—(por fóra) em frente de cada objecto.

Esses objectos serão tanto quanto possivel reunidos em pacotes amarrados com barbante, trazendo um lettreiro com as palavras, em caracteres bem visiveis «*Recommandés en dehors*», (Registrados por fóra) precedidos de um algarismo indicando o numero dos objectos contidos em cada pacote.

## XXII

### ORGANIZAÇÃO DAS MALAS

1.—Em regra geral, os objectos que compuzerem as malas deverão ser classificados e emmaçados segundo a natureza da correspondencia, separando-se os objectos franqueados dos objectos não ou insufficientemente franqueados.

As cartas apresentando sinaes de abertura ou avaria deverão conter uma indicação do facto e levar o carimbo de data do correio que verificou o facto.

2.—Toda a correspondencia, depois de atada com barbante, será envolvida em quantidade de papel forte sufficiente para evitar qualquer deterioração do conteúdo, atada exteriormente, applicando-se-lhe então o sinete do correio sobre lacre ou papel gommado. Será munida de um sobrescripto impresso indicando em pequenos caracteres o nome do correio remettente e, em caracteres maiores, o nome do correio destinatario: *de... pour...*»

3.—Si o volume da correspondencia o admittir, deverá ser esta incluida em um sacco, convenientemente fechado, lacrado e rotulado.

4.—Os pacotes ou saccos que contiverem objectos expressos deverão ter exteriormente uma designação que chame para esses objectos a attenção dos empregados postaes.

5.—Quando se empregarem rotulos de papel, deverão estes ser collocados sobre pranchetas.

6.—O peso de cada sacco não deverá exceder a 40 kilogrammas.

7.—Os saccos deverão ser devolvidos vasios ao correio remettente na primeira remessa, salvo outro accordo entre os correios correspondentes.

## XXIII

### VERIFICAÇÃO DAS MALAS

1.—O correio que receber uma mala verificará em primeiro logar si são exactos os lançamentos feitos na folha de aviso e, dado o caso, na lista dos objectos registrados.

As malas deverão ser entregues em bom estado. Entretanto, o recebimento de uma mala não poderá ser recusado por causa de seu máo estado. Si se tratar de uma mala para outro correio que não aquelle a que foi entregue, deverá ella ser envolvida de novo, conservando o quanto possivel o envoltorio original. Antes de ser a mala novamente envolvida, dever-se-ha verificar o seu conteúdo, si se presumir que este não chegou intacto.

2.—Quando o correio de destino encontrar erros ou omissões, fará immediatamente as rectificações necessarias nas folhas ou listas, tendo o cuidado de inutilizar as indicações erroneas com um traço de penna, de modo que se possam reconhecer os lançamentos primitivos.

3.—Estas rectificações serão effectuadas por dous empregados em commum. Salvo erro evidente, prevalecerão sobre a declaração original.

4.—Um boletim de verificação, conforme o modelo D, annexo ao presente Regulamento, será organizado pelo correio destinatario e enviado sem demora, sob registro *ex-officio*, ao correio expedidor.

Na mesma occasião, uma duplicata do boletim de verificação será enviada pelo correio destinatario á Administração a que pertencer o correio expedidor.

No caso previsto no paragrapho 1 do presente artigo, uma cópia do boletim de verificação será incluida na mala que fôr de novo envolvida.

5.—O correio expedidor, depois de o examinar, devolverá o boletim com as suas observações, si para estas houver motivo.

6.—Faltando alguma mala, objecto registrado, folha de aviso ou lista especial, o facto será immediatamente testemunhado na fórma competente por dous empregados do correio destinatario e levado ao conhecimento do correio expedidor por meio do boletim de verificação. Sendo necessario, este ultimo poderá além disso ser avisado por telegramma á custa do correio que o expedir. Ao mesmo tempo, um boletim de verificação será remettido pelo correio destinatario á Administração a que pertencer o correio remettente.

Reputada que seja uma mala, cuja falta tenha sido communicada ao correio de procedencia ou a um correio intermediario, deverá ser remettido ao mesmo correio um segundo boletim de verificação communicando o recebimento da dita mala.

7.—Em caso de perda de uma mala fechada, as repartições interessadas serão responsaveis pelos objectos registrados contidos na mala, nos limites do art. 8 da Convenção sob condição de que lhe tenha sido communicado o mais breve possivel o não recebimento da referida mala.

8.—Quando o correio destinatario não fizer chegar pelo primeiro correio á repartição expedidora um boletim de verificação, mencionando quaesquer erros ou irregularidades, a falta desse documento valerá como certificado de recepção da mala e do seu conteúdo, até prova em contrario.

## XXIV

### MALAS TROCADAS COM OS NAVIOS DE GUERRA

1.—A troca, em malas fechadas, entre uma repartição postal da União e divisões navaes ou navios de guerra da mesma nacionalidade deverá ser notificada, com a maior antecedencia possivel, aos correios intermediarios.

2.—O subscripto dessas malas será redigido do seguinte modo:
Do correio de...
Para:
a divisão naval (nacionalidade) de (designação da divisão) em...
o navio (nacionalidade) tal (nome do navio) em...
ou
Da divisão naval (nacionalidade) de (designação da divisão) em...
Do navio (nacionalidade) tal (nome do navio) em...
Para o correio de...

3.—As malas com destino ou procedentes de divisões navaes ou de navios de guerra serão encaminhadas, salvo indicação de uma via especial no endereço, pelas vias mais rapidas e nas mesmas condições que as malas trocadas entre repartições postaes.

Quando as malas destinadas a uma divisão naval ou a um navio de guerra forem expedidas por fóra, o capitão do navio postal que as transportar pol as-ha á disposição do commandante da divisão ou do navio de guerra destinatario, para o caso em que o mesmo commandante venha pedir ao navio em viagem a entrega de taes malas.

4.—Quando os navios não se achem no logar de destino, ao chegarem ahi as malas que lhes forem endereçadas, essas malas serão conservadas na repartição postal, aguardando que sejam retiradas pelo destinatario ou reexpedidas para outro ponto. A reexpedição poderá ser pedida, quer pelo correio de procedencia, quer pelo commandante da divisão naval ou do navio destinatario, quer finalmente por um consul da mesma nacionalidade.

5.—As malas de que se trata que tiverem a indic ção:
«Aos cuidados do consul de...» serão consignadas ao consulado do paiz da procedencia. Poderão ser ulteriormente, a pedido do consul, readmittidas no serviço postal e reexpedidas para sua procedencia ou para outro destino.

6.—As malas destinadas a um navio de guerra serão consideradas como em transito até serem entregues ao commandante desse navio de guerra, ainda mesmo que tenham sido primitivamente endereçadas aos cuidados de uma repartição postal ou a um consul encarregado de servir de agente de transporte intermediario; não serão, pois, consideradas como tendo chegado a seu destino, emquanto não tiverem sido entregues ao navio de guerra respectivo.

## XXV

### CORRESPONDENCIAS REEXPEDIDAS

1.—Em execução do art. 14 da Convenção, salvo as excepções previstas no § 2 do presente artigo, as correspondencias de qualquer natureza dirigidas, na União, a destinatarios que tenham mudado de residencia, serão tratadas pelo correio distribuidor como si tivessem sido endereçadas directamente do logar da procedencia ao logar do novo destino.

2.—A respeito, quer das correspondencias internas de um dos paizes da União que entrarem em consequencia de reexpedição no territorio de outro paiz da União, quer das correspondencias permutadas entre dous paizes da União que tenham adoptado nas suas relações reciprocas uma taxa inferior á taxa ordinaria da União, mas que entrem, em virtude de reexpedição no territorio de um terceiro paiz da União, para o qual a taxa seja a taxa ordinaria da União, quer, finalmente, das correspondencias permutadas no seu primeiro percurso entre localidades de dous territorios limitrophes, para os quaes existir uma taxa reduzida, mas reexpedidas para outras localidades de taes paizes da União ou para outro paiz a ella pertencente, serão observadas as seguintes regras:

1ª— A's correspondencias não franqueadas ou insufficientemente franqueadas no seu primeiro percurso será applicada, pelo correio distribuidor, a taxa a que estão sujeitas as correspondencias da mesma natureza directamente enviadas do ponto de procedencia do logar ao novo destino.

2ª— As correspondencias, regularmente franqueadas para o primeiro transporte, e cujo complemento de taxa pertencente ao transporte ulterior não tenha sido satisfeito antes da reexpedição, serão sujeitas, segundo a sua natureza, pelo correio distribuidor, a uma taxa igual á differença entre o preço de franqueamento já pago e o que teria sido cobrado, si tivessem sido endereçadas primitivamente ao novo destino.

A importancia dessa differença deverá ser expressada em francos e centimos ao lado dos sellos pelo correio reexpedidor.

Em ambos os casos, as taxas acima previstas deverão ser pagas pelo destinatario, ainda quando, em consequencia de reexpedições successivas, as correspondencias voltem ao paiz de procedencia.

3.—Quando objectos primitivamente dirigidos ao interior de um paiz da União e franqueados a dinheiro forem reexpedidos a outro paiz, deverá a repartição indicar, sobre o objecto, a importancia da taxa cobrada em numerario.

4.—Os objectos de qualquer natureza mal dirigidos serão, sem nenhuma demora, reexpedidos pela via mais prompta ao seu destino.

5.—As correspondencias de qualquer natureza, ordinarias ou registradas, que, tendo um endereço incompleto ou erroneo, forem reenviadas aos expedidores para que o completem ou o retifiquem, não serão, quando forem de novo postadas com um sobrescripto completado ou rectificado, consideradas como correspondencias reexpedidas, porém como novas remessas, e serão, por conseguinte, sujeitas a nova taxa.

## XXVI

### CORRESPONDENCIAS CAHIDAS EM REFUGO

1.— As correspondencias de qualquer natureza cahidas em refugo, por qualquer motivo que seja, deverão ser devolvidas, logo depois dos prazos de espera exigidos pelos regulamentos do paiz destinatario, e,o mais tardar, em um prazo de seis mezes nas relações com os paizes de além-mar e de dous mezes nas relações, por meio dos respectivos correios e em maço especial com o distico *Rebuts*, levando a indicação do paiz de origem das correspondencias. Os prazos de dous a seis mezes contam-se a partir do fim do mez em que as correspondencias tenham chegado ao correio de destino.

2.— Comtudo, as correspondencias registradas cahidas em refugo serão reenviadas ao correio de procedencia e como si se tratasse de correspondencias registradas com destino a esse paiz, uma vez que, em frente da inscripção nominativa do quadro n. I da folha de aviso ou na lista avulsa a menção *Rebuts* seja feita na columna de observações pelo correio reexpedidor.

3.—Por excepção, duas repartições correspondentes poderão, de commum accordo, adoptar outro modo de devolução de refugos, assim como eximir-se de devolver reciprocamente certos impressos considerados como destituidos de valor.

4.—Antes de devolver ao correio de procedencia as correspondencias não entregues por qualquer motivo, deverá o correio destinatario indicar de uma maneira clara e concisa, em lingua franceza, no verso dos mesmos objectos,o motivo da não entrega, sob a fórma seguinte: *inconnu, refusé, parti,non réclamé, décédé*, etc. Esta declaração deve ser feita por meio de um carimbo, ou de um rotulo.

Cada Administração tem a faculdade de accrescentar uma traducção, em sua lingua, do motivo da não entrega e as outras indicações que lhe convierem.

5.—Si as correspondencias postadas em um paiz da União e dirigidas ao interior do mesmo paiz tiverem como remettentes pessoas residentes em outro paiz e, em consequencia da sua não distribuição e de terem cahido em refugo deverem ser devolvidas ao estrangeiro para serem entregues aos seus autores, taes correspondencias serão consideradas como objectos de permuta internacional. Em tal caso, o correio reexpedidor e o correio distribuidor applicarão a essas correspondencias as disposições dos §§ 2 e 3 do artigo XXV precedente.

6.—As correspondencias para embarcadiços e outras pessoas, endereçadas aos cuidados de um consul e entregues por este ao correio local por não haverem sido reclamadas, deverão ser tratadas do modo prescripto pelo § 1, relativamente aos refugos em geral. A importancia das taxas cobradas ao consul por essas correspondencias dever-lhe-ha então ser restituida pelo correio local.

## XXVII

### RECLAMAÇÃO DE OBJECTOS ORDINARIOS NÃO RECEBIDOS

1.—Toda a reclamação relativa a um objecto de correspondencia ordinaria que não chegue ao seu destino dá logar ao processo seguinte:

1.º Entregar-se-ha ao reclamante uma fórmula conforme ao modelo E annexo, pedindo-se-lhe que nella encha, o mais exactamente possivel, a parte que lhe diz respeito;

2.º O correio, onde a reclamação for feita, transmittirá a fórmula directamente ao correio correspondente. A transmissão será feita *ex-officio* e sem nenhum escripto;

3.º A repartição correspondente fará apresentar a fórmula ao destinatario ou ao expedidor, conforme o caso, pedindo-lhe que forneça informações sobre o assumpto;

4.º Munida dessas informações, será a fórmula reenviada *ex-officio* ao correio que a tiver organizado;

5.º Quando se reconhecer que a reclamação é fundada, será ella transmittida á Administração Central para servir de base ás investigações ulteriores;

6.º Salvo accôrdo em contrario, a fórmula será redigida em francez ou acompanhada de uma traducção franceza.

2.—Qualquer Administração deverá exigir, por uma notificação dirigida á Secretaria Internacional, que as reclamações relativas ao seu serviço sejam transmittidas á sua Administração central ou a um correio especialmente designado por ella.

## XXVIII

### RECLAMAÇÕES DE OBJECTOS REGISTRADOS

1.—Para as reclamações de objectos registrados será usada uma fórmula conforme o modelo F, annexo ao presente regulamento.

A Administração do paiz de procedencia, depois de ter tomado nota das datas de transmissão das correspondencias em questão

ao correio seguinte, transmittirá esta fórmula á Administração destinataria.

2.—Quando a Administração destinataria puder prestar informações sobre o destino definitivo do objecto reclamado, devolverá á Administração de procedencia a mesma fórmula, com os esclarecimentos respectivos.

3.—Quando o destino de um objecto que houver transitado a descoberto por diversos correios não puder ser immediatamente averiguado no correio do paiz destinatario, a Administração destinataria transmittirá a fórmula á primeira Administração intermediaria, que, depois de organizar os dados da transmissão, remetterá a reclamação á Administração immediata, e assim por deante até que seja conhecido o destino definitivo do objecto reclamado.

A Administração que effectuar a entrega ao destinatario e que, nesse caso, não tenha realizado essa entrega, nem tão pouco a transmissão regular á outra Administração, certificará o facto na formula e a devolverá á Administração de procedencia.

4.—As fórmulas F serão redigidas em francez ou conterão uma traducção sublinear nessa lingua.

Essas fórmulas serão transmittidas sem caracter de correspondencia, em sobrecarta fechada, e sujeitas á formalidade do registro.

Cada Administração terá a faculdade de pedir, por uma notificação dirigida á Secretaria Internacional, que as reclamações relativas a seu serviço sejam transmittidas, ou á sua Administração Central, ou a um correio especialmente designado, ou, emfim, directamente ao correio do destino, ou ainda, si ella for unicamente interessada como intermediaria, ao correio que expediu o objecto.

5.—As disposições precedentes não se applicarão aos casos de espoliação de mala, falta desta, etc., que permittirem uma correspondencia mais extensa entre as Administrações.

## XXIX

### RETIRADA DE CORRESPONDENCIAS E RECTIFICAÇÃO DE ENDEREÇOS

1.—Para os pedidos de devolução ou reexpedição de correspondencias, assim como para os pedidos de rectificação de endereços, o expedidor deverá servir-se de uma fórmula, conforme ao modelo G, annexa ao presente Regulamento.

Remettendo essa reclamação á repartição postal, o expedidor deverá justificar a sua identidade e exhibir o certificado do registro, si for caso disso.

Depois da justificação, cuja responsabilidade será assumida pela Administração do paiz de origem, proceder-se-ha da maneira seguinte:

1.º Si o pedido for destinado a ser transmittido por via postal, a fórmula, acompanhada de *fac-simile* perfeito da sobrecarta ou endereço da remessa, será expedida directamente, sob capa registrada, á repartição destinataria.

2.º Si o pedido tiver de ser feito por via telegraphica, a fórmula será entregue na estação telegraphica encarregada de transmittir os seus termos á repartição postal destinataria.

2.—Ao receber a fórmula G ou o telegramma que a substituir a repartição postal destinataria procurará a correspondencia assignalada e dará ao pedido o andamento necessario.

Todavia, si se tratar de uma mudança de endereço, pedida por via telegraphica, a repartição destinataria limitar-se-ha a reter a carta, e esperará, para attender ao pedido, a chegada do *fac-simile* necessario.

Si a busca for infructuosa, si o objecto já tiver sido entregue ao destinatario, ou si o pedido por via telegraphica não for tão explicito que permitta reconhecer, com segurança, o objecto de correspondencia indicado, o facto será communicado immediatamente ao correio de procedencia, que prevenirá ao reclamante.

3.—Salvo accordo em contrario, a formula G será redigida em francez ou conterá uma traducção sublinear nessa lingua e, no caso de se empregar a via telegraphica, o telegramma será redigido em lingua franceza.

4.—Uma simples correcção (sem modificação do nome ou da qualidade do destinatario), poderá tambem ser pedida ao correio destinatario, isto é, sem o preenchimento das formalidades prescriptas para a mudança de endereço propriamente dita.

5.—Qualquer Administração poderá exigir, por uma notificação dirigida á Secretaria Internacional, que a troca das reclamações, no que lhe disser respeito, seja effectuada por intermedio de sua Administração Central ou de uma repartição especialmente designada.

No caso em que a troca das reclamações se effectue por intermedio das Administrações Centraes, deverá tomar-se conhecimento dos pedidos directamente expedidos pelos correios de procedencia aos correios de destino, afim de que as respectivas correspondencias não sejam distribuidas até a chegada da reclamação da Administração Central.

As Administrações que usarem da faculdade prevista pela primeira parte do presente paragrapho tomarão a si as despezas que podem occasionar a transmissão, em seu serviço interno, por via postal ou telegraphica, das communicações a trocar com o correio destinatario.

O recurso á via telegraphica será obrigatorio quando o proprio remettente tiver empregado esse meio e o correio destinatario não puder ser prevenido em tempo util por via postal.

## XXX

### EMPREGO DE SELLOS PRESUMIDOS FRAUDULENTOS

Sob reserva das disposições pertencentes á legislação de cada paiz, mesmo nos casos em que essa reserva não seja expressamente estipulada nas disposições do presente artigo, o processo abaixo indicado será seguido para a verificação do emprego, no franqueamento, de sellos fraudulentos:

*a)* Quando a presença, em qualquer remessa, de um sello fraudulento (falsificado ou já servido) for verificada na occasião da expedição, por um correio cuja legislação particular não exija a apprehensão immediata do objecto, o referido sello não será alterado de fórma alguma e o objecto mettido em uma sobrecarta endereçada ao correio destinatario, será encaminhado sob registro *ex-officio*;

*b)* Esta formalidade será communicada, sem demora, ás Administrações dos paizes de procedencia e destino, por meio de um aviso conforme ao modelo H, annexo ao presente Regulamento.

Um exemplar desse aviso será, além disso, transmittido ao correio de destino na sobrecarta que contiver o objecto com o sello reputado fraudulento;

*c)* O destinatario será convidado para verificar a contravenção.

A entrega do objecto só será feita no caso em que o destinatario ou quem for por elle investido de poderes para isso, consinta em fazer conhecer o nome e o endereço do remettente, e ponha á disposição do correio, depois de ter tomado conhecimento do conteúdo, todo o objecto, si este for inseparavel do corpo de delicto, ou a parte do objecto (sobrecarta, cinta, pedaço de carta, etc.), que contenha o endereço e o sello considerado fraudulento;

*d)* O resultado do convite ao destinatario será documentado por um auto conforme o modelo I, annexo ao presente Regulamento e onde se fará menção dos incidentes sobrevindos, taes como o não comparecimento, recusa em receber o objecto, abril-o ou fazer conhecer qual o remettente, etc. Esse documento será assignado pelo empregado do correio e pelo destinatario do objecto ou seu procurador; si este ultimo recusar-se a assignar, a recusa será certificada no logar competente da assignatura.

O auto será remettido, com documentos comprobatorios e por intermedio da Administração do paiz de destino, á Administração do paiz de procedencia, que, com auxilio desses documentos, fará proceder, si for caso para isso, á repressão da infracção segundo a sua legislação interna.

## XXXI

1—A estatistica effectuada no mez de maio de 1896 para a conta das despezas de transito produzirá seus effeitos até a expiração da convenção de 15 de junho de 1897 e do presente Regulamento, sob reserva das disposições, previstas nos §§ 2º e 3º seguintes.

2—No caso de entrada para a União de um paiz que tiver relações importantes, os paizes da União cuja situação, em consequencia dessa circumstancia, venha a ser modificada com relação ao pagamento das despezas de transito, terão a faculdade de reclamar uma estatistica especial relativa exclusivamente ao novo paiz adherente.

3—Quando se der uma modificação importante no movimento das correspondencias e essa modificação abranger um periodo de seis mezes pelo menos, as Administrações interessadas se entenderão para regularem entre si, por meio de uma nova estatistica; si for necessario, a partilha das despezas de transito, proporcionalmente a parte das ditas Administrações no transporte das correspondencias a que essas despezas se referirem.

4.—A simples permanencia, em um porto, de malas fechadas conduzidas por um paquete e destinadas a ser retomadas por outro paquete, não dará logar ao pagamento de despezas de transito territorial em proveito da repartição postal da localidade em que permaneceram taes malas.

## XXXII

### CONTAS DAS DESPEZAS DE TRANSITO

1.—Quanto á execução das disposições dos numeros 1º e 2º do § 5º do art. 4 da Convenção, proceder-se-ha do seguinte modo:

*a)* Cada Administração da União transmittirá á Secretaria Internacional, em uma formula *ad hoc* que esta lhe houver enviado, um quadro, baseado na estatistica de 1896 das quantias a pagar ou a receber, por cada uma das Administrações correspondentes, motivadas pelo transito territorial, com exclusão das despezas de transito extraordinarias previstas no § 5, n. 1º, do mesmo art. 4;

*b)* Em casos de differenças entre as indicações correspondentes de duas Administrações, a Secretaria Internacional as convidará a entrar em um accordo e a informar-lhe quaes as quantias definitivamente fixadas;

*c)* No caso em que uma das Administrações correspondentes não tenha remettido indicação no prazo determinado pela Secre-

taria Internacional, merecerão fé as indicações da outra Administração;

*d*) Nenhuma reclamação será admittida da parte das Administrações que não prestarem no prazo determinado pela Secretaria Internacional as indicações acima previstas;

*e*) A Secretaria Internacional designará, baseada na estatistica de 1896, os paizes que devam ser exonerados de qualquer pagamento por motivo do transito territorial, até a expiração da Convenção de Washington e do presente Regulamento; glosará o total das quantias que esses paizes teriam de pagar e effectuará a sua deducção proporcional no total dos debitos brutos dos outros paizes, relativos a esse transito. Em segundo logar fará a reducção determinada pelo § 5, n. 1º, do art. 4 da Convenção e transmittirá o resultado definitivo a todas as Administrações, com indicação, para cada uma dellas, da importancia de sua divida ou de seu haver relativamente a cada uma das outras Administrações interessadas.

2.—A organização das contas das despezas de transito maritimo, baseadas nos arts. 4 e 17 da Convenção Principal e com as reducções previstas no n. 3º do § 5º do primeiro destes artigos, incumbirá á Administração credora, que as transmittirá á Administração devedora.

Esta as devolverá, acceitas ou com as suas observações, no menor prazo possivel. Quando não houverem sido devolvidas no prazo de seis mezes, essas contas serão feitas de accordo com as organizadas pela Administração credora.

## XXXIII

### LIQUIDAÇÃO DAS DESPEZAS DE TRANSITO

1.—O saldo annual resultante do balanço das contas reciprocas entre duas Administrações será pago pela Administração devedora á Administração credora, em francos effectivos e por meio de lettras sacadas contra uma praça do paiz credor escolhida pela Administração devedora. As despezas de pagamento, inclusive as de descontos, ficarão, em tal caso, a cargo da Administração devedora.

2.— O pagamento das contas de despezas de transito relativas a um exercicio deverá ser effectuado no mais breve prazo possivel, e, o mais tardar, antes de expirar o primeiro semestre do exercicio seguinte.

Em todo o caso, si a Administração que enviou a conta não receber nesse intervallo nenhuma observação rectificativa, essa conta será admittida como de pleno direito. Esta disposição applicar-se-ha igualmente ás observações não contestadas feitas por uma Administração nas contas apresentadas por outra Administração. Terminado esse prazo de seis mezes as quantias devidas por uma Administração a outra vencerão juros na razão de 5 °/₀ ao anno e a datar do dia em que expirar o dito prazo.

3.— Fica reservado, todavia, ás Administrações interessadas a faculdade de tomarem de commum accôrdo outras disposições, além das formuladas no presente artigo.

## XXXIV

### DISTRIBUIÇÃO DAS DESPEZAS DA SECRETARIA INTERNACIONAL

1. — As despezas communs da Secretaria Internacional não deverão exceder, por anno, a quantia de 125,000 francos, não comprehendidas as despezas especiaes a que dá logar a reunião de um congresso ou de uma conferencia.

2. — A Administração dos Correios Suissos fiscalizará as despezas da Secretaria Internacional, fará os adeantamentos necessarios e organizará a conta annual, a qual será communicada a todas as outras Administrações.

3. — Para a distribuição das despezas, os paizes da União são divididos em sete classes, contribuindo cada uma na proporção de um certo numero de unidades, a saber:

| | | |
|---|---|---|
| 1ª classe | 25 | unidades |
| 2ª » | 20 | » |
| 3ª » | 15 | » |
| 4ª » | 10 | » |
| 5ª » | 5 | » |
| 6ª » | 3 | » |
| 7ª » | 1 | unidade |

4. — Estes coefficientes são multiplicados pelos numeros dos paizes de cada classe, e a somma dos productos assim obtidos fornecerá o numero de unidades pelo qual a despeza total deve ser dividida. O quociente dá a importancia da unidade da despeza.

5. — Para a distribuição das despezas, os paizes da União são classificados como se segue:

1ª classe: Allemanha, Austria-Hungria, Estados-Unidos da America, França, Grande-Bretanha, India Britannica, colonias britannicas da Australasia, o conjunto das outras colonias e protectorados britannicos (menos o Canadá), Italia Russia e Turquia;

2ª classe: Hespanha;

3ª classe: Belgica, Brazil, Canadá, Egypto, Japão, Paizes Baixos, Roumania, Suecia, colonias ou provincias hespanholas de além-mar, colonias e protectorados francezes da Indo-China e o conjuncto das outras colonias francezas, Indias neerlandezas;

4ª classe: Dinamarca, Noruega, Portugal, Suissa, colonias portuguezas;

5ª classe: Argentina (Republica), Bosnia Herzegovina, Bulgaria, Chile, Colombia, Grecia, Mexico, Perú, Servia, Tunisia;

6 classe: Republica Maior da America Central, Bolivia, Costa Rica, Republica Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Luxemburgo, Paraguay, Persia, Reino de Sião, Sul-Africana (Republica), Uruguay, Venezuela, protectorados allemães, colonias dinamarquezas, Colonia de Curação (ou Antilhas Neerlandezas), Colonia de Surinam (ou Goyana Neerlandeza);

7ª classe: Estado Independente do Congo, Coréa, Hawaï, Liberia, Montenegro.

## XXXV

### COMMUNICAÇÕES Á SECRETARIA INTERNACIONAL

1.—A Secretaria Internacional servirá de intermediaria para as notificações regulares e geraes que interessarem ás relações internacionaes;

2.—As Administrações que fizerem parte da União deverão remetter umas ás outras, por intermedio da Secretaria Internacional, especialmente:

1.º A indicação das taxas addicionaes que cobrarem pela applicação do art. 5º da Convenção, além da taxa da União, quer pelo transporte maritimo, quer por despezas de transporte extraordinario, e a nomenclatura dos paizes em relação aos quaes se cobrarem essas taxas addicionaes, e, si for caso para isso, a designação das vias que motivarem a sua cobrança;

2.º A collecção dos seus sellos em cinco exemplares, com indicação, quando isso se der, da data a partir da qual os sellos das emissões anteriores deixam de ter circulação;

3.º Si usam da faculdade permittida ás Administrações de applicarem ou não certas disposições geraes da Convenção e do presente Regulamento.

4.º As taxas moderadas que ellas tenham adoptado, quer em virtude de accôrdos particulares permittidos pelo art. 21 da Convenção, quer em execução do art. 20 da mesma Convenção, e a indicação das relações em que essas taxas moderadas sejam applicadas.

3.—Qualquer modificação feita ulteriormente, a respeito de um outro dos quatro pontos supra-mencionados, deverá ser notificada da mesma maneira e sem demora.

4.— A Secretaria Internacional receberá igualmente de todas as Administrações da União dous exemplares de todos os documentos que ellas publicarem, tanto sobre o serviço interno como sobre o serviço internacional.

## XXXVI

### ESTATISTICA GERAL

1.—Cada Administração remetterá, no fim do mez de Julho de cada anno, á Secretaria Internacional, uma serie, a mais completa possivel, de informações estatisticas, relativas ao anno precedente, em fórma de quadros conformes ou analogos aos modelos aqui annexos K e L.

2.—As operações de serviços que derem logar a registro farão o objecto de extractos periodicos, segundo os lançamentos effectuados.

3.—Pelo que respeita a todas as outras operações far-se-ha uma relação, durante uma semana, pelo menos, para as trocas quotidianas, e durante quatro semanas para as trocas não quotidianas, tendo cada Administração a faculdade de fazer uma relação separada de cada categoria de correspondencias.

4.—Reserva-se cada Administração o direito de fazer essa relação nas épocas que mais se approximarem da média do seu trafico postal.

5.—A Secretaria Internacional é encarregada de fazer imprimir e distribuir as fórmulas de estatistica que cada Administração deverá encher. Fica além disso incumbida de fornecer ás Administrações que lhe pedirem todas as indicações necessarias sobre as regras que devem ser seguidas para assegurarem, tanto quanto for possivel, a uniformidade das operações de estatistica.

## XXXVII

### ATTRIBUIÇÕES DA SECRETARIA INTERNACIONAL

1.—A Secretaria Internacional organizará uma estatistica geral para cada anno.

2.—Redigirá, com o auxilio dos documentos postos á sua disposição, um jornal especial nas linguas allemã, ingleza e franceza.

3.—A Secretaria Internacional publicará, de accordo com as informações prestadas em virtude das prescripções do art. XXXV precedente, uma compilação official de todos os esclarecimentos de interesse geral relativos á execução da Convenção e do presente Regulamento em cada paiz da União. As modificações ulteriores serão publicadas por supplementos semestraes. Todavia, nos casos de urgencia, quando uma Administração pedir expressamente a publicação immediata de uma modificação que se tenha dado em seu serviço, a Secretaria Internacional fará de tal facto objecto de uma circular especial.

Pela Secretaria Internacional, a pedido das Administrações que participarem dos accordos especiaes da União, poderão ser publicadas compilações analogas relativas á execução dos mesmos accordos.

4.—Todos os documentos publicados pela Secretaria Internacional serão distribuidos ás Administrações da União, na proporção do numero de unidades contributivas determinadas para cada uma dellas pelo precedente art. XXXII.

5.—Os exemplares e documentos supplementares pedidos por essas Administrações serão pagos á parte e pelo seu custo.

6.—Além disso, a Secretaria Internacional deverá estar sempre á disposição dos membros da União, para lhes fornecer, sobre as questões relativas ao serviço internacional dos Correios, as informações especiaes de que precisarem.

7.—A Secretaria Internacional informará sobre os pedidos de modificação ou de interpretação das disposições que regem a União. Notificará os resultados de cada informação, e nenhuma modificação ou resolução adoptada será executoria sinão dous mezes, pelo menos, depois de notificada.

8.—A Secretaria Internacional fará o balanço e a liquidação das contas de qualquer natureza entre as Administrações da União que declarem querer servir-se do intermedio dessa secretaria nas condições determinadas pelo art. XXXVI seguinte.

9.—A Secretaria Internacional preparará os trabalhos dos congressos ou conferencias. Encarregar-se-ha das cópias e impressões necessarias, da redacção e da distribuição das emendas, actas e outras informações.

10.—O director desta Secretaria assistirá ás sessões dos congressos ou conferencias e tomará parte nas discussões, sem voto deliberativo.

11.—Fará a respeito da sua gerencia um relatorio annual, que será communicado a todas as Administrações da União.

12.—A lingua official da Secretaria Internacional é a franceza.

13—A Secretaria Internacional será encarregada de publicar um diccionario alphabetico de todas as repartições postaes do mundo, com uma menção especial daquellas de taes repartições encarregadas de serviços que não se achem ainda generalizados.

## XXXVIII

### REPARTIÇÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE E DE LIQUIDAÇÃO DAS CONTAS ENTRE AS ADMINISTRAÇÕES DA UNIÃO

1.—A Secretaria Internacional da União Postal Universal será encarregada de proceder ao balanço e liquidação das contas de qualquer natureza, relativas ao serviço internacional dos correios entre as Administrações dos paizes da União, que teem o franco por unidade monetaria ou que estejam de accordo sobre as taxas de conversão de sua moeda em francos e centimos metallicos.

As Administrações que quizerem reclamar, para esse serviço de liquidação, o concurso da Secretaria Internacional, combinarão, nesse sentido, entre si e com a mesma Secretaria.

Não obstante a sua adhesão, cada Administração conservará o direito de organizar á sua vontade contas especiaes para diversos ramos de serviço e de effectuar, como lhe convenha, o modo de regulal-as com os seus correspondentes, sem se servir do intermedio da Secretaria Internacional, a qual, nos termos do paragrapho precedente, limitar-se-ha a indicar para que ramos de serviço e que paizes pediu o seu auxilio.

A pedido das Administrações interessadas, as contas telegraphicas poderão ser tambem indicadas á Secretaria Internacional para entrarem na compensação dos saldos.

As Administrações que se servirem do intermedio da Secretaria Internacional para o balanço e liquidação das contas poderão deixar de usar desse intermedio tres mezes depois que o tiverem communicado á referida Secretaria.

2.—Depois de verificadas e acceitas de commum accordo as contas particulares, as Administrações devedoras transmittirão ás Administrações credoras, relativamente a cada natureza de operações, um reconhecimento, em francos e centimos, da importancia do balanço das duas contas particulares, com indicação do objecto da divida a o periodo a que esta se referir.

Todavia, no que diz respeito á troca de vales, o reconhecimento deverá ser transmittido pela Administração devedora desde a organização da sua propria conta particular e o recebimento da conta particular da Administração correspondente, sem attender a que se tenha procedido á verificação de detalhe.

As differenças ulteriormente encontradas serão mencionadas na primeira conta a expedir.

Salvo ajuste em contrario, a Administração que desejar, relativamente á sua contabilidade interior, ter contas geraes, terá que organizal-as por si propria e submettel-as á acceitação da Administração correspondente.

As Administrações poderão entender-se para pôr em pratica outro systema nas suas relações.

Cada Administração enviará mensalmente á Secretaria um quadro indicando o seu debito em virtude de [illegible]res, assim como o total das sommas de que é credora cada uma das Administrações contractantes; cada [illegible]gurar nesse quadro deverá ser justificado por um [illegible]to do correio devedor.

Esse quadro deverá chegar á Secretaria Internacional a 19 do cada mez o mais tardar, sob pena de só ser admittido na liquidação do mez seguinte.

4.— A Secretaria Internacional verificará, confrontando os reconhecimentos, si os quadros são exactos. Toda a rectificação necessaria será notificada aos Correios interessados.

O debito de cada Administração para com outra será levado a um quadro recapitulativo; afim de conhecer o total de que é devedora cada Administração, basta sommar as diversas columnas desse quadro recapitulativo.

5.— A Secretaria Internacional reunirá os quadros e as recapitulações em um balanço geral indicando:

*a*) o total do debito e do credito de cada Administração;

*b*) o saldo devedor ou o saldo credor de cada Administração, representando a differença entre o total do debito e o total do credito;

*c*) as sommas a pagar por uma parte dos membros da União a uma Administração, ou reciprocamente as sommas a pagar por esta ultima a outra parte.

Os totaes das duas categorias de saldos designados pelas lettras *a* e *b* deverão necessariamente ser iguaes.

Dar-se-hão providencias, o quanto possivel, para que cada Administração não tenha de effectuar, para quitar-se, sinão um ou dous pagamentos distinctos.

Todavia, a Administração que habitualmente dever á outra uma somma superior a 50.000 francos terá o direito de effectuar parcialmente o pagamento.

Esses pagamentos parciaes serão mencionados, tanto pela Administração credora, como pela Administração devedora, embaixo dos quadros que tenham de ser enviados á Secretaria Internacional. (Vide § 3.)

6.— Os reconhecimentos (vide § 3) transmittidos á Secretaria Internacional com os quadros serão classificados por Administração.

Servirão de base para ser procedida a liquidação de cada uma das Administrações interessadas. Nessa liquidação deverão figurar:

*a*) as sommas relativas ás contas especiaes sobre os diversos serviços;

*b*) o total das importancias resultante de todas as contas especiaes relativamente a cada uma das Administrações interessadas;

*c*) os totaes das importancias devidas a todas as Administrações credoras por cada ramo de serviço, bem como a sua importancia total.

Esse total deverá ser igual ao total do *Debito* que figura na recapitulação.

Em baixo da liquidação, o balanço será escripto entre o total do Debito e o total do Credito resultante dos quadros dirigidos pelas Administrações á Secretaria Internacional. (Vide § 3.)

A somma liquida do Debito ou do Credito deverá ser igual ao saldo devedor ou ao saldo credor transportado para o balanço geral. Além disso, a liquidação estipulará o modo de liquidação, isto é, indicará as Administrações em favor das quaes o pagamento deverá ser effectuado pela Administração devedora.

As liquidações deverão ser remettidas ás Administrações interessadas pela Secretaria Internacional, o mais tardar a 22 de cada mez.

7.—O pagamento das quantias devidas, em virtude de uma liquidação, por uma Administração a outra, deverá ser effectuado logo que for possivel e o mais tardar quinze dias depois de recebida a liquidação pela Administração devedora.

Os saldos devedores ou credores que não excederem a 500 francos poderão ser levados á liquidação do mez seguinte, sob a condição, porém, de que as Administrações interessadas, tenham relações mensaes com a Secretaria Internacional. Desse transporte far-se-ha menção nas recapitulações e nas liquidações para as Administrações credoras e devedoras. A Administração devedora fará chegar, quando se der o caso para isso, á Administração credora um reconhecimento da somma devida, para ser levada ao proximo quadro.

## XXXIX

### LINGUA

1.—As folhas de aviso, quadros, extractos e outras fórmulas para uso das Administrações da União em suas relações reciprocas deverão, em regra geral, ser redigidas na lingua franceza, salvo si as Administrações interessadas dispuzerem de outro modo por meio de accordo directo.

2.—Pelo que diz respeito á correspondencia de serviço, manter-se-ha o actual estado de cousas, salvo outro ajuste feito ulteriormente e de commum accordo entre as Administrações interessadas.

### TERRITORIO DA UNIÃO

1.—São considerados pertencentes á União Postal Universal:

1.º Os correios allemães estabelecidos em Apia (ilhas Samoa), em Tien-Tsin, em Shang-Hai e em Chefoo (China), como dependentes da Administração postal da Allemanha;

2.º O principado de Lichtenstein, como dependente da Administração dos Correios da Austria;

3.º A Islandia e as ilhas Feróe, como parte da Dinamarca;

4.º As possessões hespanholas da costa septentrional da Africa, como parte da Hespanha; a Republica do Valle de Andorra, os estabelecimentos postaes de Hespanha, na costa occidental de Marrocos, como dependentes da Administração dos Correios hespanhóes;

5.º A Algeria, como parte da França; o Principado de Monaco e agencias de correio francezas estabelecidas em Marrocos, em Shang-Hai e em Tien-Tsin (China), e em Zanzibar, como dependentes da Admintstração dos Correios de França:

6.º As agencias postaes que a Administracão dos Correios de Gibraltar mantem em Tanger, Larache, Rabat, Casa Blanca, Saffi, Mazagan e Mogador (Marrocos);

7.º As agencias postaes que a Administração da colonia ingleza de Hong-Kong mantem em Hoihow (King-Schow), Cantão, Swatow, Amoy, Foo-Chow, Ningpó, Shang-Hai e Hankou (China);

8.º Os estabelecimentos de Correio indianos de Aden, de Mascate, do Golfo Persico e de Guadur, como dependentes da Administração dos Correios da India britannica;

9.º A Republica de S. Marino e as agencias italianas de Tripoli e de Barbaria como dependentes da Administração dos Correios da Italia;

10.º As agencias postaes que a Administração japoneza estabeleceu em Shang-Hai, em Tien-Tsin e em Chefoo (China), em Fusampo, em Genzanshin e em Jinsen (Coréa);

11.º O grão-ducado de Finlandia, como parte integrante do Imperio da Russia;

12.º Basutoland, como dependente da Administração dos Correios da Colonia do Cabo da Boa Esperança;

13.º Walfisch-Bay, como fazendo parte da Colonia do Cabo da Boa Esperança.

2. — No intervallo que decorrer entre as reuniões, as Administrações dos paizes da União que estabelecerem em paizes a ella estranhos agencias postaes que devam ser consideradas como pertencendo á União deverão communical-o ás Administrações de todos os outros paizes da União, por intermedio da Secretaria Internacional.

## XL

### PROPOSTAS FEITAS NO INTERVALLO DAS REUNIÕES

1. — No intervallo que decorrer entre as reuniões, qualquer Administração dos Correios de um paiz da União terá o direito de dirigir ás outras Administrações co-participantes, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas relativas ás disposições do presente Regulamento.

2. — Toda a proposta será sujeita ao processo seguinte:

Será concedido um prazo de seis mezes ás Administrações para examinarem as propostas e para fazerem chegar á Secretaria Internacional, quando for caso para isso, suas observações. As emendas não serão permittidas. As respostas serão reunidas pela Secretaria Internacional e communicadas ás Administrações, afim de que estas se pronunciem a respeito pró ou contra. As Administrações que não fizerem chegar seu voto em um prazo de seis mezes, a contar da data da segunda circular da Secretaria Internacional, communicando-lhes as observações feitas, serão consideradas como se tendo abstido.

3. — Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir:

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novas disposições ou da modificação do presente artigo e dos arts. III, IV, VII, XII, XXIX, XXX, XXXI, XXXIII e XLII;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições dos arts. I, II, VIII, IX, XI, XIV, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVIII, XXXIV, XXXVI, XXXVII e XXXVIII;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar ou da modificação das disposições que não sejam as acima indicadas, ou da interpretação das diversas disposições do Regulamento, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção.

4.—As resoluções validas serão sanccionadas por uma simples notificação da Secretaria Internacional a todas as Administrações da União.

5.—Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria tres mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

## XLI

### DURAÇÃO DO REGULAMENTO

O presente Regulamento começará a ser executado desde o dia em que for posta em vigor a Convenção de 15 de junho de 1897. Terá a mesma duração dessa Convenção, excepto si for renovado de commum accordo pelas partes interessadas.

Feito em Washington aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e protectorados allemães:
FRITSCH.
NEUMANN.

Pela Republica Argentina:
M. GARCIA MÉROU.

Pela Austria:
DR. NEUBAUER.

Pela Republica Maior da America Central:
N. BOLET PERAZA.

Pelos Estados Unidos da America:
GEORGE S. BATCHELLER.
EDWARD ROSEWATER.
JAS. N. TYNER.
N. M. BROOCKS.
A. D. HAZEN.

Pelo Brazil:
A. FONTOURA XAVIER.

Pela Bulgaria:
IV. STOYANOVITCH.

Pelo Chile:
R. L. IRARRÁZAVAL.

Pelo Imperio da China:

Pela Republica da Colombia:
CLIMACO CALDERON.

Pelo Estado independente do Congo:
LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pelo Reino da Coréa:
CHIN POM YE.

Pelo coronel Ao Lang Min:
JOHN W. HOYT.

Pela Republica de Costa Rica:
J. B. CALVO.

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas:
C. SVENDSEN.

Pela Republica Dominicana:

Pelo Egypto:
Y. SABA.

Pelo Equador:
L. F. CARBO.

Pela Hespanha e colonias hespanholas:
ADOLFO ROZABAL.
CARLOS FLOREZ.

Pelo Japão:
KENJIRO KOMATSU.
KWANKICHI.
YUKAWA.

Pela Republica da Liberia:
CHAS. HALL ADAMS

Pelo Luxemburgo:

pelo Sr. Havelaar:
VAN DER VEEA.

Pelo Mexico:
A. M. CHAVEZ.
Y. GARFIAT.
M. ZAPATA-VERA

Pelo Montenegro:
DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.

Pela Noruega:
THB. HEYERDAHL.

Pelo Estado Livre de Orange:

Pelo Paraguay:
JOHN STEWART.

Pelos Paizes Baixos:

Pelo Sr. Havelaar:
VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.

Pelas Colonias Neerlandezas:
JOHS. J. PERK.

Pelo Perú:
ALBERTO FALCON.

HABBERGER.
STIBRAL.

Pela Belgica:
LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pela Bolivia:
T. ALEJANDRO SANTOS

Pela Bosnia-Herzegovina:
DR. KAMLER.

Pela França:
ANSAULT.

Pelas colonias francezas:
ED. DALMAS.

Pela Grã-Bretanha e diversas colonias britannicas.
S. WALPOLE.
H. BUXTON FORMAN.
C. A. KING.

Pela India britanica:
H. M. KISCH.

Pelas colonias britanicas da Australasia:
JOHN GAVAU DUFFY.

Pelo Canadá:
WM. WHITE.

Pelas colonias britannicas da Africa do Sul:
S. R. FRENCH.
SPENCER TODD.

Pela Grecia:
ED. HOHN.

Pela Guatemala:
J. NOVELLA.

Pela Republica do Haiti:
J. N. LEGER.

Pela Republica do Hawai:

Pela Hungria:
PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pela Italia:
E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI.

Pela Persia:
MIRZA ALINAGHI KHAN.
ABUSTECHARUL-VEGAREH.

Por Portugal e colonias portuguezas:
SANTO THYRSO.

Pela Roumania:
C. CHIRU.
R. PREDA.

Pela Russia:
SÉVASTIANOF.

Pela Servia:
PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pelo Reino de Sião:
ISAAC TWNSEND SMITH.

Pela Republica Sul-Africana:
ISAAC VAN ALPHEN.

Pela Suecia:
F. H. SCHLYTERN.

Pela Suissa:
J. B. PIODA.
A. STÄGER.
C. DELESSERT.

Pela Regencia de Tunis:
THIÉBAUT.

Pela Turquia:
MOUSTAPHA.
A. FAHRI.

Pelo Uruguay:
PRUDENCIO DE MURGUIONDO.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:
JOSE' ANDRADE.
ALEJANDR YBARRHA.

# ANNEXES

A

R AUSANNEL
N. 1430.

B

ADMINISTRATION DE

## AVIS DE RÉCEPTION

{d'une lettre avec valeur déclarée de ..... / d'un objet recommandé (.....) [1]} enregistré au bureau de ..... le ..... sous le n° ..... [2]) et adressé à M. ..... à .....

Le soussigné déclare {qu'une lettre avec valeur déclarée / qu'un objet recommandé} à l'adresse susmentionnée et provenant de ..... a été dûment livré ..... le ..... 189 ....

Timbre du bureau distributeur.

Signature [3])

*du destinataire :* .....

*du chef du bureau distributeur :* .....

[1]) Nature de l'objet (lettre, échantillon, imprimé, etc.).

[2]) Bureau d'origine ; date de dépôt à ce bureau ; n° d'enregistrement au même bureau.

[3]) *Nota.* Cet avis doit être signé par le destinataire ou, si les règlements du pays de destination le comportent, par le chef du bureau distributeur, puis être mis sous enveloppe et envoyé, sous recommandation, par le premier courrier, au bureau d'origine de l'objet qu'il concerne.

ADMINISTRATION DES POSTES — C (RECTO) — CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

d ..... — d .....

## FEUILLE D'AVIS

Numéro d'ordre de la dépêche ..... expédié par le paquebot .....

Dépêche (...e envoi) du bureau d'échange d. pour le bureau d'échange d .....

Départ du ..... 189 ....., à ..... h ..... m. du .....

Arrivée le ..... 189 ....., à ..... h ..... m. du .....

Nombre de sacs ou paquets composant l'envoi .....

..... objets recommandés. {inscrits au tableau ci-dessous. / inscrits sur ..... listes distinctes.}

..... paquets ou sacs d'objets recommandés.

..... objets recommandés en dehors des paquets.

..... envois à remettre par exprès.

..... paquets de valeurs déclarées pesant {..... grammes. / ..... grammes.}

Timbre du bureau expéditeur

Timbre du bureau destinataire

## I. LISTE DES ENVOIS RECOMMANDÉS

| Numéros d'ordre 1 | Timbres d'origine 2 | Noms des destinataires 3 | Lieux de destination 4 | Observations 5 |
|---|---|---|---|---|
| 1 | | | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| 4 | | | | |
| 5 | | | | |
| 6 | | | | |
| 7 | | | | |
| 8 | | | | |
| 9 | | | | |
| 10 | | | | |
| 11 | | | | |
| 12 | | | | |
| 13 | | | | |
| 14 | | | | |
| 15 | | | | |
| 16 | | | | |
| 17 | | | | |
| 18 | | | | |

# DIARIO OFFICIAL

## ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL — ORDEM E PROGRESSO

SUPPLEMENTO AO N. 233. — Segunda-feira 28 de agosto de 1899


# ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 3.170—DE 28 DE DEZEMBRO DE 1898

**Manda executar os ajustes constantes da Convenção Postal Universal, do accordo sobre a permuta de cartas e encommendas com valor declarado e do accordo relativo aos vales postaes, etc., firmados em Washington a 15 de junho de 1897**

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Havendo o Congresso Nacional approvado, pelo decreto n. 537, de 17 de dezembro do corrente anno, os ajustes constantes da Convenção Postal Universal, do accordo sobre a permuta de cartas e encommendas com valor declarado e do accordo relativo aos vales postaes, bem como os protocollos finaes que se referem aos dous primeiros, celebrados em Washington a 15 de junho de 1897, e, tendo sido depositada a respectiva ratificação na mesma cidade, em 23 deste mez, decreta que sejam observados e cumpridos tão inteiramente como nelles se conteem, os quaes entrarão em vigor em 1 de janeiro de 1899.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1898, 10º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olyntho de Magalhães.*

---

Ajustes a que se refere o decreto precedente

I

CONVENTION POSTALE UNIVERSELLE

*Conclue entre l'Allemagne et les Protectorats Allemands, la République Majeure de l'Amérique Centrale, les Etats-Unis d'Amérique, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bolivie, la Bosnie-Herzégovine, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, L'Empire de Chine, la République de Colombie, l'Etat Indépendant du Congo, le Royaume de Corée, la République de Costa Rica, le Danemark et les Colonies Danoises, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espagne et les Colonies Espagnoles, la France, les Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et diverses Colonies Britanniques, l'Inde Britannique, les Colonies Britanniques d'Australasie, le Canada, les Colonies Britanniques de l'Afrique du Sud, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République d'Hawaï, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, le Mexique, le Monténégro, la Norvège, l'Etat Libre d'Orange, le Paraguay, les Pays-Bas, les Colonies Néerlandaises, le Pérou, la Perse, le Portugal et les Colonies Portugaises, la Roumanie, la Russie, la Serbie, le Royaume de Siam, la République Sud-Africaine, la Suede, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.*

Les soussignés, plénipotentiaires des gouvernements des pays ci-dessus énumérés, s'etant réunis en Congrès à Washington, en vertu de l'article 25 de la Convention Postale Universelle conclue à Vienne le 4 juillet 1891, ont d'un commun accord et sous réserve de ratification, revisé la dite Convention conformément aux dispositions suivantes:

ARTICLE 1

Les pays entre lesquels est conclue la présente Convention, ainsi que ceux qui y adhéreront ultérieurement, forment, sous la dénomination d'Union Postale Universelle, un seul territoire postal pour l'échange réciproque des correspondances entre leurs bureaux de poste.

ARTICLE 2

Les dispositions de cette Convention s'étendent aux lettres, aux cartes postales simples et avec réponse payée, aux imprimés de toute nature, aux papiers d'affaires et aux échantillons de marchandises originaires de l'un des pays de l'Union età destination d'un autre de ces pays. Elles s'appliquent également à l'échange postal des objets ci-dessus entre les pays de l'Union et les pays étrangers à l'Union, toutes les fois que ce échange emprunte les services de deux des parties contractantes, au moins.

ARTICLE 3

1.—Les Administrations des postes des pays limitrophes ou aptes à correspondre directement entre eux, sans emprunter l'intermédiaire des services d'une tierce Administration, déterminent, d'un commun accord, les conditions du transport de leurs dépêches réciproques à travers la frontière ou d'une frontière à l'autre.

2.—A moins d'arrangement contraire, on considère comme services tiers les transports maritimes effectués directement entre deux pays, au moyen de paquebots ou bâtiments dépendant de l'un d'eux, et ces transports, de même que ceux effectués entre deux bureaux d'un même pays, par l'intermédiaire de services maritimes ou territoriaux dépendant d'un autre pays, sont régis par les dispositions de l'article suivant.

ARTICLE 4

1.—La liberté du transit est garantie dans le territoire entier de l'Union.

2.—En conséquence, les diverses Administrations postales de l'Union peuvent s'expédier réciproquement, par l'intermédiaire d'une ou de plusieurs d'entre elles, tant des dépêches closes que des correspondances à découvert, suivant les besoins du trafic et les convénances du service postal.

3.—Les correspondances échangées, soit à découvert, soit en dépêches closes, entre deux Administrations de L'Union au moyen des services d'une ou de plusieurs autres Administrations de l'Union, sont soumises, au profit de chacun des pays traversés ou dont les services participent au transport, aux frais de transit suivants, savoir:

1º, pour les parcours territoriaux, à 2 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 25 centimes par kilogramme d'autres objets;

2º, pour les parcours maritimes:

*a*) aux prix du transit territorial, si le trajet n'excède pas 300 milles marins. Toutefois, le transport maritime sur un trajet n'excedant pas 300 milles marins est gratuit si l'Administration intéressée reçoit déjà, du chef des dépêches ou correspondances transportées, la rémunération afférent au transit territorial;

*b*) à 5 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 50 centimes par kilogramme d'autres objets, pour les échanges effectués sur un parcours excédant 300 milles marins, entre pays d'Europe, entre l'Europe et les ports d'Afrique et d'Asie sur la Méditerranée et la mer Noire ou de l'un à l'autre de ces ports, et entre l'Europe et l'Amérique du Nord. Les mêmes prix sont applicables aux transports assurés dans tout le ressort de l'Union entre deux ports d'un même Etat, ainsi qu'entre les ports de deux Etats desservis par la même ligne de paquebots, lorsque le trajet maritime n'excède pas 1.500 milles marins;

*c*) à 15 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 1 franc par kilogramme d'autres objets, pour tous les transports ne rentrant pas dans les catégories énoncées aux alinéas *a* et *b* ci-dessus. En cas de transport maritime effectué par deux ou plusieurs Administrations, les frais du parcours total ne peuvent pas dépasser 15 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 1 franc par kilogramme d'autres objets; ces frais sont, le cas échéant, répartis entre les Administrations participant au transport, au prorata des distances parcourues, sans préjudice des arrangements différents qui peuvent intervenir entre les parties intéressées.

4.— Les prix de transit spécifiés au présent article ne s'appliquent, ni aux transports au moyen de services dépendant d'Administrations étrangères à l'Union; ni aux transports dans l'Union au moyen de services extraordinaires spécialement créés ou entretenus par une Administration, soit dans l'interêt, soit sur la demande d'une ou de plusieurs autres Administrations. Les con-

C (VERSO)

## II. LISTE DES DÉPÊCHES CLOSES

insérées dans la présente dépêche

| Bureaux d'origine | Bureaux de destination | Nombre des dépêches closes | Observations |
|---|---|---|---|
| | | | |

Recommandations d'office

*L'employé du bureau d'échange expéditeur,*

*L'employé du bureau d'échange destinataire,*

ADMINISTRETATION DES POSTES

d.....

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

d.....

D

Timbre du bureau expéditeur

## BULLETIN DE VÉRIFICATION

Timbre du bureau destinataire

pour la rectificationet la coustatation des erreurs et irrégularités de toute nature reconnues dans la dépêche du bureau d'échange d.....

pour le bureau d'échange d.....

.....e expédition du.....189....., à.....h.....du.....

ERREURS OU IRRGÊULARITÈS DIVERSES.

(Manque de la dépêche, manque d'objets recommandés ou de la feuille d'avis, dépêche spoliée, lacérée ou en mauvais état, etc.)

À....., le.....189.....

*Les employés du bureau d'échange destinataire,*

.....

À....., le.....189.....

Vu et accepté :

*Le chef du bureau d'échange expéditeur*

.....

ADMINISTRATION DES POSTES

D.....

BUREAU D .....

E (RECTO)

Timbre du bureau expéditeur

## RENSEIGNEMENTS A FOURNIR EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN OBJET DE CORRESPONDANCE ORDINAIRE NON PARVENU

Informações que devem ser fornecidas em caso de reclamação de um objecto de correspondencia ordinaria não entregue

### I. PAR LE RÉCLAMANT (EXPÉDITEUR OU DESTINATAIRE)
Pelo reclamante (remettente ou destinatario)

| DEMANDES<br>Perguntas | RÉPONSES<br>Respostas |
|---|---|
| *a.* Nature de l'envoi (lettre, carte postale, journal ou autre imprimé, échantillon ou paquet de papiers d'affaires).<br>Natureza do objecto (carta, bilhete postal, jornal ou outro impresso, amostra ou maço de papeis de negocio, manuscriptos). | |
| *b.* Quelle était l'adresse de l'envoi?<br>Qual era o endereço do objecto? | |
| *c.* Quelle est l'adresse exacte du destinataire?<br>Qual é o endereço exacto do destinatario? | |
| *d.* L'envoi était-il volumineux?<br>O objecto era volumoso? | |
| *e.* Que renfermait-il? (Signalement aussi exact et complet que possible.)<br>Que continha? (Convem dar as mais precisas e completas informações.) | |
| *f.* Date précise ou approximative du dépôt à la poste.<br>Data precisa ou approximada da entrega no Correio. | |
| *g.* Nom et domicile de l'expéditeur.<br>Nome e domicilio do remettente. | |
| *h.* En cas de recherches fructueuses, à qui, de l'envoyeur ou du destinataire, doit-on faire parvenir l'envoi réclamé?<br>Si as pesquizas tiverem bom exito, a quem se deve enviar o objecto, ao remettente ou ao destinatario? | |

### II. PAR L'EXPÉDITEUR
Pelo remettente

| | |
|---|---|
| *i.* Etait-il affranchi et, dans l'affirmative, quelle était la valeur des timbres-poste apposés?<br>O objecto estava franqueado? No caso affirmativo, que valor tinham os sellos nelle appostos? | |
| *j.* Date et heure du dépôt à la poste.<br>Data e hora da entrega no Correio. | |
| *k.* Le dépôt a-t-il eu lieu au guichet ou à la boîte? Dans ce dernier cas, à quelle boîte?<br>O objecto foi lançado na caixa geral ou nas urbanas?<br>Neste ultimo caso em qual dellas? | |
| *l.* Le dépôt a-t-il été effectué par l'envoyeur lui-même ou par un tiers? dans ce dernier cas, par quelle personne?<br>A entrega no Correio foi effectuada pelo proprio remettente ou por outra pessoa? Neste ultimo caso, quem foi essa pessoa? | |
| *m.* Renseignements particuliers du bureau d'origine.<br>Indicações particulares do Correio de procedéncia. | |
| *n.* Renseignements du 1er bureau intermédiaire.<br>Indicações do 1º Correio intermediario. | |
| *o.* Renseignements du 2e bureau intermédiaire.<br>Indicações do 2º Correio intermediario. | |

La présente formule doit être renvoyée à. . . . . .
A presente formula deve ser devolvida a. . . . . .

ADMINISTRATION DES POSTES

D.....

BUREAU D.....

E (VERSO)

Timbre du bureau expéditeur

## III. RENSEIGNEMENTS A FOURNIR PAR LE DESTINATAIRE EN CAS DE RECLAMATION D'UN OBJET DE CORRESPONDANCE ORDINAIRE NON PARVENU.

Informações que devem ser fornecidas pelo destinatario em caso de reclamação de um objecto de correspondencia ordinaria não entregue.

| DEMANDES<br>Perguntas | RÉPONSES<br>Respostas |
|---|---|
| *p.* L'envoi est-il parvenu au destinataire?<br>O objecto chegou ás mãos do destinatario? | |
| *q.* Les correspondances sont-elles d'ordinaire retirées au bureau de poste ou distribuées à domicile?<br>A correspondencia costuma ser procurada no Correio ou entregue a domicilio? | |
| *r.* A qui sont-elles confiées dans le premier cas?<br>No 1º caso quem disso se encarrega? | |
| *s.* Dans le second cas, sont-elles remises directement au distinataire ou à une personne attachée à son service; ou bien déposées dans une boîte particulière? Le cas échéant, cette boîte est-elle bien fermée et régulièrement levée?<br>No 2º caso, é ella entregue directamente ao destinatario, a algum empregado seu, ou lançada em caixa particular? Neste ultimo caso, então, cumpre informar si essa caixa offerece segurança e si é revistada com regularidade. | |
| *t.* La perte des correspondances s'est-elle déjà produite souvent? Dans le cas affirmatif, indiquer d'où provenaient les correspondances perdues.<br>O desapparecimento da correspondencia tem-se dado mais de uma vez? Na affirmativa, cumpre indicar donde provinham os objectos perdidos. | |
| *u.* Renseignements particuliers du bureau de destination.<br>Indicações particulares do Correio de destino. | |

La présente formule doit être renvoyée à.....
A presente fórmula deve ser devolvida a.....

ADMINISTRATION DE .....

BUREAU DE ..... F (RECTO)

Timbre du bureau d'origine.

# RÉCLAMATION

À remplir dans le service d'origine

d'un objet recommandé ( ..... ) *(a)*

ou d'un envoi de valeur déclarée de ..... ( ..... ) *(b)*

contenant ( ..... ) *(c)*

déposé par M ..... le .....

sous le N° ..... au bureau de ..... à l'adresse suivante :

.....

.....

..... *(d)*

et faisant l'objet d'une demande d'avis de réception ..... *(e)*

L'envoi désigné ci-dessus a été expédié dans la dépêche du bureau d'échange de

du ..... 18 ..... (.....e envoi) pour le bureau d'échange de

.....

Il a été inscrit sous le N° ..... du tableau I de la feuille d'avis. / de la feuille d'envoi N° .....

À remplir dans le service de destination

en cas de distribution

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné a été dûment livré à l'ayant droit le .....

Timbre du bureau distributeur.

*Le chef du bureau distributeur,*

en cas de non-distribution

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné .....

est encore en instance au bureau de .....

a été renvoyé au bureau d'origine le .....

a été réexpédié le ..... à .....

n'est pas parvenu au bureau de destination

Timbre du bureau de destination.

*Le chef du bureau de destination,*

(*a*) Lettre, échantillon, imprimé, etc.
(*b*) Lettre ou boîte.
(*c*) Description du contenu autant que possible.
(*d*) Cadre à remplir par l'expéditeur ou, à défaut, par le bureau d'origine.
(*e*) Biffer le, cas échéant.

F (VERSO)

A' remplir dans les services intermédiaires.

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de ..... du ..... 18 ..... (.....e envoi) pour le bureau d'échange de .....

Il a été inscrit sous le N° ..... du tableau I de la feuille d'avis. / de la feuille d'envoi.

Timbre à date.

*Signature*

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de ..... du ..... 18 ..... (.....e envoi pour le bureau d'échange de .....

Il a été inscrit sous le N° ..... du tableau I de la feuille d'avis. / de la feuille d'envoi.

Timbre à date

*Signature*

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de ..... du ..... 18 ..... (.....e envoi) pour le bureau d'échange de .....

Il a été inscrit sous le N° ..... du tableau I de la feuille d'avis. / de la feuille d'envoi.

Timbre à date

*Signature*

## RÉPONSE DEFINITIVE

de l'Office de destination ou, le cas échéant, de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé à l'Office suivant.

G (RECTO)

ADMINISTRATION DES POSTES DE .....

# DEMANDE DE RETRAIT ou DE RECTIFICATION D'ADRESSE (*)

## RÉCLAMATION PAR VOIE POSTALE

*(Note à transmettre sous pli recommandé et aux frais du réclamant.)*

### I. DEMANDE DE RETRAIT

Prière de renvoyer au bureau de ..... *(d'origine)* pour être remis à l'expéditeur, l ..... *(nature de l'objet)* adressé ..... à votre bureau le ..... 189 ..... et dont la suscription est conforme au fac-similé ci-joint.

*A* ....., le ..... 189 .....

**Timbre du bureau :**

Le ..... des postes,

.....

### II. DEMANDE DE RECTIFICATION D'ADRESSE

Prière de substituer ..... *(telle indication)* à ..... *(telle autre indication)* sur la suscription de l ..... *(nature de l'objet)* adressé à votre bureau le ..... 189 ..... du bureau de ..... et dont la suscription est conforme au fac-similé ci-joint.

*A* ....., le ..... 189 .....

**Timbre du bureau :**

Le ..... des postes,

.....

(*) Biffer le recto ou le verso, suivant le cas.

G (VERSO)

## RÉCLAMATION PAR VOIE TÉLÉGRAPHIQUE

*(Télégramme aux frais du réclamant.)*

### I. DEMANDE DE RETRAIT

Renvoyer à origine ..... *(tel objet)* adressé .....
..... *(ce jour ou le* .....*)* à M ..... *(Adresse exacte du destinataire)*

Griffe : ..... *(Situation et description)*

Cachet : ..... *(Description)*

Suscription : ..... *(Format et couleur de l'envoi)*

Particularité : ..... *(Annotations et signes de toute nature).*

**Timbre du bureau :**

*(Signature)*

.....

Receveur des postes.

### II. DEMANDE DE RECTIFICATION D'ADRESSE (*)

Substituer ..... *(telle indication)* à .....
..... *(telle autre indication)* sur l'adresse de l ..... *(nature de l'objet)* expédié ..... *(ce jour ou le* .....*)* à votre bureau pour M ..... *(Adresse exacte du destinataire)*

Griffe : ..... *(Situation et description)*

Cachet : ..... *(Description)*

Suscription : ..... *(Format et couleur de l'envoi)*

Particularités : ..... *(Annotations et signes de toute nature)*

**Timbre du bureau :**

*(Signature)*

.....

Receveur des postes.

(*) NB. Il ne peut être satisfait à cette demande qu'après réception du fac-similé par la poste.

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

BUREAU

d.....

DÉPARTEMENT ou PROVINCE

d.....

II

# AVIS DE L'ENVOI,

SOUS RECOMMANDATION D'OFFICE, D L'OBJET DEE CORRESPONDANCE DÉCRIP CI-APRÈS PARAISSANT REVÊTU D'UN TIMBRE-POSTE FRAUDULEUX

| Nature de l'object | Bureau d'origine et date d'expédition | Copie textuelle de l'adresse | Indication du timbre-poste présumé frauduleux (valeur) | Observations |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

Timbre du bureau expéditeur.

.....*des postes.*

I.

Timbre à date du bureau de destination

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

## PROCÈS-VERBAL

dressé à..... par application de l'article 18 de la Convention de l'Union postale universelle et de l'article XXX du Règlement de détail et d'ordre pour l'exécution de cette Convention.

### EMPLOI D'UN TIMBRE-POSTE FRAUDULEUX

L'an mil huit cent quatre-vingt..... le.....
Nous soussigné.....des postes à....., agissant en vertu de l'article 18 de la Convention de l'Union postale universelle et de l'article XXX du Règlement de détail et d'ordre pour l'exécution de cette Convention, et assistant à la vérification d'..... [1] expédié le..... de ..... à l'adresse de Mr. ..... à ....., pesant ..... et affranchi à raison de....., avons constaté que cet envoi était revêtu d'un timbre-poste présumé frauduleux, ce qui constitue la contravention prévue par l'article 18 de la Convention précitée.

Le destinataire nous a déclaré [2] { q'uil refusait de faire connaître l'expéditeur / que l'expéditeur lui est inconnu / que l'expéditeur est Mr.[3]

..... En conséquence,

.....

nous lui avons remis.....

.....

nous avons saisi.....

.....

à l'effet de les transmettre à l'Administration des Postes de .....

De quoi nous avons dressé le présent procès-verbal en simple déxedition pour qu'il y soit donné suite conformément à l'article 18 de la Convention et à l'article XXX du Règlement susmentionnés.

*Signature du destinataire ou du fondé de pouvoirs.* — *Signature d*..... *des postes.*

[1] Nature de l'envoi (lettre, échantillon, imprimé, papiers d'affaires, etc.).

[2] Biffer, suivant le cas, l'une ou l'autre de ces indications.

[3] Nom et adresse du contrevenant (s'il habite une grande ville, indiquer la rue et le numéro de la maison).

# K

# TABLEAU STATISTIQUE

## DU SERVICE POSTAL EN.....

ANNEE 18.....

### I — II — ORGANISATION DES POSTES

| ANNÉE | I — SUPERFICIE en kilomètres carrés | I — NOMBRE des habitants (d'après le recensement de...) | NOMBRE DES BUREAUX DE POSTE — A L'INTÉRIEUR — Bureaux chargés de la réception et de la distribution des envois de poste de toute nature | Bureaux dont les attributions de réception et de distribution d'envois de poste sont restreintes | Autres bureaux établis pour l'expédition de malles | Bureaux ambulants, comptés d'après le nombre des convois de chaque route accompagnés de bureaux de poste | À l'étranger | Total des bureaux de poste | Nombre des administrations des postes régionales | NOMBRE DES BOITES — établies aux bureaux de poste, dans les villes et localités pourvues d'un bureau de poste | établies dans les communes rurales | AUX LETTRES A L'USAGE DU PUBLIC — MOBILES ADAPTÉES AUX VOITURES CIRCULANT SUR DES ROUTES, ETC. — pavées, macadamisées et ordinaires | ferrées | maritimes, fluviales et des lacs | Total des boîtes aux lettres | PERSONNEL — NOMBRE DES FONCTIONNAIRES ET DES EMPLOYÉS — Service de l'administration centrale | Service des administrations régionales | Service des bureaux de poste | Total | NOMBRE DES FACTEURS ET AUTRES AGENTS SUBALTERNES — Service de l'administration centrale | Service des administrations régionales | Service des bureaux de poste | Total | Nombre des maîtres de poste (à l'exclusion de ceux qui sont en même temps préposés de bureaux) | Nombre des postillons | Nombre des entrepreneurs du transport des malles | Total du personnel |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 |

### II — ORGANISATION DES POSTES

| ANNÉE | RELAIS DE LA POSTE AUX CHEVAUX — de l'État — Nombre | privés — Nombre | Total — Nombre | CHEVAUX DE TRAIT, ETC. — de l'État — Nombre | PRIVÉS — Services gratuits — Nombre | Services subventionnés — Nombre | Total — Nombre | VOITURES ET TRAINEAUX — de l'État — Nombre | PRIVÉS — Services gratuits — Nombre | Services subventionnés — Nombre | Total — Nombre | ETENDUE DES ROUTES POSTALES EXPLOITÉES A L'INTÉRIEUR — sur voies ferrées — Kilomètres | sur voies pavées, macadamisées et ordinaires — Kilomètres | sur voies maritimes, fluviales et des lacs — Kilomètres | Total — Kilomètres | NOMBRE DES KILOMÈTRES PARCOURUS ANNUELLEMENT A L'INTÉRIEUR — sur les voies ferrées — Kilomètres | sur les voies pavées, macadamisées et ordinaires — Kilomètres | sur les voies maritimes, fluviales et des lacs — Kilomètres | Total — Kilomètres |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 |

### III — SERVICE POSTAL

| ANNÉE | | ENVOIS SOUMIS A LA TAXE — LETTRES — affranchies — Nombre | non affranchies — Nombre | CARTES POSTALES — Simples — Nombre | avec réponse payée — Nombre | Imprimés — Nombre | Papiers d'affaires — Nombre | Echantillons de marchandises — Nombre | ENVOIS ADMIS A LA FRANCHISE DE PORT — Lettres — Nombre | Autres objets — Nombre | Totaux des envois inscrits aux colonnes 49 — 57 — Nombre | Envois recommandés trouvés parmis les correspondances inscrites aux colonnes 49 — 57 — Nombre | Dans le nombre des correspondances inscrits à la colonne 88 étaient à remettre par exprès — Nombre | Dans le nombre des correspondances inscrits à la colonne 59 donnaient lieu à avis de réception — Nombre | Colis ordinaires — Nombre | LETTRES ET BOITES (*) AVEC DECLARATION DE VALEUR — Nombre | Valeur — Francs |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 |
| | Service intérieur | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Service international: | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | a) Réception | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | b) Expédition | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | c) Transit | | | | | | | | | | | | | | | | |

(*) Les mots *et boîtes* ont été omis, par erreur, dans la formule R annexe au Règlement signé.

## III. SERVICE POSTAL.

| Année | | Colis avec déclaration de valeur | | Rembour-sements | | | | | Dans le nombre des envois inscrits aux colonnes 62, 63, 66, 68 et 69 étaient | | Mandats de poste | | Recouvrements | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | Remboursements refusés | | | | | | | | Non encaissés | |
| | | Nombre | Valeur | Objets de correspondances. | Colis | Montant total des remboursements. | Nombre | Montant | accompagnés d'avis de réception | à remettre par exprès | Nombre | Valeur | Nombre | Valeur à encaisser | Nombre | Valeur |
| | | | Francs | Nombre | Nombre | Francs | | Francs | Nombre | Nombre | | Francs | | Francs | | Francs |
| | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 |
| | Service intérieur . . . | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Service international: | | | | | | | | | | | | | | | |
| | a) Réception. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | |
| | b) Expédition. . . . . | | | | | | | | | | | | | — | — | — |
| | c) Transit. . . . . . | | | | | | | | | | — | — | — | — | — | — |

## III. SERVICE POSTAL.

| Année | | Dans le nombre des envois inscrits à la colonne 75 étaient | | Journaux et autres ouvrages périodiques servis par abonnement | | Produit de la vente des timbres-poste et autres formules d'affranchissement | | Nombre des estafettes expédiées | Nombre des voyageurs transportés | Nombre des dépêches closes en transit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | accompagnés d'avis de payement | à remettre par exprès | Nombre des exemplaires | Nombre des numéros | Nombre | Valeur | | | |
| | | Nombre | Nombre | | | | Francs | | | |
| | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 83 | 87 | 88 | 89 | 90 |
| | Service intérieur . . . . . . . | | | | | | | | | — |
| | Service international: | | | | | | | | | — |
| | a) Réception . . . . . . . . | | | | | — | — | — | — | — |
| | b) Expédition . . . . . . . | | | | | — | — | — | — | |
| | c) Transit . . . . . . . . . | — | — | — | — | — | — | — | — | |

## IV. CORRESPONDANCES- REBUT.

| Service intérieur | | | | | | | | | | | | | | | Service international | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Correspondances tombées en rebut | | | | | Correspondances en rebut qui ont pu être remises en distribution ou renvoyées aux expéditeurs | | | | | Correspondances restées en souffrance | | | | | Correspondances de l'intérieur pour l'étranger qui sont rentrées au bureau des rebuts | | | | | Correspondances en rebut renvoyées de l'étranger et qui ont pu être placées | | | | | Correspondances renvoyées de l'étranger qui sont restées en souffrance | | | | | Correspondances de l'étranger tombées en rebut et renvoyées aux pays d'origine | | | | |
| Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons | Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons | Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons | Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons | Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons | Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons | Lettres ordinaires et lettres recommandées | Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons |
| 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 | 101 | 102 | 103 | 104 | 105 | 106 | 107 | 108 | 109 | 110 | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 | 117 | 118 | 119 | 120 | 121 | 122 | 123 | 124 | 125 |

## V. RESULTAT FINANCIER

| RECETTES | POUR L'EXERCICE 18..... | |
|---|---|---|
| | Francs | Cts |
| 1. Produit de la vente des timbres-poste et des formules d'affranchissement | ..... | ..... |
| 2. Recettes effectuées en numéraire | ..... | ..... |
| 3. Taxas perçues pour le transport des voyageurs et pour surpoids de bagages | ..... | ..... |
| 4. Bonifications reçues des administrations étrangères | ..... | ..... |
| 5. Autres recettes diverses | ..... | ..... |
| Total des Recettes | ..... | ..... |

| DÉPENSES | POUR L'EXERCICE 18..... | |
|---|---|---|
| | Francs | Cts |
| 1. Traitements et émoluments: | | |
| *a*) des fonctionnaires et employés | ..... | ..... |
| *b*) des facteurs et autres agents subalternes | ..... | ..... |
| 2. Achat et entretien des bâtiments et du matériel des postes, frais de location, de chauffage et d'éclairage, fournitures de bureau et autres menus frais | ..... | ..... |
| 3. Frais de transport par les voies ferrées, pavées, macadamisées, maritimes et fluviales (y compris les frais de construction et d'entretien des voitures de poste) | ..... | ..... |
| 4. Indemnités pour pertes ou avaries d'envois de poste | ..... | ..... |
| 5. Subventions aux entrepreneurs de relais de poste | ..... | ..... |
| 6. Subventions aux compagnies de navigation | ..... | ..... |
| 7. Bonifications payées aux Administrations étrangères | ..... | ..... |
| 8. Autres dépenses diverses | ..... | ..... |
| Total des Dépenses | ..... | ..... |

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

# L

# TABLEAU STATISTIQUE
## DU SERVICE INTERNATIONAL (EXPÉDITION)
### POUR L'ANNÉE 18.....

| PAYS | ENVOIS SOUMIS À LA TAXE | | | | | | | Envois admis à la franchise de port | Totaux des envois inscrits aux colonnes 2—9 | Envois recommandés trouvés parmi les correspondances inscrites aux colonnes 2—9 | Dans le nombre des correspondances inscrites à la colonne 10 étaient à remettre par exprès | Dans le nombre des correspondances inscrites à la colonne 11 donnaient lieu à avis de réception | Colis ordinaires | Lettres et boîtes(* avec déclaration de valeur | | Colis avec déclaration de valeur | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LETTRES | | CARTES POSTALES | | Imprimés | Papiers d'affaires | Échantillons de marchandises | | | | | | | | | | |
| | affranchies | non affranchies | simples | avec réponse payée | | | | | | | | | | Nombre | Valeur | Nombre | Valeur |
| | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre | | Francs | | Francs |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| **EUROPE** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Allemagne . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Autriche-Hongrie. | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Belgique . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **AMERIQUE** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Argentine(Républ) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Brésil . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Canada . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Chili. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **AFRIQUE** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Égypte . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Libéria . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **ASIE** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Inde Britannique . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Japon. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Totaux.. | | | | | | | | | | | | | | | | | |

* Les mots *et boîtes* ont été omis, par erreur, dans la formule L annexée au Règlement signé.

| PAYS | REMBOURSEMENTS | | | | | DANS LE NOMBRE DES ENVOIS INSCRITS AUX COLONNES 14, 15, 17, 19 ET 20. | | MANDATS DE POSTE | | Recouvrements | DANS LE NOMBRE DES ENVOIS INSCRITS À LA COLONNE 26. | | Journaux, etc. servis par abonnement |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Objets de correspondance | Colis | Montant total des remboursements | REMBOURSEMENTS REFUSÉS | | | | | | | | | |
| | | | | Nombre | Montant | donnaient lieu à avis de réception | étaient à remettre par exprès | Nombre | Valeur | | donnaient lieu à avis de payement | étaient à remettre par exprès | |
| | Nombre | Nombre | Francs | | Francs | Nombre | Nombre | | Francs | Nombre | Nombre | Nombre | Nombre |
| | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 |
| **EUROPE** | | | | | | | | | | | | | |
| Allemagne . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| Autriche-Hongrie. . . | | | | | | | | | | | | | |
| Belgique. . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| **AMERIQUE** | | | | | | | | | | | | | |
| Argentine (Républ.). . | | | | | | | | | | | | | |
| Brésil . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| Canada . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| Chili. . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| **AFRIQUE** | | | | | | | | | | | | | |
| Égypte . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| Libéria . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| **ASIE** | | | | | | | | | | | | | |
| Inde britannique. . . | | | | | | | | | | | | | |
| Japon . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| . . . . . | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAUX . . . . | | | | | | | | | | | | | |

## IV

### ACCORDO RELATIVO Á PERMUTAÇÃO DE CARTAS E ENCOMMENDAS COM VALOR DECLARADO

*Firmado entre a Allemanha e os protectorados allemães, Republica Maior da America Central, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bosnia-Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Chili, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, França, colonias francezas, Hespanha, Italia, Luxemburgo, Noruega, Paizes Baixos, Portugal e colonias portuguezas, Rumania, Russia, Servia, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis e Turquia*

Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos Governos dos paizes supra enumerados, em vista do artigo 19 da Convenção principal, de commum accordo e sob reserva de ratificação firmaram o accordo seguinte:

ARTIGO 1

1.—Podem-se expedir, de um dos paizes acima mencionados para outro desses paizes, cartas contendo papel-moeda com valor declarado e encommendas contendo joias e objectos preciosos com valor declarado, mediante seguro da importancia da declaração.

A comparticipação no serviço das encommendas com valor declarado limita-se ás permutas entre os paizes adherentes, cujas Administrações convencionarem em estabelecer esse serviço em suas relações reciprocas.

2.—O peso maximo das encommendas é fixado em um kilogramma por objecto.

3.—As diversas administrações, nas suas relações respectivas, terão a faculdade de determinar um maximo de declaração de valor, que, em nenhum caso, poderá ser inferior a 10.000 francos por objecto, ficando entendido que as diversas Administrações que intervierem no transporte serão obrigadas a indemnizar sómente até ao maximo que adoptaram.

ARTIGO 2

1.—As cartas e encommendas com valor declarado poderão ser sujeitas á cobrança nas condições admittidas pelos §§ 1 e 2 do artigo 7 da Convenção Principal. Estes objectos estarão sujeitos ás formalidades e taxas das correspondencias com valor declarado, da categoria a que pertencem.

2.—A perda, avaria ou expoliação de um objecto com valor declarado, sujeito á cobrança, importará a responsabilidade do serviço postal, nas condições determinadas pelo artigo 12 do presente Accordo. Depois da entrega do objecto, a Administração do paiz de destino será responsavel pela importancia da cobrança e deverá estar em condições de comprovar a quantia cobrada pelo objecto ao remettente, excepto a deducção do premio e taxa autorizados.

ARTIGO 3

1.—A liberdade do transito será garantida no territorio de cada um dos paizes adherentes, e a responsabilidade das Administrações que tomarem parte neste transporte limitar-se-ha ao que determina o artigo 12 abaixo mencionado.

O mesmo succederá relativamente ao transporte maritimo effectuado ou garantido pelas Administrações dos paizes adherentes, uma vez que essas Administrações estejam em condições de acceitar a responsabilidade dos valores a bordo dos vapores ou navios de que se servirem.

2.—Salvo accôrdo em contrario entre as Administrações de origem e de destino, a transmissão dos valores declarados, permutados entre paizes não limitrophes, effectuar-se-ha a descoberto e pelas vias empregadas para remessa das correspondencias ordinarias.

3.—A permutação de cartas e de encommendas com valor declarado entre dous paizes que se correspondem em suas relações ordinarias, por intermedio de um ou de mais paizes que não tomam parte no presente accôrdo, ou por meio de serviços maritimos isentos de responsabilidades, estará subordinada á adopção de medidas especiaes por estabelecer entre as Administrações dos paizes de origem e de destino, taes como o emprego de uma via indirecta, a expedição em malas fechadas, etc.

ARTIGO 4

1.—As despezas de transito previstas pelo art. 4 da Convenção principal serão pagas pela Administração de procedencia ás Administrações que tomaram parte no transporte intermediario, a descoberto ou em malas fechadas, das cartas com valor declarado.

2.—Pela Administração de procedencia das encommendas com valor declarado será paga uma taxa de 50 centimos por objecto á Administração do paiz de destino, e, si for caso para isso, a cada uma das Administrações que tomaram parte no transporte territorial intermediario. A Administração de procedencia deverá pagar, alem disso, si for caso, a taxa de um franco a cada uma das Administrações que tomarem parte no transporte maritimo intermediario.

3.—Independentemente dessas despezas e taxas, a Administração do paiz de procedencia será devedora, a titulo de premio de seguro, á Administração do paiz de destino, e, si for caso para isso, a cada uma das Administrações que tomarem parte no transito territorial com garantia de responsabilidade, de um premio proporcional de cinco centimos por cada somma de 300 francos ou fracção de 300 francos.

4.—Além disso, si houver transporte por mar com a mesma garantia, a Administração de origem será devedora, a cada uma das Administrações que tomarem parte nesse transporte, de um premio de seguro maritimo de 10 centimos por cada somma de 300 francos ou fracção de 300 francos.

ARTIGO 5

1.—A taxa das cartas e das encommendas com valor declarado deverá ser recebida adiantadamente, e compor-se-ha:

1º, para as cartas, de taxa e do premio fixo applicaveis a uma carta registrada do mesmo peso e para o mesmo destino, taxa e premio pagos integralmente á Administração expedidora; para as encommendas, de uma taxa de 50 centimos por paiz que tomar parte no transporte territorial, e, si for caso para isso, de uma taxa de um franco por paiz que tomar parte no transporte maritimo;

2º, para as cartas e as encommendas, de um premio proporcional de seguro calculado, por 300 francos ou fracção de 300 francos, á razão de 10 centimos para os paizes limitrophes ou ligados entre si por um serviço maritimo directo, e á razão de 25 centimos para os outros paizes; accrescendo, si houver cabimento, em um e outro caso, o premio de seguro maritimo previsto no ultimo paragrapho do art. 4º precedente. Todavia, como medida de transição, fica reservada a cada uma das partes contractantes, em consideração ás suas conveniencias monetarias ou outras, a faculdade de cobrar outro premio, além do acima indicado, comtanto que esse premio não exceda a 1/2 por cento da somma declarada.

2.—O remettente de um objecto com o valor declarado receberá gratuitamente, no momento do deposito, um recibo summario da sua remessa.

3.—Fica formalmente estabelecido que, salvo no caso de reexpedição, previsto no § 2 do art. 10 abaixo mencionado, as cartas e as encommendas contendo valores declarados não poderão ser oneradas, por conta do destinatario, de outra taxa postal que não a da entrega a domicilio, si fôr caso disso.

4.—Os paizes adherentes que não tiverem o franco por unidade monetaria fixarão as suas taxas no equivalente, em sua moeda respectiva, das taxas determinadas pelo paragrapho 1 precedente. Esses paizes terão a faculdade de arredondar as fracções conforme o quadro inserto no Regulamento de execução da Convenção Principal.

ARTIGO 6

As cartas com valor declarado permutadas, quer pelas Administrações postaes entre si, quer entre essas Administrações e a Secretaria Internacional, serão admittidas á franquia de porte e de premio de seguro nas condições determinadas pelo art. 11, § 2, da Convenção Principal.

ARTIGO 7

1.—O remettente de um objecto com valor declarado poderá, nas condições determinadas pelo § 3º do art. 6 da Convenção Principal, no que diz respeito aos objectos registrados, obter que lhe seja dado um aviso da entrega desse objecto ao destinatario ou pedir informações sobre o destino da sua correspondencia, posteriormente á entrega do correio.

2.—O producto da taxa applicavel ao aviso de recepção pertencerá, integralmente, á Administração do paiz de origem.

ARTIGO 8

1.—O remettente de um objecto com valor declarado poderá retiral-o do correio ou fazer modificar-lhe o endereço para reexpedir esse objecto, quer para o interior do primitivo paiz de destino, quer para qualquer dos paizes adherentes, emquanto não tiver sido entregue ao destinatario, nas condições e com as formalidades determinadas para as correspondencias ordinarias e registradas no art. 9 da Convenção Principal. Esse direito limita-se, no que diz respeito á modificação dos endereços, aos objectos cujo valor declarado não exceda a 10.000 francos.

2.—Poderá igualmente pedir entrega no domicilio por portador especial, logo depois da chegada, nas condições e com as formalidades fixadas no art. 13 da dita Convenção.

E', todavia, reservada á repartição do logar do destino a faculdade de fazer remetter por expresso um aviso de chegada do objecto, em logar do proprio objecto, quando seus regulamentos internos o autorisem.

ARTIGO 9

1.—E' prohibida qualquer declaração fraudulenta de valor superior ao valor realmente incluido em uma carta ou em uma encommenda.

No caso de declaração fraudulenta desta natureza, o remettente perderá todo o direito á indemnização, independentemente da acção judicial que a legislação do paiz de origem possa permittir.

2.—E' prohibido incluir nas cartas com valor :

*a*) especies monetarias ;

*b*) objectos sujeitos a direitos de alfandega, com excepção dos valores em papel ;

*c*) artigos de ouro e prata, pedrarias, joias e outros objectos preciosos.

3.—E' igualmente prohibido incluir nas encommendas com valor declarado cartas ou notas com o caracter de correspondencia, moedas com o curso legal, bilhetes de banco ou quaesquer valores ao portador, titulos e objectos pertencentes á categoria de manuscriptos.

Não transitarão pelo correio os objectos comprehendidos nesta prohibição.

ARTIGO 10

1.—Uma carta ou encommenda com valor declarado reexpedida em virtude de mudança de residencia do destinatario, para o interior do paiz de destino, não estará sujeita a nenhuma outra taxa addicional.

2.—No caso de reexpedição para um dos paizes aderentes, que não seja o paiz do destino, os premios de seguro fixados nos §§ 3 e 4 do art. 4 do presente accordo serão cobrados do destinatario, por effeito da reexpedição, a favor de cada uma das Administrações que tomarem parte no novo transporte. Quando tratar-se de uma encommenda com valor declarado, cobrar-se-ha, além disso, a taxa fixada no § 2 do citado art. 4.

3.— A reexpedição por motivo de direcção errada, ou por haver o objecto cahido em refugo, não dará direito a cobrar-se do publico quantia alguma supplementar.

ARTIGO 11

1.—As encommendas com valor declarado estarão sujeitas á legislação do paiz de procedencia ou de destino, no que respeita á exportação, á restituição dos premios de seguro ; e, no tocante á importação, ao exercicio da verificação do seguro e da alfandega.

2.—Os direitos fiscaes e outras despezas, exigiveis pela importação, serão cobrados dos destinatarios na occasião da distribuição. Si por motivo de mudança de residencia, recusa, ou outra causa qualquer, uma encommenda com valor declarado tiver de ser reexpedida para outro paiz que tomar parte na permuta, ou devolvida ao paiz de origem, aquellas das despezas de que se trata que não forem susceptiveis de reembolso, em virtude da reexpedição, serão addicionadas do correio em correio, afim de serem cobradas do destinatario ou do remettente.

ARTIGO 12

1.—Salvo caso de força maior, quando uma carta ou uma encommenda com valor declarado perder-se, fôr subtrahida ou avariada, o remettente, ou, a pedido deste, o destinatario, terá direito a uma indemnização correspondente á importancia real da perda, subtracção ou avaria, excepto si o prejuizo tiver sido causado por culpa ou negligencia do remettente, ou provenha da natureza do objecto, sem que, comtudo, a indemnização possa exceder em caso algum á importancia declarada.

Em caso de perda, o remettente terá além disso, direito á restituição das despezas de expedição. Todavia, o premio de seguro ficará pertencendo ás Administrações postaes

2.—Os paizes dispostos a encarregar-se dos riscos que possam originar-se do caso de força maior ficarão autorizados a cobrar por esse serviço uma taxa addicional nos limites traçados pela ultima *alinea* do § 1º do art. 5 do presente accordo.

3.—A obrigação de pagar a indemnização caberá á Administração de que depender o correio remettente. Fica reservado a essa Administração o recurso para a Administração responsavel isto é, para a Administração em cujo territorio, ou em cujo serviço se houver dado a perda ou a subtracção.

Em caso de perda, expoliação ou avaria, em circumstancias de força maior, no territorio ou no proprio serviço postal de um paiz que se encarregar dos riscos mencionados no precedente § 2º, de uma carta ou de uma encommenda com valor declarado, o paiz onde a perda, expoliação ou avaria se houver dado será por ella responsavel perante a Administração expedidora, si esta ultima se encarregar, por seu turno, dos riscos em caso de força maior com relação aos remettentes e quanto aos objectos com valor declarado.

4.—Até prova em contrario, a responsabilidade caberá á Administração que, tendo recebido o objecto sem fazer observação, não puder provar nem a entrega ao destinatario, nem, si for caso disso, a transmissão regular á Administração seguinte.

5.—O pagamento da indemnização pela administração expedidora deverá effectuar-se o mais cedo possivel, e, o mais tardar no prazo de um anno, a contar do dia da reclamação. A Administração responsavel será obrigada a reembolsar, sem demora, e por meio de uma lettra, ou de um vale postal, á Administração expedidora, a importancia da indemnização paga por esta.

A Administração de procedencia ficará autorizada a desonerar o remettente por conta da Administração intermediaria ou destinataria que, regularmente avisada, deixou decorrer um anno sem dar andamento á questão.

Além disso, no caso em que uma Administração, cuja responsabilidade estiver devidamente provada, recusar desde logo o pagamento da indemnização, a referida Administração de procedencia se encarregará, além da indemnização, das despezas accessorias provenientes da demora não justificada do pagamento.

6. — Fica entendido que a reclamação só será admittida no prazo de um anno, a contar da entrega, ao correio, da carta com declaração de valor ; findo esse prazo o reclamante não terá direito a indemnização alguma.

7. — A Administração, por cuja conta effectuar-se o reembolso da importancia dos valores declarados que não chegarem a seu destino, será subrogada em todos os direitos do proprietario.

8. — Si a perda, subtracção ou avaria der-se durante o percurso entre repartições de permuta de dous paizes limitrophes, sem que seja possivel determinar em qual dos dous territorios succedeu o facto, as duas Administrações respectivas repartirão entre si o prejuizo.

O mesmo será no caso de permuta em malas fechadas, si a perda, subtracção ou avaria realizar-se no territorio ou no recinto de uma repartição intermediaria, não responsavel.

9. — As Administrações deixarão de ser responsaveis pelos valores declarados incluidos em objectos, quando os interessados passem recibo da entrega desses objectos.

ARTIGO 13

1. — Fica reservado a cada paiz o direito de applicar ás remessas com valor declarado destinadas a outros paizes, ou delles procedentes, suas leis ou regulamentos internos, na parte que não fôr contraria ao presente accordo.

2. — As disposições do presente accordo não restringem o direito das partes contractantes de manter ou celebrar accordos especiaes, bem como de manter e estabelecer uniões mais intimas, com o fim de melhorar o serviço das cartas e encommendas com valor declarado.

3.—Nas relações entre Administrações que tenham concordado neste ponto, os remettentes de encommendas com valor declarado poderão encarregar-se dos direitos não postaes a que o objecto estaria sujeito no paiz de destino, mediante declaração prévia do correio em que elle foi postado e a obrigação de pagar, a pedido do correio de destino, as quantias indicadas por este ultimo.

ARTIGO 14

Cada Administração dos paizes adherentes poderá, em circumstancias extraordinarias que justifiquem essa medida, suspender temporariamente o serviço dos valores declarados, tanto para a expedição como para o recebimento de uma maneira geral ou parcial, comtanto que o communique immediatamente, si necessario for pelo telegrapho, á Administração ou Administrações interessadas.

ARTIGO 15

Os paizes da União que não tomaram parte no presente accordo poderão a elle adherir, a pedido e na fórma prescripta pelo art. 24 da Convenção Principal, relativamente ás adhesões á União Postal Universal.

ARTIGO 16

As Administrações dos correios dos paizes adherentes regularão a fórma e o modo de transmissão das cartas e encommendas com valor declarado e estabelecerão todas as outras medidas necessarias para assegurar a execução do presente accordo.

ARTIGO 17

1.—No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção Principal, qualquer Administração postal de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir ás outras Administrações que participam do mesmo serviço, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas concernentes ao serviço das cartas e encommendas com valor declarado.

Para ser posta em deliberação, cada proposta deverá ser apoiada por duas Administrações, pelo menos, sem contar a Administração de onde emana a proposta. Quando a Secretaria Internacional não receber, ao mesmo tempo que a proposta, o numero necessario de declarações de apoio, a proposta ficará sem solução alguma.

2.—Toda a proposta será sujeita ao processo determinado pelo § 2º do art. 25 da Convenção Principal.

3.—Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir :

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novas disposições ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12 e 18 ;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições do presente accordo que não sejam as dos arts. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 17 e 18 ;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições do presente accordo, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção Principal.

4.—As resoluções que se tomarem serão sanccionadas, nos dous primeiros casos, por uma declaração diplomatica, e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa, segundo a fórma indicada no art. 26 da Convenção Principal.

5.—Qualquer modificação ou resolução só será executoria tres mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

ARTIGO 18

1.—O presente accordo entrará em vigor em 1 de janeiro de 1899 e terá a mesma duração que a Convenção Principal, independentemente do direito, reservado a cada paiz, de retirar-se deste accordo mediante communicação feita, com um anno de antecedencia, por seu Governo, ao Governo da Confederação Suissa.

2.—Serão derogadas, a partir do dia em que o presente accordo fôr posto em execução, todas as disposições estabelecidas anteriormente entre os diversos paizes contractantes ou entre suas Administrações, as quaes não se conciliem com os termos do presente accordo, e sem prejuizo do precedente art. 13.

3.—O presente accordo será ratificado, logo que fôr possivel. Os actos da ratificação serão trocados em Washingtou.

Em firmeza do que os plenipotenciarios dos paizes supra enumerados assignaram o presente accordo em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e protectorados allemães:

FRITSCH.
NEUMANN.

Pela Republica Maior da America Central:

N. BOLET PERAZA.

Pela Republica Argentina:

M. GARCIA MÉROU.

Pela Austria:

DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.

Pela Republica Dominicana:

Pelo Egypto:

Y. SABA.

Pela Hespanha:

ADOLFO ROZABAL.
CARLOS FLOREZ.

Pela França:

ANSAULT.

Pelas colonias francezas:

ED. DALMAS.

Pela Hungria:

PIÈRRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pela Italia:

E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI.

Pelo Luxemburgo.:

Pelo SR. HAVELAAR:
VAN DER VEEN.

Pela Noruega:

THB. HEYERDAHL.

Pela Belgica:

LICHTERDVELE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pela Bosnia e Herzegovina:

DR. KAMLER.

Pelo Brazil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pela Bulgaria:

IV. STOYANOVITCH.

Pelo Chile:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas:

C. SVENDSEN.

Pelos Paizes Baixos:

Pelo Sr. HAVELAAR:
VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.

Por Portugal e colonias portuguezas:

SANTO THYRSO:

Pela Roumania:

C. CHIRU.
R. PREDA.

Pela Russia:

SÈVASTIANOF.

Pela Servia:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pela Suecia:

F. H. SCHLYTERN.

Pela Suissa:

J. B. PIÓDA.
A. STAGER.
C. DELESSERT.

Pela Regencia de Tunis:

THIÉBAUT.

Pela Turquia:

MOUSTAPHA.
A. FAHRI.

V

Protocollo final

No momento de procederem á assignatura do Accordo relativo á permutação de cartas e encommendas com valor declarado, os plenipotenciarios abaixo assignados convieram no seguinte:

ARTIGO UNICO

Em derogação da disposição do § 8º do artigo primeiro do Accordo que fixa em 10.000 francos o limite abaixo do qual o maximo da declaração de valor não póde em nenhum caso ser fixado, fica estabelecido que, si um paiz fixar em seu serviço postal interno um maximo inferior a 10.000 francos, terá a faculdade de fixal-o igualmente para as suas trocas internacionaes de cartas e encommendas com valor declarado.

Em firmeza do que os plenipotenciarios abaixo assignados firmaram o presente protocollo final, que terá a mesma força e valor como si as suas disposições estivessem inseridas no proprio texto do Accordo a que ello se refere, e o assignaram em um exemplar, que ficará depositado nos archivos do Governo dos Estados Unidos da America e do qual será enviada uma cópia a cada paiz interessado.

Feito em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e protectorados allemães:

FRITSCH.
NEUMANN.

Pela Republica Maior da America Central:

N. BOLET PERAZA.

Pela Republica Argentina:

M. GARCIA MÉROU.

Pelo Brazil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pela Bulgaria:

IV. STOYANOVITCH.

Pelo Chile:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas:

C. SVENDSEN.

Pela Republica Dominicana:

Pelo Egypto:

Y. SABA.

Pela Hespanha:

ADOLFO ROZABAL.
CARLOS FLOREZ.

Pela França:

ANSAULT.

Pelas colonias francezas:

ED. DALMAS.

Pela Hungria:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pela Italia:

E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI.

Pela Austria:

DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.

Pela Belgica:

LICHTERVELD.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pela Bosnia e Herzegovina:

DR. KAMLER.

Pelo Luxemburgo:

pelo SR. HAVELAAR:
VAN DER VEEN.

Pela Noruega:

THB. HEYERDAHL.

Pelos Paizes Baixos:

pelo SR. HAVELAAR:
VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.

Por Portugal e colonias portuguezas:

SANTO THYRSO.

Pela Roumania:

C. CHIRU.
R. PREDA.

Pela Russia:

SÈVASTIANOF.

Pela Servia:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pela Suecia:

F. H. SCHLYTERN.

Pela Suissa:

J. B. PIODA.
A. STAGER.
C. DELESSERT.

Pela Regencia de Tunis:

THIÉBAUT.

Pela Turquia:

MOUSTAPHA.
A. FAHRI.

VI

REGULAMENTO PARA A EXECUÇÃO DO ACCORDO RELATIVO Á PERMUTAÇÃO DE CARTAS E ENCOMMENDAS COM VALOR DECLARADO

*Firmado entre a Allemanha e os protectorados allemães, Republica Maior da America Central, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bosnia e Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Chile, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Hespanha, França, colonias francezas, Italia, Luxemburgo, Noruega, Paizes-Baixos, Portugal e colonias portuguezas, Roumania, Russia, Servia, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis e Turquia*

Os abaixo assignados, em vista do art. 19 da Convenção Principal e do art. 16 do accordo relativo á permutação de cartas e encommendas com valor declarado, acceitaram de commum accordo, em nome de suas respectivas administrações, as seguintes medidas para assegurarem a execução do mesmo accordo.

I

1.—As administrações postaes dos paizes adherentes que manteem serviços maritimos regulares para o transporte das correspondencias ordinarias, dentro do territorio da União, designarão aos correios dos outros paizes adherentes quaes desses serviços que podem ser utilizados no transporte das cartas e encommendas com valor declarado, com garantia de responsabilidade.

2.—As administrações dos paizes adherentes communicarão umas ás outras, por meio de quadros, conforme o modelo A annexo:

1º, a nomenclatura dos paizes para os quaes ellas podem servir de intermediarias no transporte das cartas e encommendas com valor declarado;

2º, as vias de expedição das ditas remessas, desde a entrada destas nos seus territorios ou nas suas repartições;

3º, a importancia das quantias que lhes deverão ser abonadas como despezas de transporte, pelo correio que lhes transmittir encommendas, segundo o paiz a que estas se destinem;

4º, a importancia das porcentagens que lhes deverão igualmente ser abonadas pelo correio que lhes entregar cartas ou encommendas a descoberto, segundo o paiz a que taes objectos se destinem.

3.—As Administrações dos paizes fóra da Europa e o Correio Ottomano teem a faculdade de restringir a certas repartições postaes o serviço dos objectos com valor declarado. As Administrações que usarem dessa faculdade deverão notificar aos outros

correios, que participarem do mesmo serviço, a lista das suas repartições, a cujo destino seja permittido remetter objectos com valor declarado.

4.—Em vista dos quadros A, recebidos dos correios correspondentes, cada Administração determinará as vias que empregará para a transmissão dos seus valores declarados e os premios que cobrará dos expedidores, segundo as condições em que effectuar-se o transporte intermediario.

5.—Cada Administração deverá fazer conhecer directamente á primeira Administração intermediaria, quaes os paizes para onde ella se encarrega de lhe enviar a descoberto cartas e encommendas com valor declarado.

II

1.—As cartas com valor declarado só serão acceitas em sobrecarta fechada por meio de sinetes applicados sobre lacre, separados, reproduzindo um signal particular e applicados em numero sufficiente para prender todas as dobras da sobre carta. E' prohibido empregar sobre-cartas com as margens coloridas.

2.—Cada carta deverá, além disso, ser acondicionada de maneira que não possa ser devassado o seu conteudo, sem damnificar-se exterior e visivelmente o envoltorio ou os sinetes.

3.—Os sellos empregados na franquia deverão ser collocados espaçadamente, afim de que não possam encobrir os estragos do envoltorio. Não deverão tambem ser dobrados sobre as duas faces da sobre-carta de maneira que encubram a respectiva borda.

4.—As joias ou objectos preciosos serão encerrados em caixas de madeira, que não excedam a 30 centimetros de comprimento, 10 centimetros de largura e 10 centimetros de altura, e cujas paredes deverão ter, pelo menos, oito millimetros de espessura.

5.—As encommendas com valor declarado deverão ser amarradas com barbante forte, em cruz, sem nós, e cujas duas pontas deverão ser unidas por meio de lacre, onde será applicado um sinete com um signal particular. Além disso, as encommendas serão marcadas nas quatro faces lateraes com sinetes identicos applicados sobre lacre. As faces superior e inferior deverão ser cobertas de papel branco, para receber o endereço do destinatario, a declaração do valor e o signal dos carimbos de serviço.

6.—As cartas e encommendas com valor declarado endereçadas por meio de iniciaes, ou cujo endereço seja escripto a lapis, não serão admittidas.

III

1.—A declaração dos valores deverá ser expressa em francos e centimos ou na moeda do paiz de procedencia, e escripta pelo remettente no sobrescripto do objecto, por extenso e em algarismos, sem rasura nem entrelinhas, embora resalvadas.

2.—Quando a declaração for feita em moeda differente do franco, a Administração do paiz de procedencia será obrigada a reduzil-a a esta ultima moeda, indicando, por meio de novos algarismos collocados ao lado ou abaixo dos algarismos representativos do total da declaração, o equivalente deste em francos e centimos.

Esta disposição não sera applicavel ás relações directas entre paizes que tenham uma moeda commum.

3.—As encommendas com valor declarado deverão ser acompanhadas de declarações para a Alfandega (manifesto), conformes ou analogas ao modelo B annexo, nas relações que admittirem o emprego de taes declarações.

Cumpre ás Administrações interessadas dirigir uma notificação a este respeito aos correios correspondentes e indicar-lhes o numero de taes declarações, que devem acompanhar os mesmos objectos.

IV

As disposições do art. 13 da Convenção Principal, assim como dos arts. XIII e XXIX do seu Regulamento serão respectivamente applicaveis em caso de pedido, quer de entrega por expresso, quer de aviso do recebimento, retirada ou mudança de endereço de uma carta ou encommenda com valor declarado.

As disposições do art. XIV do Regulamento da Convenção Principal serão applicaveis ás cartas ou encommendas com valor declarado, sujeitas á cobrança.

V

Quando circumstancias quaesquer ou reclamações dos interessados revelarem a existencia de uma declaração fraudulenta de valor superior ao valor real incluido em uma carta ou encommenda, avisar-se-ha no sentido á Administração do paiz de procedencia, com a maior brevidade, e, si possivel for, remettendo os documentos comprobativos da fraude.

VI

1.—O peso exacto em grammas de cada carta ou encommenda com valor declarado deverá ser mencionado no objecto, pelo correio de procedencia, no angulo esquerdo superior do endereço.

2.—Além disso, o objecto será marcado pela repartição de procedencia, do lado do endereço, com o carimbo indicando o logar e a data da entrega ao correio, e, si for possivel, com o carimbo especial usado no paiz de procedencia para as cartas ou encommendas com valor declarado.

3.—A repartição destinataria applicará no verso do objecto o seu proprio carimbo, com a data da recepção.

VII

1.— A transmissão dos objectos com valor declarado, entre paizes limitrophes ou ligados entre si por meios de um serviço maritimo directo, será feita pelas repartições postaes das que as duas Administrações correspondentes designarem de commum accordo para esse fim.

2.—Nas relações entre paizes separados por um ou mais serviços intermediarios, as cartas e encommendas com valor declarado deverão sempre seguir a via mais directa e ser entregues a descoberto á primeira Administração intermediaria, si esta Administração estiver no caso de effectuar a transmissão nas condições determinadas pelo art. 1 do presente Regulamento.

3. — Fica, todavia, reservada ás Administrações correspondentes a faculdade de se entenderem, quer para permutar valores declarados em malas fechadas, por meio dos serviços de um ou mais paizes intermediarios, que tenham tomado parte ou não neste accordo, quer para effectuar a transmissão a descoberto por vias indirectas, no caso em que este modo de transmissão não offereça, pela via directa, a garantia de responsabilidade em todo o percurso.

VIII

1. — As cartas e encommendas com valor declarado serão lançadas pelo correio expedidor em facturas especiaes, conformes ao modelo C annexo ao presente Regulamento, com todos os pormenores que estas fórmulas admittem.

Em frente ao lançamento dos objectos que tiverem direito a aviso de recebimento ou que estiverem sujeitos á cobrança, deve-se-ha declarar respectivamente na columna «Observações», quer a nota A. R., quer a nota «Remb.», seguida da indicação, em moeda do paiz de destino, da importancia da cobrança.

Os objectos que tenham de ser entregues por expressos deverão ser mencionados no quadro 1 da folha de aviso.

2. — As cartas e encommendas com valor declarado formarão com essa factura um ou dous maços especiaes, que serão atados e embrulhados em papel consistente, e depois atados exteriormente e lacrados em todas as dobras com o sinete do correio expedidor.

Estes maços terão como inscripção as palavras «Valeurs déclarées» ou «Lettres de valeur déclarée» e «Boîtes de valeur déclarée», com a indicação, em baixo, do peso bruto em grammas. Deverão ser collocados no centro da mala.

3. — A presença ou falta de taes maços em uma mala que possa conter objectos com valor declarado será consignada em frente á rubrica *ad hoc* que figura no annexo da folha do aviso, quer pela indicação da quantidade e peso dos maços, quer pela declaração «Nada».

4.—O maço ou maços de valor declarado serão ligados por meio de um barbante em cruz ao maço dos objectos registrados; a esses maços assim reunidos será ligada a sobre-carta especial contendo a folha de aviso.

5.—Todas as vezes que uma das duas Administrações correspondentes reclamar a separação, as encommendas com valor declarado deverão ser mencionadas nas fórmulas C distinctas e ser embrulhadas separadamente.

Em tal caso, os maços ou saccos contendo as duas categorias de objectos de valor declarado serão ligados ao maço ou sacco dos objectos registrados.

6.—Os avisos de recepção dos objectos com valor declarado serão tratados conforme ás disposições dos arts. XIII, XX e XXI do Regulamento para a execução da Convenção Principal.

7.—As disposições do presente artigo poderão ser modificadas de commum accordo entre duas Administrações correspondentes, na parte em que essas disposições sejam incompativeis com o regimen particular de uma dellas.

IX

1.—Na occasião do recebimento de um pacote com valor declarado, o correio destinatario examinará si o dito pacote apresenta alguma irregularidade, quer no seu estado ou organização exterior, quer em observancia das formalidades a que a transmissão está sujeita pelo artigo precedente. Verificará igualmente o peso bruto do pacote.

2.—O mesmo correio procederá em seguida á verificação particular dos objectos com valor declarado, consignando quaesquer faltas ou irregularidades, quando as haja, e rectificará as facturas, conformando-se com as regras estabelecidas pelo art. XXIII do Regulamento para a execução da Convenção Principal

3.—A falta de objectos ou qualquer alteração ou irregularidade que possa envolver a responsabilidade das Administrações respectivas serão consignadas em um auto, que se á transmittido, acompanhado dos sobrescriptos, barbantes e sinetes do maço, á Administração Central do paiz a que pertencer o correio destinatario. Uma duplicata desse documento será ao mesmo tempo enviada, sob registro official, á Administração Central a que pertencer o correio expedidor, independentemente do boletim de verificação, que será remettido immediatamente a este correio.

4.—Sem prejuizo da applicação das disposições do § 3º, o correio que receber de um correio correspondente um objecto insufficientemente embrulhado ou avariado, deverá dar-lhe curso depois de tel-o embrulhado de novo, conservando tanto quanto possivel o envoltorio primitivo. Em tal caso, o peso do objecto deverá ser verificado antes e depois de ser novamente embrulhado.

X

1.—As cartas e as encommendas com valor declarado, reexpedidas em virtude de direcção errada, serão encaminhadas ao seu destino pela via mais rapida de que puder dispor a Administração reexpedidora.

Quando a reexpedição der logar á restituição dos objectos dessa especie á Administração expedidora, annullar-se-hão os abonos lançados na factura desta Administração, e o correio reexpedidor enviará esses objectos, mencionando-os, para scientificação, depois de ter indicado o engano por meio de um boletim de verificação.

No caso contrario, e si as porcentagens abonadas á Administração reexpedidora forem insufficientes para cobrir a parte dessas porcentagens e as despezas de reexpedição que lhe pertencem, será ella creditada pela differença, augmentando-se a quantia lançada em seu credito na factura da repartição expedidora. O motivo dessa rectificação será notificado á dita repartição por meio de um boletim de verificação.

2.—As cartas e encommendas com valor declarado, reexpedidas por motivo de mudança de residencia dos destinatarios, para um dos paizes adherentes, serão marcadas com o carimbo *T* pela Administração reexpedidora, e sujeitas pela Administração que as distribuir a uma taxa a cobrar do destinatario, representativa do premio que compete a esta ultima Administração e a cada uma das Administrações intermediarias, si as houver.

Neste ultimo caso, á primeira Administração intermediaria que receber um valor declarado reexpedido se creditará pela totalidade de sua porcentagem para com a Administração a que entregar o objecto; e a esta ultima, por sua vez, si apenas servir de intermediaria, creditar-se-ha para com a Administração seguinte pela sua propria porcentagem, adicionada com aquella por que foi debitada pela Administração precedente. A mesma operação se repetirá nas relações entre as differentes Administrações que tomarem parte no transporte até chegar o objecto á Administração que o tenha de entregar.

Comtudo, si as porcentagens que forem exigidas para o percurso ulterior de um objecto reexpedido forem pagas no momento da reexpedição, esse objecto será considerado como si fosse dirigido directamente do paiz reexpedidor para o paiz do destino, e entregue livre de taxa ao destinatario.

3.—Qualquer carta ou encommenda com valor declarado, cujo destinatario tiver partido para um paiz que não tenha tomado parte no presente Accordo, será devolvida immediatamente como refugo ao paiz de procedencia, afim de ser entregue ao remettente, a não ser que a Administração de primeiro destino esteja no caso de fazel a chegar ao destinatario.

4.—Os objectos com valor declarado, cahidos em refugo, por qualquer motivo, deverão ser reciprocamente devolvidos, por intermedio das respectivas repartições postaes, logo que for possivel, e o mais tardar, nos prazos fixados pelo Regulamento de execução da Convenção Principal.

Esses objectos serão mencionados, para scientificação, na actura especial *C* com a declaração «Rebuts» na columna das observações e incluidos no maço intitulado « Valeurs déclarées ».

5.—Si as encommendas com valor declarado reexpedidas para outro paiz por motivo de mudança de residencia do destinatario, ou cahidas em refugo, estiverem sujeitas a despezas accessorias de verificação, que não tenham sido cobradas na occasião da reexpedição, a importancia respectiva será levada ao debito da Administração correspondente, na columna 9 da actura, com indicação summaria em frente, na columna 10, da natureza das despezas a cobrar do destinatario ou do remettente (imposto do sello, etc.).

XI

Até prova em contrario, a Administração que transmittir uma carta ou encommenda com valor declarado á outra Administração ficará isenta de qualquer responsabilidade relativamente a esse valor, si a repartição postal a que a carta ou a encommenda for entregue não enviar, na primeira expedição, á Administração remettente um auto consignando a falta ou alteração, quer do maço inteiro dos valores declarados, quer da propria carta ou encommenda.

XII

No que respeita ás reclamações de cartas e encommendas com valor declarado que tenham chegado ao seu destino, as Administrações seguirão as disposições do artigo XXVIII do Regulamento de execução da Convenção Principal, relativamente á reclamação de objectos registrados.

XIII

Os premios devidos a cada Administração, conforme o § 1 do artigo 4 deste Accordo, pelo transito territorial ou maritimo das cartas com valor declarado, serão calculados segundo as condições estabelecidas pelos artigos XXXI e XXXII do Regulamento da Convenção Principal.

XIV

1. — Cada Administração fará organizar mensalmente em cada uma das suas repartições, relativamente a todos os objectos de correspondencia recebidos das repartições de uma mesma Administração, uma conta, conforme ao modelo *D* annexo ao presente Regulamento, das quantias lançadas em cada factura, quer á seu credito pela parte que lhe pertencer e pela parte que pertencer a cada uma das Administrações interessadas, si ao houver, nas taxas de transporte (encommendas sómente) e nas porcentagens recebidas pela Administração expedidora, quer a seu debito pela parte que pertencer ás Administrações intermediarias, em caso de reexpedição ou de refugo, nos premios postaes e despezas de verificação a receber dos destinatarios ou dos remettentes.

2. — As contas *D* serão em seguida recapituladas pela referida Administração em uma conta, conforme ao modelo **E** igualmente annexo ao presente Regulamento.

3.—Essa conta, acompanhada das contas parciaes, das facturas e dos boletins de verificação, quando os haja, que a ella se referirem, será submettida ao exame da Administração correspondente, no correr do mez seguinte áquelle a que a mesma conta se referir.

O resultado desse exame será communicado á Administração que organizou a conta mensal, no prazo de um mez, o mais tardar, a partir da data do recebimento da dita conta.

4.—As contas mensaes depois de terem sido verificadas e acceitas de parte a parte serão resumidas em uma conta geral annual pela Administração credora, salvo outro accordo estabelecido pelas Administrações interessadas.

A conta annual deverá ser organizada e remettida á Administração correspondente, o mais tardar, no correr da primeira metade do terceiro mez do anno seguinte ao da mesma conta, e esta ultima Administração deverá devolvel a, acceita ou com observações, no prazo maximo de um mez depois de recebida.

5.—Salvo outro ajuste entre as Administrações interessadas, o pagamento do saldo resultante da conta annual deverá ser effectuado sem despezas para a Administração credora, o mais tardar um mez depois que a referida conta tenha sido contradictoriamente liquidada.

XV

1.—As Administrações remetterão umas ás outras, por intermedio da Secretaria Internacional e tres mezes, pelo menos, antes de entrar em execução o accordo, o seguinte :

1º, a tabella das porcentagens applicaveis em seu serviço ás cartas e encommendas com valor declarado para cada um dos paizes adherentes, de conformidade com o art. 5 do accordo e art. 1 do presente regulamento ;

2º, o *fac-simile* do carimbo especial, quando o haja, usado em seu serviço para os valores declarados ;

3º, o limite maximo admittido para os valores declarados pela applicação do art. 1º do accordo.

2.—Qualquer modificação feita ulteriormente com relação a qualquer dos tres pontos acima mencionados deverá ser, sem demora, notificada do mesmo modo.

XVI

1. — No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção principal, qualquer Administração dos Correios de um paiz da União terá o direito de dirigir ás outras Administrações adherentes, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas para a modificação ou interpretação do presente Regulamento.

2. — Toda a proposta será sujeita ao processo determinado pelo art. XLI do Regulamento da Convenção Principal.

3. — Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir:

1.º Unanimidade de votos, si se tratar da addição de novas disposições ou da modificação das disposições do presente artigo ou do art. XVII ;

2.º Dous terços dos votos, si se tratar da modificação dos arts. II, III, VI, VII, VIII, IX, XI e XIII ;

3.º Simples maioria absoluta, si se tratar da modificação dos outros artigos ou da interpretação das diversas disposições do presente Regulamento, salvo o caso de litigio, previsto no art. 23 da Convenção Principal.

4. — As resoluções que forem tomadas serão sanccionadas por uma simples notificação da Secretaria Internacional a todas as Administrações interessadas.

5.—Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria tres mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

XVII

O presente Regulamento terá execução a contar do dia em que for posto em vigor o Accordo. Terá a mesma duração que esse Accordo, de commum harmonia entre as partes interessadas.

Feito em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e protectorados allemães:

FRITSCH.

Pela Republica Argentina:

M. GARCIA MÉROU.

NEUMANN.

Pela Republica Maior da America Central:

N. BOLET PERAZA.

Pela Belgica:

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pela Bosnia e Herzegvoina.

DR. KAMLER.

Pelo Brazil:

A. FONTOURA XAVR.

Pela Bulgaria:

i IV. STOYANGVITCH.

Pelo Chile:

R. L. IRARRAZAVAL.

Pela Dizamarca e colonias dinamarques:

C. SVENDSEN.

Pela Austria:

DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.

Pela Republica da Liberia:

CHAS HALL ADAMS.

Pelo Luxemburgo:

pelo SR. HAVELAAR:

VAN DER VEEN.

Pela Noruega:

THB. HEYERDHAL.

Pelos Paizes Baixos:

Pelo Sr. HAVELAAR:.

VAN DER VEEN

VAN DER VEEN.-

Por Portugal e colonias porguezas:

SANTO THYRSO

Pela Republica Dominicana:

Pelo Egypto:

Y. SABA.

Pela Hespanha:

ADOLFO ROZABAL.
CARLOS FLOREZ

Pela França:

ANSAULT.

Pelas colonias francezas:

ED. DALMAS.

Pela Hungria:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pela Italia:

E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI.

Pela Rumania:

Rg PREDA.
C. CHIRA

Pela Russia:

SÉVASTIANOF.

Pela Servia:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pela Suecia:

F. H. SCHLYTERN.

Pela Suissa:

J. B. PIODA.
A. STAGER
C. DELESSERT.

Pela Regencia de Tunis:

THIÉBAUT.

Pela Turquia:

MOUSTAPHA.
A. FAHRI.

# ANNEXOS

OFFICE EXPÉDITEUR DU PRÉSENT TABLEAU: .....

OFFICE DESTINATAIRE DU PRÉSENT TABLEAU: .....

## A

## ÉCHANGE DE LETTRES ET BOÎTES

### AVEC VALEUR DÉCLARÉE

ENTRE PAYS NON LIMITROPHES

Tableau indiquant les conditions auxquelles peuvent être transmis à découvert à l'Office des postes d..... , par l'Officee des postes d..... des envois contenant des valeurs déclarées à destination de ceux des pays participant à l'Arrangement par rapport auxquels le premier Office est à même de servir d'intermédiaire au second.

| Pays de destination | Voies de transmission | Désignation des pays intermédiaires et des services maritimes dont l'emploi entraîne rémunération spéciale avec garantie | Total des taxes de transport pour les boîtes, à bonifier à ..... | Total des droits d'assurance pour les lettres et pour les boîtes, à bonifier à ..... | Observations |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| | | | | | |

# B.

## DÉCLARATION EN DOUANE

| DÉSIGNATION DU CONTENU | VALEUR DU CONTENU | POIDS | | OBSERVATIONS |
|---|---|---|---|---|
| | | BRUT DE LA BOÎTE | NET DU CONTENU | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | grammes | grammes | Reproduire ci-dessous l'empreinte des cachets. |

A ..... le ..... 189.....

*L'expéditeur.*

ADMINISTRATION DES POSTES

.....

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

d.....

# C (RECTO).

## FEUILLE D'ENVOI

### DES LETTRES ET BOÎTES

AVEC VALEUR DÉCLARÉE

Timbre du bureau expéditeur

Timbre du bureau destinataire

expédiées par le bureau d'échange d.....

au bureau d'échange d.....

Départ ( e envoi) du ..... 189___, à ..... h. ..... m. du.....

Arrivée le ..... 189 ....., à ..... h. ..... m. du .....

| Numéros d'ordre. | Timbre d'origine | Noms des destinataires. | Lieux de destination. | Poids de chaque lettre ou boite | Montant des valeurs déclarées. | | Taxes de transport à bonifier pour les boites à l'Office destinataire de l'envoi | | Droits d'assurance à bonifier, pour les lettres et les boites, à l'Office destinataire de l'envoi | | Taxes de transport (boites) et droits d'assurance (lettres et boites) à récupérer par l'Office expéditeur de l'envoi | | OBSERVATIONS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | 7 | | 8 | | 9 | | 10 |
| | | | | | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | |
| 1 | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | | | | | | | | | | | | | |
| 4 | | | | | | | | | | | | | |
| 5 | | | | | | | | | | | | | |
| 6 | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | | | | | | | | | | | | | |
| 8 | | | | | | | | | | | | | |
| 9 | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | | | | | | | |
| 11 | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | | | | | | | | | | | | | |
| 13 | | | | | | | | | | | | | |
| 14 | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | | | | | | | | | | | | | |
| 16 | | | | | | | | | | | | | |
| 17 | | | | | | | | | | | | | |
| 18 | | | | | | | | | | | | | |
| 19 | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |

À reporter.....

## C (VERSO)

| Numéros d'ordre | Timbre d'origine | Noms des destinataires | Lieux de destination. | Poids de chaque lettre ou boîte. | Montant des valeurs déclarées | | Taxes de transport à bonifier, pour les boîtes, à l'Office destinataire de l'envoi. | | Droits d'assurance à bonifier, pour les lettres et les boîtes, à l'Office destinataire de l'envoi. | | Taxes de transport (boîtes) et droits d'assurance (lettres et boîtes) à récupérer par l'Office expéditeur de l'envoi. | | Observations. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | 7 | | 8 | | 9 | | 10 |
| | | | | | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | | | |
| | | | Report . . | | | | | | | | | | |
| 20 | | | | | | | | | | | | | |
| 21 | | | | | | | | | | | | | |
| 22 | | | | | | | | | | | | | |
| 23 | | | | | | | | | | | | | |
| 24 | | | | | | | | | | | | | |
| 25 | | | | | | | | | | | | | |
| 26 | | | | | | | | | | | | | |
| 27 | | | | | | | | | | | | | |
| 28 | | | | | | | | | | | | | |
| 29 | | | | | | | | | | | | | |
| 30 | | | | | | | | | | | | | |
| 31 | | | | | | | | | | | | | |
| 32 | | | | | | | | | | | | | |
| 33 | | | | | | | | | | | | | |
| 34 | | | | | | | | | | | | | |
| 35 | | | | | | | | | | | | | |
| 36 | | | | | | | | | | | | | |
| | | | Totaux . . | | | | | | | | | | |

Les employés du bureau expéditeur, Les employés du bureau destinataire,

ADMINISTRATION DES POSTES
d .....

## D.

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE
d .....

# ÈTAT MENSUEL

des sommes que se doivent réciproquement l'Administration des postes d..... et l'Administration des postes d....., à titre de droits d'assurance, pour les lettres et boîtes avec valeur déclarée livrées par les bureaux d'échange dépendant de la première Administration au bureau d'échange.....

Mois de..... 189.....

| Dates des feuilles d'envoi | 1. Avoir de l'Office destinataire (Colonnes 7 et 8 de la formule C) | | | | | | | | | | | | 2. Avoir de l'Office expéditeur (Colonne 9 de la formule C) | | | | | | | | | | | | Observations |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | Envoi du bureau de ..... | | |
| | | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | fr. | ct. | |
| 1. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 14. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 15. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 16. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 17. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 18. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 19. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 20. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 21. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 22. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 23. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 24. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 25. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 26. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 27. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 28. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 29. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 30. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 31. . . . . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Totaux par bureaux correspondants | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total général de chaque Avoir | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Différence au profit de l'Office destinataire | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Timbre du bureau d'échange destinataire

*Le Chef du bureau d'échange destinataire.*

ADMINISTRATION
DES POSTES

d.....

CORRESPONDANCE
AVEC L'OFFICE

d.....

# E (RECTO).

## COMPTE

récapitulatif des états mensuels de feuilles d'envoi des valeurs déclarées adressées par les bureaux d'échange.....aux bureaux d'échange.....

Mois de.....189

| Numéros d'ordre | DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires | MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire | | Numéros d'ordre | DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires | MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Report | | |
| 1 | | | | 21 | | | |
| 2 | | | | 22 | | | |
| 3 | | | | 23 | | | |
| 4 | | | | | | | |
| 5 | | | | | | | |
| 6 | | | | | | | |
| 7 | | | | | | | |
| 8 | | | | | | | |
| 9 | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | |
| 11 | | | | | | | |
| 12 | | | | | | | |
| 13 | | | | | | | |
| 14 | | | | | | | |
| 15 | | | | | | | |
| 17 | | | | | | | |
| 18 | | | | | | | |
| 19 | | | | | | | |
| 20 | | | | | | | |
| | Total à reporter.. | | | | Total à reporter.. | | |

# E (VERSO)

| Numéros d'ordre | DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataire | MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire | | Numéros d'ordre | DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires | MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Report | | | | Report | | |
| | Total à reporter. | | | | Total général... | | |

## VII

### ACCORDO RELATIVO AO SERVIÇO DE VALES POSTAES

*Firmado entre a Allemanha e os Protectorados Allemães, Republica Maior da America Central, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bosnia-Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Chile, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, França, Grecia, Guatemala, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Noruega, Paizes-Baixos, colonias neerlandezas, Portugal e colonias portuguezas, Rumania, Servia, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia e Uruguay*

Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos Governos dos paizes acima enumerados, em vista do art. 19 da Convenção Principal, firmaram de commum accordo, e sob reserva de ratificação, o seguinte accordo:

ARTIGO 1

A permuta de fundos por intermedio do Correio e por meio de vales, entre os paizes adherentes, cujas Administrações concordaram em estabelecer este serviço, será regida pelas disposições do presente accordo.

ARTIGO 2

1.—Como regra, a importancia dos vales deve ser entregue pelos tomadores e paga aos destinatarios em numerario; mas cada Administração terá a faculdade de receber e de empregar para esse fim qualquer papel-moeda que tenha curso legal em seu paiz, sob a condição de levar em conta, neste caso, a differença de cambio.

2.—Nenhum vale poderá exceder á importancia de 1.000 francos effectivos ou uma importancia approximada na moeda respectiva de cada paiz.

Todavia, as Administrações que não puderem actualmente admittir o maximo de 1.000 francos terão a faculdade de fixal-o em 500 francos, ou em uma somma approximada na moeda de cada paiz.

3.—Salvo accordo em contrario entre as administrações interessadas, a importancia de cada vale será expressa na moeda metallica do paiz em que o pagamento se deva effectuar. Para este fim, a administração do paiz de origem determinará, si for caso para isso, a taxa de conversão de sua moeda na moeda metallica do paiz de destino.

A administração do paiz de procedencia determinará, igualmente, si houver cabimento, o cambio que o tomador deverá pagar, quando esse paiz e o paiz do destino possuam o mesmo systema monetario.

4.—Fica reservado a cada um dos paizes contractantes o direito de declarar transmissivel, por meio de endosso, em seu territorio, a propriedade dos vales postaes procedentes de outro desses paizes.

ARTIGO 3

1.—O premio geral a pagar pelo tomador por cada remessa de fundos, effectuada em virtude do artigo precedente, será fixado em um valor metallico de 25 centimos por 25 francos ou fracção de 25 francos, para os primeiros 100 francos e para o que exceder desses 100 francos, de 25 centimos por 50 francos ou fracção de 50 francos, ou no equivalente na moeda respectiva dos paizes adherentes, com a faculdade de, em tal caso, arredondarem as fracções.

Serão isentos de qualquer taxa os vales officiaes relativos aos serviços dos Correios e trocados entre as administrações postaes ou entre os Correios que dependerem dessas administrações.

2.—A administração que pagar vales terá direito a haver da administração que os emittiu um premio de 1/2 por cento pelos primeiros 100 francos e de 1/4 por cento pelas quantias excedentes, excepção feita dos vales officiaes.

3.—Os vales trocados por intermedio de um dos paizes que acceitaram o Accordo, entre um desses paizes e outro que não tenha tomado parte no mesmo Accordo, poderão ser sujeitos em beneficio da administração intermediaria a um premio supplementar, deduzido do total do titulo e representando a quota-parte do paiz não adherente.

4.—Os vales postaes e as quitações passadas nesses vales, bem como os certificados entregues aos tomadores, não poderão estar sujeitos por conta dos remettentes ou dos destinatarios de fundos a qualquer premio ou imposto além do premio celebrado em virtude do § 1º do presente artigo, sob a taxa de distribuição domiciliaria (*factage*), si a houver, e o premio supplementar previsto pelo § 3º precedente.

5.—O tomador de um vale postal poderá fazel-o retirar do Correio ou fazer-lhe modificar o endereço nas condições e sob as reservas determinadas para as correspondencias ordinarias pelo art. 9º da Convenção Principal, desde que ao destinatario não tenha sido entregue o titulo ou a sua importancia.

6.—O tomador poderá igualmente pedir a entrega do dinheiro em domicilio, por portador especial, logo depois da chegada do vale, nas condições fixadas no art. 13 da dita Convenção.

7.—Fica, todavia, reservada ao Correio do paiz de destino a faculdade de fazer remetter por expresso, em logar do dinheiro, um aviso de chegada do vale ou o proprio titulo, quando os seus regulamentos internos o permittam.

ARTIGO 4

1.—Os vales postaes poderão ser transmittidos pelo telegrapho entre os Correios cujos paizes são ligados em suas relações pelo telegrapho do Estado ou que concordem em empregar para esse fim a telegraphia particular; serão denominados, neste caso, vales telegraphicos.

2.— Os vales telegraphicos poderão, como os telegrammas ordinarios e nas mesmas condições que estes ultimos, ser sujeitos ás formalidades de urgencia, resposta paga, verificação, avisos de recebimento, bem como as formalidades da transmissão pelo Correio ou da entrega por expresso, si forem destinados a localidades não servidas pelos telegraphos internacionaes. Poderá, além disso, ter direito a pedidos de aviso de pagamento a entregar ou expedir pelo Correio.

Os tomadores de vales telegraphicos poderão accrescentar á fórmula regulamentar do vale communicações para o destinatario, comtanto que paguem a importancia respectiva segundo a tarifa.

3.—O tomador de um vale telegraphico deverá pagar:

*a)* o premio ordinario dos vales postaes, e, si for pedido aviso de pagamento, o preço fixo desse aviso.

*b)* a taxa do telegramma.

4.—Os vales telegraphicos não serão sobrecarregados de outras despezas além das previstas no presente artigo, ou as que possam ser cobradas de conformidade com os regulamentos telegraphicos internacionaes.

ARTIGO 5

1.—Por motivo de mudança de residencia do destinatario, os vales ordinarios poderão ser reexpedidos de um dos paizes pertencentes ao Accordo para outro desses paizes. Quando o paiz do novo destino tiver outro systema monetario que o primitivo paiz do destino, a conversão da importancia do vale em moeda do primeiro desses paizes será feita pelo correio reexpedidor, segundo o premio convencionado para os vales destinados a esse paiz e emanados do paiz do primitivo destino.

Não será cobrado nenhum supplemento de premio pela reexpedição, mas o paiz de novo destino perceberá, em todo o caso, em seu beneficio, a quota-parte do premio que lhe caberia, si o vale lhe tivesse sido dirigido primitivamente, mesmo no caso em que, por effeito de um accordo especial celebrado entre o paiz de procedencia e o paiz de primitivo destino, o premio effectivamente cobrado fosse inferior ao premio previsto no art. 3 do presente Accordo.

2.—Os vales telegraphicos poderão ser reexpedidos para um novo destino nas mesmas condições que os vales ordinarios. Salvo ajuste em contrario entre as Administrações interessadas, a reexpedição dos vales telegraphicos será sempre effectuada por via postal.

ARTIGO 6

1.—As Administrações dos correios dos paizes adherentes formularão, nas épocas fixadas pelo Regulamento junto, as contas em que se acham recapituladas todas as importancias pagas pelas suas respectivas repartições postaes; e essas contas, depois de terem sido verificadas e acceitas reciprocamente, serão saldadas, salvo accordo em contrario, em moeda de ouro do paiz credor, pela Administração devedora, no prazo fixado pelo mesmo Regulamento.

2.— Para esse fim, e salvo ajuste em contrario, quando os vales forem pagos em moedas differentes, o credito menor será convertido na moeda de credito maior, ao par das moedas de ouro dos dous paizes.

3.—No caso de falta de pagamento do saldo de uma conta nos prazos fixados, a importancia desse saldo vencerá juros, a contar do dia em que expirarem os ditos prazos até o dia em que se effectuar o pagamento. Esses juros serão calculados na razão de 5 % ao anno e levados ao debito da Administração retardataria na sua conta proxima.

ARTIGO 7

1.—As quantias convertidas em vales postaes serão garantidas aos tomadores, até o momento em que sejam regularmente pagas aos destinatarios ou aos mandatarios destes.

2.—As quantias recebidas por cada Administração, em troca de vales postaes, cuja importancia não tenha sido reclamada pelos interessados nos prazos fixados pelas leis ou regulamentos do paiz de procedencia, ficarão pertencendo definitivamente á Administração que emittiu esses vales.

3. — Fica todavia entendido que a reclamação relativa ao pagamento de um vale a uma pessoa não autorizada só será admittida no prazo de um anno a contar do dia da expiração da validade normal do vale; passado esse tempo, as Administrações cessarão de ser responsaveis pelos pagamentos em virtude de falsos recibos.

ARTIGO 8

As estipulações do presente Accordo não restringem ás partes contractantes o direito de manter o celebrar accordos especiaes, assim como de manter e estabelecer uniões mais intimas no sentido de melhorar o serviço dos vales do correio internacionaes.

ARTIGO 9

Cada Administração poderá, em circumstancias extraordinarias que justifiquem esta medida, suspender temporariamente o serviço dos vales internacionaes, de um modo geral ou parcial, comtanto que communique immediatamente, si necessario for, pelo telegrapho, á Administração ou Administrações interessadas.

ARTIGO 10

Os paizes da União que não tomarem parte no presente Accordo serão admettidos a adherir a elle, a seu pedido e na fórma prescripta pelo art. 24 da Convenção Principal, no que respeita as adhesões á União Postal Universal.

ARTIGO 11

As Administrações dos Correios dos paizes adherentes designarão, cada um na parte que lhe disser respeito, as repartições que devem emittir e pagar vales a emittir em virtude dos artigos precedentes. Ellas regularão a fórma e o modo de transmissão dos vales, a fórma das contas designadas no art. 6 e qualquer outra medida necessaria para assegurar a execução do presente Accordo.

ARTIGO 12

1.—No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 20 da Convenção Principal, qualquer Administração dos Correios de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir as outras Administrações, que participam do mesmo serviço, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas relativas ao serviço dos vales postaes.

Para ser posta em deliberação, cada proposta deverá ser apoiada por duas Administrações, pelo menos, sem contar a Administração de onde emana a proposta. Quando a Secretaria Internacional não receber, ao mesmo tempo que a proposta, o numero necessario de declarações de apoio, nenhuma solução terá a mesma proposta.

2.—Toda a proposta será sujeita ao processo determinado no § 2 do art. 25 da Convenção Principal.

3.—Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir:

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novas disposições, ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. 1, 2, 3, 4, 6 e 13.

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições que não sejam as dos artigos precitados;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições do presente accordo, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da convenção principal.

4.—As resoluções que se tomarem serão sanccionadas, nos dous primeiros casos, por uma declaração diplomatica, e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa, segundo a fórma indicada no art. 26 da convenção principal.

5.—Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria tres mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

ARTIGO 13

1.—O presente Accordo entrará em vigor no 1º de janeiro de 1899.

2.—Terá a mesma duração que a convenção principal, sem prejuizo do direito reservado a cada paiz de retirar-se deste accordo, mediante communicação feita com um anno de antecedencia, pelo seu governo ao governo da confederação suissa.

3.—Serão derogadas, a partir do dia em que o presente Accordo for posto em execução, todas todas as disposições estabelecidas anteriormente entre os diversos governos ou administrações das partes adherentes, as quaes não se conciliem com os termos do presente Accordo, sem prejuizo, comtudo, dos direitos reservados pelo art. 8.

4.—O presente Accordo será ratificado logo que fôr possivel. Os actos de ratificação serão trocados em Washington.

Em firmeza do que os plenipotenciarios dos paizes supra enumerados assignaram o presente Accordo em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e Protectorados Allemães:
FRITSCH.
NEUMANN.

Pela Republica Maior da America Central:
N. BOLET PERAZA.

Pela Belgica:
LICHTERVELDE.
STERPIN.

Pela Republica Argentina:
M. GARCIA MÉROU.

Pela Austria:
DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.

Pelo Luxemburgo:
Pelo Sr. HAVELAAR:
VAN DER VEEN.
A. LAMBIN.

Pela Bosnia Herzegovina:
DR. KAMLER.

Pelo Brazil:
A. FONTOURA XAVIER.

Pela Bulgaria:
IV. STOYANOVITCH.

Pelo Chile:
R. L. IRARRAZAVAL.

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas:
C. SVENDSEN.

Pela Republica Dominicana:

Pelo Egypto:
Y. SABA.

Pela França.
ANSAULT.

Pela Grecia:
ED. HÖHN.

Pela Guatemala:
J. NOVELLA.

Pela Hungria:
PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pela Italia:
E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI.

Pelo Japão:
KENJIRO KOMATSU.
KWANKICHI YUKAWA.

Pela Noruega:
THB. HEYERDAHL.

Pelos Paizes Baixos:
Pelo Sr. HAVELAAR:
VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.

Por Portugal e colonias portuguezas:
SANTO THYRSO.

Pela Roumania:
C. CHIRU.
R. PREDA.
R. PREDA.

Pela Servia:
PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pelo Reino de Sião:
ISAAC TOWNSEND SMITH.

Pela Suecia:
F. H. SCHLYTERN.

Pela Suissa:
J. B. PIODA.
A. STAGER.
C. DELESSERT.

Pela Regencia de Tunis:
THIÉBAUT.

Pela Turquia:
MOUSTAPHA.
A. FAHARI.

Pelo Uruguay:
PRUDENCIO DE MURGUIONDO.

VIII

**Regulamento para a execução do accordo relativo ao serviço de vales postaes**

*Firmado entre a Allemanha e os Protectorados Allemães, Republica Maior da America Central, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bosnia-Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Chile, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, França, Grecia, Guatemala, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Noruega, Paizes-Baixos, colonias neerlandezas, Portugal e colonias portuguezas, Rumania, Servia, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia e Uruguay.*

Os abaixo assignados, em vista do art. 19 da Convenção Principal e do art. 11 do accordo relativo á permutação de vale postaes, acceitaram de commum accordo, em nome das suas respectivas Administrações, as seguintes medidas para assegurarem a execução do mesmo accordo.

I

Pelas quantias entregues para emissão de um vale internacional será dada ao tomador, livre de despeza e segundo a fórma adoptada por cada Administração, um recibo, boletim de deposito ou declaração da entrega das ditas quantias.

II

1.—Os vales de Correio internacionaes serão organizados, segundo uma fórmula identica ou analoga ao modelo A, annexo ao presente regulamento.

2.—As formulas de vales que não forem impressas em lingua franceza deverão ter uma traducção sublinear nessa lingua, e as indicações manuscriptas feitas no seu texto deverão ser formuladas em algarismos arabes e em caracteres latinos, segundo o caso, sem rasura nem entrelinhas, embora ressalvadas.

3.—E' prohibido escrever nos vales outras annotações que não sejam as admittidas pelo texto das formulas respectivas. Comtudo, o tomador terá o direito de accrescentar no talão quaesquer communicações ao destinario no vale.

4.—Os vales officiaes deverão trazer no alto a palavra «Official» e o respectivo canhoto deverá mencionar o motivo da remessa dos titulos.

III

1.—Os vales telegraphicos serão redigidos pela repartição postal que tiver recebido as importancias, e remettidos á repartição postal que deve effectuar o pagamento.

2.—Os vales telegraphicos serão redigidos do seguinte modo:

Indicações eventuaes (por extenso ou segundo as abreviaturas autorizadas no serviço telegraphico).

Vale (numero postal de emissão).

Correios (nome da repartição postal do destino).

(Aviso de pagamento, si houver).

(Nome do remettente) — paga — (importancia da quantia remettida, expressa em algarismos e por extenso na moeda do paiz do destino).

Para: (designação exacta do destinatario ou destinataria, sua residencia e, si for possivel, seu domicilio).

As indicações precedentes deverão figurar sempre nas fórmulas dos vales telegraphicos na ordem acima.

Quando os vales telegraphicos forem emittidos por Correios de localidades onde não haja serviço telegraphico, o logar da emissão dos mesmos vales deverá ser indicado nos telegrammas immediatamente depois do numero postal da emissão, da seguinte maneira: «Mandat... de...»

Do mesmo modo, os vales telegraphicos precedentes de localidades que possuam diversas repartições postaes deverão conter a indicação exacta da repartição postal de procedencia quando esta repartição não for encarregada do serviço telegraphico.

3.—As diversas Administrações terão a faculdade de autorizar as repartições telegraphicas de localidades que possuam um ou mais Correios a receber do tomador e a pagar no logar do destino a importancia dos vales telegraphicos.

4.— A conferencia parcial será obrigatoria (repetição de Correio a Correio dos nomes proprios e dos numeros).

5.—Para comprovar a expedição do vale telegraphico a repartição postal emissora remetterá em sobrecarta, e pela mais proxima expedição, á repartição postal destinataria uma cópia ou aviso de emissão do mesmo vale, conforme ou analogo ao modelo **B** annexo ao presente Regulamento. Pela repartição destinataria será junta esta cópia ao original onde se achar o recibo do destinatario.

IV

1.—Os vales serão transmittidos a descoberto.

2.—Os vales que tiverem de ser incluidos em cada mala serão reunidos em um só maço, depois de subdivididos, si para isso houver motivo, em tantos pacotes quantos forem os paizes destinatarios, e incluidos, pelas repartições de permutas, na sobre carta que contiver a folha do aviso que acompanha a mala.

V

1.—Quando um vale ordinario estiver sujeito á reexpedição de que trata o art. 5 do accordo e o paiz de primitivo destino e o de novo destino tenham systemas monetarios differentes, o correio reexpedidor riscará com um traço de penna as indicações da importancia do vale, inclusive a indicação superior da rubrica *Bon pour*, de modo, porém, que fiquem visiveis as inscripções primitivas. Depois de ter reduzido o valor da emissão á moeda do paiz de novo destino, o dito correio escreverá a somma resultante da conversão, por extenso e em um logar conveniente da fórmula do vale, mas tanto quanto possivel immediatamente acima da indicação primitiva da referida quantia por extenso. O novo lançamento feito no vale será assignado pelo empregado do correio. Este mesmo processo deverá ser seguido nos casos de reexpedições ulteriores.

2.—Os vales telegraphicos poderão ser reexpedidos para um novo destino nas mesmas condições que os vales ordinarios (art. 5, § 2º, do Accordo). Neste caso, deverão ser acompanhados do titulo confirmativo.

3.—Os pedidos de reexpedição ou de devolução serão consignados para scientificação, pela primeira repartição destinaria, e pelos correios destinatarios ulteriores, si o houver. O correio que effectuar a reexpedição de um vale nas condições acima previstas communicará o facto ao correio emissor.

VI

As disposições do art. 13 da Convenção Principal e do art. XXIX do Regulamento da mesma Convenção serão respectivamente applicaveis, em caso de pedido, quer de entrega por expresso, quer de retirada ou mudança de endereço de um vale postal.

Tolerará a reproducção exacta das notas escriptas no talão não será exigida para o *fac-simile* do vale.

VII

1.—Os vales cujo pagamento não se puder effectuar por uma das causas seguintes:

1º, indicação inexacta, insufficiente ou duvidosa do nome ou do domicilio dos destinatarios;

2º, differenças ou omissões de nomes ou de quantias;

3º, rasuras ou entrelinhas nas indicações;

4º, omissões de carimbos, de assignaturas ou de outras indicações de serviço;

5º, indicação da importancia a pagar em moeda que não seja a do paiz de destino ou, quando se der o caso, a que tenha sido para esse fim admittida pelas Administrações correspondentes;

6º, empregos de fórmulas não regulamentares.

Serão regularizados pela Administração que os houver emittido.

2.—Para esse fim, os vales de que se trata serão devolvidos, como correspondencia official, o mais breve possivel, ao correio de procedencia pelo correio de destino, salvo applicação das disposições do § 4, abaixo mencionado, si for caso para isso. As duas Administrações postaes em questão deverão ser avizadas dessa devolução e da solução dada, si as irregularidades de que se trata forem imputadas ao serviço postal.

3.—Os vales telegraphicos cujo pagamento não puder ser effectuado devido ao endereço insufficiente ou inexacto, terão direito a que seja enviado ao correio de procedencia um aviso de serviço indicando a causa do não pagamento. O correio de procedencia verificará a exactidão do endereço. Si esse endereço tiver ido alterado, o mesmo correio o rectificará immediatamente por meio de aviso de serviço. No caso contrario, o dito correio prevenirá o tomador, ao qual será permittido rectificar ou completar o endereço por um aviso de serviço taxado.

Quando o pagamento for suspenso por outra causa, principalmente por motivo de omissão de uma ou mais formalidades previstas pelo precedente art. III, e o destinatario não se utilizar das faculdades que lhe são offerecidas pelas disposições dos §§ 4º e 6º do presente artigo, a regularização do vale será feita na fórma prescripta para os vales postaes ordinarios. Do mesmo modo se procederá com relação aos vales telegraphicos, cujo endereço, insufficiente ou inexacto, não tenha sido rectificado em um prazo normal por meio de um aviso de serviço.

4.—Si o destinatario de um vale irregular, ordinario ou telegraphico, desejar obtel-o, offerecendo-se para pagar todas as despezas, as irregularidades que se opponham ao pagamento do mesmo vale poderão ser regularizadas por via telegraphica, por meio de um aviso do serviço taxado. O vale, em tal caso, será conservado pelo correio de destino, o qual effectuará a sua regularização ao receber o telegramma rectificativo enviado pelo correio de procedencia, juntando esse telegramma ao vale regularizado.

5.—Os vales telegraphicos, dos quaes tenha sido enviado apenas o titulo confirmativo, mas de que falte o telegramma, não deverão ser pagos á simples vista do primeiro de taes documentos. Antes de tudo, cumprirá reclamar-se o telegramma.

6.—No caso em que os telegrammas rectificativos mencionados no § 4º precedente tenham sido motivados por engano devido ao correio, a taxa dos mesmos telegrammas deverá ser restituida a quem de direito.

7. — Os vales (ordinarios ou telegraphicos) recusados, bem como aquelles cujos destinatarios forem desconhecidos, ou se tenham ausentado sem deixar endereço, serão devolvidos immediatamente como correspondencia official, pelo correio do destino ao correio da procedencia, depois de se lhes haver applicado o carimbo ou apposto o rotulo, cujo uso é prescripto pelo artigo XXVI, § 4º do Regulamento de execução da Convenção Principal.

Os telegrammas-vales devolvidos por uma causa qualquer deverão ser acompanhados dos avisos de emissão a elles relativos.

VIII

1. — Os vales serão validos até a expiração do segundo mez que se seguir ao de sua emissão.

Este prazo será elevado a quatro mezes nas relações com os paizes fóra da Europa ou desses paizes entre si, salvo ajuste em contrario, entre as Administrações interessadas.

2. — Terminado esse prazo, os vales só poderão ser pagos em vista de uma declaração da Administração que os tiver emittido, requisitado pela Administração a que pertence a repartição destinataria.

3. — A declaração deverá ser feita no proprio vale, ao qual conferirá um novo prazo de validade igual ao previsto no § 1º do presente artigo.

4. — Os vales, cujo pagamento não for reclamado no tempo devido, serão devolvidos logo depois de terminado o prazo de validade ordinaria pela Administração que delles for depositaria á Administração do paiz de procedencia.

IX

1. — Os vales não pagos aos destinatarios serão reembolsados aos tomadores, logo que a Administração do paiz de procedencia tenha entrado na posse dos mesmos vales.

Si se tratar de vales telegraphicos, a Administração do paiz de procedencia deverá estar de posse, tanto do mandado, como do vale.

2. — Os vales extraviados, perdidos ou destruidos poderão ser substituidos, a pedido do tomador ou do destinatario, por autorizações de pagamento fornecidas pela Administração do paiz de procedencia, depois de verificado, de accordo com a Administração do paiz de destino, que o vale não foi pago, nem reembolsado.

Pelas autorizações de pagamento não será exigida nenhuma nova taxa.

3.—Quando o reembolso de um vale extraviado, perdido ou destruido for reclamado pelo tomador, deverá este apresentar, com o respectivo recibo, boletim de deposito ou declaração de entrega da importancia.

A Administração do paiz de procedencia concederá o rembolso, depois de certificar-se de que a Administração destinataria não pagou nem pagará o vale.

X

1.—O pagamento dos vales será regulado pelas disposições em vigor no serviço interno da Administração de destino, a qual será responsavel pelos pagamentos de vales cujos recibos forem falsos.

2.—Para salvar a sua responsabilidade por qualquer vale por ella pago, a referida Administração deverá achar-se habilitada a declarar:

1.º Que os seus regulamentos contem todas as garantias necessarias para comprovação da identidade do destinatario.

2.º Que o pagamento effectuou-se nas condições prescriptas pelos ditos regulamentos.

XI

1.—Quando o tomador de um vale ordinario reclamar aviso do seu pagamento, a repartição de procedencia affixará sobre o vale o sello representativo do premio fixo cobrado por este motivo.

O referido sello será obliterado pela inscripção, bem visivel, das palavras: « Avis de payement ».

2.—Si se tratar de um vale telegraphico, o sello que representar o premio devido por este motivo será applicado na cópia ou no aviso de emissão.

3.—A repartição que effectuar o pagamento, como correspondencia official, remetterá no mesmo dia deste, á repartição de procedencia, encarregada de entregal-o ao remettente, um aviso conforme ou analogo ao modelo C, annexo ao presente Regulamento.

4. Quando, ulteriormente á emissão de um vale, o tomador quizer receber o aviso do pagamento desse vale, o dito aviso será organizado em uma fórmula conforme ou analoga ao modelo C annexo e remettido nas condições indicadas no artigo XIII do Regulamento da Convenção Principal. A taxa de 25 centimos no maximo prevista no artigo 3 do Accordo poderá ser applicada e, em tal caso, o reclamante pagal-a-ha em sellos.

XII

1.—Cada Administração organizará no fim de cada mez, para cada uma das Administrações, uma conta particular conforme ao modelo D annexo ao presente Regulamento, na qual serão recapitulados, tanto quanto possivel, por ordem chronologica e por ordem alphabetica os nomes das repartições emissoras, todos os vales pagos pelas suas repartições, por conta da Administração correspondente, durante o mez anterior.

2.—Mencionará igualmente nessa conta a importancia do premio que lhe couber, em virtude do § 2 do art. 3 do Accordo, pelos vales pagos pelos seus correios.

Esta bonificação se effectuará sobre os totaes da conta dos vales pagos, excepção feita dos vales officiaes.

3.—A conta particular acompanhada dos vales pagos com as competentes quitações será remettida á Administração correspondente o mais cedo possivel, e, o mais tardar, no fim do mez que seguir-se áquelle a que a conta se refere.

4.—Na falta de vales pagos, uma conta particular negativa será dirigida á Administração correspondente.

XIII

1.—Quinze dias, o mais tardar, depois de verificadas e reciprocamente acceitas as contas, será feito o balanço em uma conta geral organizada pela Administração credora (salvo outro accordo entre as Administrações interessadas), a qual se conformará, para a conversão das moedas, si para isso houver motivo, com o § 2 do art. 6 do Accordo.

2. — A conta geral deverá ser approvada no prazo de dous mezes depois de terminado o mez a que ella se referir. Este prazo será elevado de quatro mezes para as relações com os paizes situados fóra da Europa ou para as relações desses paizes entre si.

Todavia, as Administrações poderão entender-se com o fim de organizarem a conta geral por trimestre, semestre ou por anno.

3. — Salvo accordo em contrario, a differença que formar saldo da conta será satisfeita por meio de lettras pagaveis á vista ou a curto prazo na capital ou em uma praça commercial do paiz credor, na moeda de ouro desse paiz e sem onus algum para elle, ficando as despezas do pagamento a cargo da Administração devedora.

Essas lettras poderão ser excepcionalmente sacadas sobre outro paiz, com a condição de que as despezas de desconto fiquem a cargo da Administração devedora.

4. — O pagamento deverá effectuar-se, o mais tardar, quinze dias depois de ter sido reciprocamente approvada a conta geral. Qualquer Administração que for credora de outra por uma quantia superior a 50.000 francos terá o direito de reclamar um pagamento, por conta ou saldo provisorio, que não exceda a tres quartos da importancia do seu credito. Quando isto se dér, deverá a sua reclamação ser satisfeita no prazo de oito dias.

XIV

1. — As Admininistrações dos paizes adherentes deverão communicar umas ás outras, por intermedio da Secretaria Internacional da União Postal Universal e tres mezes, pelo menos, antes de entrar em execução o Accordo, o seguinte:

1º, o maximo que adoptarem para a permutação dos vales, em virtude do art. 2º, § 2º do Accordo;

2º, a tabella e, quando seja caso disso, a taxa da conversão monetaria ou o curso que ellas appliquem em virtude do art. 2º do Accordo;

3º, a nomenclatura das suas repartições postaes autorizadas a emittir e pagar vales internacionaes, ou o aviso de que todas as suas repartições tomam parte neste serviço;

4º, um exemplar da fórmula do vale que empregarem;

5º, a orthographia dos nomes dos numeros de 1 a 500, ou de 1 a 1.000, segundo o caso, que possam ser escriptos por extenso, na lingua respectiva, nos vales por ellas emittidos;

6º, a duração dos prazos, findos os quaes a sua respectiva legislação fará entrar definitivamente nos cofres do Estado a importancia dos vales cujos pagamentos não tiver sido reclamado pelos interessados;

7º, quando apresentar-se o caso, o aviso da sua participação na permutação dos vales telegraphicos;

8º, a lista dos paizes com os quaes trocarem vales de correio, baseada no Accordo.

2.—Qualquer modificação ulteriormente adoptada, com relação a um ou outro dos oito pontos acima mencionados, deverá ser notificada, sem demora, pela mesma fórma.

XV

1.—No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção Principal, qualquer Administração dos correios de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir ás outras Administrações que tomarem parte neste serviço, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas relativas ás disposições do presente regulamento.

2.—Toda a proposta será sujeita ao processo determinado pelo art. XLI do regulamento da Convenção Principal.

3.— Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir:

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novas disposições ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. II, X e XVI do presente regulamento;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições dos arts. I, III, IV, V, VI, IX e XI;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da modificação dos outros artigos ou da interpretação das diversas disposições do presente regulamento, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção Principal.

4.— As resoluções que se tomarem serão sanccionadas por uma simples notificação da Secretaria Internacional a todas as Administrações interessadas.

5. — Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria tres mezes, pelo menos, depois da sua modificação.

XVI

1. — O presente Regulamento entrará em execução a contar do dia em que o Accordo começar a vigorar.

2. — Terá a mesma duração que o Accordo, salvo si for renovado, de commum harmonia, entre as partes interessadas.

Feito em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e Protectorados allemães:
FRITSCH.
NEUMANN.

Pela Republica Maior da America Central:
N. BOLET PERAZA.

Pela Republica Argentina:
M. GARCIA MÉROU.

Pela Austria:
DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.

Pela Belgica:
LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.

Pela Bosnia-Herzegovina:
DR. KAMLER.

Pelo Brazil:
A. FONTOURA XAVIER.

Pela Bulgaria:
IV. STOYANOVITCH.

Pelo Chile:
R. L. IRARRÁZAVAL.

Pelo Luxemburgo:
pelo SR. HAVELAAR.
VAN DER VEEN.

Pela Noruega:
THB. HEYERDAHL.

Pelos Paizes-Baixos.
pelo SR. HAVELAAR.
VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.

Pelas colonias Neerlandezas:
JEHS. J. PERK.

Por Portugal e colonias portuguezas:
SANTO-THYRSO.

Pela Rumania:
C. CHIRU.
R. PREDA.

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas:
C. SVENDSEN.

Pela Republica Dominicana:

Pelo Egypto:
Y. SABA.

Pela França:
ANSAULT.

Pela Grecia:
ED. HÖHN.

Pela Guatemala:
J. NOVELLA.

Pela Hungria:
PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pela Italia:
E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI.

Pelo Japão:
KENJIRO KOMATSU.
KWANKICHI YUKAWA.

Pela Republica da Liberia:
CHAS. HALL ADAMS.

Pela Servia:
PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pelo Reino de Sião:
ISAAC TOWNSEND SMITH.

Pela Suecia:
F. H. SCHLYTERN.

Pela Suissa:
J. B. PIODA.
A. STAGER.
C. DELESSET.

Pela regencia de Tunis:
THIÉBAUT.

Pela Turquia:
MOUSTAPHA.
A. FAHRI.

Pelo Uruguay:
PRUDENCIO DE MURGUIONDO.

# ANNEXOS

## A (RECTO)

COUPON

(Peut être détaché par le destinataire.)

Montant du mandat en chiffres

Désignation de l'envoyeur

Le ..... 189.....

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

Cours du change:

.....

Somme payée

.....

(*)

MANDAT DE POSTE INTERNATIONAL

de la somme de .....

(en chiffres arabes)

(en toutes lettres et en caractères latins)

payable à M .....

Lieu de destination: .....

Adresse du destinataire: .....

Pays de destination: .....

Timbre du bureau d'origine

Indications de service.

Numéro d'émission: .....

Date d'émission: .....

Bureau expéditeur:

Signature de l'agent qui a dressé le mandat:

Bon pour

Soit

(Monnaie du pays d'origine.)

(*) Indications à remplir par l'Office destinataire, lorsqu'il opère lui-même la conversion ou qu'il fait usage, pour ses payements, de paper-monnaie déprécié par rapport à la monnaie métallique ayant le cours de l'or. (Arrangement, article 2.)

## A (VERSO)

(Cadre réservé aux endossements, s'il y a lieu.)

QUITTANCE DU DESTINATAIRE

Reçu la somme indiquée d'autre part,

Lieu: .....

Le ..... 189 .....

*Signature du destinataire:*

REGISTRE D'ARRIVÉE.

N°

Timbre du bureau payeur.

B

ADMINISTRATION DES POSTES

d .....

## AVIS D'ÉMISSION

Copie d'un mandat télégraphique déposé au bureau d .....
le ..... pour le bureau d .....
(Pays)

| Nom de l'envoyeur | Numéro du mandat | Nom, prénoms, qualité et domicile du destinataire | Montant du mandat |
|---|---|---|---|
| | | | |

À ....., le ..... 189 .....

*Le* ..... *des postes,*

(Signature)

Timbre du bureau d'origine

Timbre du bureau de destination

C

ADMINISTRATION DES POSTES

d .....

N° du registre :

## AVIS DE PAYEMENT
### d'un mandat

*Le soussigné déclare que la somme de* .....,

*montant du mandat n°* ..... *émis par le bureau d* ....., *le* .....,

*à l' adresse de M* ....., *a été dûment payée*

*le* ..... *18* .....

*Le* ..... *des postes.*

Signature :
(*)

Timbre du bureau payeur

(*) Cet avis doit être signé par le bureau payeur, puis mis sous enveloppe et envoyé, sous recommandation, par le premier courrier, au bureau d'origine du mandat qu'il concerne

ADMINISTRATION DES POSTES
DE *SUISSE*

# D

ANNÉE 1899
MOIS DE *FÉVRIER*

| Nos d'ordre des mandats payés | Numérotation des mandats au-dessus de 100 fr. | Date de l'émission | | Bureaux de poste qui ont délivré les mandats | Nos d'émission | Mandats taxés : jusqu'à 100 fr. | | Mandats taxés : au-dessus de 100 fr. | | Mandats officiels | | Montant du débit de l'Administration *belge* | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | An. | Mois. | | | F. | C. | F. | C. | F. | C. | F. | C. |
| 1 | | 1899 | Janvier | Arlon | 825 | 99 | 90 | | | | | | |
| 2 | 1 | | Février | » | 831 | | | 105 | | | | | |
| 3 | | | » | » | 869 | 46 | 50 | | | | | | |
| 4 | 2 | | Janvier | Bruges | 1203 | | | 300 | | | | | |
| 5 | | | » | » | 1512 | 83 | 40 | | | | | | |
| 6 | 3 | | Février | » | 1609 | | | 561 | | | | | |
| 7 | | | » | » | 1708 | | | | | 215 | | | |
| 8 | 4 | | » | Charleroi | 240 | | | 612 | | | | | |
| 9 | | | Janvier | Malines | 286 | 55 | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | | | | | | | |
| etc. | Mandats taxés. . . . . | | | | | 274 | 80 | 1578 | | . . . | . . | 1852 | 80 |
| Droit de ½ pour cent sur le total des mandats taxés jusqu'à 100 fr. . . . . | | | | | | . . . | . . | . . . | . . | . . . | . . | 1 | 37 |
| Droit de 1/2 pour cent sur les premiers cent fr. de 4 mandats au-dessus, soit sur . . . . | | | | | | | | 400 | | . . . | . . | 2 | |
| Droit de ¼ pour cent sur le solde, soit sur. . . . . | | | | | | . . . | . . | 1178 | | | | 2 | 94 |
| Mandats officiels. . . . . | | | | | | . . . | . . | . . . | . . | 215 | | 215 | |
| Total général des sommes dues par l'Office de *Belgique* à l'Office de *Suisse*. . . . . | | | | | | | | | | | | 2074 | 11 |

Certifié le présent compte du mois d..... 1899 conforme aux mandats des bureaux ..... y annexés.
Fait à ..... le .....
Le Chef d.....

Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1899

e) fazeram cumprir as determinações das autoridades sanitarias em relação ás quarentenas impostas e ás recusas de entradas.

—Ao Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil, na cidade do Porto, transmittindo cópia do officio da Capitania do Porto do Estado do Rio Grande do Sul, com referencia ao incidente occorrido entre o mesmo consulado e o capitão do patacho nacional *Tres Amigos*, Manoel de Jesus Araujo, e bem assim a do termo de declarações feitas na referida capitania pelo dito capitão e as dos documentos relativos aos quatro tripolantes portuguezes daquelle patacho.

—Ao Arsenal do Rio, mandando realizar, com urgencia, todos os concertos de que carece o hiate *Silva Jardim*.

—A' Capitania de Sergipe, communicando o inteferimento do requerimento em que o encarregado das diligencias da mesma Capitania Januario Modesto Santo de Andrade, pediu lhe fosse restituida a importancia que deixou de receber, quando fóra do exercicio de suas funcções.

*Dia 24*

Ao Arsenal da Capital Federal, mandando providenciar para que tenha entrada no dique o cruzador torpedeiro *Tupy*, e sejam convenientemente examinadas as suas machinas, afim de se verificar quaes as obras de que carecem, devendo indicar qual o responsavel pelas avarias que as mesmas apresentarem.

## Ministerio da Industria Viação e Obras Publicas

### Directoria Geral da Industria

*Expediente do dia 24 de agosto de 1899*

Reiterou-se o pedido feito pela circular n. 3, de 30 de maio do corrente anno, ao governador do Estado do Piauhy, referente á remessa de amostras de productos para a exposição commercial de Philadelphia, declarando-se-lhe, em resposta ao seu officio n. 28, de 15 de julho ultimo, que a citada remessa não tem prazo limitado, podendo ser feita em qualquer época, por tratar-se de uma exposição permanente, que, inaugurando-se embora em outubro proximo, deverá manter-se indefinidamente aberta.

—Pediu-se ao secretario da Agricultura de S. Paulo uma cópia do seu officio, dando os motivos pelos quaes o governo estadual se recusa a restituir á União o proprio nacional denominado «Alojamento de Immigrantes», situado em Campinas, visto o officio não ter sido recebido.

—Informou-se ao presidente do Conselho Municipal da villa de S. Bento, em Santa Catharina, que foram já expedidas as necessarias ordens para que seja tratada telegraphicamente a estação telephonica dessa villa.

— Foram remettidos ao Ministerio da Fazenda, para que se digne de resolver, conforme entender de justiça, o requerimento, por cópia e mais documentos de Antonio Benedicto da Veiga Jardim, 2º escripturario da Delegacia Fiscal, em S. Paulo, sobre gratificação por exame que fez na escripturação dos livros a cargo do ex-escripturario, pagador dos Telegraphos naquelle Estado, Lindolpho Emygdio Jorge de Lima.

*Dia 26*

Solicitou-se, de ordem do Sr. Ministro, ao director geral dos Telegraphos a expedição de providencias para que seja presente a este Ministerio o laudo da inspecção de saude a que allude o telegraphista Francisco de Assis de Souza Guimarães no seu requerimento de licença e que deixou de acompanhar ao mesmo requerimento.

### Directoria Geral de Obras e Viação

*Expediente de 25 de agosto de 1899*

Declarou-se ao presidente do Estado de S. Paulo que não convém alterar o horario da partida dos trens nocturnos, dessa capital ao Rio, para as 8 1/4 da noute, pois que tal mudança expunha as familias, crianças e pessoas enfermas que procuram aquelle trem ao inconveniente inevitavel da baldeação dos passageiros para os carros dormitorios 12 ás horas e 30 minutos da noute, em condições incommodas e improprias.

— Communicou-se ao chefe da Fiscalização da Rede Fluminense (Leopoldina Railway) ficar approvada a acta de tomada de contas do 1º semestre do corrente anno da Estrada de Ferro Central de Macahé, continuando, entretanto, suspenso o pagamento da respectiva garantia de juros até que o Congresso Nacional se manifeste sobre o pedido feito pela Companhia Leopoldina de não construir o ultimo trecho daquella estrada.

—Communicou-se ao Ministerio da Marinha acharem-se concluidos pela commissão de Melhoramentos do Porto de Santa Catharina os concertos de que carecia o rebocador Lomba e pediram-se ao mesmo Ministerio providencias sobre a remessa da respectiva calheira e consequente entrega do mesmo rebocador.

---

*Requerimentos despachados*

Companhia Beberibe, em Pernambuco, pedindo designação do engenheiro do serviço do governo federal que certifique sobre o material de que obteve a companhia isenção de direitos.—Não havendo no sentido indicado aviso do Ministerio da Fazenda, junte a supplicante prova do despacho proferido por esse Ministerio.

Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, pedindo approvação do quadro do pessoal e respectivos vencimentos, da estação de Giravá, do ramal de Caldas.—Deferido. Compareça nesta Directoria para receber guia de pagamento do sello da respectiva portaria.

---

### DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

*Requerimentos despachados*

Henrique Maria Tontin, praticante dos Correios do Amazonas, pedindo tres mezes de licença para tratar de sua saude.—Concedo.

Gustavo de Oliveira e Mello, ex-amanuense dos Correios da Parahyba, pedindo reintegração.—Indeferido.

Antonio Joaquim de Andrade Bastos, ex-praticante dos Correios de S. Paulo, pedindo reintegração.—Só poderá ser attendido mediante nova nomeação, de accordo com o Regulamento Postal, sendo inadmissivel a sua reintegração.

Theodorico Maximiano da Fonseca, pedindo reconsideração do despacho desta Directoria de 9 de maio de 1898.—Não tem logar o que pede.

Maximo Antonio Barbosa Junior, praticante dos Correios do Districto Federal, pedindo 60 dias de licença para tratar de sua saude.—Concedo.

Hermenegildo Fano Xavier da Silva, carteiro de 1ª classe dos Correios do Districto Federal, pedindo 30 dias de licença para tratar de sua saude.—Concedo.

Manoel Ferreira Sant'Anna, carteiro de 2ª classe dos Correios de Minas Geraes, pedindo 60 dias de licença para tratar de sua saude.—Concedo.

Pedro Arthur de Souza Coutinho, 2º oficial dos Correios de Minas Geraes, pedindo 60 dias de licença para tratar de sua saude.—Concedo.

---

## Ministerio das Relações Exteriores

Sr. Ministro — Com os inclusos mappas de ns. 1 a 4, que mostram o movimento commercial e de navegação entre os portos do Brazil e deste districto consular, tenho a honra de vos apresentar este breve relatorio, concernente ao segundo quartel de 1899.

*Importação e exportação*

Si a importação continuou a ser nulla, a exportação conservou-se animada. De Glasgow seguiram para o Brazil mercadorias no valor de £ 50.746-1 schilling e 11 dinheiros, e do porto de Leith, no valor de £ 8.862, um total, pois, de £ 59.608-1 schilling e 11 dinheiros.

*Receita*

Augmentou sensivelmente, si a compararmos á do anterior quartel.

Receita arrecadada :

Em Glasgow, 2:062$410 ou £ 232 e 5 1/4 dinheiros;

Em Leith, 300$180 ou £ 33-15 schillings e 5 dinheiros;

Em Dundee, 34$ ou £ 3-16 schillings e 6 dinheiros. Um total, pois, de 2:396$590 ou £ 269-12 schillings e 4 1/4 dinheiros.

Qualquer pequena differença que possa haver será menor de 2$, e isso porque as contas que devolvi ao Sr, vice-consul em Leith, continham essa pequena differença, que está sendo apurada, para ser corrigida pelo referido funccionario.

*Trabalho*

Grande tem sido o trabalho deste consulado, cuja importancia não póde ser posta em duvida, sendo Glasgow positivamente a segunda cidade de toda a Grã Bretanha, e achando-se a Escossia crivada dos mais afamados estaleiros.

Só neste segundo quartel de 1899 nada menos de tres passaportes provisorios tive de passar: os respectivos vapores de nomes *Magoury*, *Saldanha da Gama* e *Neptuno* que já seguiram com destino ao porto de Belém, a serem entregues aos seus proprietarios.

E a proposito de taes passaportes, aguardo a vossa esclarecida decisão sobre a consulta, que a 3 de julho tive a honra de vos apresentar.

*Despeza e saldo*

Deduzidas as despezas autorizadas, remetti ao Sr. delegado do Thesouro Federal em Londres o saldo total do segundo quartel de 1899, na importancia de 833$317 ou £ 93-14 schillings e 11 3/4 dinheiros. Sendo de Glasgow, 666$207 ou £ 74.18 schillings e 11 3/4 dinheiros; de Leith, 150$110 ou £ 16-17 schillings e 9 dinheiros; de Dundee, 17$ ou £ 1-18 schillings e 3 dinheiros.

Sem mais tomar o vosso precioso tempo, vos reitero os protestos da minha mais alta consideração.

Saude e fraternidade.—Dr. *J. B. N. Gonzaga Filho*, consul.

Ao Sr. Dr. Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 1—Mappa do movimento de navegação entre o Brazil e este districto consular, no 2º quartel de 1899

ENTRADAS

| EMBARCAÇÕES | NUMERO | TONELADAS | EQUIPAGEM | VALOR IMPORTADO |
|---|---|---|---|---|
| Brazileiras | — | — | — | — |
| Estrangeiras | — | — | — | — |

Não houve entradas directas ; as embarcações estrangeiras vieram escalando por varios portos.

SAHIDAS (*)

| EMBARCAÇÕES | NUMERO | TONELADAS | EQUIPAGEM | VALOR EXPORTADO |
|---|---|---|---|---|
| Brazileiras | 1 | 293 | 15 | Seguiu em lastro |
| Estrangeiras | 16 | 30.401 | 496 | £ 59.608.—1—11. |
| Total | 17 | 30.694 | 511 | £ 59.608.—1—11. |

(*) A embarcação brazileira seguiu do porto de Dundee ; das estrangeiras tres seguiram de Leith e 13 do Glasgow.
Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Glasgow, 30 de junho de 1899.—Dr. *J. B. N. Gonzaga Filho*, consul.

N. 2—Preços correntes, quantidade e valor dos generos importados nas praças deste districto consular, no 2º quartel de 1899

| GENEROS | DIREITOS DE ALFANDEGA | QUANTIDADES IMPORTADAS EM KILOS | VALOR IMPORTADO | PREÇOS | ABRIL, MAIO E JUNHO |
|---|---|---|---|---|---|

Como habitualmente, não houve importação directa.

Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Glasgow, aos 30 de junho de 1899.—Dr. *J. B. N. Gonzaga Filho*, consul.

N. 3—Preços correntes e valor dos generos exportados deste districto consular (menos Leith e Dundee) para o Brazil, no 2º quartel de 1899

| GENEROS | DIREITOS DE ALFANDEGA | VALOR EXPORTADO EM £ | PREÇO CORRENTE | ABRIL, MAIO E JUNHO |
|---|---|---|---|---|
| Aço (manufacturas de) | Não ha direitos de exportação sobre estas mercadorias | 237 | Foram mantidos, com leve differença os preços anteriores | |
| Algodão (idem) | | 26.806 | | |
| Canos diversos | | 3.557—16—11 | | |
| Carvão | | 9.682—17— 0 | | |
| Couros | | 203— 2— 3 | | |
| Ferro (manufacturas de) | | 1.019— 7— 6 | | |
| Machinas agricolas | | 756—19—10 | | |
| Machinas de costura | | 1.195 | | |
| Machinas diversas | | 1.510— 6— 6 | | |
| Maizena | | 219 | | |
| Whisky | | 783 | | |
| Mercadorias diversas | | 4.715—11—11 | | |
| | | 50.746— 1—11 | | |

Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Glasgow, 30 de junho de 1899.—Dr. *J. B. N. Gonzaga Filho*, consul.

N. 4—Quadro da cotação do cambio, taxa de descontos e fretamento de embarcações no mercado de Glasgow e seu districto no 2º quartel de 1899

| DESTINOS | ABRIL | MAIO | JUNHO |
|---|---|---|---|
| Sobre o Brazil | (Não ha operações de cambio da Grã-Bretanha para o Brazil ; as taxas cambiaes são estabelecidas pelos banqueiros do Brazil | | |
| Sobre a França, 3 mezes de data | 25.25 a 25.40 | 25.3[illegible] a 25.40 | 25.26 a 25.40 |
| » » 3 dias de vista | 25.16 a 25.25 | 25.16 a 25.25 | 25.16 a 25.25 |
| » Amsterdam, 3 mezes de vista | 12.3 a 12.4 | 12.3 a 12.4 | 12.3 a 12.4 |

TAXA DE DESCONTOS

| ORIGEM | ABRIL | MAIO | JUNHO |
|---|---|---|---|
| Banco de Inglaterra | 2 1/4 % a 3 % | 2 1/2 % a 3 % | 2 1/4 % a 3 % |
| Em praça | 1 15/16 % a 2 % | 1 15/16 % a 3 % | 1 15/16 % a 2 11/16 % |

PREÇO DO FRETE

| DESTINOS | ABRIL | MAIO | JUNHO |
|---|---|---|---|
| Bahia e Pernambuco | 35 s./ a 45 s./ | 35 s./ a 45 s./ | 35 s./ a 45 s./ |
| Rio de Janeiro | 45 s./ | 45 s./ | 45 s./ |
| Santos | 45 s./ | 45 s./ | 45 s./ |
| Pará, Maranhão e Ceará | 50 s./ a 55 s./ | 50 s./ a 56 s./ | 50 s./ a 55 s./ |

Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Glasgow, 30 de junho de 1899.—Dr. *J. B. N. Gonzaga Filho*, consul.

# NOTICIARIO

**Correio** — Esta repartição expedirá malas hoje pelos seguintes paquetes:

Pelo *S. Salvador*, para os portos do norte por Victoria, recebendo impressos até as 7 horas da manhã, cartas para o interior até as 7 1/2, ditas com porte duplo até as 8.

Pelo *Bellarden*, para Nova York, recebendo impressos até as 9 horas da manhã, cartas para o exterior até as 10.

Pelo *Magellan*, para os portos do Pacifico, recebendo impressos até as 8 horas da manhã, cartas para o exterior até as 9.

Pelo *Magdalena*, para o Rio da Prata, Matto Grosso e Prraguay, recebendo impressos até as 2 horas da tarde, cartas para o interior até as 2 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até as 3, objectos para registrar até 1.

Pelo *Henley*, para Buenos Aires, recebendo impressos até a 1 hora da tarde, cartas para o exterior até as 2, objectos para registrar até as 12 da manhã.

— Amanhã:

Pelo *Piuma*, para os portos do Espirito Santo, recebendo impressos até as 5 horas da manhã, cartas para o interior até as 5 1/2, ditas com porte duplo até as 6, objectos para registrar até as 6 da tarde de hoje.

Pelo *Garcia*, para Sepetiba, Itacurussá, Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Villa Bella, Ubatuba e S. Sebastião, recebendo impressos até a 1 hora da tarde, cartas para o interior até a 1 1/2, ditas com porte duplo até as 2, objectos para registrar até as 12 da manhã.

— Afim de prestarem esclarecimentos, convidam-se a comparecerem na 5ª secção desta administração os remettentes de uma encommenda para o Dr. Manoel Joaquim Pereira, S. José de Além Parahyba; de uma para Antonio José de Souza Magalhães, em Lixa, Filgueiras, Portugal, e bem assim de um jornal para D. Benedicta de Sampaio, em S. Paulo.

**Santa Casa da Misericordia** —O movimento do hospital da Santa Casa de Misericordia, dos hospicios de Nossa Senhora da Saude, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Soccorro e de Nossa Senhora das Dôres, em Cascadura, foi no dia 25 do corrente o seguinte:

| | Nac. | Est. | Total |
|---|---|---|---|
| Existiam | 776 | 868 | 1.644 |
| Entraram | 28 | 21 | 49 |
| Sahiram | 22 | 16 | 38 |
| Falleceram | 4 | 2 | 6 |
| Existem | 778 | 871 | 1.649 |

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 561 consultantes para os quaes se aviaram 675 receitas.

Fizeram-se 25 extracções de dentes.

**Directoria de Meteorologia do Ministerio da Marinha**— Repartição da Carta Maritima— Resumo meteorologico da estação central no morro de Santo Antonio, em 25 de agosto de 1899:

| Horas | Barometro a 0° | Temperatura do ar | Tensão do vapor | Humidade relativa | Direcção do vento | Estado da atmosphera | Especie de nuvens | Quantidade de nuvens |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | m/m | ° | m/m | °/o | | | | |
| 1/2 n. | 753.89 | 23.9 | 13.66 | 61.7 | W | — | — | — |
| 3 a. | 753.89 | 23.5 | 14.55 | 67.6 | N | — | — | — |
| 6 a. | 754.65 | 21.6 | 15.07 | 78.2 | SE | Claro. | .. | 0 |
| 9 a. | 756.13 | 24.3 | 15.95 | 70.7 | WN | Idem. | CK | 1 |
| 1/2 d. | 755.72 | 25.6 | 16.57 | 67.7 | S | Sombrio. | CS. KC | 5 |
| 3 p. | 753.70 | 24.8 | 15.30 | 66.0 | SE | Claro. | CK | 3 |
| 6 p. | 753.40 | 22.7 | 15.72 | 77.0 | ES | Idem. | CK | 1 |
| 9 p | 753.97 | 21.9 | 16.74 | 86.0 | SSE | Nevoeiro. | .. | 10 |

Temperatura maxima exposta ..... 26 6
» » á sombra ..... 26·3
» minima ..... 21°1
Evaporação em 24 horas, á sombra ..... 5ᵐ/ᵐ,4
Duração do brilho solar ..... 7h34

*Observações*

Continuou-se a notar-se com frequencia nevoeiro.

**Directoria de Meteorologia do Ministerio da Marinha**—Repartição da Carta Maritima—Resumo meteorologico da estação central, no morro de Santo Antonio, em 26 de agosto de 1899 (sabbado):

| Horas | Barometro a 0° | Temperatura do ar | Tensão do vapor | Humidade relativa | Direcção do vento | Estado da atmosphera | Especie de nuvens | Quantidade de nuvens |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | m/m | ° | m/m | °/o | | | | |
| 1/2 n. | 753.57 | 20.8 | 16.53 | 91.0 | SE | — | — | — |
| 3 a. | 752.13 | 20.3 | 16.52 | 93.3 | SE | — | — | — |
| 6 a. | 751.71 | 20.1 | 16.48 | 94.0 | NNW | Nevoeiro. | .. | 10 |
| 9 a. | 752.15 | 20.8 | 15.89 | 87.0 | SSE | Idem. | .. | 10 |
| 1/2 d. | 751.50 | 21.7 | 16.69 | 86.6 | SE | Idem. | .. | 10 |
| 3 p. | 750.73 | 24.1 | 16 95 | 76.0 | SE | Idem. | .. | 10 |
| 6 p. | 752.10 | 22.8 | 16.01 | 78 0 | SW | Idem. | .. | 10 |
| 9 p. | 753.13 | 22.2 | 15.67 | 78.8 | NNW | Idem. | .. | 10 |

Temperatura maxima exposta ..... 23·8
» » á sombra ..... 24 2
» minima ..... 19·7
Evaporação em 24 horas á sombra ..... 2ᵐ/ᵐ,1
Duração do brilho solar ..... 5h.67

# EDITAES E AVISOS

## Directoria Geral de Saude Publica

Constando officialmente o apparecimento da peste bubonica na cidade do Porto, no Reino de Portugal, o director geral de Saude Publica faz saber aos Srs. agentes e consignatarios de navios, procedentes dos portos portuguezes, continentaes e insulares do Atlantico, bem como dos portos hespanhóes de Vigo, Corunha, Santander e Bilbáo, que entram em plena effectividade as disposições do art. 31 do regulamento de 10 de fevereiro de 1897, pelo que se recusará a reconhecer os privilegios de paquetes aos vapores que não se sujeitarem ás exigencias do mesmo artigo.

Directoria Geral de Saude Publica, 15 de agosto de 1899.—*Nuno de Andrade.* (·

## Escola de Minas de Ouro Preto

De ordem do Sr. Dr. director da Escola de Minas, faço constar que até o dia 31 do corrente mez estará aberta, nesta secretaria, a inscripção para a matricula dos diversos cursos da mesma escola.

Secretaria da Escola de Minas, 15 de agosto de 1899.—O secretario, *João Victor de Magalhães Gomes.* (.

De ordem do Sr. Dr. director da Escola de Minas, faço constar que até o dia 31 do corrente mez, estará aberta, nesta secretaria, a inscripção de exames de 2ª epoca para aquelles alumnos que tiverem satisfeito o que dispõe o actual regulamento.

Secretaria da Escola de Minas, 15 de agosto de 1899.—O secretario, *João Victor de Magalhães Gomes.* (·

## Internato do Gymnasio Nacional

CONCURSO DE FRANCEZ

De ordem do Sr. director, faço publico, para conhecimento dos interessados, que desta data até o dia 20 de setembro, ás 2 horas da tarde, acha-se aberta nesta secretaria a inscripção para o concurso á cadeira de francez do Internato do Gymnasio Nacional.

Para esta inscripção devem os candidatos exhibir prova de maioridade e folha corrida provando tambem que são cidadãos brazileiros.

Os candidatos poderão, entretanto, accrescentar quaesquer documentos de capacidade profissional em seu abono.

A inscripção poderá ser feita por procurador, si o candidato tiver justo impedimento.

Internato do Gymnasio Nacional, 20 de junho de 1899.—O secretario, *Antonio Alves Corrêa Carneiro.* (·

## Gymnasio Nacional

CONCURSO DE HISTORIA NATURAL

De ordem do Sr. presidente da Congregação do Gymnasio Nacional faço publico para conhecimento dos interessados que, de accordo com o art. 4º do regimento para concursos, approvado pelo aviso do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores de 26 de julho de 1899, nos dias e horas abaixo designados, effectuar-se-hão no Externato do Gymnasio Nacional as provas do concurso para provimento da cadeira de historia natural do internato do mesmo gymnasio:

6 de setembro—prova escripta ás 12 1/2 horas da tarde;

9 de setembro—prova oral de improviso e respectiva arguição ás 10 horas da manhã;

13 de setembro— ponto para prova oral estudada ás 12 1/2 horas da tarde;

14 de setembro— prova oral da 1ª turma (Dr. Oliveira Bello e Bourguy de Mendonça) e respectiva arguição ás 12 1/2 horas da tarde;

15 de setembro—prova oral da 2ª turma (tenente-coronel Frederico Lisboa de Mara) e respectiva arguição ás 12 1/2 da tarde;

18 de setembro—prova pratica ás 12 1/2 horas da tarde;

20 de setembro—leitura da prova escripta ás 2 horas da tarde;

21 de setembro—Arguição da prova escripta ás 12 1/2 horas da tarde.

Secretaria do Externato do Gymnasio Nacional, 25 de agosto de 1899.—*Paulo Tavares*, secretario. (.

## Alfandega da Capital Federal

De ordem do Sr. inspector desta alfandega, convido os Srs. padre D. Pietro Colbachini e Carollo Gaetano, residentes na colonia Alfredo Chaves, no Estado do Rio Grande do Sul, a comparecerem nesta repartição até o dia 1 de outubro futuro, afim de virem prestar informações relativas ao encontro de um fundo falso em caixa destinada ao primeiro dos supra indicados e trazida de Genova pelo segundo.

Terceira Secção, 22 de agosto de 1899. — O chefe, *J. Z. Rangel de S. Paio.* (·

De ordem do Sr. inspector desta Alfandega, convido os Srs. padre D. Pietro Colbachine e Corollo Gaetano, residentes na colonia Alfredo Chaves, Estado do Rio Grande da Sul, a comparecerem nesta repartição até o dia 1 de outubro proximo futuro, afim de que alleguem o que for a bem de seus direitos, no processo de apprehensão de uma caixa com fundo falso, trazida da Italia no vapor *Duchesse de Genova*, entrado em 7 do corrente, pelo segundo dos supra indicados e destinada ao primeiro.

Alfandega da Capital Federal, 3ª secção, 22 de agosto de 1899.—O chefe, *J. Z. Rangel de Sto Paio.* (.

EDITAL COM O PRAZO DE 30 DIAS

Pela inspectoria desta Alfandega se faz publico que, achando-se as mercadorias contidas nos volumes abaixo mencionados no caso de serem arrematadas para consumo, os seus donos ou consignatarios deverão despachal-as e retiral-as no prazo de 30 dias, sob pena de, findo este, serem vendidas por sua conta, nos termos do tit. 5º, Cap. 5º da *Consolidação das Leis das Alfandegas*, sem que lhes fique direito de allegar contra os effeitos desta venda.

Armazem n. 1—M—C—78—C: 1 caixa n. 342, vinda de Liverpool no vapor belga *Obbens*, descarregada em 17 de julho de 1899 e consignada a Moura Pinheiro & Comp.

Armazem n. 10—EH: 1 caixa n. 8, vinda de Hamburgo no vapor allemão *Paraguassú*, descarregada em 7 de janeiro de 1899, consignada á ordem.

FF: 1 dita n. 24, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga e consignada a Felix Finckin.

C—B—100: 1 dita n. 2.861, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga e consignada a Herm. Stoltz & Comp.

SO: 1 dita n. 53.391, vinda de Hamburgo no vapor allemão *Paraguassú*, descarregada em 7 de janeiro de 1899, consignada a Sampaio Silva & Comp.

W: 1 dita n. 8.866, vinda de Hamburgo no vapor allemão *Paraguassú*, descarregada na mesma data e consignada á ordem.

W—B—B104—R—J: 2 caixas ns. 9.483 e 9.484, vindas de Hamburgo no vapor allemão *Pelotas*, descarregadas em 16 de janeiro de 1899 e consignadas á ordem.

BPL: 3 fardos ns. 1, 3 e 4, vindos de Hamburgo no vapor allemão *Pelotas*, descarregados em 16 de janeiro de 1899 e consignados á ordem.

DT: 2 caixas ns. 2.449 e 4.200, vindas da mesma procedencia vapor e descarga e consignadas a Domingos Tavares de Oliveira.

ECC: 1 dita n. 861, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga, consignada a Emmanuel Cresta & Comp.

FP: 1 dita n. 7.131, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga consignada a Herm. Stoltz & Comp.

JCB: 1 dita n. 364, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga, consignada a Pecher & Comp.

RTC: 4 ditas ns. 45, 46, 49 e 50, vindas da mesma procedencia, vapor e descarga, consignadas á ordem.

MAHSL—853—RJ: 4 ditas ns. 571 a 574, vindas da mesma procedencia, vapor e descarga, consignadas á ordem.

ACR: 2 ditas ns. 8.921 e 83, vindas da mesma procedencia e vapor allemão *Bahia*, descarregadas em 28 de janeiro de 1899 e consignadas a L. Eissengulher e J. V. & C.

AMR—EG: 1 dita n. 3, vinda de Hamburgo no vapor allemão *Bahia*, descarregada em 28 de janeiro de 1898 e consignada a Manoel Antonio da Rocha.

DT: 1 dita n. 3.043, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga e consignada a Herm Soltr & Comp.

M—L—853—RJ: 2 ditas ns. 446/47, vindas da mesma procedencia, vapor e descarga e consignadas á ordem.

M—P—78—C: 3 ditas ns. 1/3, vindas da mesma procedencia, vapor e descarga e consignados a Moura Pinheiro & Comp.

VPG: 4 caixas ns. 6.332/35, vindas de Hamburgo no vapor allemão *Bahia*, descarregados em 28 de janeiro de 1899, consignadas a V. Werdeck & Comp.

DBC: 5 amarrados n. 1/5, vindos de Bordeaux no vapor francez *La Plata*, descarregados em 31 de janeiro de 1899 e consignados a A. Lugari.

Idem: 1 caixa n. 6, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga e consignada ao mesmo.

Idem: 1 fardo n. 10, vindo de Bordeaux no vapor francez *La Plata*, descarregado em 31 de janeiro de 1899 e consignado a A. Lugari.

GFC: 6 caixas ns. 10/15, vindas da mesma procedencia, vapor e descarga e consignados á ordem.

Armazem n. 14—EB&C: 1 barril sem numero, vindo de Marselha no vapor francez *France*, descarregado em 26 de dezembro de 1898 e consignado a Emilio de Barros & Comp.

CHC: 1 caixa n. 3, vinda de Southampton no vapor inglez *Magdalena*, descarregada em 3 de janeiro de 1899 e consignada a J. Cateyson.

CAC: 1 dita n. 4.876, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga e consignada a Castro Arruda & Comp.

MASP: 1 dita n. 1, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga e consignada a J. Cateyson.

GCR: 1 caixa n. 2, vinda da mesma procedencia vapor e descarregada em 6 de janeiro de 1899 e consignada ao mesmo.

ACF: 21 caixas ns 1/21, vindas da mesma procedencia, vapor inglez *Ebro*, descarregadas em 16 de janeiro de 1899, consignadas á Ordem.

ANC—CP: 1 caixa n. 1, vinda de Southampton no vapor inglez *Magdalena*, descarregada em 17 de janeiro de 1899, consignada á Ordem.

TC: 1 barril sem numero, vindo da mesma procedencia, vapor e descarregado em 19 de janeiro de 1899 e consignado a Teixeira & Comp.

SF—Campos: 16 caixa n. 1, vinda de Glasgow no vapor inglez *Belleden*, descarregada em 24 de janeiro de 1899.

Alfandega da Capital Federal, 26 de agosto de 1899.—Pelo inspector, *Francisco Manoel Fernandes*, ajudante.

—

*Dia 26*

Armazem n. 1—M—78—P—C—O—K—O: 2 caixas ns. 783/4, vindas de Hamburgo no vapor norteguezes *Schorander*, descarregadas em 27 de janeiro de 1899, consignadas a Moura Pinheiro & Comp.

Idem: 17 caixas ns. 785 a 801, vindas da mesma procedencia, vapor e descarga, consignadas ao mesmo.

FV: 1 caixa n. 23, vinda de Genova no vapor italiano *Città di Torino*, descarregada em 25 do mesmo mez, consignado Attilio Ferrari.

Capatazias — P—HMBC— XS': 1 peça de ferro n. 9, vinda de Liverpool, no vapor inglez *Olbers*, descarregada em 5 de março de 1896, consignada a Borlido Muniz.

M—KF: 4 caixas ns. 1.975/8, vindas de Bordeaux no vapor francez *Portugal*, descarregadas em 30 de dezembro de 1898.

G—O—B: 5 barricas ns. 168/72, vindas de Antuerpia no vapor inglez *Cabride King*, descarregadas em 11 de dezembro de 1898.

WBC—SHC: 5 caixas n. 140 a 144, vindas de Southampton no vapor inglez *Thames*, descarregadas em 7 de janeiro de 1899.

CAD: 50 caixas vindas de Bordéos, no vapor francez *Chili* e descarregadas em 16 de janeiro de 1899; consignadas a Coelho & Dias.

FJC—Rio: uma caixa vinda do Havre no vapor francez *Cordoba* e descarregada em 26 de janeiro de 1899.

*Amostras*

Lettreiro: 1 caixa vinda do Nova-York no vapor inglez *Hevelius* e descarregada em 25 de outubro de 1898; consignada a M. M. Bravo.

M C: 1 caixa n. 15.824, vinda de Bordéos no vapor francez *Cordillère* e descarregada em 5 de dezembro de 1898.

HLC: 1 pacote n. 7, vindo de Nova-York inglez *Coleridge* e descarregada em 10 de dezembro de 1898; consignado a Henrique Lemos & Comp.

Lettreiro: 1 pacote n. 525, vindo de Southampton no vapor inglez *Severn* e descarregado em 12 de dezembro de 1898; consignado a Q. Davidson & Comp.

Idem: 1 pacote sem numero, vindo da mesma procedencia, no vapor inglez *Nile* e descarregado em 13 de dezembro de 1898; consignado a H. M. S. Flora.

578—CC: 3 caixas ns. 4.636 a 4.638, vindas de Hamburgo no vapor allemão *Antonina* e descarregadas em 16 de dezembro de 1898; consignadas á Companhia Manufactora de Fumos.

EMC—R: 1 caixa n. 1.899, vinda de Bremen no vapor allemão *Coblenz* e descarregada na mesma data; consignada a Eugenio Matheus & Comp.

BA—C240C—LD: 1 caixa n. 1.090, vinda de Liverpool no vapor inglez *Cervantes*, descarregado em 17 de dezembro de 1898.

Lettreiro: 1 caixa sem numero, vinda de Bordéos no vapor francez *Portugal*, descarregada em 19 de dezembro de 1898, consignada a Manoel M. Cordeiro Graça.

MCC: 1 caixa n. 16.810, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga.

Lettreiro: 1 pacote sem numero, vindo de Liverpool no vapor inglez *Oropesa*, descarregado em 21 de dezembro de 1898, consignado a Machado Leitão & Comp.

FS: 1 pacote n. 3.447, vindo de Southampton, no vapor inglez *Magdalena*, descarregado em 26 de dezembro de 1898.

Lettreiro: 1 pacote sem numero, vindo pelo Correio, descarregado em 27 de dezembro de 1898, consignado a Manoel Vieira Mello.

CAC: 1 amarrado sem numero, vindo de Liverpool no vapor inglez *Vergil*, descarregado em 29 de dezembro de 1898, consignado a Manoel de Pedro Branco.

FHC: 1 pacote n. 1, vindo de Genova no vapor austriaco *San Estevão*, descarregado em 2 de janeiro de 1899.

Lettreiro: 1 caixa sem numero, vinda de Bremen no vapor allemão *Arcemburgo*, descarregada em 3 de janeiro de 1899, consignada á Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas.

Idem: 1 caixa sem numero, vinda do Havre no vapor francez *Cordoba*, descarregada em 4 de janeiro de 1899, consignada a Jules Maillard.

DTC: 1 encapado n. 6.891, vindo de Southampton no vapor inglez *Thames*, descarregado em 9 de janeiro de 1899.

BMC: 1 caixa sem numero, vinda de Liverpool no vapor belga *Olbers*, descarregada em 11 de janeiro de 1899.

Lettreiro: 1 pacote sem numero, vindo de Hamburgo no vapor allemão *Corrientes*, descarregado em 16 de janeiro de 1899.

Idem: 1 pacote, vindo de Liverpool no vapor inglez *Orcana*, descarregado em 19 de janeiro de 1899, consignado a A. J. Miranda Simas.

F: 1 pacote n. 1.408, vindo da mesma procedencia, vapor e descarga; consignado a Candido J. Fernandes.

Lettreiro: 1 caixa sem numero, vinda de Bordéos no vapor francez *Cordoba*, descarregada na mesma data; consignada a Silva Araujo.

DIC: 1 pacote n. 6.948, vindo de Southampton no vapor inglez *Danube*, descarregado em 23 de janeiro de 1899.

578—G—G: 10 caixas ns. 3.939/48, vindas de Hamburgo no vapor allemão *Bahia*, descarregadas em 26 de janeiro de 1899; consignadas a Companhia Manufactora de Fumos.

Lettreiro: 1 pacote sem numero, vindo de Bordéos no vapor francez *La Plata*, descarregada em 30 de janeiro de 1899; consignada a Arthur Sá Souza.

EH—Rio de Janeiro: 1 caixa n. 509, vinda do Havre no vapor francez *Concordia*, descarregada em 28 de janeiro de 1899.

Lettreiro: 1 caixa sem numero, vinda de Bordéos no vapor francez *La Plata*, descarregada em 30 de janeiro de 1899; consignada a Robillard Braga & Comp.

MCC: 1 caixa n. 101, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga.

578—G—G: 17 ditas ns. 3.949/64, vindas de Hamburgo no vapor allemão *Desterro*, descarregada em 31 de janeiro de 1899; consignada á Companhia Manufactora de Fumos.

CD: 1 dita n. 100, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga.

HZ: 1 dita n. 11, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga.

Armazem n. 16—MGC: 1 caixa n. 81, vinda do Havre no vapor francez *Campana*, descarregada em 9 de fevereiro de 1899; consignada a Marreca Gonçalves & Costa.

MSC: 1 dita n. 1.411, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga; consignada a Nestor Sampaio & Comp.

RMC: 5 caixas ns. 1/5, vindas da mesma procedencia, vapor e descarga; consignada a A. Roux Mendlany & Comp.

CJ—A Africana: 2 ditas ns. 1.659/60, vindas da mesma procedencia, vapor e descarregada em 11 do mesmo mez; consignada a Carlo Jubim.

DT: 1 dita n. 5, vinda da mesma procedencia, vapor e descarregada em 15 do mesmo mez; consignada a Herm Stoltz & Comp.

CFC: 2 ditas ns. 1/2, vindas de Marselha no vapor francez *Aquitaine*, descarregada em 20 de fevereiro de 1899; consignadas a Godoy Fernandes & Comp.

FP: 1 caixa, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga, consignada a Christovão Fernandes & Comp.

GFC: 1 caixa n. 6, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga, consignada a Godoy Fernandes & Comp.

HV—RJ: 3 caixas ns. 1 a 3, vindas da mesma procedencia, vapor e descarga; consignadas a Henrique Villeneuve.

M—P—78—C: 4 caixas ns. 1.850/3, vindas de Liverpool no vapor inglez *Strata*, descarregadas em 28 de de fevereiro de 1899; consignadas a Moura Pinheiro & Comp.

Idem: 1 barrica n. 1.854, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga, consignada ao mesmo.

Idem: 3 caixas ns. 1.880/8, vindas da mesma procedencia, vapor e descarga; consignadas ao mesmo.

Idem: 1 barrica n. 1.890, vinda da mesma procedencia, vapor e descarga; consignada ao mesmo.

Alfandega do Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1899.—Pelo inspector, *Francisco Manoel Fernandes*, ajudante.

—

## Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspectoria desta alfandega se faz publico, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados com signaes de avarias e de falta, devendo seus donos ou consignatarios apresentar-se no prazo de oito dias para providenciar a respeito:

Vapor inglez *Paraná*, procedente de Buenos Aires, entrado em 14 de agosto de 1899.—Manifesto n. 674.

Trapiche Rio de Janeiro—Paulista: 20 1/2 saccos sem numero, com falta.
Idem: 20 1/2 ditos idem, idem.
Idem: 10 1/2 ditos idem, idem.
Idem: 5 1/2 ditos idem, idem.

Vapor hungaro *Magy Lajos*, procedente de Fiume, entrado em 14 de agosto de 1899.—Manifesto n. 679.

Trapiche da Saude — Macedo Junior & Comp.: 9 quintos sem numero, com falta.
Idem: 1 dito idem, idem.
EF: 2 ditos idem, idem.
CMC: 1 dita idem, idem.
Macedo Junior & Comp.: 1 decimo idem, idem.
Idem: 1 dito idem, idem.
Idem: 2 pipas idem, idem.
FMC: 1 decimo idem, idem.

Vapor italiano *Minas*, procedente de Genova, entrado em 13 de agosto de 1899.—Manifesto n. 476.

Trapiche da Saude — DL: 1 bordaleza sem numero, com falta.
DP: 4 ditas idem, idem.
JJ: 2 ditas idem, idem.
NF: 1 dita idem, idem.
RYC: 1 dita idem, idem.
JPJ: 1 dita idem, idem.
GPL: 2 ditas idem, idem.
FC: 2 ditas idem, idem.
VV: 1 barril idem, idem.

Vapor francez *Caravellas*, procedente do Havre, entrado em 16 de agosto de 1899.—Manifesto n. 688.

Despacho sobre agua—C—C—A: 1 caixa n. 39, repregada.
KVC: 1 dita n. 311, idem.
Idem: 1 dita n. 252, idem.
Idem: 1 dita n. 339, idem.
Idem: 1 dita n. 284, idem.
Armazem n. 12—FCV: 1 dita sem numero, idem.

Vapor austriaco *Magy Lajos*, procedente de Fiume, entrado em 14 de agosto de 1899.—Manifesto n. 679.

Armazem n. 3—AVC: 1 caixa n. 8.696/2, repregada.
KFC: 1 dita n. 515, idem.
FC: 1 dita n. 1.073, idem.
GA: 1 dita n. 247, idem.
Idem: 1 dita n. 369, idem.
Idem: 1 dita n. 412, idem.
Idem: 1 dita n. 455, idem.
Idem: 1 dita n. 249, idem.
Idem: 1 dita n. 250, idem.
Idem: 1 dita n. 403, idem.
Idem: 1 dita n. 199, idem.
Idem: 1 dita n. 208, idem.
Idem: 1 dita n. 35, idem.

Idem: 1 dita n. 440, repregada e avariada.
Idem: 2 ditas ns. 390 e 96, avariadas.
Idem: 1 dita n. 306, idem.
Idem: 1 dita n. 246, idem.
ABC: 1 dita n. 940, repregada.
Idem: 1 dita n. 958, idem.
Idem: 1 dita n. 967, idem.
Idem: 1 dita n. 939, idem.
Idem: 1 dita n. 972, idem.
Idem: 1 dita n. 950, idem.
Idem: 1 dita n. 1.017, idem.
Idem: 1 dita n. 1.029, idem.
Idem: 1 dita sem numero, idem.
Idem: 1 dita n. 983, idem.
Idem: 1 dita n. 1.019, idem.
Vapor inglez *Cavour*, procedente de Glasgow, entrado em 12 de agosto de 1899.—Manifesto n. 673.
Armazem n. 8 — OABC: 1 caixa n. 777, repregada.
H: 1 dita n. 7.721, idem.
Idem: 1 dita n. 7.743, idem.
OV: 1 dita n. 1.336, idem.
H: 1 dita n. 7.761, idem.
Otterspool: 1 dita n. 1, idem.
PI: 1 dita n. 8.265, idem.
SMC—HC: 1 dita n. 264, idem.
MP—M: 1 dita n. 8.157, idem.
H: 1 dita n. 7.777, idem.
CW: 1 dita n. 1, idem.
Porto: 1 dita n. 1.348, idem.
LC—F: 1 dita n. 3.375, idem.
SMC—HC: 1 dita n. 265, idem.
JAC: 1 dita n. 1.360, idem.
E—X: 1 dita n. 6.043, idem.
Armazem da Estiva— Otterspool: 1 barrica n. 12, idem.
Armazem n. 8—SMC—HC: 1 caixa n. 251, avariada.
Vapor italiano *Città di Torino*, procedente de Genova, entrado em 17 de agosto de 1899. —Manifesto n. 690.
Armazem n. 1—HC—CC: 1 caixa n. 5.625, repregada.
Idem: 1 dita n. 5.651/60, idem.
Idem: 1 dita n. 5.621/90, idem.
Idem: 1 dita n. 5.651/90, idem.
AT—C: 1 dita n. 26.230, idem.
HC—CC: 1 dita n. 5.623, idem.
ESC: 1 dita n. 520/23, idem.
NPC—ADO: 1 dita n. 814, idem.
AT—C: 1 mala n. 26.227, idem.
Vapor allemão *Mainz*, procedente de Bremen, entrado em 15 de agosto de 1899.—Manifesto n. 677.
Armazem n. 9 — ZRC: 10 caixas sem numero, repregadas.
GMG: 1 dita n. 292, idem.
Idem: 1 dita n. 197, idem.
PAFS: 1 dita n. 66, idem.
Idem: 1 dita n. 68, idem.
ZO: 1 dita n. 58, idem.
Idem: 1 dita n. 55, idem.
MTC: 1 barril sem numero, vasio.

Alfandega do Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1899.— Pelo inspector, *Francisco Manoel Fernandes*, ajudante.

## Pagadoria do Thesouro

Provine-se aos interessados que no dia 1 do proximo mez em deante só se effectuarão pagamentos depois de prévio annuncio, cumprindo-se assim a tabella em vigor.

Pagadoria do Thesouso, 26 de agosto de 1899.—O escrivão, *Pereira da Cruz* (.

## Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro

CONCURRENCIA

De ordem do Sr. vice-almirante graduado Inspector deste Arsenal, faço publico que, em virtude do aviso n. 1.162 de 19 de julho ultimo, serão recebidas em carteira no gabinete do mesmo Sr. inspector, no dia 12 de setembro proximo futuro, á 1 hora da tarde, propostas para a execução dos concertos necessarios á ponte da fortaleza de Villegaignon.

As propostas serão feitas de accordo com as bases existentes nesta secretaria, onde poderão ser examinadas pelos interessados.

A concurrencia versará sobre a idoneidade do proponente, bem como sobre o preço e o praso para a conclusão das obras.

Nenhuma proposta será tomada em consideração sem que o respectivo signatario apresente certificado de haver depositado na Pagadoria da Marinha a quantia de 6:000$, que reverterá em favor dos cofres publicos, si o proponente, no caso de ser preferido, não comparecer para assignar o contracto, depois de notificado para esse fim.

Secretaria da Inspecção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1899. — O secretario, *Eugenio Candido da Silveira Rodrigues*.

## Intendencia Geral da Guerra

De ordem do Sr. Ministro e Secretario de Estado da Guerra, por esta Intendencia Geral se faz publico, para conhecimento dos interessados, que a partir da data do presente edital e dentro do prazo de 90 dias, se receberão propostas para a compra de metaes velhos, sem applicação immediata, canhões de ferro e bronze imprestaveis, de diversas dimensões, pertencentes ao Governo da Republica e existentes em diversos estabelecimentos militares, quarteis, fortalezas e depositos a cargo do Ministerio da Guerra e em varios pontos do territorio brazileiro, sob as seguintes condições a saber:

I

Os concurrentes deverão apresentar as suas propostas em duplicata, escriptas com tinta preta, sem razuras nem emendas, sellada a primeira e firmadas ambas pelos ditos concurrentes ou seus prepostos competentemente autorizados por instrumento de procuração, em envolucro fechado e lacrado, não podendo ser admittidas as que forem apresentadas fóra do prazo acima estipulado, nem tão pouco retiradas quaesquer dellas, uma vez encerrada a concurrencia, sob pena de perda da metade da caução que as tem de garantir, conforme a condição que adiante se verá.

II

O preço deverá ser calculado na razão de cada kilogramma de metal, distinguindo-se a especie, podendo os concurrentes propor-se á acquisição do mesmo em parte ou no todo.

III

Ao Governo Federal fica, porém, salvo o direito de preferir, em egualdade de condições, aquella das propostas que se referir á compra dos mesmos metaes em globo.

IV

Os concurrentes deverão fixar em suas propostas o menor prazo possivel para dentro delle ser effectuada a pesagem dos metaes que desejarem adquirir e a sua respectiva retirada do local em que se acharem.

V

As despezas de transporte dos ditos metaes do ponto em que se acharem para o em que deverão ser pesados, recebidos e retirados pelo respectivo comprador, correrão á conta do concurrente preferido, o qual tambem pagará as da respectiva pesagem e fornecerá os necessarios apparelhos.

VI

Ao proceder-se á pesagem dos ditos metaes será nomeada uma commissão composta de dous officiaes technicos do exercito brazileiro e de um empregado do Ministerio da Fazenda nesta Capital e nos Estados, a qual fiscalizará esse trabalho, inventariando os metaes que forem sendo pesados, descriminando-lhes as especies e bem assim o peso correspondente, excluindo dentre elles os canhões que por seu valor historico deverem ser conservados em poder do Governo Federal, competindo a este pelo Ministerio da Guerra apreciar os motivos da dita exclusão e dal-a por approvada no prazo mais breve possivel, afim de não demorar a entrega dos que puderem ser cedidos ao comprador preferido.

VII

Qualquer incidente ou duvida em relação ao trabalho da mencionada pesagem dos metaes entre os encarregados de fazel-o e a commissão fiscalizadora deverá acto continuo ser submettido á apreciação do Governo Federal, que resolverá a respeito no mais breve prazo possivel, devendo o comprador sujeitar-se a essa decisão sob pena de nullidade do contracto e perda da metade da caução que tem de garantil-o.

VIII

Concluida a pesagem dos metaes existentes em qualquer localidade, serão elles entregues ao arrematante preferido, por meio do competente auto lavrado pela commissão fiscalizadora, que o assignará com o mesmo arrematante, cumprindo, porém, que este para tal effeito exhiba a prova documental de haver entrado para os cofres da União com a somma correspondente á importancia dos mencionados metaes.

Para o pagamento de cada partida de metaes que houver de ser entregue ao dito arrematante, será concedido a este o prazo improrogavel de 30 dias.

IX

Si, esgotado o prazo a que se refere a clausula VIII, o arrematante não houver effectuado o pagamento da partida de metal que tiver de ser-lhe entregue, será considerado nullo o contracto, perdendo elle em favor do Governo Federal 50 °/₀ da caução em garantia do mesmo contracto, restando-lhe entretanto o direito á restituição dos outros 50 °/₀ da dita caução.

X

Concluida que seja a pesagem de todo o metal arrematado, em cada localidade, deverá o arrematante arrecadal-o fazendo-o retirar no prazo maximo de 30 dias, podendo, entretanto, requerer ao Governo Federal, pelo Ministerio da Guerra, a prorogação do taprazo, que lhe será facultado a juizo do mesmo ministerio, não podendo, porém, tal prorogação exceder de quatro mezes, sob as penas já comminadas nas clausulas anteriormente consignadas para a entrega e retirada de cada partida do referido metal.

XI

Os concurrentes deverão depositar na Thesouraria Geral do Thesouro ou na Delegacia do mesmo Thesouro, em Londres, a quantia de cem contos de réis (100:000$) ouro, ou o seu equivalente em moeda-papel pelo cambio do dia do deposito, em garantia de suas propostas, e, no caso de ser a proposta para parte do material, o deposito será de cincoenta contos de réis (50:000$) na mesma especie, sendo que as ditas propostas deverão acompanhar o documento comprobatorio de tal deposito, sem o que não serão as mesmas recebidas e contempladas pelo Governo Federal.

XII

Fica reservado ao Governo Federal o direito de annullar a presente concurrencia, caso verifique não serem vantajosas as propostas apresentadas pelos concurrentes.

XIII

Si, preferida uma ou mais propostas (conforme a hypothese da venda dos metaes em

globo ou parcialmente), o respectivo signatario se não apresentar, por si ou por intermedio de procurador competentemente autorizado para, dentro do prazo de 20 dias no maximo, assignar na Directoria do Contencioso do Thesouro Federal o contracto de compra e venda, que nessa repartição deverá ser lavrado; perderá em favor do mesmo Thesouro a importancia da caução já mencionada, sendo considerada nulla a dita preferencia para todos os effeitos juridicos.

XIV

O prazo de 20 dias, a que allude a clausula XIII, será contado do em que forem recebidos na mencionada Directoria do Contencioso todos os papeis e documentos que o Ministerio da Guerra deverá remetter ao da Fazenda, logo depois de haver deliberado sobre a escolha e preferencia das propostas apresentadas pelos concurrentes.

XV

Os concurrentes deverão declarar em termos claros e precisos que em quaesquer duvidas ou incidentes que acaso se possam dar em relação ao contracto que houverem de firmar com o Governo Federal para a compra dos metaes de que se trata, sujeitam-se exclusivamente ás deliberações que a tal respeito tiverem de ser tomadas pelo mesmo governo, no fôro administrativo.

XVI

Os concurrentes deverão egualmente renunciar todos os casos fortuitos, de força maior e outros porventura em direito allegaveis, para o effeito de ser annullada a concurrencia, uma vez realizada esta e feita a escolha das propostas apresentadas, sob pena de perda da caução effectuada em favor dos cofres do Thesouro Federal. Poderá todavia o Governo da União, si assim o julgar conveniente, attender a quaesquer reclamações razoaveis, que acaso lhe forem apresentadas pelos ditos concurrentes, ouvida a commissão fiscalizadora.

XVII

As propostas deverão ser entregues nesta Intendencia Geral, observadas as condições de fórma e prazo já anteriormente estipuladas nas clausulas acima exaradas, e nesta mesma repartição se procedera á abertura das mesmas no dia em que se encerrar a concurrencia, e á hora que será previamente annunciada, para conhecimento dos interessados.

Primeira Secção da Intendencia Geral da Guerra, 28 de junho de 1899.—Tenente-coronel, *Manoel Fernandes Neves Junior*, chefe de secção.

## Administração dos Correios do Districto Federal

CONCURSO

De ordem do Sr. administrador dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, faço publico que, durante 30 dias, a contar desta data, acha-se aberta na 1ª secção desta administração, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde, a inscripção para o concurso ao provimento de logares de carteiro-supplente, a effectuar-se a 24 de setembro proximo.

Os candidatos deverão ter de 18 annos a 30 de idade, gosar boa saude e estar vaccinados, ter bom procedimento, saber ler e escrever correctamente, e conhecer as quatro operações fundamentaes da arithmetica. (Art. 394, § 4º, do regulamento.)

O concurso será valido por um anno, a contar da data da ultima prova, bastando uma nota má para inhabilitar o candidato, e os candidatos reprovados ou não classificados só poderão de novo concorrer depois de um anno, contado da data da terminação das duas provas.

Primeira secção, 21 de agosto de 1899.— O ajudante do administrador, *Luiz M. Cerqueira Braga*. (.

## Prefeitura do Districto Federal

Directoria de Obras e Viação

1ª SECÇÃO

*Edital*

De ordem do Sr. Prefeito e nos termos do decreto n.506, de 3 de janeiro de 1898, intimo os proprietarios ou procuradores dos predios abaixo mencionados a procederem á demolição (parcial ou total) desses predios, condemnados em vistoria, no prazo de oito dias, contados da data desta publicação, sob pena de ser feita a referida demolição pelos operarios da Prefeitura, a expensas dos interessados, conforme preceitua o art. 10 do citado decreto.

Predios:

N. 38 da rua Cosme Velho, demolição da parte da frente da ala esquerda, da empenada ala direita e do sobrado dos fundos desta ala;

N. 90 da rua do Cosme Velho, demolição de toda a parte situada á direita da entrada;

N. 88 da rua da Conceição, demolição da cobertura;

N. 29 da rua Dr. Pedro Rodrigues, demolição total;

N. 12 da rua D. Feliciana, demolição do puxado e da empena do lado do n. 10;

N. 191 da rua D. Feliciana, demolição da parede divisoria com o n. 193;

N. 16 (moderno) da rua do Escorrega, demolição total;

N. 14 da rua do Escorrega, demolição da fachada, da parede lateral contigua ao n. 12 e da parede dos fundos;

N. 20 da travessa da Mangueira, demolição da parede lateral contigua ao n. 22;

N. 22 da travessa da Mangueira, demolição da parede lateral contigua ao n. 20;

N. 59 da travessa da Mangueira, demolição da cobertura e das paredes principaes;

N. 61 da travessa da Mangueira, demolição total;

N. 15 da travessa do Oliveira, demolição da parte do predio constituida pelo sobrado;

N. 22 da rua Pinheiro, demolição de todas as edificações existentes no terreno;

N. 27 da rua da Providencia, demolição do sotão;

N. 11 da rua Paranaguá, demolição do puxado;

N. 277 da rua da Saude, demolição da cobertura principal do predio e de todo o puxado;

N. 124 da rua Visconde de Sapucahy, demolição da cobertura.—O director, *Luiz Van Erven*.

EDITAES

*De convocação de credores da massa fallida de José Pereira, para se reunirem no dia 28 do corrente mez, á 1 hora da tarde, na sala das audiencias desta Camara Commercial, á rua dos Invalidos n. 108, afim de verificarem seus creditos approvados, assistirem á leitura do relatorio do Dr. curador fiscal, deliberarem sobre concordata si for apresentada a respectiva proposta de formarem o contracto da união, elegendo syndicos e uma commissão fiscal com funcções consultiva e deliberativa para liquidação definitiva da massa.*

O Dr. Raymundo Penafort Caldas, juiz pretor, servindo no impedimento do Dr. Manoel Barretto Dantas, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.

Faço saber em como por parte do Dr. curador fiscal me foi dirigida a petição do teor seguinte: Petição—Illm. Exm. Sr. Dr. juiz da Camara Commercial. O curador das massas fallidas requer a V. Ex. se digne de ordenar a convocação dos credores de José Pereira, pela fórma estatuida no art. 38 do decreto n.917, de 26 de outubro de 1890, para os fins do art. 58 do mesmo decreto. P. deferimento. E. R. M. Rio, 16 de agosto de 1899.—*Luiz T. de Barros Junior*.—Despacho: Sim, designando o escrivão dia e hora. Rio, 16 de agosto de 1899.—*Raymundo de Penafort Caldas*. Em virtude do que se passou o presente edital pelo qual são convocados os credores da massa fallida de José Pereira para se reunirem no dia 28 do corrente mez, a 1 hora da tarde, na sala das audiencias desta Camara Commercial, á rua dos Invalidos n.108, afim de verificarem seus creditos, approvados, assistirem á leitura do relatorio do Dr. curador fiscal, deliberarem sobre concordada si for apresentada a respectiva proposta ou formarem o contracto de união elegendo syndicos e uma commissão fiscal com funcções consultiva e deliberativa para a liquidação definitiva da massa; advertindo que os credores ausentes poderão constituir procuradores por telegramma, cuja minuta authentica ou legalizada deverá ser apresentada ao expedictor que na transmissão mencionará esta circumstancia; sendo licito a um só individuo ser procurador de um ou mais credores, entendendo-se o mesmo habilitado a tomar parte em todas as deliberações que na reunião forem tomadas, sendo que para concordata é necessario que represente pelo menos 3/4 dos creditos sujeitos á mesma. E para constar se passou este e mais dous de igual teor, para serem publicados e affixados, na fórma da lei, pelo porteiro dos auditorios, que de assim o haver cumprido lavrará a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado nesta Capital Federal, aos 19 de agosto de 1889. Eu, João de Souza Pinto Junior, escrevente juramentado, o escrevi. E eu, *Joaquim Benicio Alves Penna*, o subscrevi. (.

## Decima Terceira Pretoria

*De casamento* in articulo mortis

O major Rodrigo Januario de Oliveira Ramos, escrivão da decima terceira Pretoria e official do Registro Civil e de Casamentos da freguezia de Inhaúma, etc.:

De ordem do respectivo juiz de casamentos, o pretor desta circumscripção, Dr. José Augusto de Oliveira, faço publico que, em perigo imminente de vida, no dia 21 do corrente, ás 4 horas da tarde, na casa em que residia á rua Pernambuco n. 27, no Engenho de Dentro, nesta freguezia, casaram-se, em presença das testemunhas José Ramos de Paiva, Justino José da Conceição, Cesario Braz dos Santos, Alfredo Fernandes, Quirino Caetano Vasques e Luiz Antonio da Motta, repetindo a fórmula da lei n. 181, de 24 de janeiro de 1890, art. 27, Julio Ribeiro de Carvalho com Leonidia Ferreira Alves, vindo a fallecer com effeito Julio Ribeiro de Carvalho ás 2 horas da madrugada. Após o casamento assim effectuado, foram preenchidas as demais formalidades da mesma lei, dentro do prazo de 48 horas, neste juizo e por ordem da mesma autoridade acima declarada, ficando correndo em cartorio 15 dias, dentro dos quaes podem ser requeridas pelos interessados as providencias que entenderem de direito, pro ou contra o referido casamento. Si alguem sentir-se prejudicado ou conhecer que existe algum impedimento que obste a legalização do casamento, accuse-o para os fins necessarios. Cartorio da decima terceira Pretoria, em 22 de agosto de 1899.—O escrivão e official do Registro Civil e de Casamentos, *Rodrigo Januario de Oliveira Ramos*.

Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1899